

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

01/07/2018

H2FOZ – 01 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/planeta-foz/leitores-debatem-projeto-de-lei-sobre-corte-de-arvores>

Leitores debatem projeto de lei sobre corte de árvores



H2FOZ - Alexandre Palmar

Vários leitores do **H2FOZ** ajudaram a aprofundar o debate sobre o projeto de lei que autoriza o próprio morador ou comerciante a contratar empresa para cortar árvores. A proposta está em trâmite na **Câmara Municipal**.

O tema foi discutido no Clube dos Amigos do dia 23. Participaram do programa o diretor de Meio Ambiente da secretaria Municipal de Meio Ambiente, Diogo Fretes Soares e a bióloga com mestrado e doutorado em Educação com enfoque Ambiental, Luciana Ribeiro.

Veja os comentários publicados na página do **H2FOZ** no Facebook.

Adauto Silva Jr.

O problema da alta demanda está na ausência de um projeto urbanístico adequado. Estes pedidos de corte decorrem de uma "bomba relógio" plantada a décadas e que agora cobra seu

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

preço. É muito fácil culpar o cidadão malvadão, mas convenhamos, espécies exógenas, inadequadas para o plantio em passeio público (só para citar um exemplo) e plantadas inadequadamente criam mais riscos do que benefícios.

Ainda assim, hoje, se você deseja substituir uma árvore se submete a uma burocracia que dura meses para ser atendida e ao final existe a obrigação de compensação.

Tem sim, que facilitar a concessão da licença de corte, mas sem fiscalização o resultado nós já sabemos.

Karina Rolim

Deixar as pessoas livres para cortar as próprias árvores sem fiscalização não concordo, teria que haver então um pedido na prefeitura de autorização do corte pelo morador ou responsável pelo comércio, vai um fiscal no local verificar se é viável ou não, ai sim a pessoa estaria liberada para corte.

Lurdes Souza

Deveria ser mais rápida a fiscalização quando alguém pode a poda, pois tem umas que estãoocas prestes a cair e o reclamante faz quase se não for anos a espera de um responsável para a liberação ou não do corte.

Gilvane Moerschbacher

Tem que liberar, se a prefeitura não gastasse 1.5 milhão com cargos comissionados por mês daria pra cortar em média 4500 árvores por mês com esse dinheiro (custo médio que empresas cobram pra podar e cortar). Só estou exemplificando pra vermos o tamanho da máquina pública inútil.

Cláudio Hertzog Desidério

Tem que liberar. O mundo já é muito poluído sem essas árvores roubando nosso oxigênio...

Vivien de Lima

Qual o problema dos habitantes desta cidade com as árvores? Cortam, desprezam. Ao invés de pensar em preservar, vão apenas pelo conveniente...

Andre Alliana

Não ao corte indiscriminado das árvores da nossa cidade.

Fábio Dozza de Miranda

Se o problema de Foz fosse deficiência de arvores...

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Anna Fonseca

Como assim, em Foz há pedidos para cortar ou podar 450 árvores!? Luciana Ribeiro discute novo projeto de lei da prefeitura de Foz. Jornalismo de qualidade com Alexandre Palmar e Paulo Bogler na Clube FM.

Nathalie Husson

30 anos para uma árvore crescer! 1 hora para cortar !

Kira Pereira

Eita povo pra odiar árvore esse de Foz. Afinal vivem dentro de ar condicionado no verão, né? Affff

Rádio Cultura – 01 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/01/padre-sergio-bertotti-recebe-titulo-de-cidadao-honorario-de-foz/>

Padre Sérgio Bertotti recebe Título de Cidadão Honorário de Foz

por **Dante Quadra** — 1 de julho de 2018 · em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado 107 Visualizadas

📘 Compartilhe no Facebook

🐦 Compartilhe no Twitter

📌 Publique no G+



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Diante diversos fieis, amigos, familiares e autoridades, com faixas em agradecimento e apoio ao seu trabalho e trajetória na vida religiosa, Padre Sérgio Bertotti recebeu, na noite da última quinta-feira, 28 de junho, Título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu, proposição do Vereador João Miranda. A solenidade foi conduzida pelo Vereador Celino Fertrin, vice-presidente da Casa de Leis.

“O senhor é uma pessoa que vestiu e investiu sua vida sacerdotal, resgatando muitas pessoas. Padre Sérgio resgata multidões, muitas vezes passa noites sem dormir”, relatou o Vereador João Miranda, proponente da honraria. “Que as forças não se acabem enquanto não conseguir um sorriso, que a presença do Espírito Santo esteja sempre iluminando suas atitudes e ações. Temos de agradecer a Deus por você existir”, afirmou o Vereador Celino Fertrin. O Vereador Marcio Rosa contribuiu “o Título de Cidadão Honorário ao senhor é uma honra para a cidade. Temos muito a te agradecer. As palavras convencem, mas seu testemunho arrasta multidões”.

Solange, irmã do homenageado, pediu a palavra para manifestar seu sentimento. “Nossos pais com certeza estão te abençoando e se alegram. No momento de escuridão e tristeza te fizeram te reencontrar e se reconstruir. A cruz nos ensina a deixar tudo sob os cuidados de Deus. Ele sonda nosso coração. São 18 anos de fidelidade ao sacerdócio. Querido irmão, esteja certo que Deus te escolheu”.

O empresário da cidade e amigo do Padre, Altino Voltolini, também fez uso da tribuna, “tive a felicidade de conhecer o padre há muito tempo e todas as vezes que aceitei o desafio dele fui muito feliz. O mundo deveria ter mais pessoas como o senhor”, afirmou.

Quem entregou o Pergaminho ao Padre Sérgio foi o Vereador Celino Fertrin e Vereador João Miranda. Sob muitos aplausos do público e emocionado, Bertotti recebeu a honraria do município e fez um discurso em agradecimento.

“Em 1988 entrei para o Seminário, aos 15 anos de idade. Em 2008 vim para Foz a convite do Bispo Dom Laurindo. Depois, em 2010 assumi a Paróquia do Maracanã. Agradeço a família que me acolheu em Foz. Que Deus continue abençoando a cada um de nós, onde estiver”, declarou Padre Sérgio, após receber a honraria.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

02/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 02 de Julho de 2018 Pág.06

Edílio quer voltar

Edílio Dall'Agnol, por meio de seus advogados, requereu liminarmente o exercício de vereador. Vamos lembrar que ele está afastado desde a deflagração da Operação Nipotí/Pecúlio, que resultou em sua prisão. Ele responde ao processo em liberdade, mas não pode exercer a função por conta de medidas restritivas. Os advogados entendem que o vereador não pode sofrer imposição de pena antecipada. Aí contestam a falta de provas e o efeito das delações. Imagina se Edílio for reconduzido o rebu que se armará, porque isso abrirá precedente para outros quatro afastados. Quer dizer, sempre há cinco vereadores da atual legislatura perdendo um pouco do sono.

Protetor Jorge

O STJ publicou acórdão negando recurso de embargos ao vereador em processo de improbidade administrativa. Ele já foi condenado em primeira e segunda instância, e não foi feliz no Superior Tribunal de Justiça. Pode perder o cargo, embora caiba recurso. Contratação de OSCIP por dispensa de licitação dá mesmo uma grande dor de cabeça. Se o Jorge não cuidar, poderá voltar a tratar dos bichinhos de rua.

De lá para cá

Juntando todas as ações contra vereadores, pendengas envolvendo a Comissão de Ética, afastamentos temporários e quase definitivos, além de outras questões tramitando na Justiça, se tudo isso vingar, teremos a terceira ou quarta geração de suplentes requisitada. Por favor...

ELEIÇÕES 2018

Sobe para 30 o número de pré-candidatos a deputado

Gessani da Silva, Layne Nunes, professora Catia, Bibiana Orsi e o estudante Jhonatan Vieira estão entre os nomes anunciados

Elson Marques
Freelancer

Subiu para 30 o número de pré-candidatos a deputado (estadual e federal) pelos partidos com representação em Foz do Iguaçu. O ex-vereador Gessani da Silva (Progressista) e o estudante Jhonatan Vieira, do Psol, estão entre os nomes na busca de vagas para concorrer à Assembleia Legislativa. A professora Catia (Psol), a médica Layne Nunes (Novo) e a policial federal Bibiana Orsi (PPL) foram apresentadas como opções para concorrer à Câmara Federal.

Formada em 2014 pela Universidade Federal Fluminense, Layne é pós-graduada no curso de Cardiologia para médicos pelo Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein, São Paulo. Trabalhou como diretora de Assistência Especializada e Emergência na Secretaria de Saúde de Foz do Iguaçu em 2016. Atualmente trabalha no Hospital Municipal Padre Germano Lauck. O líder do partido, Ederaldo Magalhães, disse que a direção está reunindo-se hoje para tratar da vinda a Foz do Iguaçu do presidente do Novo, João Amodeo, em 13 de agosto.

União Psol/PCB
O Psol (Partido Socialismo e Liberdade), seguindo a aliança que foi estabelecida nacionalmente com o PCB (Partido Comunista Brasileiro) e movimentos sociais, tem como pré-candidata a deputada federal por Foz do Iguaçu a professora Cátia Ronsani Castro, moradora do bairro Três Lagoas e que trabalha há 12 anos no Colégio Estadual Barão do Rio Branco. No movimento sindical, Catia faz parte da APP-Sindicato.

A aliança também tem como pré-candidato a deputado estadual o estudante Jhonatan Vieira, 23 anos, que é morador de Foz do Iguaçu, formando do curso de História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), e atuante na Educação Popular. Jhonatan é ativista pelos Direitos Humanos, milita nos movimentos LGBT, da educação e da juventude.

Mais candidatos

O ex-integrante do Legislativo municipal Gessani da Silva (Progressista) também confirmou que mantém a pré-candidatura a deputado estadual, tendo o nome apresentado diretamente no

diretório estadual. Ele esteve na Câmara por dois mandatos e concorreu a deputado estadual nas eleições de 2014, quando obteve 16.938.

Em 2016, Gessani foi candidato a vice-prefeito na chapa de Chico Brasileiro (PSD). Com as eleições complementares, ele foi substituído por Nilton Bobato (PCdoB). Atualmente, o ex-vereador ocupa o cargo de coordenador regional da Casa Civil do Governo do Estado e deve apresentar pedido de exoneração nesta semana, entendendo que a lei determina desincompatibilização três meses antes das eleições.

O PV também apresentou pré-candidato a deputado estadual. E o engenheiro ambiental Julio Fabri. No Rede, o ativista social e escritor Amilton Farias é a opção do partido para concorrer a deputado federal. Há ainda Cassio Lobato, lançado pelo PSL como pré a deputado federal, e Miro Balotin, pelo PRB, como pré também à Câmara dos Deputados.

Na lista para a Câmara Federal consta a policial federal Bibiana Orsi, do Partido Pátria Livre (PPL). O DEM e o PMDB de Foz ainda não apresentaram pré-candidatos.



Lista de pré-candidatos a deputado aumentando em Foz e pode dificultar eleição de representantes da cidade

Confira os nomes apresentados até o momento

A partir do próximo dia 20 estará aberto o período de convenções para os partidos definirem os nomes dos candidatos a deputado. O prazo vai até 5 de agosto e no dia 15 do mesmo mês será a data final para que os partidos e coligações registrem os candidatos. Pelo levantamento do Gazeta Diário, já são 30 os nomes de pré-candidatos a deputado confirmados pelos partidos (15 a estadual e 15 a federal).

Pré a estadual

Phéipe Mansur (PSDB); Edson Narizão (PTB); Inês Weizemann (PSD); Professor Sérgio Paulo de Oliveira (PSD); Gessani da Silva (Progressista); Rosane Bonho (Progressista); Nilton Bobato

(PCdoB); Claudia Pereira (PSC); Nelson Rodrigues (PPS); Jeferson Brayner (PRB); Nanci Rafagnin Andreola (PDT); Elizeu Liberato (PR); Dirceu Três Lagoas (PSDC); Jhonatan Vieira (Psol) e Julio Fabri (PV).

Pré a federal

Nelsi Cogetto Maria, o Vermelho (PSD); Marcio Rosa (PSD); Evandro Roman (PSD de Cascavel, mas lançado também pelo partido em Foz); Jackson Cabañas (Podemos); Luis Sérgio Neiva de Lima Vieira (Podemos); Soldado Fruet (PRB); Miro Balotin (PRB); Nelton Friedrich (PDT); Fernando Giacobbo (PR); Layne Nunes (Novo); Dilto Vitorassi (PT); Bibiana Orsi (PPL); Cátia Ronsani Castro (Psol); Cassio Lobato (PSL) e Amilton Farias (Rede).

Rogério se diz preocupado com excesso de candidatos

Cogitado pelo PTB como um dos nomes para concorrer a deputado estadual, o presidente da Câmara, Rogério Quadros, informou ontem que não será candidato. Disse que na condição de vereador acompanha a dificuldade que a cidade tem em receber recursos pela falta de deputados e vê "com preocupação a quantidade de pré-candidatos sem viabilidade se lançarem".

Para Rogério Quadros, "sair candidato é um direito, mas acompanhado de todo o dever. É esse dever que a população vai cobrar depois das eleições, principalmente daqueles que se lançarem candidatos e fizeram uma votação inexpressiva e tiraram a chance daqueles que realmente tinham viabilidade".

Ao comentar a desistência, Rogério afirmou que neste momento é preciso colocar o interesse coletivo acima do pessoal. "Por esse motivo que neste momento não serei candidato. Entendo que, apesar de várias vezes ser perguntado, esse não é o momento certo. Fui eleito para ser vereador e desde então estou procurando corresponder à confiança que as pessoas depositaram em mim", declarou.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 02 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/02/justica-nega-recurso-e-protetor-jorge-pode-perder-o-cargo-de-vereador/>

Justiça nega recurso e Protetor Jorge pode perder o cargo de vereador

por **Dante Quadra** – 2 de julho de 2018 em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado 127 Visualizadas

📘 Compartilhe no Facebook

🐦 Compartilhe no Twitter

📌 Publique no G+



O Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou na última sexta-feira (29), o acórdão que nega o recurso do vereador Jorge Soares Ferreira, **Protetor Jorge (PTB)**, contra condenação por improbidade administrativa.

Os embargos de declaração foram negados pela corte especial do STJ e deve voltar a primeira instância, para que Jorge comece a cumprir a pena de devolver o prejuízo causado aos cofres públicos, pagamento de multa e perda do cargo público.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Protetor Jorge foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em 2017, por um ato cometido enquanto era diretor de Saúde de Santa Terezinha de Itaipu, em 2009. Na época, Jorge contratou uma empresa sem licitação para prestar serviços de saúde no município. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) entendeu que a contratação foi irregular.

Com a decisão, Protetor Jorge pode perder o cargo de vereador, após a Justiça em Foz do Iguaçu receber a decisão do STJ e notificar a presidência da Câmara de Vereadores. Em isso acontecendo, o suplente Edson Narizão (PTB) deve assumir a vaga.

A defesa de Protetor Jorge informou que irá recorrer da decisão, com com novos embargos de declaração e ressalta que acredita ter ocorrido um erro na condenação, sendo que p vereador havia sido absolvido em primeira instância. Os novos embargos devem ser julgados antes do início do cumprimento da pena.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Taroba News – 02 de julho de 2018

Link: <https://tarobanews.com/noticias/politica/padre-sergio-bertotti-recebe-titulo-de-cidadao-honorario-de-foz-LdlG0.html>

Padre Sérgio Bertotti recebe Título de Cidadão Honorário de Foz



Redação Tarobá News

Política | Publicado em 02/07/2018 às 09:26



Diante diversos fiéis, amigos, familiares e autoridades, com faixas em agradecimento e apoio ao seu trabalho e trajetória na vida religiosa, Padre Sérgio Bertotti recebeu, na noite da última quinta-feira, 28 de junho, Título de Cidadão Honorário de Foz do Iguaçu, proposição do Vereador João Miranda. A solenidade foi conduzida pelo Vereador Celino Fertrin, vice-presidente da Casa de Leis.

“O senhor é uma pessoa que vestiu e investiu sua vida sacerdotal, resgatando muitas pessoas. Padre Sérgio resgata multidões, muitas vezes passa noites sem dormir”, relatou o Vereador João Miranda, proponente da honraria. “Que as forças não se acabem enquanto não conseguir um sorriso, que a presença do Espírito Santo esteja sempre iluminando suas atitudes e ações. Temos de agradecer a Deus por você existir”, afirmou o Vereador Celino Fertrin. O Vereador Marcio Rosa contribuiu “o Título de Cidadão Honorário ao senhor é uma honra para a cidade. Temos muito a te agradecer. As palavras convencem, mas seu testemunho arrasta multidões”.

Solange, irmã do homenageado, pediu a palavra para manifestar seu sentimento. “Nossos pais com certeza estão te abençoando e se alegram. No momento de escuridão e tristeza te fizeram te reencontrar e se reconstruir. A cruz nos ensina a deixar tudo sob os cuidados de Deus. Ele sonda nosso coração. São 18 anos de fidelidade ao sacerdócio. Querido irmão, esteja certo que Deus te escolheu”.

O empresário da cidade e amigo do Padre, Altino Voltolini, também fez uso da tribuna. “tive a felicidade de conhecer o padre há muito tempo e todas as vezes que aceitei o desafio dele fui muito feliz. O mundo deveria ter mais pessoas como o senhor”, afirmou.

Quem entregou o Pergaminho ao Padre Sérgio foi o Vereador Celino Fertrin e Vereador João Miranda. Sob muitos aplausos do público e emocionado, Bertotti recebeu a honraria do município e fez um discurso em agradecimento.

“Em 1988 entrei para o Seminário, aos 15 anos de idade. Em 2008 vim para Foz a convite do Bispo Dom Laurindo. Depois, em 2010 assumi a Paróquia do Maracanã. Agradeço a família que me acolheu em Foz. Que Deus continue abençoando a cada um de nós, onde estiver”, declarou Padre Sérgio, após receber a honraria.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Taroba News – 02 de julho de 2018

Link: <https://tarobanews.com/noticias/politica/justica-nega-recurso-e-protetor-jorge-pode-perder-o-cargo-de-vereador-y4zNo.html>

Justiça nega recurso e Protetor Jorge pode perder o cargo de vereador



Redação Tarobã News

Política | Publicado em 02/07/2018 às 13:35



Foto: Rádio Cultura Foz

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou na última sexta-feira (29), o acórdão que nega o recurso do vereador Jorge Soares Ferreira, Protetor Jorge (PTB), contra condenação por improbidade administrativa.

Os embargos de declaração foram negados pela corte especial do STJ e deve voltar a primeira instância, para que Jorge comece a cumprir a pena de devolver o prejuízo causado aos cofres públicos, pagamento de multa e perda do cargo público.

Protetor Jorge foi condenado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) em 2017, por um ato cometido enquanto era diretor de Saúde de Santa Terezinha de Itaipu, em 2009. Na época, Jorge contratou uma empresa sem licitação para prestar serviços de saúde no município. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) entendeu que a contratação foi irregular.

Com a decisão, Protetor Jorge pode perder o cargo de vereador, após a Justiça em Foz de Iguaçu receber a decisão do STJ e notificar a presidência da Câmara de Vereadores. Em isso acontecendo, o suplente Edson Narizão (PTB) deve assumir a vaga.

A defesa de Protetor Jorge informou que irá recorrer da decisão, com novos embargos de declaração e ressalta que acredita ter ocorrido um erro na condenação, sendo que o vereador havia sido absolvido em primeira instância. Os novos embargos devem ser julgados antes do início do cumprimento da pena.

Leia mais em Rádio Cultura Foz

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

03/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 03 de Julho de 2018 Capa



GAZETA DIÁRIO

Foz do Iguaçu, terça-feira, 3 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 620 — R\$ 2,00

Parque Nacional recebeu 853 mil visitantes no primeiro semestre

Número de entradas foi 6,86% maior que na mesma época de 2017, quando a unidade de conservação permanente registrou 798.564 pessoas

Página 3



Foto: Jorge Wolf/DR

Sem previsão de obras

O contrato de concessão das rodovias do Paraná terminará em 2021, no entanto não existe previsão de qualquer obra de intervenção no trecho da BR-277 entre Foz do Iguaçu e Cascavel. De acordo com a Ecocataratas, há pequenas ações em andamento, que contemplam 5,3 quilômetros da rodovia no sentido Curitiba. **Página 5**

Desenvolvimento

Itaipu vai beneficiar mais de 1,5 milhão de pessoas no Oeste

Assinatura de 56 convênios, totalizando R\$ 134 milhões, ocorreu nessa segunda-feira; 54 municípios do Oeste do Paraná serão atendidos **Página 9**

Direita x Esquerda

Cúpula Conservadora das Américas pode ser realizada em Foz dia 28



A expectativa para o evento é reunir aproximadamente três mil participantes de vários países **Página 4**

Jurídico da Câmara

Projeto sobre ajuste administrativo na prefeitura recebe parecer favorável



Proposta consolida alterações na estrutura de governo do município **Página 7**

Tráfico

PF troca tiros com traficantes na barranca do Rio Paraná



Os policiais apreenderam mais de 300 quilos de maconha na região conhecida como "Favela do Morsenthor" **Página 11**

EM TRAMITAÇÃO

Setor jurídico libera projeto sobre ajuste administrativo na prefeitura

Proposta consolida alterações na estrutura de governo do município

Elson Marques
Freelancer

O Departamento Jurídico da Câmara Municipal deu parecer favorável à tramitação do projeto de lei do Executivo que promove ajustes e consolida as alterações na estrutura administrativa realizadas nos últimos cinco anos. A partir da deliberação do setor, as comissões reunidas de Legislação, Justiça e Redação e de Economia, Finanças e Orçamento devem emitir parecer favorável para votação do projeto em plenário.

O presidente da CLJR, Elizeu Liberato (PR), informou que as comissões reunidas se reúnem hoje para deliberação de projetos e entre as pautas está o da estrutura administrativa da prefeitura. O relator é o vereador João Miranda (PSD). Na prática, o projeto atualiza a legislação em vigor sobre a composição do governo, visto que nos últimos cinco anos foram várias as alterações.

"Esse projeto de lei prevê a reprodução integral da estrutura administrativa do atual governo, tendo em vista todas as alterações ocorridas desde a sua vigência em 2013, necessitando desta forma da devida consolidação das disposições em



Comissões reunidas vão analisar projeto liberado pelo Departamento Jurídico

um só texto legal, com alguns ajustes necessários para a celeridade de ações planejadas da administração na prestação de serviço público eficiente ao interesse da coletividade", informou o prefeito Chico Brasileiro (PSD) na mensagem aos vereadores.

Alterações de setores
O texto promove reorganizações de alguns setores. A Diretoria de Apoio Governamental sai do Gabinete do Prefeito e vai para a Secretaria Municipal de Governo. A Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo, que estava na Secretaria de Governo,

passa a integrar o Gabinete do Vice-Prefeito. A Diretoria de Projetos Estratégicos deixa a Secretaria de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos, passando à nomenclatura de Diretoria de Gestão de Projetos, vinculada à Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos.

A Diretoria Ambiental e Patrimonial, da Procuradoria-Geral do Município, está sendo transformada na Diretoria de Projetos Complementares, também junto à Secretaria de Planejamento. A finalidade é uma maior integração, acompanhamento e elaboração dos projetos de obras e

serviços executados pelo município em próprios municipais.

A Diretoria de Apoio Técnico-Administrativo e Assuntos Trabalhistas, da Procuradoria-Geral do Município, está sendo transformada em Diretoria de Manutenção Viária, na Secretaria de Obras, com a finalidade de "executar os serviços de conservação e manutenção rotineira na malha viária, visando à melhoria da trafegabilidade, observados os padrões urbanísticos envolvendo as vias de transição, arteriais e coletoras, constituindo o principal suporte físico à mobilidade urbana".

Criação de nova diretoria

O projeto prevê a criação da Diretoria de Produção Asfáltica. Atualmente consta como Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica. A unidade está sendo inserida na estrutura organizacional, com a finalidade da realização contínua dos serviços de produção asfáltica para aplicação da pavimentação nas vias do município, bem como o controle da qualidade dos materiais aplicados nas ruas. Para este propósito, o Executivo apresentou no projeto a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para a inserção de um cargo de diretor, que irá exercer a Diretoria de Produção Asfáltica. Na Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas, a nomenclatura está sendo alterada para Secretaria Municipal da Administração. Ocorre também o desmembramento da Diretoria de Administração e Patrimônio, para Diretoria de Administração e Diretoria de Patrimônio e Almoarifado. Segundo o prefeito, o objetivo é uma melhor gestão dos bens móveis e imóveis de propriedade do município, bem como a fusão das Diretorias de Relações do Trabalho e Consolidação e Pagamento de Pessoal, a ser denominada Diretoria de Gestão de Pessoas.

O texto ainda promove a alteração da nomenclatura da Diretoria de Compras e Suprimentos para Diretoria de Licitações e Contratos. "Neste sentido, com as adequações das unidades constantes nesta proposta, buscamos uma gestão eficiente e planejada", completou o prefeito. O projeto será analisado pelas comissões reunidas antes de ser submetido a votação em plenário.

Com a definição da estrutura, o governo continua com 19 cargos de primeiro escalão, sendo 15 secretarias, a Procuradoria-Geral do Município, os institutos Fozhabita e Foztrans e a Fundação Cultural. A administração direta possui 68 cargos de segundo escalão (nível de diretoria) e mais 151 outros cargos, totalizando 238 cargos comissionados.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 03 de Julho de 2018 Pág.08

TRANSPORTE: UBER/GARUPA

Parecer sobre lei do aplicativo está pronto para ir ao plenário

Emendas devem ser apresentadas nesta semana junto com o parecer das comissões reunidas



Depois da audiência pública, comissões criaram emendas e parecer sobre a proposta

Eilson Marques
Freelancer

Estão prontos o parecer e as emendas ao projeto de lei que regulamenta o transporte por aplicativos em Foz do Iguaçu. As propostas de alteração no texto original e a deliberação das comissões reunidas devem entrar em leitura na pauta da próxima sessão da Câmara Municipal, prevista para amanhã (4). Após a votação das emendas, a nova redação também será submetida à aprovação do plenário. A previsão é a de que a votação esteja concluída até o dia 17, antes do recesso.

Antes de elaborar as emendas, as comissões reunidas promoveram audiência pública em que o assunto foi amplamente debatido, abrindo espaço e oportunidade a todos os envolvidos. Com base nas sugestões coletadas, as comissões formataram as emendas e fundamentaram os pareceres sobre o projeto a serem apresentados nesta semana.

Cadastramento e controle

Pelo texto original, a empresa operadora do serviço precisa ter cadastro na cidade e apresentar a relação dos motoristas, que deverão ter inscrição no município para fins de recolhimento dos tributos. O serviço é restrito por meio de chamadas via plataforma (aplicativo cadastrado), de forma que o motorista não possa arregimentar passageiros em pontos de ônibus ou qualquer outra via senão a específica do serviço.

Para o cadastramento, o motorista deve possuir CNH categoria D ou superior, em situação regular, além de comprovar residência em Foz do Iguaçu e apresentar certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal. "Temos que nos preocupar com a segurança do usuário desse serviço. Por isso, além de sabermos quem está prestando o serviço, o veículo também deve possuir seguro para que, em caso de

acidente, o usuário esteja protegido", apontou o diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Maraninchi.

De acordo com o gestor, a ideia do projeto é que todos sejam tratados de forma isonômica. As taxas devem ser as mesmas pagas por outros serviços como de táxis e vans. A vida útil do veículo é de no máximo oito anos, sendo obrigatório ter quatro portas, estar conservado e em perfeitas condições de uso, bem como licenciado e emplacado no município. Haverá vistoria anual, e o serviço deve ser exclusivo pela plataforma. A empresa e os motoristas devem ser cadastrados na cidade, residir em Foz, não ter

antecedentes criminais e passar por curso de qualificação.

Na exposição do projeto, o diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Maraninchi, disse que para a elaboração da proposta os técnicos do instituto ouviram a sociedade e os segmentos envolvidos, como os taxistas e guias de turismo, e avaliaram minuciosamente leis implantadas em outros municípios como Porto Alegre e Curitiba.

A questão foi submetida à análise da Secretaria da Fazenda para fins de fiscalização. Passou também pelo Conselho Municipal de Turismo e pelo Conselho Municipal de Trânsito e Transporte.

Qualificação e fiscalização

O projeto, segundo Maraninchi, prevê que o motorista de aplicativo passe por curso obrigatório de qualificação, necessitando ainda constar na CNH que ele exerce atividade remunerada e para tanto deve cadastrar-se no Detran. "O motorista desse serviço privado que não esteja com o aplicativo ligado será considerado como transportador irregular sujeito às sanções", alertou.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

GDIA – 03 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/perecer-sobre-lei-do-aplicativo-esta-pronto-para-ir-ao-plenario/28285>

Perecer sobre lei do aplicativo está pronto para ir ao plenário



Estão prontos o parecer e as emendas ao projeto de lei que regulamenta os transportes por aplicativos em Foz do Iguaçu. As propostas de alteração no texto original e a deliberação das comissões reunidas devem entrar em leitura na pauta da próxima sessão da Câmara Municipal prevista para amanhã (4). Após a votação das emendas, a nova redação também será submetida à aprovação do plenário. A previsão é de que a votação esteja concluída até o dia 17, antes do recesso. Antes de elaborar as emendas, as comissões reunidas promoveram audiência pública em que o assunto foi amplamente debatido, abrindo espaço e oportunidade a todos os envolvidos. Com base nas sugestões coletadas, as comissões formataram as emendas e fundamentaram os pareceres sobre o projeto a serem apresentados nesta semana. *(Elsan Marques Freelancer/Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

04/07/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 04 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguazu, quarta-feira, 4 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 621 — R\$ 2,00

Educação

Foz tem cerca de 6 mil crianças e adolescentes fora da escola



As 40 instituições que compõem a Rede Proteger anunciaram a adesão ao Programa de Combate ao Abandono Escolar, da Secretaria de Estado da Educação. **Página 10**

Requerimento

Vereadores pedem estudos para a redução no valor da passagem



Solicitação está baseada na diminuição da alíquota do PIS e da Cofins anunciada pelo governo federal. **Página 8**

Tentativa de homicídio

Mototaxista é esfaqueado no abdômen na Vila Portes



O suspeito da agressão foi detido por populares e entregue a policiais. **Página 25**

Diretoria da Itaipu anuncia mais R\$ 3 milhões para Vila C e região

Convênio será assinado hoje e vai permitir que o Conselho Comunitário da Vila C ofereça atividades de esporte, cultura e lazer, além de informática, capacitação profissional e atendimentos de saúde. **Página 11**



Crime ambiental

Em nova operação realizada nesta semana, por policiais federais de Foz do Iguazu e servidores do Instituto Chico Mendes para a Biodiversidade (ICMBio), foram encontrados três acampamentos de caçadores no interior do Parque Nacional do Iguazu. **Página 9**

Encontro

Conselho da Cidade vai discutir a implantação de lojas francas

Reunião extraordinária será às 9h desta sexta-feira, na Secretaria de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos, e estará aberta à participação popular. **Página 3**

Câmara altera dias de sessões por causa dos jogos da seleção

Nesta semana acontecem sessões hoje (quarta) e na sexta-feira, sempre a partir das 9h

Elsen Marques
Freelancer

Em razão dos jogos da seleção brasileira na disputa pela Copa do Mundo, as sessões ordinárias da Câmara Municipal sofreram alteração na agenda desta semana. Normalmente as reuniões plenárias ocorrem às terças e quintas-feiras, mas nesta semana, excepcionalmente, foram marcadas para hoje (4) e sexta-feira (6), sempre a partir das 9h.

Na próxima semana, as sessões ordinárias deverão ocorrer normalmente nos dias previstos: terça-feira (10) e quinta-feira (12). A Câmara também terá receso de 18 a 31 de julho, mas havendo necessidade poderão ocorrer sessões extraordinárias nesse período. Um dos compromissos do Legislativo é votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Na sessão de hoje será lido o edital de convocação das sessões extraordinárias para esse fim.

Pauta de hoje

Na sessão desta quarta-feira constam análise e votação de emendas ao projeto de lei do vereador Celino Fertrin (PDT) que trata da inclusão de categorias e isenções da taxa de inscrição nas corridas de rua realizadas em Foz do Iguazu. Além disso, constam 11 requerimentos a serem votados.

As proposições tratam, por exemplo, de pedido de informações do vereador Adenildo Kako (Podemos) sobre a retomada das benfeitorias da Avenida Olímpio Rafagnin, obra que, segundo ele, está paralisada desde a Operação Pectúlio, no governo do ex-prefei-



Durante sessão extraordinária desta quarta-feira serão apresentadas nove emendas ao projeto de regulamentação do transporte por aplicativo

to Reni Pereira (PSB). Ele também está requerendo plano para instalação de tampas nos bueiros, bem como ações para corte de grama e matagal no município.

Os vereadores Celino Fertrin (PDT) e Anderson Andrade (PSB) entraram com pedido de estudo da viabilidade de redução do valor da passagem do transporte coletivo, considerando as medidas de diminuição da alíquota do PIS e da Cofins anunciadas pelo governo federal.

Já o vereador Tenente-Coronel Jalunke (Podemos) quer saber sobre as taxas e valores que são pagos por motoristas de táxi. Também apresentou requerimento sobre a obstrução causada por imóvel situado na Avenida Felipe Wandscheer, e os motivos para operação em horário reduzido da linha de ônibus nº 210.

A vereadora Inês Weizemann (PSD) está solicitando informações relativas à atual situação e uso do barracão doado pelos moradores do bairro Campos do Iguazu ao município. O local está abandonado.

Atendimento aos universitários

Marcio Rosa (PSD), em conjunto com Anderson Andrade, está pedindo a realização de audiência pública para debater acerca da elaboração de um plano de atendimento para os estudantes brasileiros dos cursos de Medicina, Odontologia, Agronomia, dentre outros, no Paraguai. Ele também pediu à Itaipu a possibilidade de estudos sobre a viabilidade do uso da tecnologia do biogás nos veículos de táxi em Foz do Iguazu e municípios limítrofes.

Marcio Rosa ainda requereu dados sobre a previsão de regulamentação, cumprimento e realização de concurso público para professores de lutas educativas e marciais, tendo em vista o previsto na Lei nº 2.052/1996.

Projeto Uber/Garupa

Logo após a sessão ordinária desta quarta-feira, acontecerá uma extraordinária em que os vereadores vão apresentar em plenário o parecer favorável ao projeto da regulamentação do transporte por aplicativo como Uber e Garupa. Além da leitura do parecer das comissões reunidas, serão apresentadas nove emendas ao projeto com base nas discussões em audiência pública com as categorias envolvidas e a comunidade em geral. Seguindo o rito normal, as emendas serão votadas na próxima sessão, prevista para a sexta-feira, e a nova redação do projeto devendo entrar para votação plenária apenas na terça-feira da próxima semana. Ainda hoje (4) ocorrerá uma segunda sessão ordinária, em que serão lidos dois projetos enviados pelo Executivo. Um deles altera dispositivos da Lei do Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e outro autoriza a desafetação e afetação de áreas de propriedade do município.

Requerimento pede estudos para a redução no valor da tarifa de ônibus

Solicitação está baseada na redução da alíquota do PIS e da Cofins anunciada pelo governo federal

Elson Marques
Freelancer

Entre os requerimentos incluídos na pauta de votação desta quarta-feira (4) na Câmara Municipal está o pedido de estudos da prefeitura para a redução do valor da tarifa de transporte coletivo. A proposição foi apresentada pelos vereadores Celino Fertrin (PDT) e Anderson Andrade (PSB), baseando-se na redução da alíquota do PIS e da Cofins anunciada pelo governo federal.

O pedido do estudo de viabilidade para reduzir o valor da passagem do transporte coletivo cita a diminuição dos tributos sobre o óleo diesel. "Solicitamos um estudo que viabilize a redução do valor da passagem dos ônibus. A principal reclamação da população refere-se ao descompasso entre o valor cobrado pela tarifa e a qualidade do transporte coletivo", argumentam Celino e Anderson no requerimento.

Na opinião dos vereadores, toda essa manifestação não faz sentido se os usuários não têm benefícios. "Ainda, cabe ressaltar que a Lei Complementar Municipal nº 82/2003, que Institui o Código Tributário do Município de Foz do Iguaçu, dispõe que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - será calculado mediante a aplicação, sobre a base de cálculo, da alíquota de 3% para os serviços de transporte coletivo, prestados por empresas concessionárias de serviços públicos", fundamentam.



Vereadores Celino e Anderson Andrade entraram com solicitação de estudos para a redução da tarifa.

Redução da alíquota

Expõem também que a Lei Complementar Federal nº 116/2003 estabelece que a "alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2%, incluindo-se os serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros, conforme redação dada pela Lei Complementar Federal nº 157/2016".

Ainda segundo a justificativa, o edital de concorrência pública nº 05/2010, que trata do atual sistema de transporte coletivo em Foz do Iguaçu, dispõe que "a tarifa média será objeto de revisão, a qualquer momento, quando necessário para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão de todas e quaisquer situações que afetem a cláusula financeira da concessão".

Entre estas situações está "corte, criação ou variação da alíquota dos tributos ou preços públi-

cos incidentes sobre a tarifa". Nesse sentido, os vereadores apontam que considerando as normas em vigor "a alíquota mínima do ISSQN para as

empresas de transporte público de Foz do Iguaçu poderá passar de 3% para 2%, com uma redução para o usuário no preço da tarifa".

Serviço essencial

Outro argumento é que "o transporte público urbano é serviço essencial, garantindo o direito de ir e vir dos cidadãos, principalmente das famílias de baixa renda, que não possuem outro meio de locomoção e que muitas vezes se deparam com uma fatia grande do salário comprometida com o transporte público. Assim, a redução no valor da tarifa irá proporcionar melhoria na qualidade de vida e preservando a renda das famílias".

Ouvido pelo **Gazeta Diário**, o diretor-superintendente do Instituto de Transportes e Trânsito, Fernando Maraninchi, explicou que quando se fixa o valor da tarifa é considerado o valor retroativo do diesel. "Entra na planilha o preço cobrado de um ano atrás, quando estava muito mais barato que a variação de 46 centavos [concedida pelo governo]. Quando for ser discutida novamente a tarifa, essa redução no diesel vai aparecer na planilha e determinar o novo valor da passagem", disse.

Segundo Maraninchi, na questão de reduzir o ISS de 3% para 2%, isso poderá significar na planilha uma variação de três centavos, mas tudo será calculado na próxima discussão de valores da tarifa. Atualmente, o valor da passagem, em vigor desde 5 de março deste ano, é de R\$ 3,55, a tarifa comum, e de R\$ 1,77 com Cartão Estudante.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Tribuna Popular – 04 de Julho de 2018 Capa

STJ acaba com recurso e Protetor Jorge deve perder cargo em breve

■ Páginas 10 e 11

Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 4 a 9 de julho de 2018 | Edição 236 | Ano VI | R\$ 3,00

EXCLUSIVO

PREFEITO CHICO ARMA ESTRATÉGIA E JÁ PENSA EM SE PERPETUAR NO PODER



Chico Brasileiro está jogando vários aliados aos leões nas eleições desse ano com o propósito de não eleger ninguém. Dessa forma, evita sombras ou que outro nome se viabilize, deixando caminho livre para reeleição em 2020.

■ Páginas 3, 4 e 5

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Tribuna Popular – 04 de Julho de 2018 Pág.02

PRETO NO BRANCO

Será que o Álvaro Dias vai pedir a expulsão do J Malucelli?

O ex-superintendente de Fundos de Investimentos da Caixa Econômica Federal (CEF) Roberto Carlos Madoglio, delator no âmbito da Operação Greenfield, disse que entregou ao próprio fundador do Grupo J Malucelli, o número da conta bancária na suíça na qual receberia propina de aproximadamente R\$ 500 mil. Joel Malucelli é suplente do senador Álvaro Dias. A delação foi homologada pela 10ª Vara Federal do Distrito Federal.

Álvaro Dias no ano passado determinou a expulsão de dois vereadores e do presidente do partido Podemos em Foz do Iguaçu pelo fato dos mesmos haverem sido citados em delações premiadas. Agora fica a pergunta... Álvaro Dias pedirá também a expulsão de Malucelli?



Buracos nunca mais

Passaram-se mais de um ano de promessas e o discurso de que a cidade não teria mais buracos com a inauguração da usina de asfalto. E agora quais serão os discursos do "Chico Lento e Bobato" para os buracos existentes.

Vereadores de festim

A Justiça Federal marcou os interrogatórios dos vereadores afastados para o mês de setembro e têm suplentes e assessores perdendo o sono com medo de perder a boquinha. Pois caíram de para queda na Câmara e se acham o bicho da goiaba...

Estamos de olho

O Tribuna Popular vem recebendo inúmeras denúncias de que diretores com cargos públicos estariam mandando assessores (aspones) fazerem serviços particulares de seus chefes. Equipe está em campo obtendo as provas. Fiquem espertos...

Pré-Candidato oportunista

Tem um pré-candidato a deputado que nunca foi eleito a nada, não conseguiu ser nem síndico do prédio que mora. Quis sair a prefeito e nem seu partido o apoiou, pois pula de partido a cada eleição e agora vem usando as redes sociais atacando a tudo e a todos. No final ele apenas quer um carginho. Que feio!

Roratinho foi expurgado do Fozhabita



Saiu a exoneração de Adriano Rorato, que exercia o cargo de Diretor administrativo Financeiro do FOZHABITA. Tudo por conta de querer comprar café superfaturado. Não aguentou a pressão. O que não deu para engolir foi a convivência do prefeito que somente cancelou a licitação após as denúncias.

Quem semeia vento, colhe tempestade

Tem vereador ou vereadora que ainda continua tomando parte dos salários de seus assessores. Isso se deu após o Tribuna Popular receber um áudio onde um assessor da CMFI reclamava que tinha que devolver R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para o vereador todo mês.

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação de Editora A Fronteira do Oeste Ltda.
CNPJ 04.640.198/0001-29 | Insc. Municipal 30125
Telefone (45) 3029-4999 - Foz do Iguaçu / PR
tribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Eduardo Alliana - MTb: 10700/Pr

COMERCIAL

Claudete Desbezol
Impressão: Grafnorite Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Pizza pode virar Outdoor



Deu repercussão a publicação do Acontece na Fronteira, onde os vereadores da Comissão de Ética da Câmara Municipal teriam confabulado para que o caso Nanci terminasse em pizza. A população nada gostou das atitudes dos vereadores e parece que a dita pizza vai parar nos outdoors da fronteira.

Prefeito Chico arma estratégia e já pensa em se perpetuar no poder

Atual mandatário completou nove anos e meio no Executivo e quer completar 16 anos de poder na cidade



Chico Brasileiro está lançando uma enxurrada de candidatos, mas sabendo que nenhum do grupo dele se elege: Político se bandeou para o lado de Ratinho por interesse pessoal e não pela cidade

Da editoria política

Foto: Divulgação

O prefeito Chico Brasileiro quer completar quatro mandatos no Poder Executivo. Ficou oito anos uma parte como secretário e outra como vice-prefeito entre 2005 e 2012. No período do Governo Reni voltou ao parlamento como deputado estadual em 2014. Nas eleições complementares elegeu-se prefeito, cargo que deverá cumprir até 2020. A estratégia no momento é se reeleger e assim completar 16 anos no Poder Executivo do Município.

Chico Brasileiro está jogando vários aliados aos leões nas eleições desse ano com o propósito de não eleger ninguém. Dessa forma, evita sombras ou que outro nome se viabilize, deixando

caminho livre para reeleição em 2020. Dos 30 pré-candidatos a deputado, mais da metade vem do grupo aliado ao prefeito. O excesso de candidato fatalmente vai pulverizar os votos e ninguém se elege deputado.

Chico Brasileiro vem prometendo apoio a todos quando no fim a ideia é deixar os pré-candidatos do governo na esperança de que terão condições de se eleger quando na verdade, com tantos candidatos, um inviabiliza o outro. Agindo de caso pensado, Chico usa a estratégia de dividir para governar.

Entre os pré-candidatos ninguém cobra do prefeito a união em torno de dois ou três nomes viáveis para deputado estadual ou um nome do grupo a federal. Enquanto isso, todos seguem na esperança e no fim,

com votação pífia, ficam enfraquecidos politicamente e nenhum tentará tomar o lugar de Chico como pré-candidato. Mesmo saindo do grupo sai enfraquecido não oferecendo risco à reeleição dele.

Chico apoia paraquedista

A ideia de colocar projetos pessoais acima dos interesses da cidade é tão grande que o prefeito Chico Brasileiro parece não ter limites. Não bastassem os quase 20 pré-candidatos do grupo político que comanda a prefeitura, ele resolveu apoiar paraquedistas.

Tanto que Chico anunciou, com aval do partido, o PSD, apoio a Evandro Roman, como pré a deputado federal. O político é de Cascavel. No mesmo grupo tem aliados do prefeito organiza-

dos para fazer a campanha de Hussein Bakri a deputado estadual. Bakri é de Curitiba e deverá sim tirar votos de candidatos de Foz do Iguaçu.

A aventura é tão grande que o próprio PSD de Chico Brasileiro está com inchaço de candidatos. Tem Inês Weizemann e Professor Sergio querendo sair candidato a deputado estadual, além do compromisso pessoal de Brasileiro com Nanci Andreola. Ainda no mesmo PSD, Marcio Rosa e Nelsi Vermelho brigam para ver quem sai a federal. É bem provável que seguindo a intenção suicida, os quatro sejam confirmados candidatos.

Aposta no Ratinho

Chico Brasileiro tem esperanças de que o caminho à reeleição de prefeito primeiro

passa por impedir que novas lideranças se formem a ponto de ameaça-lo; e aposta na eleição de Ratinho Junior a governador. Foi o grupo de Ratinho que incentivou Chico Brasileiro à traição aos comunistas e assim ingressar no PSD. Ratinho é o dono do partido no Paraná.

A carreira política do atual prefeito foi criada dentro do PCdoB e sustentada pelo legado do ex-prefeito Paulo (PDT) que também vinha a ser traído por Brasileiro, como ocorreu nas últimas eleições municipais. Ao deixar o PCdoB e se bandear para o lado de Ratinho, iniciava a estratégia para chegar a deputado e depois se eleger prefeito, querendo agora construir o caminho da reeleição e novamente passando a perna em companheiros.

Lista de pré-candidatos é a maior na história da cidade

Sem liderança dos poderes, todos querem sair candidato, porém não se analisa viabilidade



Inês Weizemann (PSD)



Professor Sérgio (PSD)



Gessani da Silva (PP)



Rosane Bonho (PP)



Nilton Bobato (PCdoB)



Claudia Pereira (PSC)



Nelso Rodrigues (PPS)



Jeferson Brayner (PRB)



Edson Narizão (PTB)



Nanci Rafagnin (PDT)



Nelsi Maria Vermelho (PSD)



Marcio Rosa (PSD)



Evandro Roman (PSD)



Soldado Fruet (PRB)



Miro Balotin (PRB)

Da editoria política
Reportagem

Com aproximadamente 30 nomes, a lista de pré-candidatos a deputado é a maior na história de Foz do Iguaçu. A quantidade é alta por falta de diálogo dos mandatários locais e a omissão sobre projeto de união pela cidade. A tendência é de pulverização dos votos e novamente Foz do Iguaçu perdendo representatividades em Curitiba e Brasília.

O presidente da Câmara foi um dos que reagiram à enxurrada de pré-candidatos.

Rogério Quadros disse na imprensa, que como vereador está vendo a dificuldade que a cidade tem em receber recursos pela falta de deputados. "Vejo com preocupação a quantidade de pré-candidatos sem viabilidade se lançarem", declarou.

Para Rogério, sair candidato é um direito, mas acompanhado de todo direito vem um dever. "E esse dever que a população vai cobrar depois das eleições: principalmente daqueles que se lançaram candidatos e fizeram uma votação inexpressiva e tiraram a chance daqueles

que realmente tinham viabilidade", disparou. Na opinião de Rogério, não se pode colocar o interesse coletivo acima do pessoal.

O presidente da Câmara afirma que foi convidado pelo partido dele, o PTB, a se colocar como pré-candidato, mas ele não aceitou. "Não posso parar esse trabalho na Câmara por uma pretensa candidatura. Tenho que ser responsável e ver quem realmente neste momento tem viabilidade eleitoral. Não se pode apenas entrar numa aventura eleitoral neste momento em que a cidade pre-

cisa tanto de representantes na Assembleia e no Congresso", declarou Rogério.

Aliados do grupo do prefeito

No grupo do prefeito está a maioria dos pré-candidatos. Pretendem concorrer a estadual, por exemplo, Inês Weizemann (PSD); Professor Sérgio Paulo de Oliveira (PSD); Gessani da Silva (Progressista); Rosane Bonho (Progressista); Nilton Bobato (PCdoB); Claudia Pereira (PSC); Nelso Rodrigues (PPS); Jeferson Brayner (PRB); Edson Narizão

(PTB); e Nanci Rafagnin Andreola, que apesar de ser do PDT, em sua obsessão em se eleger deputada estadual, desrespeitou a orientação do partido e passou a apoiar Chico Brasileiro.

Dos pré-candidatos a federal boa parte é alinhada ao grupo do prefeito como Nelsi Cogetto Maria, o Vermelho, que é do PSD de Chico Brasileiro e Ratinho; Marcio Rosa (PSD); Evandro Roman (PSD), político de Cascavel lançado aqui na cidade pelo partido do prefeito de Foz; Soldado Fruet (PRB); Miro Balotin (PRB).

Quem não faz parte do grupo do prefeito sustenta as alternativas

Partidos iniciam fase para definição de candidaturas para Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados

Da editoria política

Foto: Divulgação

Fora do grupo do prefeito estão partidos como PSDB, PDT, PR, Partido Novo, PT, PSOL e REDE. No PSDB o pré-candidato a deputado estadual é Felipe Mansur. Buscam também vaga para concorrer à Assembleia Legislativa Elizeu Liberato (PR); Dirceu Moreira (PSDC); Jhonatan Vieira (PSOL); e Julio Fabri (PV).

Na ala dos pré-candidatos a deputado federal que não são alinhados ao prefeito estão Fernando Giacobbo (PR); Nelton Friedrich (PDT); Layna Nunes (NOVO); Dilto Vitorassi (PT); Bibiana Orsi (PPL); Cátia Ronsani Castro (PSOL); Cassio Lobato (PSL); e Amilton Farias (REDE).



Phelipe Mansur (PSDB)



Elizeu Liberato (PR)



Dirceu Moreira (PSDC)



Jhonatan Vieira (PSOL)



Julio Fabri (PV)



Fernando Giacobbo (PR)



Nelton Friedrich (PDT)



Layna Nunes (NOVO)



Dilto Vitorassi (PT)



Bibiana Orsi (PPL)



Cátia R. Castro (PSOL)



Cassio Lobato (PSL)



Amilton Farias (REDE)

Sob comando do Cel. Jahnke, o Podemos passou de oposição para chapa branca

Além dos 15 pré-candidatos alinhados ao grupo do prefeito e expostos na página anterior, entram na lista outros dois nomes, apesar de filiados ao Podemos. Ocorre que na Câmara, desde que o Tenente-Coronel Jahnke assumiu a direção do Podemos, o partido vem votando com o grupo do prefeito não poden-

do mais esconder que é chapa branca.

Com isso a lista de pré-candidatos a deputado federal, alinhados ao grupo do prefeito aumenta ainda mais com a inclusão de Jackson Cabañas (Podemos); e Luis Sérgio Neiva de Lima Vieira (Podemos). Pelas redes sociais, Cabañas vem reagindo

contra o excesso de pré-candidatos. Disse em uma das postagens que podem lhe procurar aqueles que se sentem a vontade para retirar candidatura e apoiar o projeto dele. "Só não me procurem os que se dispõem ao papel de laranjas, que se candidatam apenas para somar na legenda de partidos", declarou.



Luis Sergio Neiva de Lima Vieira (Podemos)



Jackson Cabañas (Podemos)

Chico Brasileiro e Bobato criam mais cabide de emprego na Fundação Cultural

Prefeito enviou a Câmara projeto aumentando número de CCs na prefeitura

Da editoria política

Foto: Divulgação

Com arrecadação recorde, o prefeito Chico Brasileiro e o vice Nilton Bobato têm todas as oportunidades para melhorar os serviços públicos. Lamentavelmente não é isso que está ocorrendo. Ainda sem nenhuma obra concluída e funcionando no seu governo, o prefeito e o vice resolveram utilizar o dinheiro público da forma mais condenável. Vão aumentar o número de cargos comissionados, ou seja, é mais cabide de emprego para quem fica mamando nas tetas da prefeitura.

Chico Brasileiro encaminhou à Câmara projeto de lei criando mais cargos CCs. Na Fundação Cultural ele está criando o cargo de Diretor de Projetos e Captação de Recursos Culturais, Coordenador de Incentivo à Cultura e transformando o atual Assessor de Eventos em Coordenador de Ação Cultural.

Os cargos se somam a outros já existentes e de nomeação exclusiva do prefeito como do diretor-presidente da Fundação que tem o mesmo status dos secretários municipais. Tem ainda três cargos em nível de diretoria

como Diretor Administrativo Financeiro; Diretor Cultural; Diretor de Projetos e Captação de Recursos Culturais, além de mais três assessores, sendo Coordenador de Ação Cultural, Coordenador de Incentivo à Cultura, e Assessor de Formação Artística.

Orçamento de milhões

A criação de novos CC's pode justificar o aumento que Chico Brasileiro destinou ao orçamento da Fundação Cultural que neste ano é R\$ 9,5 milhões. O órgão tem mais orçamento que várias secretarias como e ficando com mais recursos que diversas secretarias como Tecnologia da Informação com R\$ 5,9 milhões; Planejamento e Captação de Recursos com R\$ 5,9 milhões; de Agricultura com R\$ 4,8 milhões.

Nesta semana o projeto de criação de cargos CC's na Fundação está recebendo o parecer favorável das comissões da Câmara para ser votado a partir de sexta-feira, aproveitando o momento em que o povo está interdito com a Copa do Mundo. Até o momento nenhum vereador questionou a criação dos cargos CC's.



Prefeito segue criando cargos e nomeando apaniguados políticos no serviço público

Quantidade	Denominação	Símbolo
15	Secretário	SEC
01	Procurador Geral do Município	SEC
01	Ouvidor Geral do Município	ASS-1
01	Assessor Político Especial	ASS-1
23	Assessor Técnico Especial	ASS-1
43	Diretor	ASS-1
03	Coordenador	ASS-2
98	Assessor I	ASS-2
50	Assessor II	ASS-3

Em projeto de alteração constam 298 cargos comissionados apenas na administração direta, além de mais de 20 na administração indireta

Prefeitura já tem mais de 250 cargos comissionados

Na administração direta, sem contar Foztrans, Fozhabita e Fundação Cultural, a administração de Chico Brasileiro possui no quadro atual 238 cargos comissionados. Com o aumento de CCs na Fundação e mais os lotados no Foztrans e no Fozhabita são mais de 250

CC's totalizando um despesa de mais de R\$ 15 milhões por ano.

São 19 cargos de primeiro escalão - as 15 secretarias, a Procuradoria Geral do Município, os institutos Fozhabita e Foztrans e a Fundação Cultural. Em segundo escalão são mais

68 cargos de diretoria, além de 151 outros CCs. Na administração indireta tem mais de 20 comissionados.

Em outro projeto, também em tramitação na Câmara, o prefeito está criando a Diretoria de Produção Asfáltica que antes era extraordinária.

MP abre novo inquérito contra Nanci por uso de atestado falso

No novo Inquérito, o promotor Marcos Cristiano Andrade investiga o envolvimento de uma assessora parlamentar

Da editoria jurídica
Fotos: Divulgação

O Ministério Público abriu novo inquérito em relação ao caso da vereadora Nanci Rafagnin Andreola, acusada pelo próprio MP de apresentar atestado médico falso para justificar ausência em sessões da Câmara e no dia seguinte aparecer no Rock In Rio. Os fatos ocorreram em setembro do ano passado e estão sendo investigados pela Justiça.

No novo inquérito, o promotor Marcos Cristiano Andrade investiga o envolvimento de uma assessora parlamentar de Curitiba no episódio. Conforme reportagem do G1 veiculada também na RPC/TV, a servidora afirma que pegou o atestado das mãos de um médico da região metropolitana da capital. Quando o atestado foi emitido, "a vereadora já estava no Rio de Janeiro curtindo a festa", divulgou a emissora.

A vereadora já sofreu duas pesadas ações judiciais da Promotoria sendo uma delas por improbidade administra-

tiva e a outra criminal. "Nessa nova investigação, o Ministério Público quer esclarecimentos sobre as declarações registradas em cartório por uma servidora pública. Na primeira declaração ela disse que pegou o atestado diretamente com o médico a pedido de Nanci. Em nenhum momento cita qualquer tipo de pressão por parte da vereadora", informou a reportagem do G1/RPC.

Aponta que em uma nova declaração, também registrada em cartório, a servidora fala em ameaça e constrangimentos. "Ela cometeu um ato jurídico viciado e isso causa estranheza e leva o Ministério Público a instaurar uma nova investigação para saber o que de fato ocorreu. Na segunda declaração ela fala que foi coagida", observou o promotor Marcos Cristiano Andrade.

Denúncia de ameaça e coação

Na última edição, o jornal Tribuna Popular revelou que perante a escrevente jura-

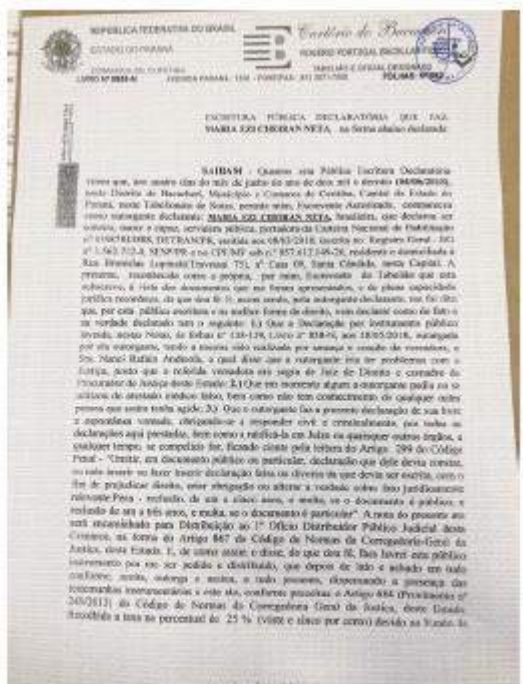


Promotor Marcos Cristiano abriu novo procedimento contra a vereadora

mentada, a assessora disse que a declaração anterior havia sido "realizada por ameaça e coação da vereadora, a Sra Nanci Rafagnin Andreola, a qual disse que a assessora (Maria Ezi) iria ter problemas com a justiça, posto que a vereadora era sogra de juiz de direito e comadre de Procurador de Justiça deste Estado".

AO G1 e RPCTV, o promotor afirmou que "não é natural que uma pessoa compareça a um cartório e declare por escritura pública que foi ameaçada e constrangida por alguém, mais ainda quando se trata de um agente público e essa pessoa cita influência de um suposto juiz e um suposto procurador de justiça. Isso causa estranheza e é um fato que merece ser investigado". Ao final da investigação, a Promotoria poderá propor mais uma ação judicial se encontrar fundamentos.

No caso da ação criminal já instalada, Nanci é acusada de peculato, falsificação de



Declaração de assessora em cartório está sob investigação

documento particular e uso de documento falso. Na ação de improbidade o promotor pe-

didiu a perda do mandato, cassação dos direitos políticos e pagamento de multa.



Registro do documento foi feito em Curitiba

Vereadora é afastada, mas os assessores recebem salários

Cada um dos quatro assessores de Nanci Rafagnin Andreola recebe salários de R\$ 8,3 mil por mês

Da editoria geral

Fotos: Divulgação

Com salários de R\$ 8,3 mil mensais para cada um, os quatro assessores nomeados no gabinete da vereadora Nanci Rafagnin Andreola continuam recebendo normalmente. Isso acontece mesmo com o afastamento da vereadora por conta do Caso Rock In Rio. O Conselho de Ética vem sendo questionado porque aplicou uma pena considerada branda diante da gravidade das denúncias que incluem até uso de atestado médico falso.

Para manter os assessores recebendo salários normalmente, o presidente da Câmara, Rogério Quadros, justificou que o gabinete de Nanci continua aberto e atendendo ao público. Também alegou que não tem fundamentação jurídica para suspender as atividades e o pagamento de salários aos assessores. A

própria legislação da Câmara protege os nomeados em situações dessa natureza.

Com isso, a manutenção dos pagamentos aos assessores é uma medida de ordem legal, apesar de absurdamente imoral.

Cadeira vazia

A maior prova da imoralidade no pagamento dos CCs de Nanci é que no período de 30 dias em que a vereadora foi mantida afastada, o plenário da Câmara funcionará com um representante a menos. Do total de 15 vereadores, agora são 14. Não havendo sessões extraordinárias durante o recesso, até final de julho uma cadeira ficará vazia em razão da suspensão de Nanci Rafagnin Andreola (PDT) pelo prazo de 30 dias.

As normas das leis internas da Câmara só permitem a convocação do suplente se o afastamento fosse superior a 120 dias. A resolução n°



Cadeira da vereadora fica vazia, mas assessores seguem com salários pagos pelo povo

123, de 15 de fevereiro de 2016 prevê aplicação das penalidades de suspensão do exercício do mandato por no máximo seis meses e também perda do mandato, dependendo do caso. Na situação de Nanci, o Conselho aplicou

pena branda.

O artigo 13 da resolução rege que "na hipótese de suspensão do exercício do mandato superior a 120, o suplente do parlamentar suspenso será convocado imediatamente após a publicação da

resolução que decretar a sanção". Além disso, Nanci será favorecida pelo recesso na Câmara que começa no dia 18 deste mês e vai até o dia 31. O retorno de Nanci ao cargo é previsto para 20 de julho, em pleno recesso.

"Conduta da vereadora gerou descrédito e repulsa da coletividade"

Na ação por ato de improbidade contra a vereadora Nanci, o promotor Marcos Cristiano Andrade afirmou que "a conduta parcial e maculada da vereadora foi capaz de gerar desprestígio, descrédito, medo e repulsa da coletividade em desfavor do órgão público (Câmara Municipal de Foz do Iguaçu)". Para ele, a comunidade local simplesmente passou a não acreditar no órgão responsável pela fiscalização dos atos do Poder Executivo.

Segundo o promotor, "em

verdade, é difícil mensurar o tamanho do sentimento de impotência, descrédito, desprestígio, que assolou a população de Foz do Iguaçu quando vieram à tona os fatos tratados nestes autos, mas indubitavelmente, a população pensou que a Casa de Leis permitia que os vereadores se ausentassem das atividades legislativas para fins eminentemente particulares, consoante se infere nas postagens em rede social e reportagens".

Com efeito, "se a vereado-

ra faltou à sessão, consequentemente, houve incorporação indevida de valores ao seu patrimônio, já que o subsídio mensal deveria servir para remunerar as atividades da vereança, jamais viagem ao Rio de Janeiro sem que estivesse presente o interesse público".

"O povo não deve sustentar as ilegalidades"

Na ação consta: "Não podem os contribuintes do Município de Foz do Iguaçu arcar com este ônus (pagamen-

to indevido de subsídio a agentes públicos), pois o povo não deve sustentar as ilegalidades praticadas pelos seus governantes". E foi o que ocorreu, "tendo a vereadora afrontado violentamente os princípios da legalidade, da moralidade administrativa e, em especial, da lealdade às instituições".

Meio fraudulento

A conclusão do MP é que Nanci "utilizou-se de meio fraudulento para se esquivar de suas obrigações como ve-

readora - remunerada pelos contribuintes -, atitude absolutamente incompatível com as normas de conduta especificadas no art. 37 da Constituição da República e no Regime Interno da Câmara".

Certamente, "ofendeu o princípio da legalidade, perpetrando inclusive condutas criminosas, dentre as quais os crimes de peculato e uso de documento falso. Ao invés de desempenhar suas funções típicas (legislar e fiscalizar), preferiu trilhar caminhos criminosos, o que não se pode admitir".

Rogério Quadros na presidência da Câmara usa dois pesos e duas medidas

Antes mesmo de qualquer pedido de renúncia, assessores do Dr Brito foram exonerados; no caso Nanci foi diferente

Da editoria geral

Foto: Reprodução

Relembrando o caso do vereador Dr Brito conclui-se que a presidência da Câmara Municipal utilizou dois pesos e duas medidas quanto às providências no caso da Nanci Andreola. O que vale para um não vale para outros. Na época da prisão de Dr. Brito, o presidente da Câmara, Rogério Quadros, exonerou sumariamente os assessores até porque a nomeação e exoneração são atos de livre iniciativa e prerrogativa dele.

A demissão dos assessores ocorreu bem antes de Dr Brito solicitar renúncia, ou seja, naquele momento ele estava na condição de vereador de fato e de direito. Mesmo assim, os assessores de Brito foram exonerados. Agora com Nanci Rafagnin Andreola afastada, Rogério Quadros também poderia exonerar os assessores, mas preferiu não só deixá-los no cargo como recebendo salários normalmente.



Nomeação e exoneração de assessores na Câmara é de livre iniciativa e prerrogativa do presidente Rogério Quadros

Pedido de aditamento foi negado

O professor Maximiliano Kitaichuca Gehlen, na condição de cidadão protocolou na Câmara Municipal no dia 13 de junho um pedido de aditamento em processo contra a vereadora Nanci Rafagnin Andreola no Conselho de Ética da Câmara. O setor jurídico da casa descartou essa possibilidade, apesar da pressão contra o Legislativo depois que a Conselho de Ética pediu penalidade muito branda ou insignificante diante da gravidade do escândalo do atestado que segundo o Ministério Público é falso.

O documento foi apresentado pela vereadora na Câmara para justificar ausência dela em duas sessões (uma ordinária e outra extraordinária) no dia 21 de setembro do ano passado. No dia seguinte, ela estava no Rock In Rio e postou fotos nas redes sociais.

De acordo com Maximiliano, o Conselho deveria considerar o aditamento diante de fatos novos, pois no processo concluído no mês passado não foi analisado o fato de o atestado ser falso. Também aconteceu outro escândalo no caso em que a

vereadora Nanci envolveu uma assessora parlamentar de Curitiba. A mulher disse em declaração registrada em cartório que foi ameaçada e coagida a armar uma farsa para tentar livrar a vereadora das graves acusações em meio ao escândalo do Caso Rock In Rio.

O plenário votou o pedido infimo do Conselho de Ética pelo afastamento de Nanci por 30 dias, penalidade branda que causou indignação na opinião pública. O Ministério Público moveu duas pesadas ações contra a

vereadora afirmando categoricamente que Nanci apresentou atestado falso e causou repulsa e graves danos à imagem da Câmara.

"A conduta parcial e maquiada da vereadora foi capaz de gerar desprestígio, descrédito, medo e repulsa da coletividade em desfavor do órgão público (Câmara Municipal de Foz do Iguaçu)", afirmou na ação o promotor Marcos Cristiano Andrade. Para ele, a população passou a não acreditar no órgão responsável pela fiscalização dos atos do Poder

Executivo.

Segundo o promotor, "em verdade, é difícil mensurar o tamanho do sentimento de impotência, descrédito, desprestígio, que assolou a população de Foz do Iguaçu quando vieram à tona os fatos tratados nestes autos, mas indubitavelmente, a população pensou que a Casa de Leis permitia que os vereadores se ausentassem das atividades legislativas para fins eminentemente particulares, consoante se infere nas postagens em rede social e reportagens".

STJ acaba com recurso e Protetor Jorge deve perder cargo em breve

Um novo recurso pode render multa, por insistência no adlamento da pena de cassação dos direitos políticos

Da editoria jurídica
Reportagem

Um acórdão publicado semana passada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça negou recurso de embargos do vereador Protetor Jorge no processo em que ele teve os direitos políticos cassados por improbidade administrativa. A ilegalidade cometida quando ele era diretor de saúde em Santa Terezinha está na fase de cumprimento de sentença, mas a defesa insiste em adiar.

Com a negativa de "embargos dos embargos" um novo recurso poderá resultar em multa ao vereador e a determinação do STJ para que a Vara da Fazenda Pública de Foz do Iguaçu cumpra imediatamente a sentença. Nesse caso, Protetor Jorge será obrigado a deixar o cargo de vereador e quem assume no lugar dele é o suplente Edson Narizão, do PTB.

Analistas afirmam que caso a defesa ainda insista em recurso, a sobrevida de Prote-



Protetor Jorge entrou com "recursos de recursos", mas perdeu todos e deve ser afastado da vida pública ainda neste semestre

tor Jorge no cargo poderá ser de no máximo 90 dias. Com a possibilidade de aplicação de pesada multa, os valores que os três meses como vereador renderem não serão suficientes para cobrir a penalidade pecuniária.

Fim da linha

No acórdão o órgão máximo do STJ tornou a concordar com o Ministro Humberto Martins, vice-presidente da Corte Superior, que o Recurso Extraordinário inter-

posto pelo vereador não deve subir para o Supremo Tribunal Federal. Apontou que "os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e/ou corrigir erro material, o que não ocorre na espécie. (...) Inexiste omissão quanto à matéria de mérito".

Ainda é possível que a defesa ingresse com outros Embargos de Declaração em cima do recurso que acabou de ser julgado. A lei da Ficha Limpa impede o exercício de função pública para quem está condenado em segunda instância.

Atos protelatórios

O vereador Protetor Jorge foi condenado em segunda instância, no Tribunal de

Justiça, em Curitiba. A defesa entrou com a primeira providência no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que foi o recurso especial. Entretanto, o Tribunal de Justiça, em Curitiba (em nível de segunda instância) decidiu que o recurso não subiria para o STJ em Brasília.

Protetor Jorge entrou então com um segundo recurso, que é o agravo em cima do recurso especial para forçar o envio ao STJ. Com isso, o recurso subiu para Brasília. Chegando ao STJ, o ministro relator decidiu não deixar o recurso seguir e sim que o condenado deveria cumprir a sentença.

Insatisfeita, a defesa entrou com um agravo interno e o ministro então encaminhou o recurso para julgamento. Na decisão colegiada, os ministros decidiram interromper o andamento protelatório do processo. A medida adotada pela defesa do vereador foi entrar com um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal, porém o presidente do STJ impediu que seguisse para o STF.

Em ato contínuo Protetor Jorge entrou com recurso tentando colocar todos os ministros do STJ contra o presidente. Entretanto, na semana passada os ministros do STJ negaram o recurso e referendaram que o vereador não tem mais direito a recorrer com recurso extraordinário ao STF, por ter perdido no colegiado. A posição dos ministros foi decisiva para encerrar a aventura do vereador em entrar com medidas protelatórias e o processo deve retornar para cumprimento da sentença.

acontece
na fronteira

www.acontecenafrenteira.com.br

www.facebook.com/acontecefoz

Entenda como o vereador se meteu na encrenca com Oscip

Protetor Jorge fez de tudo, mas no caso dele a lei não contemplou dispensa de licitação

Da editoria jurídica

Foto: Divulgação

A ação contra o vereador Protetor Jorge, que resultou na cassação dos direitos políticos foi movida em 29 de março de 2010 pelo promotor José Carlos Faria de Vellozo. Ele pediu a condenação de Jorge, bem como da ex-prefeita de Santa Terezinha Ana Carlessi e José Carlos Jobim, representante do Instituto Brasileiro de Santa Catarina (IBRASC). A OSCIP foi contratada na prefeitura de STI por dispensa de licitação em janeiro de 2009 ao valor de R\$ 1,5 milhão pelo prazo de 18 meses.

Nas conclusões do MP todo o procedimento foi irregular de modo a favorecer a OSCIP, pois não caberia dispensa de licitação. À época, Protetor Jorge era diretor de saúde do Município. Em primeira instância, no dia 18 de abril de 2012 o juiz Geraldo Dutra de Andrade Neto considerou a ação improcedente. Entretanto, no dia 2 de maio de 2012 o Ministério Público interpôs recurso de apelação no Tribunal de Justiça do Paraná.

Condenação do TJ

No dia 4 de fevereiro de 2014, o Tribunal de Justiça do Paraná reconheceu a apelação do Ministério Público e condenou os envolvidos. O colegiado da 5ª Câmara Cível do TJ (segunda instância) impôs as penalidades previstas na lei de improbidade. Na decisão consta: "Acordam os integrantes da Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso para condenar Ana Maria Carlessi, Jorge Soares

Superior Tribunal de Justiça

Embargos no Agravo no RE no Agravo no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 873.994 - PR (2014/0050280-2)

RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS
 EMBARGANTE : JORGE SOARES FERREIRA
 ADVOGADOS : TIAGO ASSIS DA SILVA - MG118780
 INEIA MARI MOGIRA TOURES - PR049458
 MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
 MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 ENTRA GADO INTERES. : ANA MARIA CARLESSI
 INTERES. : JEFFERSON FOSQUEIRA - PR017973
 ADVOGADO : IBRASC - INSTITUTO BRASILEIRO DE SANTA CATARINA
 INTERES. : JOSÉ CARLOS JOBIM
 ADVOGADO : ALEXANDRE BELTA - PR030960

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO (OMISSÃO INEXISTENTE, INCONFORMISMO COM A TESE ADOTADA, QUESTÃO MERITÓRIA, INSUSCETIVEL DE ANÁLISE, AUSÊNCIA DE PREJUDICAMENTO DE PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO, DEFURPAÇÃO DA FUNGÃO RECURSAL DOS EMBARGADORES).

1. Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou quando sobre a qual se deveria pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento cujo objeto era material, o que não ocorre na espécie.

2. Com efeito, o acórdão embargado é expressamente claro ao consignar que o recurso extraordinário, ao contrário do interno ou embargado, não possui nenhuma repercussão geral, porque assim já foi declarado pelo Superior Tribunal Federal, Primeiro, porque o acórdão do STJ apenas aborda questão referente a premissa de admissibilidade recursal, tema que a Suprema Corte reiteradamente já firmou não haver repercussão geral. Segundo, em razão de o STJ já ter declarado que os incisos LIV e LV do art. 5º da Constituição Federal não apresentam repercussão geral.

3. Entendimento contrário ao interno da parte não se confunde com omissão, sendo irrelevante a oposição dos declarantes para o fim único de renovar da matéria já decidida.

4. Inexistente omissão quanto à matéria de mérito

Documento 86440414 - EMBARGO ACORDÃO - Sua certificação - E-04 Página 1 de 3
25/06/2018

Superior Tribunal de Justiça

quando esta não foi sequer contestada, um razão de inexistência do recurso, a teor da pacífica jurisprudência do STJ e do STF.

5. "Se os recursos extraordinário e de agravo sequer apresentarem o juízo de admissibilidade, incidirá o entendimento de teor da tese adotada no RE" (AI 577.498 ED, Rel. Min. Ellen Gracie, Segunda Turma, julgado em 13/12/2005, publicado no DJ em 2-4-2006).

6. Eventual pedido de reconsideração somente poderá ser recebido como recurso se fosse apresentada tempestivamente, o que não é a hipótese dos autos, pois a decisão que indeferiu o pedido de ingresso de terceiro como assistente simples foi publicada em 26/03/2017 e apenas após 5 (cinco) meses (ou 114.2048) que se ingressou petição embargando o acórdão embargado, portanto, o recurso se acobordou pelo efeito preclusivo do coisa julgada.

Embargos de declaração de JORGE SOARES FERREIRA rejeitados. Pedido de reconsideração de JOSÉ EDSON DE OLIVEIRA não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordou o Ministério da CORTE ESPECIAL do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração de Jorge Soares Ferreira e não conhecido de pedido de reconsideração de José Edson de Oliveira, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Napoleão Nunes Maia Filho, Jorge Mussi, Oz Fernando, Luis Felipe Rezende, Miami Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Nancy Andrighi e João Otávio de Noronha votaram com o Sr. Ministro Relator.

Assentes, justificadamente, os Srs. Ministros Felix Fischer, Francisco Falcão e Raul Araújo.

Convocado o Sr. Ministro Sérgio Kukina.

Brasília (DF), 20 de junho de 2018 (Data do Julgamento).

MINISTRA LAURITA VAZ
Presidente

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Documento 86440414 - EMBARGO ACORDÃO - Sua certificação - E-04 Página 2 de 3
25/06/2018

Decisão dos ministros foi determinante para o fim das medidas protetórias da defesa de Protetor Jorge

Ferreira, José Carlos Jobim e o IBRASC Instituto Brasileiro de Santa Catarina, nas sanções previstas nos artigos 10, inciso XIV, e 11, inciso I, da Lei Federal n.º 8.429/1992, pela prática de atos de improbidade administrativa".

Quanto às especificações das penalidades, os desembargadores definiram: "Portanto, mostra-se proporcional e suficiente aplicar à Ana Maria Carlessi, Jorge Soares Ferreira (Protetor Jorge) e José Carlos Jobim a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos".

Terceira instância

Na data de 13 de março de 2014, Protetor Jorge opôs embargos de declaração contra o acórdão, mas perdeu, vindo então a ingressar com Recurso Especial, o que também foi negado no TJ. Recorreu então com agravo ao Recurso Especial, que acabou protocolado em terceira instância no dia 26 de fevereiro de 2016 junto ao Superior Tribunal de Justiça.

Após análise, o STJ decidiu no último dia 2 de maio de 2017: "Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro

Relator. Os Srs. Ministros Sérgio Kukina (Presidente), Regina Helena Costa, Gurgel de Faria e Napoleão Nunes

Maia Filho votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF), 02 de maio de 2017".

MP diz que gestores lesaram os cofres públicos

De acordo com o MP, ao celebrarem o acordo com o mencionado instituto, os envolvidos "causaram lesão ao erário e ao patrimônio público, pois consistiu em verdadeira terceirização de mão de obra em contrariedade ao que determina a legislação de regência, eis que neste caso a contratação não é possível de outra forma se não através de concurso público".

Apontou que para o estabelecimento do Termo de Parceria entre o Poder Público e a OSCIP, mister que haja prévia consulta ao Conselho Municipal de Políticas Públicas da área correspondente de atuação, o que não ocorreu e que não consta procedimento para dispensa de licitação referente à contratação do IBRASC.

Advogados pedem no TRF retorno de Edilio ao cargo de vereador

Recurso está sustentado na demora no julgamento do processo da Operação Nipoti e falta de provas

Da editoria jurídica
Reportagem

A prisão preventiva de cinco vereadores reeleitos se deu meramente com base em delações que no decorrer do processo não resultaram em provas. Sem isso, a jurisprudência, em novo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não permite condenação dos réus. Essa é uma das teses da defesa de Edilio Dal Agnol para tentar no Tribunal Regional Federal o retorno dos vereadores ao cargo. O outro argumento é o "infundável" processo da Operação Nipoti/Pecúlio que não se tem previsão de julgamento.

Os advogados Rodrigo Duarte e Kaio Veloso afirmam que o razoável tempo de espera seria de um ano. A partir disso, manter o vereador fora do cargo é dano irreparável, visto que não será possível repor o mandato do vereador, entendendo que ao final do processo ele seja julgado inocente. Por conta disso, o pedido ao TRF é de caráter liminar a fim de afastar as medidas restritivas impostas pelo juízo de primeira instância.

"Inúmeros precedentes oriundos do Superior Tribunal de Justiça apontam, em casos análogos, não ser razoável a amputação do mandato eletivo conquistado por vereadores posteriormente arolados



Kaio Veloso e Rodrigo Duarte ingressaram com recurso no Tribunal Regional Federal e aguardam decisão do desembargador

em feitos criminais despidos de qualquer perspectiva de conchusão", afirmam os advogados.

Argumentam que "o afastamento das funções legislativas se mostraria razoável por no máximo um ano, eis que, do contrário, está se aplicando condenação criminal antecipada, consistente na perda do mandato eletivo, ainda que de modo indireto, ou seja, esvaindo-se dia a dia".

Rodrigo Duarte e Kaio Veloso entendem que o vereador não pode sofrer imposição de pena antecipada, ainda mais quando as acusações

não são acompanhadas de provas e sim apenas de delações, fato que não sustenta condenação. Quem vai analisar o pedido é desembargador federal Márcio Antônio Rocha, relator da 7ª Turma do TRF.

Demora processual

No entendimento dos advogados, o juízo insiste em transferir para o vereador o ônus da demora do "gigantesco processo penal". Citam que "a marcha processual já se encontra gravemente afetada por circunstâncias alheias às intervenções defensivas,

e o serão ainda muitíssimo mais, conforme os resultados das investidas probatórias deferidas à acusação venham a aportar nos autos".

Pedido liminar

Segundo os advogados, o mandato eletivo, por sua própria natureza, não pode ser compensado na legislatura seguinte. "Mesmo na provável hipótese de absolvição, o prejuízo decorrente da perpetuação das cautelares que concretamente impedem o exercício da vereança revela-se irreversível", escreveram.

Quanto às medidas restritivas, destacam que "algo concebido para ser meramente transitório, terminou por transmutar-se em algo definitivo, eis que, tendo-se consumido 1/3 de seu mandato eletivo - 18 meses já transcorridos - é inegável encontrar-se sob estado de cumprimento antecipado de pena".

E concluem: "Portanto, a impossibilidade de exercê-lo, em razão da observância da medida cautelar alternativa que impôs a suspensão do exercício de tal cargo público, gera efeitos permanentes e irreversíveis para o acusado".

Cassação do Conselho de Ética foi derrubada

A cassação de mandato por meio do Conselho de Ética foi derrubada na justiça. Os advogados de Edilio dizem que na verdade o que ocorreu na Câmara por meio de um processo administra-

tivo tendencioso foi um "julgamento político", o que foi facilmente derrubado na justiça. "A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, suspendeu os efeitos da decisão política

proferida pela Câmara Municipal de Foz de Iguaçu (cassação por suposta quebra de decoro parlamentar)", informaram os advogados no recurso ao TRF.

Com a cassação derruba-

da, os vereadores, dentre eles Edilio, só não reassumiram o cargo por força da medida cautelar da justiça federal. As medidas restritivas incluem impedimento de os vereadores adentrem ao recinto da

Câmara ou manter contato com os servidores da casa. No recurso ao TRF os advogados buscam justamente quebrar as medidas restritivas para recondução de Edilio ao cargo de vereador.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 04 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1054321541318187.1073741829.1053283714755303/1756182844465383/?type=3&theater>



Resistência 24 Horas

2 h · 🌐



Vereadores entram com pedido de liminar para retornar à Câmara Municipal.

O que você acha disso?

De sua opinião.



4 comentários

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Rádio RCI Iguassu – 04 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/semprerci/videos/232304067387359/>

 Rádio RCI Iguassu fez uma transmissão ao vivo. 2 h · 🌐

Aplicativos de transporte serão discutidos nesta quarta na Câmara Municipal. Vereadores pedem redução da tarifa de ônibus em Foz. Notícias do "Manhã RCI" desta quarta-feira, até as 10h. Apresentação: Guilherme Wojciechowski. Participe!



👍❤️ 10 6 comentários · 8 compartilhamentos
222 visualizações

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Facebook – Resistência 24 Horas – 04 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/posts/1756703554413312>

 Resistência 24 Horas 17 h · 🌐

GARUPA e UBER: a regulamentação ta na mão dos vereadores. Eles só cedem qnd tem pressão popular ou pressão do lobby. Só que dessa vez o Resistência vai ficar só olhando, nao ficamos sozinhos enfrentando taxistas da última? Agora vou encaixar um bom "EU AVISEI" kkkkkkkk



NAOVIU.COM.BR
Vereadores de Foz impõem mais dificuldades para aprovar o Uber e o Garupa. Veja quais são - Não viu?

👍❤️ 13 7 comentários · 2 compartilhamentos

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 04 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1053349564748718.1073741828.1053283714755303/1756502117766789/?type=3&theater>



Resistência 24 Horas

20 h · 🌐

DRONE PRA REPRIMIR UBER!

Me pergunto; vc da vila C se arrependeu de eleger essa figura? em vez de rodar o bairro e fazer requerimentos pra resolver os problemas da comunidade FAZ UMA PATAQUADA dessa??? Agora o vereador quer que a prefeitura COMPRE DRONES pra reprimir "transporte irregular"!!! Tá na hora do povo da vila C começar a cobrar o seu político! DEPOIS NÃO ADIANTA RECLAMAR GENTE! Requerimento anexo nos comentários>>>>



👍👎👤 83

38 comentários · 17 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

GDIA – 04 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-altera-dias-de-sessoes-por-causa-dos-jogos-da-selecao/28407>

Câmara altera dias de sessões por causa dos jogos da Seleção



Em razão dos jogos da Seleção Brasileira na disputa pela Copa do Mundo, as sessões ordinárias da Câmara Municipal sofreram alteração na agenda desta semana. Normalmente as reuniões plenárias ocorrem às terças e quintas-feiras, mas nesta semana, excepcionalmente, foram marcadas para hoje (04/07) e sexta-feira (06/07), sempre a partir das 9h. Na próxima semana as sessões ordinárias devem ocorrer normalmente nos dias previstos terça-feira (10/07), e a quinta-feira (12/07). A Câmara também terá recesso de 18 a 31 de julho, mas havendo necessidade podem ocorrer sessões extraordinárias nesse período. Um dos compromissos do Legislativo é votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Na sessão de hoje será lido o edital de convocação das sessões extraordinárias para esse fim. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

HLUCAS – 04 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/04/ex-vereador-edilio-dallagnol-vai-tentar-novamente/>

Cazuza não tem legitimidade para pedir a cassação de ninguém

[Deixe um comentário](#)



Ex-vereador Edílio Dallagnol não se conforma em ter o mandado cassado, ainda mais por um indivíduo do naipe do Cazuza

Advogados Rodrigo Duarte e Kaio Veloso peticionaram mais uma vez á Justiça Estadual no sentido de que a cassação do ex-vereador Edílio Dallagnol seja invalidada pelo seguinte motivo: O autor do pedido que cassou os cinco vereadores que entraram em cana na Pecúlio, foi o Cazuza (que dispensa maiores comentários) que não teria legitimidade para tal. Segundo a lei Orgânica do Município só a Mesa Diretora da Câmara, e/ou um partido político com representação na Casa de Leis, é que podem criar comissão processante. Foi dentro deste entendimento que o os advogados em tela peticionaram ao juízo da 2ª Vara Fazendária do ínclito juiz Wendel Bruniere. A petição levou o número 0018910-37.2018.8.16.0030 que pode ser lida no link abaixo:

[Ini.VFazPúb.Anulatória.IlegitimidadeRepresentaçãoPopular](#)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

HLUCAS – 04 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/vereadores-pedem-estudo-para-reducao-da-passagem-de-onibus>

Vereadores pedem estudo para redução da passagem de ônibus



Vereadores entendem que tarifa pode acompanhar diminuição de tributos do óleo diesel (Foto: Marcos Labanca)

H2FOZ - Paulo Bogler

Atualização às 15h

A Câmara Municipal aprovou nesta quarta-feira, 4, em sessão ordinária, requerimento que pede ao prefeito Chico Brasileiro (PSD) estudo sobre a viabilidade da redução do preço da passagem de ônibus em Foz do Iguaçu. O pedido é dos vereadores Celino Fertrin (PDT) e Anderson Andrade (PSC).

Conforme os parlamentares, a iniciativa considera a diminuição das alíquotas do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre o óleo diesel, anunciada pelo governo federal. Os vereadores entendem que a tarifa pode acompanhar a redução do preço dos tributos sobre o combustível usado pelos ônibus.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

“A principal reclamação da população refere-se ao descompasso entre o valor cobrado pela tarifa e a qualidade do transporte coletivo”, justificam Celino Fertrin e Anderson Andrade, no projeto. “Toda essa manifestação não tem sentido se os usuários não tiverem benefícios”, afirmam.

“Isso [redução da tarifa] seria um benefício para mais de 70 mil iguaçuenses que utilizam diariamente o transporte público”, disse Celino Fertrin, durante a sessão da Câmara de Vereadores.

Os vereadores citam, ainda, parte do edital de concorrência de 2010, que trata do reajuste e revisão da tarifa do transporte coletivo urbano em Foz. O documento diz que o preço da passagem poderá ser alterado em caso de variação dos tributos que influenciam a fixação do valor da tarifa.

“Analisando o artigo 353 da Lei Complementar Municipal nº 82/2003, em consonância com o artigo 8º-A da Lei Complementar Federal nº 116/2003, que passou a vigorar no dia 31 de maio de 2017, nota-se que a alíquota mínima do ISSQN para as empresas de transporte público de Foz do Iguaçu poderá passar de 3% para 2%, com uma redução para o usuário no preço da tarifa”, diz o trecho do edital transcrito no requerimento dos vereadores.

Uber e Garupa

Na sessão extraordinária desta quarta-feira, também foi pautado o parecer das Comissões Reunidas favorável ao projeto de autoria do prefeito que regulamenta o transporte remunerado privado individual de passageiros no município.

As regras incidem sobre as atividades da Uber e Garupa, empresas que operam com transporte por aplicativos em Foz do Iguaçu.

Além do parecer, as Comissões Reunidas apresentaram sete emendas modificativas e duas emendas aditivas ao projeto. Em seu conjunto, as propostas não modificam substancialmente a regulamentação proposta pelo Executivo.

As emendas foram encaminhadas para discussão na ordem do dia da próxima sessão extraordinária, dia 06 de julho.

As Comissões Reunidas incluem os colegiados de Legislação, Justiça e Redação; Economia, Finanças e Orçamento; e Obras, Urbanismo, Serviços Públicos, Ecologia e Meio Ambiente.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

RCI – 04 de julho de 2018

Link: <http://www.semprepci.com.br/noticia-local-1504>



FOTO: Sempre RCI

Projeto sobre aplicativos de transportes recebe emendas dos vereadores

Nova votação da matéria está agendada para sexta-feira (06).

O Projeto de Lei nº 36/2018, de autoria do Prefeito de Foz do Iguaçu, que trata do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no município recebeu nove emendas, as quais foram lidas na sessão extraordinária desta quarta-feira (04), na Câmara Municipal, conforme trâmite normal.

A regulamentação dos serviços de transporte por aplicativo passou por audiência pública no último dia 18, quando o tema foi amplamente debatido com órgãos fiscalizadores do transporte no município, autoridades, representantes das categorias de transporte, trade turístico. Depois disso, as Comissões Reunidas, a partir das sugestões e reivindicações, propuseram emendas ao projeto.

Dentre as emendas, uma das mudanças propostas foi de que os veículos não poderão permanecer em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo, podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque; e que além do DPVAT, devem possuir comprovadamente seguro que cubra acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de R\$ 25 mil por ocupante e de R\$ 10 mil para despesas médico-hospitalares.

Outro ponto defendido por emenda é que o veículo não poderá ter como proprietário uma pessoa jurídica, exceto quando o veículo for locado e cumprir as exigências da lei. Após a leitura, as emendas foram encaminhadas para discussão na ordem do dia da próxima sessão extraordinária, agendada para sexta-feira (06).

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

TV Tarobá – 04 de julho de 2018

Link: <https://tarobanews.com/noticias/transito/debate-sobre-transporte-por-aplicativos-volta-a-ser-pauta-na-camara-PknY9.html>

Debate sobre transporte por aplicativos volta a ser pauta na Câmara



Redação Tarobá News

Trânsito | Publicado em 04/07/2018 às 12:50



A audiência promovida pelo Legislativo debateu proposta de regulamentação - foto Câmara Municipal. A necessidade de regulamentação do serviço é consenso entre gestores públicos, vereadores, motoristas e representantes de empresas que operam no setor. Mas o teor do PL elaborado pela prefeitura provoca dúvidas e questionamentos.

Para Fernando Marañinchi, diretor-superintendente do Foztrans (Instituto de Transportes e Trânsito), o PL com 15 artigos visa a garantir a qualidade dos serviços e a segurança dos usuários. Ele diz que o projeto é baseado em legislações já em vigor em outras cidades do Brasil.

Marañinchi frisa que as empresas que usam as plataformas e aplicativos devem seguir as mesmas regras aplicadas a outros serviços de transporte. "O transporte por aplicativo é uma realidade em todo o mundo, foi aprovado por lei federal e cabe a nós regulamentarmos no município", disse.

Profissão “nova”

Presidente da Associação dos Motoristas de Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros de Foz do Iguaçu (Amtrpiofi), Elias de Pino Araújo afirma que a regulamentação deve considerar esse serviço como uma modalidade profissional nova. Para ele, cabe a comparação com outras atividades já existentes.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

“Não somos contra o projeto de lei, só queremos que eles [gestores públicos] nos vejam como uma nova categoria de profissionais”, enfatiza Araújo. “Esperamos que não usem o velho, o arcaico e o que já deu errado em outras cidades para regulamentar a nossa profissão”, conclui.

Veja os principais pontos da regulamentação e a posição da associação dos motoristas de transporte por aplicativo:

O que pede o PL nº 36/2018

Motoristas devem apresentar às empresas cadastro, documentação e histórico pessoal e profissional.

Condução do veículo apenas pelo motorista que o cadastrou no órgão de trânsito.

Motorista deve ter CNH válida, na categoria B ou superior.

Profissional tem de possuir EAR (Exerce Atividade Remunerada).

Motorista precisa manter cadastro na Secretaria de Fazenda para exercer a função de motorista profissional autônomo.

Condutor deve possuir inscrição no INSS como contribuinte individual.

Motorista é obrigado a apresentar certidão negativa de débito junto à Receita Federal, INSS, Receita Estadual e Fazenda do Município de Foz do Iguaçu.

Posição da Amtrpiofi

Informações já são prestadas quando motoristas fazem o cadastro para dirigir pelas plataformas.

Profissão é nova no mercado e deve ser entendida desta forma.

Os carros são particulares, não de frota. Motoristas não podem ser submetidos às mesmas regras das profissões já existentes. Cadastro deve ser dos motoristas, não dos veículos, que são utilizados por mais de um condutor.

Exigência já é mantida pelas plataformas.

Exigência já é mantida pelas plataformas.

Associação reivindica esse cadastro.

Associação reivindica esse cadastro.

Exigência deve ser considerada inconstitucional, pois gera restrição para o exercício da atividade. Dívida de IPTU, por exemplo, pode impedir o motorista

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

de trabalhar.

Curso deve ser uma sugestão de aperfeiçoamento profissional, não Profissional precisa ter certificado de cursoimposição. O motorista já está para transporte remunerado decredenciado com o EAR na passageiros, realizado em instituiçõesCarteira de Habilitação, submeteu-reconhecidas.

se a testes que avaliam as qualificações do condutor.

Veículos devem passar por vistoria anual municipal (valor aproximado de R\$ 230).

Carros são particulares, não de frota. Se essa exigência foi aplicada ao transporte por aplicativos, deverá ser estendida para todos os carros de propriedade particular que transitam em Foz do Iguaçu.

Carro usado no serviço deve ser licenciadoexigência é considerada injusta, em Foz do Iguaçu.

Não há contrariedade, a medida visa a arrecadar IPVA. Porém a pois locadoras possuem carros licenciados fora da cidade e os táxis são isentos de IPVA.

Automóveis devem ter idade máxima de 8 anos de fabricação.

Não há objeção.

Manter regular o Certificado de Registro eExigência mantida pelas Licenciamento de Veículo plataformas.

Obrigatoriedade de seguros contra acidentes.

A recomendação também é feita pelas empresas. Algumas operadoras pagam seguro para passageiros e motoristas em viagem.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

O que diz a Garupa

Conforme Elder Lage, representante da Garupa em Foz do Iguaçu, há concordância entre algumas exigências feitas na regulamentação às empresas. Ele é a favor da exigência que requer comprovação de domicílio da empresa no município, por meio de alvará e contrato social, por exemplo.

Lage considera desnecessário o compartilhamento de dados das viagens, como trajeto, condutor, valor e avaliação do usuário. “Não vemos a necessidade de fazer um relatório desses, uma vez que a empresa já estará estabelecida na cidade”, diz Lage.

O integrante da Garupa discorda da exigência colocada no projeto de lei de regulamentação em que as empresas são obrigadas a apresentar ao Foztrans a relação de veículos, seus proprietários e condutores. “A lei federal de aplicativos de mobilidade não prevê essa exigência. O motorista que estiver cadastrado e habilitado pelo Foztrans já terá seu cadastro junto ao órgão”, pontua Elder Lage.

O que diz a Uber

Em nota ao H2FOZ, a Uber ressalta que o projeto da prefeitura em trâmite na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu para a regulamentação do transporte individual privado prevê restrições e burocracias. Segundo a empresa, a proposta não considera os avanços tecnológicos.

“Na tentativa de enquadrar um modelo novo nas regras do serviço de táxi, as exigências propostas passam por cima de garantias constitucionais e desconsideram a regulamentação nacional instituída pela Lei Federal 13.640/18”, diz a Uber.

A operadora informa que considera positivas medidas de regulamentação, desde que não comprometam a funcionalidade do serviço e sejam compatíveis com as regras nacionais. “O projeto [de regulamentação em Foz] prevê uma série de obrigações antiquadas aos motoristas”, alega a Uber.

Justificativa da prefeitura

Na justificativa do projeto de regulamentação enviado à Câmara Municipal, o prefeito Chico Brasileiro aponta que os modelos de transporte de passageiros foram influenciados pela chegada dos aplicativos tecnológicos. Como efeito, surgiram debates sobre a natureza jurídica e a qualidade do serviço.

A prefeitura afirma que a proposta se baseia na Lei nº 12.587/2012, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana, e na Lei nº 13.640/18, que regulamentou o transporte

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

remunerado privado individual de passageiros em nível nacional. Também segue o que preconiza o Código de Trânsito Brasileiro e outras normativas municipais.

Cabe ao município de Foz do Iguaçu fazer a regulamentação do sistema “de modo a buscar garantir segurança e qualidade da atividade a ser prestada”, justifica o prefeito na mensagem ao Legislativo.

Veja a íntegra do PL 36/2018 (regulamentação).

Não VIU? – 04 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/vereadores-foz-impoem-dificuldades-aprovar-uber-garupa-veja-quais-sao/>

VEREADORES DE FOZ IMPÕEM MAIS DIFICULDADES PARA APROVAR O UBER E O GARUPA. VEJA QUAIS SÃO

4 Julho, 2018 By Vinícius Ferreira — 9 Comentários

Parece que os vereadores de Foz do Iguaçu cederam às pressões do lobby dos taxistas e, por fim, apresentaram, na sessão de hoje (04) da Câmara Municipal, nove emendas ao projeto de Lei do prefeito Chico Brasileiro, que regulamenta a atividade dos aplicativos de transporte, como o Uber e o Garupa, que já atuam na cidade.

Segundo informa o site da câmara, as principais imposições dos vereadores foram as seguintes:

- 1-) Os veículos não poderão permanecer em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo, podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque;
- 2-) Além do DPVAT, devem possuir comprovadamente seguro que cubra acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de 25 mil reais por ocupante e de 10 mil reais para despesas médico-hospitalares;
- 3-) O veículo não poderá constar como proprietário pessoa jurídica, exceto quando o veículo for locado e cumprir as exigências da lei.

Com essas propostas, os vereadores vão manter nas mãos dos táxis a “mina de ouro” do transporte em Foz do Iguaçu: os pontos em frente ao Aeroporto Internacional e de todos os atrativos turísticos e locais mais movimentados da cidade

Diante dessa constatação, o que você acha, caro leitor, os vereadores cederam ou não cederam às pressões (ou encantos?) do lobby dos taxistas?



Foto: divulgação

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Portal Vermelho – 04 de julho de 2018

Link: <http://www.vermelho.org.br/noticia/312739-1>

Escola Sem Partido: a lei que quer amordaçar o Brasil

A votação da Lei da Mordação (PL 7180/14), analisada em comissão especial da Câmara dos Deputados, foi cancelada nesta quarta-feira (04). O projeto, que tem como relator o cantor católico e deputado federal Flavinho (PSC-SP), é alvo de críticas por parte de professores e entidades de direitos humanos por infringir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/1996), estabelecida na Constituição Federal.

Por Iberê Lopes*

Uma das medidas previstas no texto estabelece que cada sala de aula terá um cartaz com deveres do professor. Dos seis pontos norteadores da conduta dos professores, um deles veda a “cooptação” de alunos para “corrente política, ideológica ou partidária”.

Em nota publicada nesta terça-feira (3), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) denuncia que os defensores da proposta que cria o programa Escola Sem Partido tentam criminalizar a atividade docente por cometerem supostos abusos em sua liberdade de ensinar.

“Sugerem um rol de deveres para os professores, a ser aplicado em regime de censura, punição e perseguição aos/às professores/as no ambiente escolar, coisa que não aconteceu nem mesmo na Ditadura Civil-Militar brasileira”, afirma a CNTE.

O projeto altera, ainda, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) afastando qualquer possibilidade de oferta de disciplinas com conteúdo que, segundo a bancada evangélica e católica na Câmara, seria doutrinador político e sexual ao abordar questões de “gênero” ou “orientação sexual” em escolas de todo o país.

“Há muitos anos, tem sido jogado para debaixo do tapete e acobertado sob o manto da liberdade de expressão e da liberdade de cátedra dos doutrinadores travestidos de docentes”, afirmou o deputado Flavinho em entrevista à Agência Brasil.

Se aprovada mesmo diante de flagrante ataque à liberdade de expressão e inconstitucionalidade, a proposta pode impactar na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que orienta a elaboração dos currículos das escolas públicas e privadas. A BNCC está prevista no Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/14) e na LDB, estabelecendo como serão despertadas as habilidades dos alunos em cada ano da educação básica.

Segundo informações da CNTE, somente no ensino público, mais de 4,5 milhões de professores, pedagogos/especialistas e funcionários administrativos das escolas do país poderão ver cerceado o seu direito de lecionar com liberdade e para a diversidade.

Contrário a medida, o presidente da União Nacional LGBT, Andrey Lemos, considera fundamental

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

uma educação inclusiva, “que promova o respeito, a valorização da diversidade, que desconstrua as culturas de ódio, de estupro, de machismo, racismo, sexismo e lgbtfobia. Há importância de que a escola cumpra o seu papel para uma cultura de paz”.

Na avaliação de Lemos, a Lei da Mordaza reflete um avanço agressivo dos setores mais conservadores da sociedade, que persegue minorias, ataca a laicidade do Estado e os princípios democráticos brasileiros.

Com este mesmo entendimento, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu cautelarmente, em 2017, a aplicação de lei similar à Escola Sem Partido no Estado de Alagoas. O ministro José Roberto Barroso aponta uma lista de inconstitucionalidades que caberia à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJ) se manifestar previamente sobre a constitucionalidade do projeto de lei.

A ação que impediu a aplicação da lei promulgada pela Assembleia Legislativa alagoana foi de iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE). A entidade alegou, à época, que a lei fere a Constituição ao legislar sobre educação.

Enquanto os parlamentares da comissão especial da Câmara não votam a matéria, casos semelhantes ao de Alagoas surgem em todo o país. Vereadores e deputados estaduais ligados a movimentos religiosos em defesa da moral e dos bons costumes tentam impedir que ocorram debates sobre diversidade política, sexual, de raça e/ou religião no ambiente escolar.

Recentemente, a Associação dos Professores do Paraná (APP) precisou protocolar uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça do Estado contra a alteração da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu que nominava as discussões propostas pelos educadores em sala de aula como “ideologia de gênero”. A lei foi aprovada pela **Câmara de Vereadores** e promulgada pelo presidente do Legislativo, o vereador Rogério Quadros (PTB).

Representando o Partido Comunista do Brasil, a presidente da legenda e deputada federal, Luciana Santos (PE), entrou com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo contra a proposta de modificação da Lei em Foz do Iguaçu.

No final de junho, o partido propôs a ADPF (uma espécie de controle constitucional) onde questiona a decisão da **Câmara Municipal de Foz do Iguaçu (PR)**. O texto aprovado pelos vereadores exclui da política municipal de ensino matérias que incluam os termos gênero e orientação sexual. A ADPF número 526, do PCdoB contra a Câmara de Foz do Iguaçu tem como relator o ministro Dias Toffoli.

A norma impugnada contém o seguinte teor: § 5º Ficam vedadas em todas as dependências das instituições da rede municipal de ensino a adoção, divulgação, realização ou organização de políticas de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo “gênero” ou “orientação sexual”.

De acordo com o advogado Oliver Oliveira Sousa, que assina a ADPF com pedido de liminar para suspensão do ato, uma escola sem liberdade “é marca característica de regimes autoritários, de uma sociedade que se assenta sob um sistema de desigualdade e de exclusão e que não permite a educação como prática transformadora que consolide ideais democráticos de igualdade e valorização das diferenças”.

Oliveira acrescenta que a escola deve ser instrumento para o exercício da cidadania e formação

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

de meninas e meninos. “Silenciar a questão de gênero na escola é reproduzir as desigualdades, é ignorar a diversidade e a possibilidade de uma vida feliz com nossas próprias escolhas no campo sexual e reprodutivo”, afirma.

Em Pernambuco, estado da presidente do PCdoB, Luciana Santos, a Câmara Municipal do Cabo de Santo Agostinho aprovou, em novembro de 2017, um projeto proibindo atividades pedagógicas e a oferta de disciplinas ligadas à "ideologia de gênero" nas escolas públicas e particulares do município.

A lei que entrou em vigor no mesmo dia da aprovação determina a proibição de "toda e qualquer disciplina que tente orientar a sexualidade de alunos ou que tente extinguir o gênero masculino ou gênero feminino".

Para barrar a chamada “ideologia de gênero” nas escolas, em dezembro do mesmo ano, a Câmara de Vereadores de Sobral, no Ceará, aprovou projeto com o igual teor. O texto da lei 2154/2017 foi vetado pelo prefeito Ivo Gomes (PDT). Mesmo diante de protestos contra a iniciativa, o resultado da votação pela continuidade do veto foi apertado (10 votos contra 9).

E a onda de conservadorismo avança nas cidades brasileiras, ameaçando as liberdades coletivas e individuais. Por unanimidade, 16 vereadores de Campina Grande (Paraíba) aprovaram, em junho deste ano, um projeto de lei que impede a discussão de qualquer tipo de conteúdo com "ideologia de gênero" nas escolas da cidade. De autoria do vereador Pimentel Filho (MDB), o texto aguarda a sanção ou veto do prefeito Romero Rodrigues (PSDB).

Por decisão da maioria absoluta de seus membros, o STF pode deferir o pedido do PCdoB que solicita medida liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental, com base na Lei 9.882/99. Na Câmara dos Deputados, em Brasília, o colegiado que estuda o relatório do deputado Flavinho não marcou nova data para votar o parecer da Lei da Mordaça (Escola Sem Partido).

História de resistência consciente na Bahia

A Câmara de Vereadores de Porto Seguro (BA) convocou audiência pública no mês passado para discutir o projeto de autoria do vereador “Bolinha” (MDB), que proíbe a inserção de conteúdos de “ideologia de gênero” nas escolas da rede municipal. A decisão de aprofundamento do debate foi comemorada pelos grupos contrários ao projeto, devido à maioria evangélica na composição do legislativo local.

O relato de Gabriel Nascimento dos Santos, professor titular de Língua Inglesa na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em entrevista concedida a uma rádio local demonstra o quanto é preocupante este cenário de crescente retrocesso nos direitos dos cidadãos de Porto Seguro e dos brasileiros.

Questionado pelo apresentador sobre o projeto de lei do vereador “Bolinha”, ele disse que o texto pretendia, entre outras coisas, impedir a escola de ajudar os jovens na prevenção de DSTs (doenças sexualmente transmissíveis), “e pedi a cada pai e mãe para procurar o serviço de apoio a DSTs de Porto Seguro”.

“Nesse momento fui interrompido pelo apresentador porque ele queria mesmo saber sobre a tal ‘ideologia de gênero’. E eu respondi: isso é o que eles chamam de ideologia de gênero. Ele não se contentou. Perguntou sobre o negócio de homem ser mulher. Não me fiz de rogado. Eu disse que a escola deve respeitar as escolhas individuais de cada sujeito e ajudar eles a serem felizes”, contou Gabriel no dia 14 de junho através de seu perfil numa rede social.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

O jovem professor, de 27 anos, salientou que “não é papel dela (da escola) intervir na felicidade dos sujeitos, mas no seu sofrimento sim”. Gabriel Nascimento dos Santos concluiu, silenciando o radialista, que “aquele projeto não era contra a ideologia de gênero, mas para amordaçar e impedir a escola de continuar ajudando os jovens”.

Educação para evitar o desastre da violência contra LGBTs

Em janeiro de 2018, um levantamento realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), mostrou que no ano passado uma pessoa foi vítima de crimes motivados por homofobia a cada 19 horas. Foram mortos 445 lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) em 2017. Os dados anuais começaram a ser apresentados pela entidade há 38 anos.

Entre os números assustadores está o caso da travesti Dandara dos Santos, que foi torturada e assassinada em Fortaleza (CE), causando indignação e protestos após a publicação de um vídeo da violência nas redes sociais. Em Salvador (BA), neste ano, o homem trans Thadeu Nascimento (Têu), de 24 anos, foi encontrado morto no bairro de São Cristovão.

Assassinada no Morro do 18, em Água Santa, na zona norte do Rio de Janeiro (RJ), a estudante Matheusa Passarelli, de 21 anos, que tinha identidade de gênero não binária foi queimada por integrantes de uma facção criminosa da região.

Os casos acima revelam a necessidade de uma educação inclusiva, diversa e plural que possa evitar exemplos da avassaladora realidade de violência homofóbica no Brasil.

O que diz o cartaz proposto pela Lei da Mordaça

Pela proposta, deverá ser afixado em todas as escolas públicas e privadas do país um cartaz com o seguinte conteúdo, que seriam os deveres do professor:

1. Não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária;
2. Não favorecerá, nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas;
3. Não fará propaganda político-partidária em sala de aula, nem incitará os alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas;
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito;
5. Respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções;
6. Não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

05/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 05 de Julho de 2018 Capa

GAZETADIÁRIO

Foz do Iguaçu, quinta-feira, 5 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 622 — R\$ 2,00

Cresce 31,79% o movimento de turistas norte-americanos em Foz

Parque Nacional do Iguaçu recebeu, de janeiro a junho deste ano, 15.763 visitantes estadunidenses, contra 11.961 no mesmo período de 2017

Página 3

Projeto inédito

A Itaipu Binacional, em parceria com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI) e a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), vai desenvolver um projeto inédito para analisar a influência de micropoluentes nos rios, no solo e na biodiversidade na área de fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Página 13

Foto: Alexandre Marchetti/Iguaçu



1º semestre

PRF registra aumento de 52% na apreensão de drogas no Paraná

Foram três toneladas de cocaína, 294 quilos de crack, 23 toneladas de maconha e 8,3 milhões de cartelas de cigarros Página 9

Sessões extraordinárias

Câmara convoca vereadores para votação da LDO



Previsão do Legislativo é votar o projeto antes do recesso, que começará no dia 18 Página 4

Uber/Garupa

Projeto sobre aplicativos de transporte recebe nove emendas



Propostas de alteração no texto devem ser votadas amanhã na Câmara Página 5

Perseguição policial

PM prende traficante com 650 quilos de maconha



Suspeito fugiu de abordagem e deu trabalho aos PMs; além da droga foi apreendido um radiocomunicador e um celular Página 37

Presidente da Câmara convoca vereadores para votação da LDO

Previsão do Legislativo é votar o projeto antes do recesso, que começará no dia 18

Elson Marques
Frelizour

O presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB), publicou edital convocando os vereadores para votação, em sessões extraordinárias, do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. As reuniões plenárias começam a partir de amanhã (6). A previsão do Legislativo é votar a LDO antes do dia 18, quando começará o período de recesso, que se estenderá até o dia 31.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias já foi analisado pela Comissão Mista e submetido a discussão com a sociedade por meio de audiência pública. As sugestões aplicáveis farão parte das emendas a serem votadas antes da redação final do projeto. Para 2019 o projeto prevê que a proposta de orçamento municipal deverá ser de R\$ 1,18 bilhão.

A LDO traz as diretrizes que vão nortear a elaboração do orçamento anual levando em conta as políticas públicas para cada setor, a expectativa de receita e a previsão de despesas. O Executivo apontou que o projeto está baseado nos eixos do desenvolvimento e qualidade de vida.

Contempla áreas do desenvolvimento econômico e emprego, infraestrutura, urbanismo e saneamento, educação, trânsito, meio ambiente e turismo, habitação, ação social, abastecimento alimentar e agricultura, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer.



Comissão Mista realizou audiência para apresentar emendas ao projeto do Executivo

Limitação de despesas

Para fins de limitação de despesas, o projeto prevê a contenção de gastos em diversos setores, entre eles redução dos investimentos realizados com recursos próprios; horas extras; redução do número de estagiários contratados; despesas com serviços de energia elétrica, telefone, água e esgoto; manutenção de veículos automotores; serviços terceirizados para manutenção da estrutura física e limpeza de prédios públicos; e adiamento da celebração de convênios, contratos ou congêneres que acarretem qualquer despesa referente a uma contrapartida financeira.

As exceções aos critérios de limitação de empenho, seja da administração direta, indireta ou dos fundos, serão definidas em ato próprio do Poder Executivo, sem prejuízo a o que prevê a legislação vigente.

Ações prioritárias

"O projeto estabelece ações prioritárias e metas a serem alcançadas pela Administração Municipal Direta e Indireta no exercício de 2019. Tem, ainda, a função de estabelecer os parâmetros da alocação dos recursos para atendimento das ações prioritárias a serem desenvolvidas em cada uma das áreas", explicou o prefeito Chico Brasileiro na apresentação do projeto. De acordo com o Executivo, para os projetos, atividades e operações especiais vinculadas aos programas de governo, foram definidos os produtos, as metas físicas, os códigos e os títulos das ações propostas.

Evolução das receitas

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias que tramita na Câmara de Vereadores traz ainda a evolução da arrecadação da prefeitura nos últimos quatro anos. As receitas correntes, compostas tanto por recursos de arrecadação própria quanto pelos recebidos por meio de transferências, somaram em 2015 R\$ 705,55 milhões, elevando-se para R\$ 788,93 milhões no ano seguinte (11,82%). Em 2017 o valor subiu mais 12,95%, alcançando R\$ 891,1 milhões. Para este ano, a previsão é aumentar 7,13%, atingindo R\$ 954,64 milhões, chegando a R\$ 1,024 bilhão (7,35% a mais) em 2019.

UBER/GARUPA

Apresentadas nove emendas ao projeto sobre aplicativos

Propostas de alteração no texto devem ser votadas amanhã na Câmara

Elson Marques
Freelancer

As comissões reunidas do Legislativo apresentaram nove emendas ao projeto de regulamentação dos aplicativos de transporte privado como Uber e Garupa. As propostas de alteração no texto enviado pelo Executivo devem ser votadas em sessões extraordinárias da Câmara a partir de amanhã (6).

Depois de aprovadas ou rejeitadas as emendas, os vereadores devem analisar e votar a nova redação ou texto final do projeto, o que deve ocorrer na próxima semana. Ontem, segundo o presidente da Comissão Mista, vereador Tenente-Coronel Jahnke (Podemos), "foi uma sessão tranquila, na qual foi dado encaminhamento a vários projetos que serão cobrados na sequência. Dentre eles destaco o dos aplicativos, no qual foram apresentadas algumas emendas que entrarão em primeira votação na próxima sexta-feira".

Para o líder do prefeito na Câmara, vereador Jefferson Brayner (PRB), a sessão foi muito proveitosa. "Discutindo alguns projetos, inclusive essas emendas ao projeto sobre Uber e Garupa, que estamos analisando ainda. Na sequência irá para votação no plenário", confirmou.



Emendas lidas ontem em plenários aumentam rigor para funcionamento do novo serviço

Alterações sugeridas
As emendas lidas ontem na sessão extraordinária aumentam o rigor para o funcionamento do novo serviço. Entre as alterações sugeridas em audiência pública e acatadas pelas comissões está a proibição de os veículos dos aplicativos permanecerem em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo, podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque.

Pelas emendas, será obrigatório disponibilizar no aplicativo, o valor estimado do serviço a ser prestado ao usuário. Também fica proibido o embarque de usuários diretamente em vias públicas, que não tenha sido requisitado previamente por meio de plata-

forma tecnológica, bem como o estabelecimento de ponto fixo.

Vida útil e seguro
Será exigida a cópia do contrato, quando se tratar de locação do veículo. A vida útil ficará estabelecida em tempo de fabricação de no máximo oito anos para os veículos normais e de dez anos para os híbridos, elétricos ou adaptados para transporte de pessoas com deficiência.

Além do DPVAT, os veículos devem possuir, comprovadamente, seguro para acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de R\$ 25 mil por ocupante e de R\$ 10 mil para despesas médico-hospitalares. Também consta nas emendas que o veículo

não poderá estar registrado em nome de pessoa jurídica, exceto quando for locado e cumprir as exigências da lei.

Curso de capacitação
Entre as outras exigências aos operadores do novo serviço está apresentação da certidão negativa de débito junto à Fazenda do município, e possuir certificado de aprovação em curso de capacitação para transporte remunerado de passageiros, administrado pela própria operadora do aplicativo ou por entidades reconhecidas, com carga mínima de 16 horas, com conteúdo curricular aprovado pelo Foztrans.

As sanções para quem descumprir a lei serão as do Código de Trânsito Brasileiro.

Carteira de vacinação passa a ser obrigatória nas escolas

No Paraná, a apresentação da carteira de vacinação passou a ser obrigatória no ato da matrícula escolar, conforme determina a Lei nº 19.534, de 4 de junho de 2018.

Os alunos dos 399 municípios paranaenses, com idade até 18 anos, agora devem apresentar o documento atualizado de acordo com o Calendário de Vacinação da Criança e o Calendário de Vacinação do Adolescente, disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde e Ministério da Saúde.

Tanto instituições de ensino da rede pública quanto particular, que ofereçam educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, devem solicitar o documento.

Somente será dispensado da vacinação obrigatória o aluno que apresentar atestado médico de contra-indicação explícita da aplicação da vacina.

Segundo o secretário estadual da Saúde, Antônio Carlos Nardi, a lei garante a imunização, principalmente das crianças que necessitam ser levadas pelos pais ou responsáveis para serem vacinadas. "A vacinação é fundamental no combate às doenças. Ao longo da história, as vacinas já ajudaram a reduzir a incidência da poliomielite, sarampo e tétano. Não podemos esperar a população adoecer para agirmos", afirma Nardi.

Durante a campanha de vacinação contra a gripe, finalizada no dia 22 de junho, foram aplicadas 2,7 milhões de doses entre as populações-alvo determinadas pelo Ministério da Saúde.

O Paraná garantiu um índice de cobertura vacinal de 90%, acima da média nacional, de 83%. Apesar do bom resultado, o grupo de crianças de 6 meses a 4 anos de idade foi um dos que tiveram menor cobertura.

Matrícula

A falta de apresentação da carteira de vacinação ou a constatação da falta de alguma das vacinas consideradas obrigatórias não impossibilitará a matrícula. No entanto a situação deverá ser regularizada em um prazo máximo de 30 dias, pelo responsável, sob pena de comunicação imediata ao Conselho Tutelar para providências. (ANPR)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 05 de Julho de 2018 Pág.06

Redução de passagem?

Tai uma coisa dificil de acontecer, praticamente um milagre: o fato de os empresários do setor dos transportes aceitarem a redução da tarifa. Se bem que é complicado explicar e mais ainda entender como uma discussão que é baseada na redução da alíquota do PIS e Cofins pode ser subtraída de uma planilha, cujos outros valores já enfrentam uma briga de foice no escuro. Enquanto o governo reduz as alíquotas, todo o resto sobe. Os vereadores devem saber que é assim, logo não é simples mexer no vespeiro. O diretor do Foztrans fez um balanço muito real da situação.

Estudo

E a quem os vereadores pedirão esse estudo para uma possível redução das passagens? Ao Foztrans. O diretor-superintendente da autarquia, Fernando Maraninchi, explanou o que pode ser o resultado de um estudo: "Entra na planilha o preço cobrado de um ano atrás quando estava muito mais barato que a variação de 46 centavos [concedida pelo governo]. Quando discutirem novamente a tarifa, essa redução no diesel vai aparecer na planilha e determinar o novo valor da passagem". Se a Câmara for atendida em matéria da redução da tarifa, o valor cairia de R\$ 3,55 para R\$ 3,52 na tarifa comum e de R\$ 1,77 para R\$ 1,75 no Cartão Estudante.

SEGURANÇA

Aumentam casos de furtos de veículos próximo ao Hospital Costa Cavalcanti

Hospital de Foz do Iguaçu é referência em saúde e recebe pessoas da 9ª Regional, formada por nove municípios

Ronildo Pimentel
Freelancer

Voltou a aumentar, nos últimos meses, o número de furtos de veículos (carros e motos) nas ruas do entorno do Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC), na região da Vila A, em Foz do Iguaçu. Na noite de terça-feira (3), mais um proprietário ficou sem sua motocicleta, enquanto estava dentro da unidade de saúde. A alta incidência de casos já ganhou destaque em debates na Câmara de Vereadores.

A ousadia dos marginais que agem em frente ou ao lado do Costa Cavalcanti é tanta que populares chegaram a filmar, no final do mês de maio, o momento em que um rapaz abria um automóvel para fugir com o carro em poucos instantes. No filme, que viralizou nas redes sociais, o grupo comenta sobre a "tranquilidade" do bandido durante toda a ação.

"Estou filmando tudo. Olha, ele conseguiu [abrir], já deu a partida", comentam. Enquanto registravam o fato, os populares ligaram para a polícia, que agiu rápido. Em poucos instantes, os criminosos foram vistos transitando com o automóvel suspei-



Imagem ilustrativa/arquivo.

Aumentou o número de furtos de veículos nas ruas do entorno do Hospital Costa Cavalcanti

to na região do Jardim Jupira, próximo à Ponte Internacional da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai.

Assim que perceberam a chegada dos policiais, os bandidos abandonaram o veículo e fugiram a pé. No momento do furto, quando não havia a presença de vítimas, o automóvel estava estacionado em frente ao Laboratório de Análises Clínicas, ao lado do hospital.

A proprietária, que informou à imprensa que não sabia do ocorrido, disse que estava cuidando de um familiar internado no hospital. A mesma sorte não teve, até o fechamento desta edição, o proprietário da motocicleta.

Debates

Não é de hoje que chama a atenção a grande incidência de furtos e roubos de veículos na região do Hospital Costa Cavalcanti. O tema já pautou debates inclusive no Plenário da Câmara Municipal. O vereador Beni Rodrigues aprovou requerimento para as polícias aumentarem o patrulhamento ostensivo na região.

O vereador Celino Ferrtrin também apresentou requerimento, no final do ano passado, solicitando informações ao Executivo sobre a possibilidade de intensificar o patrulhamento na região. Ele reivindicou ainda a instalação de mais câmeras de vigilância em toda região da Vila A.

A medida, segundo Ferrtrin, foi uma resposta às inúmeras cobranças que vinha recebendo da comunidade do bairro. Ao defender o pedido, a vereadora Nanci Andreola disse que o prefeito já havia pedido estudo de um município que tem 100% de monitoramento por câmeras.

O Departamento de Comunicação informou que existem pouquíssimos equipamentos em algumas ruas. No entanto, o sistema antigo está sucateado devido à falta de manutenção no passado. A nova rede terá 254 câmeras já adquiridas pela prefeitura. Para a instalação já foi licitada uma rede de fibra ótica.

Hospital de Foz é referência na região

O HMCC é referência para a 9ª Regional de Saúde, que incluiu Foz do Iguaçu, Itaipulândia, Matelândia, Medianeira, Missal, Ramilândia, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Serranópolis do Iguaçu. A unidade mantém 202 leitos com taxa média de ocupação próximo de 100%.

Muitos dos pacientes internatos necessitam de acompanhante 24 horas, que deixam os veículos estacionados no entorno. Centenas de pessoas procuram diariamente o hospital para receber algum tipo de tratamento. Só para ilustrar, o Centro de Oncologia, que tem 39 leitos, atende 994 pacientes em tratamento de quimioterapia e 75 na radioterapia.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

GDIA – 05 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/presidente-da-camara-convoca-vereadores-para-votacao-da-ldo/28490>

Presidente da Câmara convoca vereadores para votação da LDO



O presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB) publicou edital convocando os vereadores para votação em sessões extraordinárias do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. As reuniões plenárias começam a partir de amanhã (6). A previsão do Legislativo é votar a LDO antes do dia 18 quando começa o período de recesso que se estenderá até o dia 31. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias já foi analisado pela Comissão Mista e submetido a discussão com a sociedade por meio de audiência pública. As sugestões aplicáveis farão parte das emendas a serem votadas antes da redação final do projeto. Para 2019 o projeto prevê que a proposta de orçamento municipal deverá ser de R\$ 1,18 bilhão. *(Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 05 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/05/projeto-de-regulamentacao-de-transporte-por-aplicativo-recebe-emendas-na-c/>

Projeto de regulamentação de transporte por aplicativo recebe emendas



por **Dante Quadra** — 5 de julho de 2018 em Política



0 Compartilhado 27 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



A regulamentação dos serviços de transporte por aplicativo passou por **audiência pública** no último dia 18 de junho, quando o tema foi amplamente debatido com órgãos fiscalizadores do transporte no município, autoridades, representantes das categorias de transporte, trade turístico. Depois disso, as Comissões Reunidas, a partir das sugestões e reivindicações, propuseram emendas ao projeto.

O Projeto de Lei nº 36/2018, de autoria do Prefeito, que trata do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município recebeu nove emendas, as quais foram lidas na sessão extraordinária desta quarta-feira, 04 de julho, conforme trâmite normal.

O projeto recebeu parecer favorável das **Comissões Reunidas da Casa de Leis**, considerando a mobilidade urbana como prioridade no planejamento de políticas relacionadas ao desenvolvimento das cidades modernas.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Dentre as emendas, uma das mudanças propostas foi de que os veículos não poderão permanecer em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo, podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque; Além do DPVAT devem possuir comprovadamente seguro que cubra acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de 25 mil reais por ocupante e de 10 mil reais para despesas médico-hospitalares. Outro ponto defendido por emenda é que o veículo não poderá constar como proprietário pessoa jurídica, exceto quando o veículo for locado e cumprir as exigências da lei.

Após a leitura, as emendas foram encaminhadas para discussão na ordem do dia da próxima sessão extraordinária, dia 06 de julho.

RCI – 05 de julho de 2018

Link: <http://www.semprerci.com.br/noticia-local-1505>



FOTO: Divulgação / CMFI

Requerimento pede redução da tarifa de transporte público em Foz

O assunto foi apresentado pelo Vereador Celino Fertrin e pede que o Executivo estude essa possibilidade

Durante a sessão ordinária desta quarta-feira (04) os parlamentares aprovaram um requerimento de autoria do Vereador Celino Fertrin (PDT).

O requerimento pede que o Poder Executivo realize um estudo sobre a possibilidade de redução do valor da passagem do transporte público iguaçuense. Atualmente o valor integral é R\$3,55.

De acordo com o parlamentar, as justificativas para essas mudanças seriam as medidas de redução da alíquota do PIS e do COFINS sobre o óleo diesel anunciadas pelo Governo Federal e também a redução da alíquota 3% para 2% sobre o ISSQN para os serviços de transporte coletivo em Foz do Iguaçu.

"Temos que levar em conta que os valores sobem automaticamente quando há aumento de combustíveis ou aumento de impostos. Então porque não fazer o mesmo quando há uma redução? Isso seria um benefício para mais de 70 mil iguaçuenses que utilizam diariamente o transporte público," argumentou Celino.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Portal da Cidade – 05 de julho de 2018

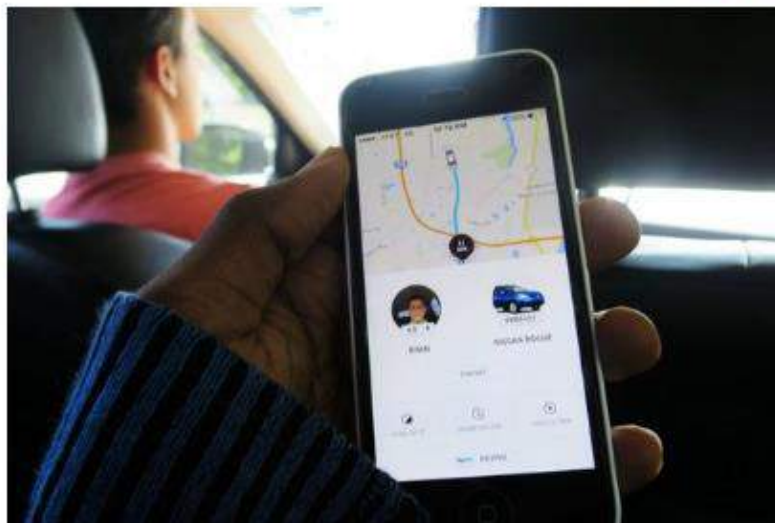
Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/apresentadas-nove-emendas-ao-projeto-sobre-aplicativos-de-transporte>

REGULAMENTAÇÃO

Apresentadas nove emendas ao projeto sobre aplicativos de transporte

Emendas devem ser discutidas e votadas nesta sexta-feira (06).

Postado em 05/07/2018 às 00:21 | Atualizado hoje às 00:26



A regulamentação dos serviços de transporte por aplicativo passou por audiência pública no último dia 18 de junho, quando o tema foi amplamente debatido com órgãos fiscalizadores do transporte no município, autoridades, representantes das categorias de transporte, trade turístico. Depois disso, as Comissões Reunidas, a partir das sugestões e reivindicações, propuseram emendas ao projeto.

O Projeto de Lei nº 36/2018, de autoria do Prefeito, que trata do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município recebeu nove emendas, as quais foram lidas na sessão extraordinária desta quarta-feira, 04 de julho, conforme trâmite normal.

O projeto recebeu parecer favorável das **Comissões Reunidas da Casa de Leis**, considerando a mobilidade urbana como prioridade no planejamento de políticas relacionadas ao desenvolvimento das cidades modernas.

Dentre as emendas, uma das mudanças propostas foi de que os veículos não poderão permanecer em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo, podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque; Além do DPVAT devem possuir comprovadamente seguro que cubra acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de 25 mil reais por ocupante e de 10 mil reais para despesas médico-hospitalares. Outro

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

ponto defendido por emenda é que o veículo não poderá constar como proprietário pessoa jurídica, exceto quando o veículo for locado e cumprir as exigências da lei.

Após a leitura, as emendas foram encaminhadas para discussão na ordem do dia da próxima sessão extraordinária, marcada para sexta-feira, 06 de julho.

Portal da Cidade – 05 de julho de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/valor-da-passagem-do-transporte-coletivo-e-tema-de-requerimento>

TARIFA

Vereadores pedem estudo para reduzir valor da passagem de ônibus

O assunto foi apresentado pelo Vereador Celino Fertrin e pede que a prefeitura estude a redução da tarifa.

Postado em 05/07/2018 às 00:29 | Atualizado hoje às 00:34



(Foto: Divulgação/CMFI)

Durante a sessão ordinária desta quarta-feira (04) os parlamentares aprovaram um requerimento de autoria do Vereador Celino Fertrin (PDT) pedindo que a prefeitura realize um estudo sobre a possibilidade de redução do valor da passagem do transporte público iguaçuense, atualmente o valor integral é R\$3,55.

De acordo com o parlamentar, as justificativas para essas mudanças seriam as medidas de redução da alíquota do PIS e do COFINS sobre o óleo diesel anunciadas pelo Governo Federal e também a redução da alíquota 3% para 2% sobre o ISSQN para os serviços de transporte coletivo em Foz do Iguaçu.

"Temos que levar em conta que os valores sobem automaticamente quando há aumento de combustíveis ou aumento de impostos. Então porque não fazer o mesmo quando há uma redução? Isso seria um benefício para mais de 70 mil iguaçuenses que utilizam diariamente o transporte público." Pontuou Celino.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 05 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/05/projeto-de-regulamentacao-de-transporte-por-aplicativo-recebe-emendas-na-c/>

Projeto de regulamentação de transporte por aplicativo recebe emendas

por **Dante Quadra** — 5 de julho de 2018 em Política

0 0 0



0 165

Compartilhado Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G+



A regulamentação dos serviços de transporte por aplicativo passou por audiência pública no último dia 18 de junho, quando o tema foi amplamente debatido com órgãos fiscalizadores do transporte no município, autoridades, representantes das categorias de transporte, trade turístico. Depois disso, as Comissões Reunidas, a partir das sugestões e reivindicações, propuseram emendas ao projeto.

O Projeto de Lei nº 36/2018, de autoria do Prefeito, que trata do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município recebeu nove emendas, as quais foram lidas na sessão extraordinária desta quarta-feira, 04 de julho, conforme trâmite normal.

O projeto recebeu parecer favorável das Comissões Reunidas da Casa de Leis, considerando a mobilidade urbana como prioridade no planejamento de políticas relacionadas ao desenvolvimento das cidades modernas.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Dentre as emendas, uma das mudanças propostas foi de que os veículos não poderão permanecer em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo, podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque; Além do DPVAT devem possuir comprovadamente seguro que cubra acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de 25 mil reais por ocupante e de 10 mil reais para despesas médico-hospitalares. Outro ponto defendido por emenda é que o veículo não poderá constar como proprietário pessoa jurídica, exceto quando o veículo for locado e cumprir as exigências da lei.

Após a leitura, as emendas foram encaminhadas para discussão na ordem do dia da próxima sessão extraordinária, dia 06 de julho.

Assessoria

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

H2FOZ – 05 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/ministro-do-stf-suspende-lei-da-ideologia-de-genero-em-foz>

Ministro do STF suspende “lei da ideologia de gênero” em Foz



Alteração na legislação foi aprovada por 13 votos; dois vereadores não compareceram à sessão (Foto: Marcos Labanca/H2FOZ)

H2FOZ - Paulo Bogler

O ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou a suspensão da chamada “lei da ideologia de gênero” em Foz do Iguaçu, aprovada pela Câmara de Vereadores no dia 3 de maio. A liminar em vigor será submetida à apreciação dos demais ministros em plenário.

Com 13 votos a favor - dois vereadores não participaram da votação - a emenda nº 47/2018 alterou a LOM (Lei Orgânica Municipal) “vedando a adoção e/ou divulgação de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero”. A mudança na legislação foi promulgada pelo presidente do Legislativo, o vereador Rogério Quadros (PTB).

Em sua decisão, o ministro Dias Toffoli considerou equivocada a criação de lei municipal sobre conteúdo curricular e preceitos pedagógicos. Para ele, esses temas devem ser diretrizes consagradas obrigatoriamente no Plano Nacional de Educação.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

“No tocante ao tema educação, caberá à União a edição de normas gerais que estruturarão o sistema nacional de educação e orientarão as demais esferas federativas na implementação dos objetivos e valores traçados pelo constituinte”, afirmou Dias Toffoli, por meio da comunicação do STF.

Toffoli endendeu como grave e prejudicial ao cotidiano de alunos e professores, também, a supressão de conteúdo escolar "com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber", enfatizou o ministro.

O pedido de liminar foi ajuizado pelo PCdoB (Partido Comunista do Brasil). A agremiação sustentou, na ação, que a emenda à Lei Orgânica aprovada pelos vereadores iguaçuenses fere diversos dispositivos da Constituição Federal.

Além do STF, a “lei da ideologia de gênero” de Foz do Iguaçu é questionada no Tribunal de Justiça do Paraná. A ação inconstitucionalidade foi apresentada pela APP-Sindicato, entidade que representa os educadores estaduais.

Facebook – Acontece na Fronteira – 05 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/posts/279787905926736>

Supremo diz que **Câmara Municipal** NAO tem autonomia para normatizar Ideologia de Gênero ! Em análise preliminar de ADPF, o ministro Dias Toffoli destacou que a Constituição atribui à União a edição de normas gerais do sistema nacional de educação.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar para suspender dispositivo da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu (PR) que proíbe, na rede municipal de ensino, a veiculação de conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo “gênero”. A decisão, a ser referendada pelo Plenário, se deu na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 526.

Ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a ação questiona o parágrafo 5º do artigo 162 da Lei Orgânica municipal, incluído pela Emenda 47/2018. O partido aponta violação de diversos preceitos da Constituição da República, como o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), o direito à igualdade (artigo 5º, caput), a vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX) e a laicidade do Estado (artigo 19, inciso I). Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e II).

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Segundo o partido, a proibição à abordagem do tema configura verdadeira censura, e a institucionalização desse entendimento estimula a denúncia e o controle no ambiente escolar entre os professores. “Falar e promover a igualdade de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e qualquer cidadã brasileira viva e se apresente da forma como quiser”, sustenta.

Decisão

Em uma análise preliminar da causa, o ministro Dias Toffoli observou que parece equivocada a disposição, por meio de lei municipal, acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica da rede pública de ensino. “No tocante ao tema educação, caberá à União a edição de normas gerais que estruturarão o sistema nacional de educação e orientarão as demais esferas federativas na implementação dos objetivos e valores traçados pelo constituinte”, afirmou. O relator lembrou que o legislador federal, exercendo sua competência constitucional quanto à matéria, editou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Segundo o relator, temas relacionados a conteúdo curricular e políticas de orientação pedagógica configuram, necessariamente, ferramentas para a consecução do plano nacional de educação “que, segundo determina a Constituição Federal, deve ser orquestrado, conduzido, pela União em prol da melhoria da qualidade do ensino e da formação humanística dos educandos”. Embora estados e municípios detenham competência para suplementar a legislação federal e adaptá-la à sua realidade local, o ministro assentou que as entidades federativas menores não podem dispor de modo contrário ao estabelecido na legislação federal.

Ao analisar os requisitos para a concessão de liminar, o ministro assinalou ainda que a supressão de conteúdo curricular “é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber”.

Por Hlucas.com.br

Lembrando que esse projeto sobre a ideologia de gênero é de autoria do ex vereador Dr Brito, que foi preso pela Polícia Federal, por fraude em licitações na área de saúde, na operação Nominada como Renitencia. Passou a conversa em todo mundo ... Até no bispo !

CF/AD



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

HLUCAS– 05 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/05/ministro-suspende-lei-de-foz-do-iguacu-pr-que-proibe-abordagem-sobre-genero-nas-escolas-municipais/>

Ministro suspende lei de Foz do Iguaçu (PR) que proíbe abordagem sobre gênero nas escolas municipais

[Deixe um comentário](#)

Em análise preliminar de ADPF, o ministro Dias Toffoli destacou que a Constituição atribui à União a edição de normas gerais do sistema nacional de educação.



O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar para suspender dispositivo da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu (PR) que proíbe, na rede municipal de ensino, a veiculação de conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo “gênero”. A decisão, a ser referendada pelo Plenário, se deu na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 526.

Ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a ação questiona o parágrafo 5º do artigo 162 da Lei Orgânica municipal, incluído pela Emenda 47/2018. O partido aponta violação de diversos preceitos da Constituição da República, como o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), o direito à igualdade (artigo 5º, *caput*), a vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX) e a laicidade do Estado (artigo 19, inciso I). Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e II).

Segundo o partido, a proibição à abordagem do tema configura verdadeira censura, e a institucionalização desse entendimento estimula a denúncia e o controle no ambiente escolar entre os professores. “Falar e promover a igualdade de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e qualquer cidadã brasileira viva e se apresente da forma como quiser”, sustenta.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Decisão

Em uma análise preliminar da causa, o ministro Dias Toffoli observou que parece equivocada a disposição, por meio de lei municipal, acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica da rede pública de ensino. “No tocante ao tema educação, caberá à União a edição de normas gerais que estruturarão o sistema nacional de educação e orientarão as demais esferas federativas na implementação dos objetivos e valores traçados pelo constituinte”, afirmou. O relator lembrou que o legislador federal, exercendo sua competência constitucional quanto à matéria, editou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Segundo o relator, temas relacionados a conteúdo curricular e políticas de orientação pedagógica configuram, necessariamente, ferramentas para a consecução do plano nacional de educação “que, segundo determina a Constituição Federal, deve ser orquestrado, conduzido, pela União em prol da melhoria da qualidade do ensino e da formação humanística dos educandos”. Embora estados e municípios detenham competência para suplementar a legislação federal e adaptá-la à sua realidade local, o ministro assentou que as entidades federativas menores não podem dispor de modo contrário ao estabelecido na legislação federal.

Ao analisar os requisitos para a concessão de liminar, o ministro assinalou ainda que a supressão de conteúdo curricular “é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber”.

CF/AD

- *Processo relacionado: ADPF 526*
- PITACO: O autor do projeto dessa lei imbecil foi o ex-vereador Luiz Brito que renunciou, depois de passar dois meses na penitenciária, acusado que foi na operação Renitência. O seu guru Cazuzza rodou junto. O falso moralista só prestava para isso. Bom que o STF reponha as coisas em seus devidos lugares. Veja o que escrevi na época:

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Não VIU? – 05 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/lei-proibe-ideologia-genero-nas-escolas-foz-suspensa-dias-toffoli/>

LEI QUE PROÍBE IDEOLOGIA DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE FOZ É SUSPENSA POR DIAS TOFFOLI

5 Julho, 2018 By [Cláudio Dalla Benetta](#) — 1 comentário



A "lei da ideologia de gênero", aprovada pela Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu em maio, foi suspensa em decisão liminar pelo ministro do Supremo Tribunal federal Dias Toffoli.

Incluída como artigo na Lei Orgânica Municipal, ela proíbe que na rede municipal de ensino seja veiculado conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo "gênero".

Segundo o ministro, a supressão de conteúdo curricular "é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem

parte indispensável de seu direito ao saber".

A decisão de Toffoli ainda deverá ser referendada pelo Plenário do STF.

A ação foi ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) questionando o parágrafo 5º do artigo 162 da Lei Orgânica municipal de Foz, incluído pela Emenda 47/2018.

O partido aponta violação de diversos preceitos da Constituição da República, como o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), o direito à igualdade (artigo 5º, caput), a vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX) e a laicidade do Estado (artigo 19, inciso I).

Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e II).

Segundo o partido, a proibição à abordagem do tema configura verdadeira censura, e a institucionalização desse entendimento estimula a denúncia e o controle no ambiente escolar entre os professores. "Falar e promover a igualdade de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e qualquer cidadã brasileira viva e se apresente da forma como quiser", sustenta.


CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Fatos da Fronteira – 05 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/fatosdafronteira/posts/261783677916824>


 **Fatos da Fronteira** 5 de julho às 15:03 · 🌐

As últimas da cidade

Presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Rogério Quadros tem travado o contrato com produtora iguaçuense.

Destaque no PRB e PC do B nacional costuram juntos em diversos estados, mas FRUET candidato do PRB municipal contraria os laços e tenta bater a toda hora em BOBATO, candidato do PC do B.

Contas da Fartal estão sendo investigadas.







FATOSDAFRONTEIRA.BLOGSPOT.COM

PEROLITAS IGUAÇUENSES VI Saiba mais

E a Tv da Câmara Municipal? Parece-nos, que há algo d...

👍👎👏 44 21 comentários · 9 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

06/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 06 de Julho de 2018 Pág.04

PROJETO NA CÂMARA

Proposta regulamenta terrenos ocupados pela Receita e hospital

Tramitação de projeto provocou reunião entre vereadores, prefeito e delegado da RF

Elson Marques
Freelancer

Atendendo a convite do Legislativo, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) e o delegado-chefe da Receita Federal em Foz do Iguaçu, Rafael Dolzan, estiveram reunidos com o presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB), e os vereadores membros das comissões técnicas. O assunto foi o projeto de lei que busca a regularização de duas áreas: uma ocupada pela Receita Federal e outra onde está construído o Hospital Municipal.

Conforme noticiou a Câmara, a regularização desses terrenos é essencial para o desenvolvimento, visto que os locais poderão receber mais investimentos por pertencerem ao município. Como o projeto está sob a análise das comissões, a reunião serviu para esclarecimento de dúvidas e levantamento de informações que possam embasar o parecer das comissões.

O prefeito Chico Brasileiro disse que o projeto faz parte de um conjunto de medidas para resolver várias situações de



Prefeito e delegado da Receita se reuniram com os vereadores

terrenos ainda sem a documentação legal. "Há situações em que o município ocupa um determinado imóvel, mas legalmente não lhe pertence porque a documentação está pendente. Com essas providências que estamos adotando, os terrenos passam a ser do município, e também estamos liberando a documentação para os casos onde áreas foram doadas para outras instituições e a regularização também não foi formalizada", observou.

No caso do Hospital Municipal, Chico Brasileiro observou que a regularização dará tranquilidade para ampliar a unidade hospitalar, como também o Centro de Especialidades Médicas que está localizado em anexo.

Aguardando parecer

O projeto enviado pelo prefeito foi lido nesta semana e encaminhado para as comissões reunidas de Justiça e Redação; e de Obras, Urbanismo, Serviços Públicos, Ecologia e Meio Ambiente. O relator do projeto, vereador Adenildo Kako (Podemos), disse que a reunião serviu para esclarecimentos de alguns pontos fundamentais à elaboração do parecer que vai encaminhar a proposta para votação em plenário. "Vamos avaliar as ponderações e preparar o relatório", adiantou.

Segundo o presidente da Câmara, Rogério Quadros, o prefeito levou informações sobre vários projetos que entraram no Legislativo encaminhados

do pelo Executivo em caráter de urgência. "Um desses projetos é da regularização do terreno onde está a sede da Receita Federal, que pertence ao município, e o imóvel onde está o Hospital Municipal, construído em área do governo federal e, devido aos trâmites burocráticos, depende de lei municipal. Isso é importante para que futuramente estes espaços possam receber investimentos sem nenhum entrave jurídico quanto à área", afirmou.

Rafael Dolzan também citou a importância de resolver as pendências legais em relação às áreas. "No hospital, por exemplo, para ter uma ampliação, necessita que o terreno esteja regularizado em nome do município. Da mesma forma, a Receita Federal, pretendendo ampliar com nova obra como é o planejamento, também fica impedida porque o terreno ainda não está regularizado. Resolvendo essas questões será melhor para as instituições e para a população em geral", concluiu o delegado-chefe da Receita Federal.

LEI POLÊMICA

Ministro do STF suspende lei que proíbe abordagem sobre gênero nas escolas

Em análise preliminar de ADPF, o ministro Dias Toffoli destacou que a Constituição atribui à União a edição de normas gerais do sistema nacional de educação

Al STF
Reportagem

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar para suspender dispositivo da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu (PR) que proíbe, na rede municipal de ensino, a veiculação de conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo "gênero". A decisão, a ser referendada pelo Plenário, deu-se na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 526.

Ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a ação questiona o parágrafo 5º do artigo 162 da Lei Orgânica municipal, incluído pela Emenda 47/2018. O partido aponta violação de diversos preceitos da Constituição da República, como o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), o direito à igualdade (artigo 5º, caput), a vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX) e a laicidade do Estado (artigo 19, inciso

I). Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e II).

Segundo o partido, a proibição à abordagem do tema configura verdadeira censura, e a institucionalização desse entendimento estimula a denúncia e o controle no ambiente escolar entre os professores. "Falar e promover a igualdade de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e qualquer cidadã brasileira viva e se apresente da forma como quiser", sustenta.

Decisão

Em uma análise preliminar da causa, o ministro Dias Toffoli observou que parece equivocada a disposição, por meio de lei municipal, acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica da



Dias Toffoli suspendeu lei que proíbe abordagem sobre gênero nas escolas municipais de Foz

rede pública de ensino. "No tocante ao tema educação, caberá à União a edição de normas gerais que estruturarão o sistema nacional de educação e orientarão as demais

esferas federativas na implementação dos objetivos e valores traçados pelo constituinte", afirmou. O relator lembrou que o legislador federal, exercendo sua competên-

cia constitucional quanto à matéria, editou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Segundo o relator, temas relacionados a conteúdo curricular e políticas de orientação pedagógica configuraram, necessariamente, ferramentas para a consecução do plano nacional de educação "que, segundo determina a Constituição Federal, deve ser orquestrado, conduzido, pela União em prol da melhoria da qualidade do ensino e da formação humanística dos educandos". Embora estados e municípios detenham competência para complementar a legislação

federal e adaptá-la à sua realidade local, o ministro assentou que as entidades federativas menores não podem dispor de modo contrário ao estabelecido na legislação federal.

Ao analisar os requisitos para a concessão de liminar, o ministro assinalou ainda que a supressão de conteúdo curricular "é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber".

Projeto foi aprovado no dia 3 de maio sob protesto

O projeto que proíbe a inclusão do ensino sobre ideologia de gênero como parte das disciplinas escolares foi aprovado pelo plenário da Câmara no dia 3 de maio deste ano. Os vereadores ignoraram as pressões do grupo que ocupou boa parte do plenário e aprovaram a lei por 13 votos, com dois vereadores ausentes — Rosane Bonho (PP), por problemas de saúde, e Marcio Rosa (PSD), que deixou o plenário para agenda de reunião com a Rede Proteger e o Tribunal de Justiça do Trabalho do Paraná.



Manifestantes protestaram contra a aprovação do projeto

CONTRATO CRISTALINK

Requerimento reabre suspeita sobre serviços na oftalmologia

Vereador Elizeu Liberato apresentou requerimento solicitando documentação sobre contrato na saúde

Elson Marques
Freelancer

O contrato da prefeitura com a empresa de serviços oftalmológicos Cristalink, alvo de investigação do Ministério Público, voltou à pauta na Câmara Municipal. O vereador Elizeu Liberato (PR) apresentou requerimento solicitando à Fundação Municipal de Saúde documentação detalhada sobre o contrato. O propósito é verificar se os valores pagos efetivamente correspondem aos serviços prestados. Conforme o MP, há denúncia de irregularidade na forma de contratação e também de um suposto sobrepreço.

Depois das recomendações do MP e pareceres do Conselho Municipal de Saúde, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) cancelou o contrato. O assunto, entretanto, não está encerrado. O requerimento de Elizeu Liberato consta na pauta da sessão desta sexta-feira (6), prevista para iniciar às 9h.

No documento, o vereador requer do diretor-presidente da Fundação Municipal de Saúde cópia integral do Contrato nº 35/2016 e respectivos aditivos. Esse contrato foi celebrado entre a FMS e a Empresa Cristalink Serviços Médicos Ltda. — EPP. Elizeu está requerendo também cópias das notas fiscais e



Elizeu Liberato solicitou mais documentação sobre contrato da Cristalink com a Fundação de Saúde

relatórios referentes aos pagamentos realizados na vigência do contrato, além da relação de pacientes e informações quanto ao fluxo de encaminhamento de usuários atendidos pelo termo de cooperação com a Secretaria de Estado da Saúde.

De acordo com o vereador, os pedidos complementam a documentação solicitada ao Executivo municipal por meio de requerimentos anteriores referentes ao contrato firmado entre o município e a Cristalink. "Nesses requerimentos anteriores, em resposta, a Secretaria Municipal de Saúde informou que os procedimentos cirúrgicos realizados pela empresa, apesar de estarem também contemplados no contrato nº 31/2017 da citada empresa com a Prefeitura de Foz do Iguaçu, foram executados e pagos através do contrato nº 35/2016, celebrado entre a Fundação Municipal de Saúde (FMS) e a citada empresa, mediado pela Secretaria de Estado de Saúde (Sesa)", explicou Elizeu Liberato.

Segundo o vereador, as informações solicitadas são fundamentais para a conclusão dos trabalhos de análise documental que ele e a equipe do gabinete estão fazendo referente aos contratos.

Reivindicação dos ACSs

Também na pauta da sessão de hoje consta requerimento do vereador Marcio Rosa (PSD) solicitando informações ao Executivo quanto às reivindicações dos agentes comunitários de saúde (ACSs). A cobrança maior é de valorização da classe que exerce papel fundamental nos serviços de prevenção na atenção básica.

Entre as reivindicações dos ACSs estão: reconhecimento do direito de insalubridade; décimo quarto; vale-alimentação; plano de cargos e carreiras; uniforme adequado, com boa qualidade, equipamentos de proteção individual (EPIs) e materiais de trabalho; ferramenta tecnológica para cada agente; cursos de capacitação e aperfeiçoamento; e participação na implantação de ações em saúde pública com direito a voz.

Na opinião de Marcio Rosa, considerando a importância do agente comunitário de saúde, torna-se urgente a valorização da classe. "O agente de saúde é profissional elogiado nas diversas áreas e conferências de saúde no mundo, que tem ajudado a modificar e implantar ações preventivas e de promoção à saúde. São atividades de grande importância no controle social. Cada vez mais o ACS se consolida no programa Saúde da Família como um agente que promove amplas transformações socioculturais, comprometido com a ética e a humanização, atuando de forma digna e competente", ressaltou o vereador.

Ainda na sessão ordinária será apresentado hoje o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito instituída com a finalidade de apurar e investigar suspeitas de irregularidades em contratos terceirizados firmados entre a prefeitura e a empresa de coleta de lixo no período de 2005 a 2017.

Sessões extras

Logo após a sessão ordinária estão previstas sessões extraordinárias para tratar de diversos assuntos e votações. Um dos temas será a votação das emendas ao projeto de regulamentação do transporte por aplicativo. Nas extraordinárias serão lidos pareceres favoráveis das comissões reunidas, com apresentação de emendas ao projeto que consolida o novo quadro administrativo na prefeitura.

Da mesma forma será apresentado hoje, com emenda, parecer da Comissão Mista favorável ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Marcio Rosa entrou com requerimento em defesa de reivindicações de agentes comunitários de saúde

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

RCI – 06 de julho de 2018

Link: <http://www.semprepci.com.br/noticia-local-1510>



FOTO: Marcos Labanca / H2FOZ.

Ministro do STF suspende “lei da ideologia de gênero” em Foz

Decisão tomada pelo ministro Dias Toffoli considerou equivocada a criação desta lei

O ministro Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão da chamada “lei da ideologia de gênero” em Foz do Iguaçu, aprovada pela Câmara de Vereadores no dia 3 de maio. A liminar em vigor será submetida à apreciação dos demais ministros em plenário.

Com 13 votos a favor a emenda nº 47/2018 alterou a Lei Orgânica Municipal “vedando a adoção e/ou divulgação de políticas de ensino que tendam a aplicar a ideologia de gênero”. A mudança na legislação foi promulgada pelo presidente do Legislativo, o vereador Rogério Quadros (PTB).

Em sua decisão, o ministro Dias Toffoli considerou equivocada a criação de lei municipal sobre conteúdo curricular e preceitos pedagógicos. Para ele, esses temas devem ser diretrizes consagradas obrigatoriamente no Plano Nacional de Educação.

Toffoli entendeu como grave e prejudicial ao cotidiano de alunos e professores, a supressão de conteúdo escolar. O pedido de liminar foi ajuizado pelo PCdoB. A agremiação sustentou, na ação, que a emenda à Lei Orgânica aprovada pelos vereadores iguaçuenses fere diversos dispositivos da Constituição Federal.

Alem do STF, a “lei da ideologia de gênero” de Foz do Iguaçu é questionada no Tribunal de Justiça do Paraná. A ação inconstitucionalidade foi apresentada pela APP-Sindicato.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 06 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/06/ministro-suspende-lei-que-proibe-abordagem-sobre-genero-nas-escolas-de-foz-do-iguacu/>

Ministro suspende lei que proíbe abordagem sobre gênero nas escolas de Foz do Iguaçu

por **Dante Quadra** — 6 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado 196 Visualizadas

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Publique no G



O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar para suspender dispositivo da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu (PR) que proíbe, na rede municipal de ensino, a veiculação de conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo “gênero”. A decisão, a ser referendada pelo Plenário, se deu na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 526.

Ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a ação questiona o parágrafo 5º do artigo 162 da Lei Orgânica municipal, incluído pela Emenda 47/2018. O partido aponta violação de diversos preceitos da Constituição da República, como o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso I), o direito à igualdade (artigo 5º, caput), a

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX) e a laicidade do Estado (artigo 19, inciso I). Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e II).

Segundo o partido, a proibição à abordagem do tema configura verdadeira censura, e a institucionalização desse entendimento estimula a denúncia e o controle no ambiente escolar entre os professores. “Falar e promover a igualdade de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e qualquer cidadã brasileira viva e se apresente da forma como quiser”, sustenta.

Decisão

Em uma análise preliminar da causa, o ministro Dias Toffoli observou que parece equivocada a disposição, por meio de lei municipal, acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica da rede pública de ensino. “No tocante ao tema educação, caberá à União a edição de normas gerais que estruturarão o sistema nacional de educação e orientarão as demais esferas federativas na implementação dos objetivos e valores traçados pelo constituinte”, afirmou. O relator lembrou que o legislador federal, exercendo sua competência constitucional quanto à matéria, editou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Segundo o relator, temas relacionados a conteúdo curricular e políticas de orientação pedagógica configuram, necessariamente, ferramentas para a consecução do plano nacional de educação “que, segundo determina a Constituição Federal, deve ser orquestrado, conduzido, pela União em prol da melhoria da qualidade do ensino e da formação humanística dos educandos”. Embora estados e municípios detenham competência para suplementar a legislação federal e adaptá-la à sua realidade local, o ministro assentou que as entidades federativas menores não podem dispor de modo contrário ao estabelecido na legislação federal.

Ao analisar os requisitos para a concessão de liminar, o ministro assinalou ainda que a supressão de conteúdo curricular “é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber”.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

H2FOZ – 06 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/prefeito-pede-autorizacao-da-camara-para-emprestimo-de-ate-r-5-milhoes>

Prefeito pede autorização da Câmara para empréstimo de até R\$ 5 milhões



H2FOZ - Paulo Bogler

A Câmara Municipal analisa o projeto do prefeito Chico Brasileiro (PSD) que autoriza o município a tomar até R\$ 5 milhões emprestados do Banco do Brasil. A proposta foi lida na sessão extraordinária desta sexta-feira, 6, e texto em substituição da proposta original encaminhada à apreciação dos vereadores.

No substitutivo ao Projeto de Lei nº 37/2018, o prefeito informa que os recursos resultantes da operação de crédito comprarão máquinas e equipamentos a serem utilizados na infraestrutura viária e para a mobilidade urbana. O dinheiro virá do Programa Eficiência Municipal.

O município terá até cinco anos para quitar o empréstimo, sendo 54 meses de parcelamento e seis de carência. Os encargos financeiros incluem taxa anual de juros de 160% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e tarifa de estruturação de 1,5% do valor do contrato.

Conforme o projeto apresentado por Chico Brasileiro, o Banco do Brasil poderá debitar na conta-corrente da prefeitura o pagamento do valor principal da dívida, juros, tarifas bancárias e outros encargos. Não será necessário nota de empenho para a cobrança dos valores.

Na justificativa do projeto, o prefeito diz que usará o dinheiro para a aquisição de veículos pesados e máquinas para serviços de manutenção de ruas e avenidas. O maquinário ainda auxiliará em melhorias de estradas rurais.

"Os veículos pesados e maquinários utilizados atualmente pela Diretoria de Serviços e Manutenção, da Secretaria Municipal de Obras, são locados. Com a compra desses veículos pesados e maquinários pelo Poder Executivo, os contratos de locação serão rescindidos, redundando numa substancial economia aos cofres públicos", informa a justificativa do projeto à Câmara Municipal.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 06 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/posts/1680383138727089>



Jornal Novo Tempo compartilhou uma publicação.



6 de julho às 19:20 · 🌐

Enfim vamos ter o dia para comemorar nossa fé novamente. Parabéns Inês Weizemann



Inês Weizemann

6 de julho às 12:33 · 🌐

👍 Curtir Página

O dia da Consciência Evangélica, voltará a ser lembrado na Câmara de Vereadores de Foz. Fizemos o pedido oficial ao presidente da Casa, Rogério Quadros, que autorizou, nos termos da Resolução Legislativa 04/75, a utilização do Plenário da Câmara para a realização da Cerimônia, já marcada para o dia 31 de outubro deste ano, a partir das 18h30. #Vereadoralnês

👍❤️ 11

2 compartilhamentos

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 06 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1679673318798071/>

nal **OVC** **Jornal Novo Tempo** 6 de julho às 10:14 · 🌐

Vereador Celino Fertrin repudia anulação da Lei da Ideologia de Gênero pelo ministro do supremo Dias Tofoli e confirma que vereadores são a favor da família tradicional.



13 comentários 60 compartilhamentos
2,5 mil visualizações

42

The image shows a man in a dark suit and glasses, identified as Vereador Celino Fertrin, speaking at a wooden podium. The podium features a crest with a crown and a shield. Behind him, there is a wall with a clock, a framed picture of a church, and a microphone. The video player interface includes a play button, a volume icon, and engagement statistics.


CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 06 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.212767485962112.1073741829.210290629543131/280381365867390/?type=3&theater>

 **Acontece na Fronteira** 6 de julho às 13:05 · 🌐

Prefeito pede autorização da Câmara para empréstimo de até R\$ 5 milhões

A Câmara Municipal analisa o projeto do prefeito Chico Brasileiro (PSD) que autoriza o município a tomar até R\$ 5 milhões emprestados do Banco do Brasil. A proposta foi lida na sessão extraordinária desta sexta-feira, 6, e texto em substituição da proposta original encaminhada à apreciação dos vereadores.

No substitutivo ao Projeto de Lei nº 37/2018, o prefeito informa que os recursos resultantes da operação de crédito comprarão máquinas e equipamentos a serem utilizados na infraestrutura viária e para a mobilidade urbana. O dinheiro virá do Programa Eficiência Municipal.

O município terá até cinco anos para quitar o empréstimo, sendo 54 meses de parcelamento e seis de carência. Os encargos financeiros incluem taxa anual de juros de 160% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e tarifa de estruturação de 1,5% do valor do contrato.

Conforme o projeto apresentado por Chico Brasileiro, o Banco do Brasil poderá debitar na conta-corrente da prefeitura o pagamento do valor principal da dívida, juros, tarifas bancárias e outros encargos. Não será necessário nota de empenho para a cobrança dos valores.

Na justificativa do projeto, o prefeito diz que usará o dinheiro para a aquisição de veículos pesados e máquinas para serviços de manutenção de ruas e avenidas. O maquinário ainda auxiliará em melhorias de estradas rurais.

“Os veículos pesados e maquinários utilizados atualmente pela Diretoria de Serviços e Manutenção, da Secretaria Municipal de Obras, são locados. Com a compra desses veículos pesados e maquinários pelo Poder Executivo, os contratos de locação serão rescindidos, redundando numa substancial economia aos cofres públicos”, informa a justificativa do projeto à Câmara Municipal.

Por H2foz



👍👍 3

1 comentário

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Tarobá News – 06 de julho de 2018

Link: <https://tarobanews.com/noticias/educacao/ministro-suspende-lei-que-proibe-abordagem-sobre-genero-nas-escolas-de-foz-do-iguacu-ZpOnG.html>

Ministro suspende lei que proíbe abordagem sobre gênero nas escolas de Foz do Iguaçu



Redação Tarobá News

Educação | Publicado em 06/07/2018 às 11:25



Foto: Rádio Cultura Foz

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, deferiu liminar para suspender dispositivo da Lei Orgânica do Município de Foz do Iguaçu (PR) que proíbe, na rede municipal de ensino, a veiculação de conteúdo relacionado à ideologia de gênero ou à orientação sexual e mesmo a utilização do termo "gênero". A decisão, a ser referendada pelo Plenário, se deu na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 526.

Ajuizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a ação questiona o parágrafo 5º do artigo 162 da Lei Orgânica municipal, incluído pela Emenda 47/2018. O partido aponta violação de diversos preceitos da Constituição da República, como o princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária (artigo 3º, inciso II), o direito à igualdade (artigo 5º, caput), a vedação à censura em atividades culturais (artigo 5º, inciso IX) e a laicidade do Estado (artigo 19, inciso I). Também sustenta que a lei usurpa a competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, inciso XXIV) e atenta contra o pluralismo de concepções pedagógicas e o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber (artigo 206, incisos I e III).

Segundo o partido, a proibição à abordagem do tema configura verdadeira censura, e a institucionalização desse entendimento estimula a denúncia e o controle no ambiente escolar entre os professores. "Falar e promover a igualdade de gênero na escola não é anular as diferenças ou promover ideologias, mas garantir que qualquer cidadão e qualquer cidadã brasileira viva e se apresente da forma como quiser", sustenta.

Decisão

Em uma análise preliminar da causa, o ministro Dias Toffoli observou que parece equivocada a disposição, por meio de lei municipal, acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica da rede pública de ensino. "No tocante ao tema educação, caberá à União a edição de normas gerais que estruturarão o sistema nacional de educação e orientarão as demais esferas

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

federativas na implementação dos objetivos e valores traçados pelo constituinte”, afirmou. O relator lembrou que o legislador federal, exercendo sua competência constitucional quanto à matéria, editou a Lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Segundo o relator, temas relacionados a conteúdo curricular e políticas de orientação pedagógica configuram, necessariamente, ferramentas para a consecução do plano nacional de educação “que, segundo determina a Constituição Federal, deve ser orquestrado, conduzido, pela União em prol da melhoria da qualidade do ensino e da formação humanística dos educandos”. Embora estados e municípios detenham competência para suplementar a legislação federal e adaptá-la à sua realidade local, o ministro assentou que as entidades federativas menores não podem dispor de modo contrário ao estabelecido na legislação federal.

Ao analisar os requisitos para a concessão de liminar, o ministro assinalou ainda que a supressão de conteúdo curricular “é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores na rede municipal de ensino com consequências evidentemente danosas, ante a submissão em tenra idade a proibições que suprimem parte indispensável de seu direito ao saber”.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Não VIU? – 06 de julho de 2018

Link: <http://www.nao viu.com.br/lei-genero-nas-escolas-dos-15-vereadores-so-um-era-estava-correto/>

“LEI DE GÊNERO” NAS ESCOLAS: DOS 15 VEREADORES, SÓ UM ERA CONTRA. E ESTAVA CORRETO

6 Julho, 2018 By Cláudio Dalla Benetta – 1 comentário



Foto: CMFI

Foz do Iguaçu tem 15 vereadores; 14 deles eram a favor da “Lei de Ideologia de Gênero”, na verdade um dispositivo incluído pela atual legislatura na Lei Orgânica do Município, agora suspenso pelo ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal.

Só o vereador Márcio Rosa manifestou-se contra a votação do artigo incluído na Lei Orgânica: Márcio Rosa. O Não Viu? noticiou, no dia 10 de abril, seu argumento de que o projeto que a Câmara iria debater não tinha valor legal nem constitucional.

Foi voto vencido. Era o único certo. No dia 3 de maio, sob protestos, a matéria foi aprovada por 13 votos (Márcio Rosa não votou contra porque estava fora em agenda de trabalho e Rosane Borho, que era a favor, esteve ausente à sessão de votação por problemas de

saúde).

Antes da votação, com a dúvida levantada por Márcio Rosa, o Não Viu? perguntou: “A questão não deveria ser esclarecida pela Assessoria Jurídica da Câmara”, antes de ir a plenário?

Deve ter sido. Mas o que se sabe é que perdeu-se tempo, discutiu-se à toa, houve uma divisão entre os que apoiavam a decisão dos vereadores e os que eram contra. Tudo conversa jogada ao vento, porque eles nem deveriam ter discutido e muito menos aprovado isso.

Entre tantos problemas que a cidade tem – do transporte coletivo caro e ruim aos buracos nas ruas, da saúde ainda enferma à falta de empregos decentes, da falta de obras de infraestrutura à periferia onde há quem passe fome e necessidades básicas, da falta de esgoto à de moradia... a lista é infindável.

No entanto, os vereadores preferiram a polêmica, aliás trazida à tona pelo então vereador Dr. Brito, aquele paladino da moral e dos bons costumes que acabou preso por corrupção.

Será que ficou alguma lição para essa turma de edis? Tomara.



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

07/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 07 e 08 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguaçu, sábado e domingo, 7 e 8 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 624 — R\$ 2,00

Empresários cobram agilidade na instalação de lojas francas

Concidades agendou nova reunião para 13 de julho; lojas serão autorizadas pelo prefeito, que depende de plenária do Codefoz

Página 3



Foto: E. F. Machado / Imagem Agência Brasil

Fora da Copa

O Brasil foi derrotado pela Bélgica por 2 a 1 e está fora da Copa do Mundo. A seleção brasileira criou chances, pressionou o adversário, mas perdeu muitos gols e sofreu com 20 minutos bastante ruins no primeiro tempo, quando os belgas marcaram os dois gols. Página 20

Direita unida

Bolsonaro confirma participação na Cúpula Conservadora em Foz

Aproximadamente três mil pessoas são esperadas para o evento, dia 28, que vai contrapor o Foro de São Paulo, em Cuba Página 5

Projeto na Câmara

Reestruturação da prefeitura recebe parecer favorável



Uma das propostas cria a Diretoria de Produção Asfáltica na Secretaria Municipal de Obras Página 7

Investimento

Estado confirma construção do Aeroporto Regional do Oeste



Empresários, prefeitos e representantes de outros segmentos ressaltam a importância do investimento para a região e destacam a iniciativa da governadora Cida Borghetti, que assinou decreto de desapropriação da área Página 14

Preso em flagrante

Prefeitura exonera assessor suspeito de tráfico de drogas



Servidor foi flagrado por um policial civil vendendo cocaína na região central da cidade, junto com outro suspeito Página 8

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 07 e 08 de Julho de 2018 Pág.06

Foto em lugar errado

Na edição de ontem, uma foto do vereador Márcio Rosa foi publicada no conteúdo sobre o requerimento de Elizeu Liberato solicitando documentos na área da Saúde. Márcio não deveria aparecer lá. Contaram para o Corvo que isso rendeu uma confusão, levando em conta que Márcio Rosa é do mesmo partido de Inês e ambos são pré-candidatos numa mesma chapa. Houve sim um pequeno equívoco na diagramação do jornal; a foto de Márcio deveria ser publicada ao lado de outra matéria, sobre o requerimento em defesa dos agentes comunitários. Neste caso, se houve encrenca, a culpa é nossa.

Ideologia

Não é necessário entender do exercício legislativo para saber que em momento algum uma lei municipal suplantara uma federal. É a União, por meio da Constituição, que deve nortear o sistema nacional de educação. O Corvo comentou isso quando da discussão sobre a possibilidade de banir a abordagem sobre gênero nas escolas de Foz.

Contramão

Essa discussão em Foz começou debaixo de muita polêmica, e isso deveria servir de termômetro para os vereadores. Dr. Brito entrou numas de "moralidade" e criou a discussão. Outros vereadores entraram na dele. Para variar, a pressão popular foi ignorada e olha em que deu!

Regra

Há uma regra básica no sistema sob o qual vivemos: leis municipais não vencem as federais. A Câmara possui assessores e técnicos, um corpo jurídico, e será que analisaram a matéria antes da votação? Todo mundo perdeu tempo em razão disso: os vereadores e, mais do que eles, a população.

Regulamentação

Agora a Câmara Municipal trabalha em propostas para regulamentar aquela e outras áreas em poder da União. Trata-se de uma boa iniciativa, afinal de contas o Legislativo representa toda a comunidade; a prefeitura também faz parte do bloco de negociações. Mas aí vem uma dúvida: o município terá poder, por meio da legislação municipal, para regularizar uma área que é federal? Mais uma vez esbarramos na suplantação de poderes. A não ser que a regularização se dê após a cessão definitiva da área. Em todo caso, a iniciativa é muito boa; poderia ter ocorrido antes, inclusive. Reni não pediu isso para a Câmara porque queria ver o circo pegar fogo em cima do Paulo Mac, que tomou a iniciativa de fazer o hospital naquele local.

A oftalmologia

O vereador Elizeu Liberato, primo do Gugu, requereu farta documentação sobre os contratos na área da Saúde. Ele quer cópia integral do contrato com a empresa Cristalink. Será que precisava requerer ao município? Bastaria dar uns passinhos e pedir isso para a vereadora Inês da Saúde, cujo gabinete é bem pertinho do seu. Ela deve possuir contratos, cópias de notas fiscais e tudo o que se imagina sobre a contratação. Inês, inclusive, disse, muito antes do Elizeu, que iria fazer essa varredura na área de Saúde. Só diminuiu o tom depois de lembrar que era ela a secretária.

PROJETO

Câmara emite parecer sobre a reestruturação do governo

Uma das propostas cria a Diretoria de Produção Asfáltica na Secretaria Municipal de Obras

Elson Marques
Freelancer

As comissões reunidas da Câmara Municipal emitiram pareceres favoráveis aos projetos do Poder Executivo que definem a estrutura administrativa da prefeitura. Uma das propostas cria a Diretoria de Produção Asfáltica na Secretaria Municipal de Obras. O propósito é criar um setor específico para atender aos serviços de pavimentação e cuidar da gestão da usina de asfalto.

Atualmente, o setor consta como Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica. A unidade está sendo inserida na estrutura organizacional com a finalidade da realização contínua dos serviços de produção asfáltica para aplicação da pavimentação nas vias do município, bem como o controle da qualidade dos materiais aplicados nas ruas.

As comissões reunidas concluíram que o projeto atendeu as mais diversas disposições, alertando que a iniciativa acarretará, a princípio, o aumento de despesa continuada, ensejando a expansão de gastos com pessoal. Para tanto, o Executivo apresentou a estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

"Restou evidenciado que a



Com os pareceres lidos, os projetos devem ser inseridos na pauta de votação da próxima semana

despesa possui adequação orçamentária e fiscal, sendo objeto de dotação específica e suficiente, não afetando, portanto, as metas e resultados, já que os valores estimados já se encontravam orçado na Lei Orçamentária Anual do exercício 2018", consta no parecer.

Consolidação das leis

As comissões reunidas também informaram que, no projeto máster, o Executivo busca um novo texto para a atual

estrutura administrativa, tendo em vista as intensas alterações que ocorrem desde o ano de 2013. "Para tanto, busca-se relocações de algumas diretorias e de assessorias especiais, e a instituição da Diretoria de Produção Asfáltica, que integrará a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Obras, tendo por atribuições a contínua realização dos serviços de produção asfáltica e respectivo controle de qualidade", concluíram.

Por fim, apontam que "com efeito, as alterações apresentadas, em sua maioria, buscam apenas redistribuir as assessorias e diretorias já existentes. Exemplo claro é a transformação da atual Secretaria Municipal da Administração e Gestão de Pessoas para Secretaria Municipal de Administração; o desmembramento da Diretoria de Administração e Patrimônio para duas diretorias distintas, a saber: Diretoria de Administração e Diretoria de Patrimô-

nio e Almoarifado; a fusão das Diretorias de Relação do Trabalho e Consolidação e Pagamento de Pessoal a ser denominada como Diretoria de Gestão de Pessoas, e ainda a alteração da nomenclatura da Diretoria de Compras e Suprimentos para Diretoria de Licitações e Contratos".

Os pareceres foram lidos na sessão de ontem (6), e os projetos devem entrar na pauta da sessão ordinária da próxima terça-feira.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 07 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/VereadoraRosaneBonho/videos/vb.172736039741761/680721452276548/?type=2&theater>

 Jornal Novo Tempo compartilhou um vídeo. 7 de julho às 17:56 · 



493 visualizações

Vereadora Rosane Bonho
7 de julho às 17:55 · 

Marcha pra Jesus 2018, Venha vc também!!

 3  1 compartilhamento

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

08/07/2018

H2FOZ – 08 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/regulamentacao-pode-impedir-uber-de-operar-em-foz>

Regulamentação pode impedir Uber de operar em Foz



Em Foz do Iguaçu, a Uber e a Garupa já operam por meio de transporte por aplicativos (Foto: Reprodução)

H2FOZ - Paulo Bogler

Os vereadores de Foz do Iguaçu aprovaram na sexta-feira, 6, emendas ao projeto de lei de autoria do prefeito Chico Brasileiro (PSD) que regulamenta o transporte por aplicativo em Foz do Iguaçu. Já operam na cidade a Uber e a Garupa.

Foram analisadas nove emendas propostas pelas comissões reunidas, e sete delas foram aprovadas. Sem mudar substancialmente a proposta original, as alterações deliberadas pelos vereadores serão incluídas no texto apresentado pelo prefeito para a votação final em plenário, possivelmente na próxima semana.

De imediato, a regulamentação do transporte por aplicativo poderá implicar restrições para a Uber, por exemplo. A legislação local exigirá que as empresas tenham sede ou filial no município.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Precursora na mediação de viagem por chamada de celular, a multinacional atua em cidades por todo o mundo.

Caso a normativa seja aprovada com o texto da proposta original de regulamentação, acrescida das emendas dos vereadores, o Foztrans (Instituto de Transportes e Trânsito) terá mecanismos para fiscalizar e apreender veículos da Uber, se a empresa não criar escritório na cidade. Hoje, muitos motoristas trabalham com base em liminares da Justiça.

Ao **H2FOZ**, a Uber informou que a regulamentação proposta pela Prefeitura de Foz do Iguaçu desconsidera os benefícios trazidos com a tecnologia e baseia-se em modelos ultrapassados. Para a empresa, as regras criam restrições e burocracias e tentam enquadrar o serviço como táxi.

“A Uber espera que os vereadores possam promover mudanças no projeto no sentido de uma regulação moderna, que integre a tecnologia para o benefício de todos os iguaçuenses”, informou a empresa. Para ela, regulamentações são positivas, desde que não interfiram na eficiência do sistema.

Obrigações para todos

O diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Maraninchi, disse – durante a audiência pública sobre a regulamentação – que a medida visa a garantir a qualidade do serviço e a segurança dos usuários. Ele afirma que o projeto também assegura arrecadação para o município.

“As empresas que usam as plataformas e aplicativos seguirão as mesmas regras de outros serviços de transporte”, informou Maraninchi. “Consideramos as leis municipais já existentes sobre táxi e turismo, assim como legislações que tratam do transporte por aplicativo em Porto Alegre e Curitiba”, apontou.

Emendas dos vereadores

Relator do projeto de regulamentação, o vereador Celino Fertrin (PDT) disse que as emendas das comissões reunidas buscaram o equilíbrio entre as propostas colhidas na audiência pública. Para ele, a normativa procurou atender a todas as categorias sem favorecer nenhuma delas.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

“As emendas atenderam parcialmente às reivindicações. Buscamos contemplar todas as sugestões, tanto dos motoristas por aplicativo como de táxi, do turismo, do transporte escolar e mototaxistas”, contou Fertrin. “Também valorizamos muito o interesse da população”, frisou.

O vereador afirmou ao **H2FOZ** que novos ajustes poderão ser feitos na regulamentação do serviço, caso sejam necessários. “Não existe nenhuma lei que seja engessada, tudo é dinâmico, flexível, e estamos abertos para modificações futuras. Estamos abertos a sugestões e avaliações”, apontou.

Uma emenda à regulamentação rejeitada pelo plenário do Legislativo autorizava a locação de veículos pelos motoristas de transporte por aplicativo. Entre as aprovadas, uma proíbe os carros de estacionar em pontos fixos e outra exige seguro com cobertura de acidentes.

Descrédito

Presidente da Associação dos Motoristas de Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros de Foz do Iguaçu (Amtrpiofi), Elias de Pino Araújo recebeu com descrédito as emendas formuladas pelos vereadores. Para ele, as propostas são seletivas.

“O que eles [vereadores] apresentaram como emendas é tendencioso aos interesses políticos e econômicos dos taxistas”, enfatizou Elias. “É gritante o posicionamento da Câmara Municipal em defesa dessa categoria. Não querem regulamentar nada, mais sim defender essa classe.”

Para ele, os vereadores não consideraram as proposições dos motoristas. “As emendas em nada atenderam as solicitações da associação, e ainda foram acrescentadas outras que claramente foram feitas pelos sindicatos de taxistas ou Comissão de Turismo”, disse Elias de Pino Araújo.

“Como por exemplo: a proibição de que os motoristas de aplicativo pudessem estacionar seus carros em via pública específica independente da natureza de estar parado com o veículo naquele momento”, citou Elias.

Sede em Foz

Representante da Garupa em Foz do Iguaçu, Elder Lage diz que a empresa apresentou proposta durante a audiência pública promovida pela **Câmara de Vereadores**. Ele requereu a elevação de oito para dez anos a idade dos veículos empregados no transporte por aplicativo. A sugestão não foi incluída nas emendas do Legislativo.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Lage acredita que a regulamentação será positiva e informa que a Garupa tem sede e CNPJ locais. Ele estima que mais de 500 motoristas exercem sua segunda, terceira e até mesmo sua primeira fonte de renda por aplicativos de mobilidade urbana.

“Esses motoristas são pessoas físicas autônomas donas do seu próprio negócio”, explicou Elder Lage. Todos terão a oportunidade de se adequar às exigências futuras e continuar com essa renda extra”, afirmou o representante da Garupa em Foz do Iguaçu.

Trâmite

Reformulação do texto original, com a inserção de sete emendas aprovadas pela Câmara de Vereadores.

Votação do projeto final no **Legislativo**, provavelmente na próxima semana.

Sanção do prefeito. Se não tiver vetos, o projeto entrará em vigor com a publicação da lei no Diário Oficial do Município. Se algum artigo for vetado pelo prefeito, esse item será deliberado pelos vereadores.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

09/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 09 de Julho de 2018 Capa



Projeto na Câmara

Prefeitura quer empréstimo de R\$ 5 milhões para asfalto



O valor será destinado a serviços de pavimentação, incluindo recursos para funcionamento da usina de asfalto. **Página 10**

Imóvel abandonado

Moradores de rua podem ser despejados de antigo supermercado



Aproximadamente 15 pessoas residem no local que já abrigou o Lembrasul, um dos maiores supermercados de Foz. **Página 4**

Fim de semana

Polícia registra duas tentativas de homicídio em Foz



Uma das vítimas foi alvejada por três disparos de arma de fogo em um condomínio no Morumbi; já a outra foi ferida por um tiro no momento em que descia de um táxi na BR-277. **Página 26**

Lula é mantido preso após "guerra" jurídica

O presidente do TRF-4, Thompson Flores, preservou a decisão do desembargador Gebran Neto, que revogou a soltura do ex-presidente. **Página 5**

Marcha para Jesus

Cerca de duas mil pessoas participaram da 18ª Marcha para Jesus, na tarde de sábado (7), em Foz do Iguaçu. O evento, organizado pelo Conselho dos Pastores e Ministros Evangélicos (Copefi), reuniu cristãos evangélicos e representantes de outras religiões, que percorreram as ruas da cidade atrás de um trio elétrico cantando louvores e entoando orações. **Página 7**



Foto: Juçara Andrade/Jornal Novo Tempo

Câmara

Regulamentação do transporte por aplicativos será votada nesta semana

Vereadores rejeitaram duas emendas que permitiriam locação de veículos para operação do sistema de transporte. **Página 3**

REGULAMENTAÇÃO

Transporte por aplicativos não poderá utilizar veículos locados

Emenda foi derrubada pelos vereadores em atendimento aos profissionais da cidade

Elson Marques
Freelancer

Depois de ouvir ponderações de taxistas e representantes de categorias ligadas ao setor, os vereadores resolveram rejeitar duas emendas que permitiriam locação de veículos para operação do sistema de transporte por aplicativos. A regulamentação do serviço por meio de projeto de lei está em tramitação na Câmara. A nova redação deverá ser incluída na sessão de amanhã para primeira votação plenária.

Ao todo sete emendas foram aprovadas considerando debates e propostas apresentadas em audiência pública. "Duas emendas tratavam da autorização para que os operadores do sistema utilizassem veículos locados, mas ouvindo os representantes das categorias eles convenceram os vereadores de que isso poderia trazer prejuízos aos profissionais da cidade", comentou o presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Elizeu Liberato (PR).

Segundo ele, o dispositivo poderia fazer com que motoristas de outras cidades viessem para Foz, onde locariam os veículos e assim tomariam o espaço de quem atua na cidade. "Tivemos informações de que no serviço que está operando precariamente na cidade



Com emendas aprovadas, nova redação do projeto de regulamentação está pronta para votação nesta semana

de já tem motoristas de fora fazendo isso. Apesar de as placas dos veículos das locadoras serem de Foz, os profissionais viriam de fora. Por isso essa emenda foi derrubada na última sessão e também outra que exigia a apresentação do contrato de locação, porque nesse caso se tornou inócua, desnecessária", explicou Elizeu.

Emendas aprovadas

As emendas aprovadas na sexta-feira aumentam o rigor para funcionamento do novo serviço. Entre as alterações está a proibição de os veículos dos aplicativos permanecerem em frente a hotéis, pontos de táxi, agências de viagens e turismo,

podendo estacionar somente pelo tempo necessário ao embarque e desembarque.

Pelas emendas, será obrigatório disponibilizar, no aplicativo, o valor estimado do serviço a ser prestado ao usuário. Também fica proibido o embarque de usuários diretamente em vias públicas sem terem requisitado previamente o transporte por meio de plataforma tecnológica, bem como o estabelecimento de ponto fixo.

Vida útil e seguro

A vida útil ficará estabelecida em tempo de fabricação de no máximo oito anos para os veículos normais e de dez anos para os híbridos, elétricos ou adaptados para

transporte de pessoas com deficiência. É obrigatório ter quatro portas, estar conservado e em perfeitas condições de uso, bem como licenciado e emplacado no município. Haverá vistoria anual, e o serviço deve ser exclusivo pela plataforma.

Além do DPVAT, os veículos devem possuir, comprovadamente, seguro que para acidentes pessoais de passageiros com cobertura mínima de R\$ 25 mil por ocupante e de R\$ 10 mil para despesas médico-hospitalares. Para prestação do serviço, o veículo não poderá constar em nome de pessoa jurídica como proprietária. Poderão atuar somente veículos de propriedade de pessoa física.

Curso de capacitação

Entre as outras exigências aos operadores do novo serviço está a apresentação da certidão negativa de débito junto à Fazenda do município; possuir certificado de aprovação em curso de capacitação para transporte remunerado de passageiros, administrado pela própria operadora do aplicativo ou por entidades reconhecidas, com carga mínima de 16 horas e conteúdo curricular aprovado pelo Foztrans.

O serviço é restrito por meio de chamadas via plataforma (aplicativo cadastrado), de forma que o motorista não pode arregimentar passageiros em pontos de ônibus ou qualquer outra via senão a específica do serviço. As sanções para quem descumprir a lei serão as do Código de Trânsito Brasileiro.

Cadastramento

Para o cadastramento, o motorista deve possuir CNH categoria D ou superior, em situação regular, além de comprovar residência em Foz do Iguaçu e apresentar certidões negativas de antecedentes criminais da Justiça Estadual e Federal. "Temos que nos preocupar com a segurança do usuário desse serviço. Por isso, além de sabermos quem está prestando o serviço, o veículo também deve possuir seguro para que, em caso de acidente, o usuário esteja protegido", apontou o diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Maraninchi.

De acordo com o gestor, a ideia do projeto é que todos sejam tratados de forma isonômica. As taxas devem ser as mesmas pagas por outros serviços, como de táxi e vans.

ALTERAÇÃO

Prefeito substitui projeto sobre o empréstimo para usina de asfalto

Município pretende tomar emprestado o montante de R\$ 5 milhões

Elson Marques
Freelancer

O município de Foz do Iguaçu pretende contrair empréstimo no Banco do Brasil no valor de R\$ 5 milhões para serviços de pavimentação, incluindo recursos ao funcionamento da usina de asfalto. O empreendimento, inaugurado recentemente, necessita de estrutura para operação. Na semana passada, o prefeito Chico Brasileiro (PSD) enviou um substitutivo ao projeto em tramitação na Câmara que pede autorização para realizar a operação financeira.

O substitutivo evidencia as normas de controle e exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entre as regras estão verificação dos limites e condições para a contratação de operações de crédito; pronunciamento prévio ao credenciamento de estados e municípios, pelo Banco Central, para fins da contratação de operações de crédito; análise dos pedidos de concessão de garantia da União; e registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas internas e externas.

Conforme a justificativa, o objetivo da operação "é proporcionar investimentos para a aquisição de máquinas, equipamentos, veículos e softwares, além de projetos para as áreas de saúde, educação, ilumina-



Investimentos da prefeitura pretendem fazer frente à grande demanda de serviços de pavimentação

ção pública, intervenção viária e modernização da gestão municipal, contribuindo assim para atender à crescente demanda da sociedade por melhorias na prestação dos serviços e maior eficiência na gestão pública".

Reforça ainda a aplicação de verbas para aquisição de veículos pesados e maquinários para pavimentação de vias urbanas, bem como nas adequações de perfilamento das estradas rurais, visando ao atendimento da demanda por serviços de recuperação da malha viária, envolvendo, especificamente, ruas e estradas com pavimento primário (cascalho), poliédrico e asfáltico. Alguns dos veículos pesados e maquinários poderão ser utiliza-

dos na Usina de Asfalto Municipal.

Projeto urgente

O Executivo justifica a urgência na apreciação do projeto em decorrência dos problemas da malha viária da cidade. "Atualmente os veículos pesados e maquinários utilizados pela Diretoria de Serviços e Manutenção na Secretaria Municipal de Obras são locados. Com a compra desses veículos pesados e maquinários, os contratos de locação serão rescindidos, redundando numa substancial economia aos cofres públicos", justificou o prefeito.

A nova redação do projeto será avaliada para parecer das comissões reunidas antes de ser submetida à aprovação do plenário.

Equipamentos previstos

Conforme consta no projeto, os veículos pesados e maquinários a serem adquiridos com os recursos provenientes da operação de crédito são motoniveladora; rolo compactador liso vibratório; trator de esteira; pá carregadeira; retroescavadeira; trator agrícola 85cv traçado; três caminhões basculantes trucados; um caminhão prancha trucado para transporte de equipamentos; extrusora para fabricação de meio-fio; caminhão trucado para transporte de caçamba; rolo compactador de pneu; duas motocultivadoras B4T 6,5cv; microtrator TC-12 sem implemento; roçadeira central; 50 caçambas estacionárias; uma vibroacabadora; e uma varredora coletora mecânica rebocável.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 09 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.210396419532552.1073741828.210290629543131/283031988935661/?type=3&theater>



Acontece na Fronteira

9 de julho às 17:09 · 🌐

CÂMARA DE FOZ VOTA AMANHÃ REAJUSTE PARA PREFEITO, SECRETÁRIOS E VEREADORES.

Dois projetos de Lei que serão apresentados na sessão de amanhã (10) da Câmara de Vereadores propõem um aumento de salário de 2,06% para o prefeito Chico Brasileiro e seu estafe, assim como para os vereadores.

O percentual de 2,06% previsto refere-se à recomposição de parte da perda salarial medida pelo INPC/IBGE, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. O reajuste é retroativo a 1º de janeiro deste ano.

Vejam quanto cada um deles vai ganhar.

Prefeito Chico: R\$ 22.445,39

Vice-prefeito Nilton Bobato: R\$ 15.046,71

Procuradores geral e secretários: R\$ 10.210,27

Presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros: R\$ 13.907,46

Vereadores: R\$ 9.269,85

Por Nãoviu



👍👎👏 10

14 comentários 4 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Não VIU? – 09 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/camara-foz-vota-amanha-reajuste-prefeito-secretarios-vereadores-vejam-os-valores/>

CÂMARA DE FOZ APRESENTA AMANHÃ REAJUSTE PARA PREFEITO, SECRETÁRIOS E VEREADORES. VEJAM OS VALORES

9 Julho, 2018 By Vinícius Ferreira — [Deixe um comentário](#)

Dois projetos de Lei que serão apresentados na sessão de amanhã (10) da Câmara de Vereadores propõem um aumento de salário de 2,06% para o prefeito Chico Brasileiro e seu estafe, assim como para os vereadores.

Os projetos serão encaminhados para as comissões do Legislativo. E, se tiverem parecer favorável, serão votados em agosto.

O percentual de 2,06% previsto refere-se à recomposição de parte da perda salarial medida pelo INPC/IBGE, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. O reajuste é retroativo a 1º de janeiro deste ano.

Vejam quanto cada um deles vai ganhar.

Prefeito Chico: R\$ 22.445,39

Vice-prefeito Nilton Bobato: R\$ 15.046,71

Procuradores geral e secretários: R\$ 10.210,27

Presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros: R\$ 13.907,46

Vereadores: R\$ 9.269,85



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 09 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/09/camara-discute-reajuste-salarial-para-prefeito-secretarios-e-vereadores-em-foz/>

Câmara discute reajuste salarial para prefeito, secretários e vereadores em Foz

Dois projetos de lei em pauta na sessão desta terça, 10, garantem uma reposição salarial de 2,06%.



por Josué Calebe — 9 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



Nesta terça-feira, 10, a câmara municipal de vereadores de Foz do Iguaçu começa a discutir um reajuste salarial de 2,06 % para Prefeito, secretários e vereadores. Dois projetos de lei estão na pauta, serão lidos e encaminhados para as comissões que analisarão a proposta.

Segundo o vereador Elizeu Liberato o reajuste é previsto em lei, e recompõe perda salarial no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2017. Caso aprovado o reajuste é retroativo ao mês de janeiro deste ano. A proposta de reajuste foi proposta pela comissão de Economia, Finanças e Orçamento, e garante o mesmo reajuste aprovado para os servidores municipais.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Caso aprovados os projetos, os novos salários seriam de R\$ 22.445,39, para o Prefeito Chico Brasileiro; Vice-prefeito Nilton Bobato ganharia R\$ 15.046,71; Procuradores geral e secretários, R\$ 10.210,27; Presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros, R\$ 13.907,46; e os vereadores passariam a ganhar R\$ 9.269,85.

H2FOZ – 09 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/projetos-reajustam-salarios-do-prefeito-vice-secretarios-e-veredores>

Projetos reajustam salários do prefeito, vice, secretários e vereadores



Índice de 2,06% é retroativo a 1º de janeiro deste ano (Foto: Marcos Labianca/H2FOZ)

H2FOZ - Paulo Bogler

Dois projetos de lei que dispõem sobre a reposição dos subsídios do prefeito, vice, secretários municipais, procurador e vereadores estarão no expediente da Câmara Municipal de Foz nesta terça-feira, 10. As remunerações serão atualizadas em 2,06%, índice retroativo a 1º de janeiro deste ano.

A proposta é da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento do Legislativo. Ela tem como presidente o vereador Tenente-Coronel Jahinke (Podemos), e o vice é Celino Fertrin (PDT). João Miranda (PSD) é membro da comissão, e Rosane Bonfio (PP) e Protetor Jorge (PTB) são suplentes.

Se for aprovado o Projeto de Lei nº 65/2018, a remuneração do prefeito Chico Brasileiro (PSD) será de R\$ 22.445,39 por mês, e o vice-prefeito Nilton Bobato (PCdoB) receberá R\$ 15.046,71. O procurador-geral do município e os secretários terão os subsídios atualizados para R\$ 10.210,27 mensais.

O Projeto de Lei nº 66/2018 propõe que o subsídio do presidente da Câmara Municipal, o vereador Rogério Quadros (PTB), seja de R\$ 13.907,46. Os demais 14 vereadores deverão receber R\$ 9.269,85, de acordo com a proposta.

Conforme os vereadores autores dos projetos de reajuste, o percentual de 2,06% restaura perdas do ano passado. "Refere-se à recomposição de parte da perda salarial medida pelo INPC/IBGE, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017", explicam na proposta.

Para propor o reajuste ao Executivo e ao Legislativo, vereadores que integram a Comissão de Economia, Finanças e Orçamento informam basear-se nas leis municipais nº 4.472 e nº 4.473 de 2016. Elas estabelecem critérios para as atualizações dos subsídios municipais até o ano de 2020.

As leis dizem que as remunerações deverão receber o mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal. Também deverá ser respeitada como limite a correção inflacionária dos meses anteriores à respectiva reposição.

[Clique para ler a íntegra dos projetos de lei.](#)

CLIPPING DIÁRIO

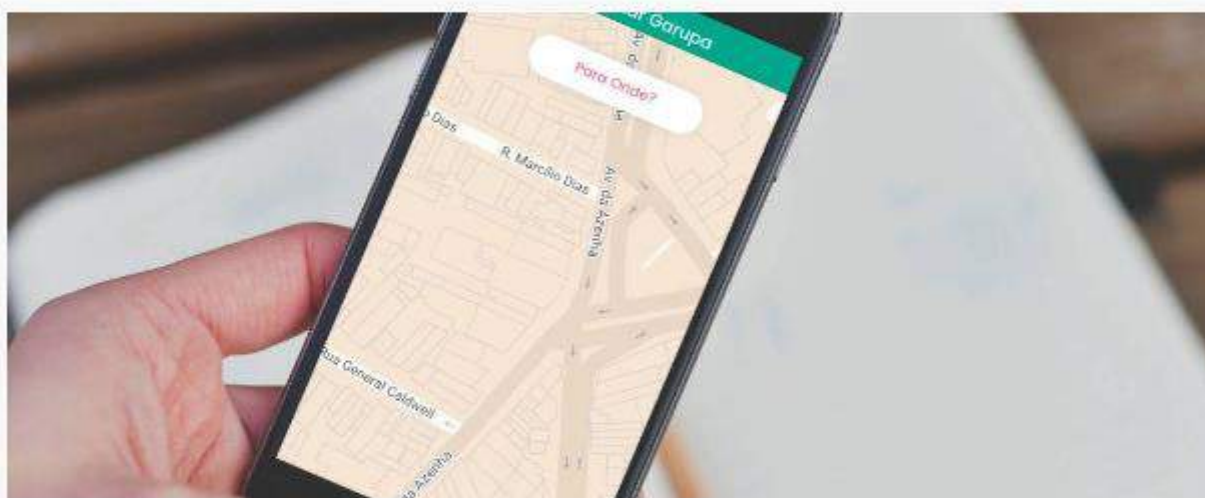
Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

GDIA – 09 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/transporte-por-aplicativos-nao-podera-utilizar-veiculos-locados/28738>

Transporte por aplicativos não poderá utilizar veículos locados



Depois de ouvir ponderações de taxistas e representantes de categorias ligadas ao setor, os vereadores resolveram rejeitar duas emendas que permitiriam locação de veículos para operação do sistema de transporte por aplicativos. A regulamentação do serviço por meio de projeto de lei está em tramitação na Câmara. A nova redação deverá ser incluída na sessão de amanhã para primeira votação plenária. Ao todo sete emendas foram aprovadas considerando debates e propostas apresentadas em audiência pública. “Duas emendas tratavam da autorização para que os operadores do sistema utilizassem veículos locados, mas ouvindo os representantes as categorias eles convenceram os vereadores de que isso poderia trazer prejuízos aos profissionais da cidade”, comentou o presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Elizeu Liberato (PR). (Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

10/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 10 de Julho de 2018 Capa

GAZETADIÁRIO

Foz do Iguaçu, terça-feira, 10 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 626 — R\$ 2,00

Câmara analisa reposição para prefeito, vereadores e secretários

Se aprovado o índice de 2,06%, o salário do prefeito vai para R\$ 22.445,39; do vice, R\$ 15.046,71; dos secretários municipais, R\$ 10.210,27; do presidente da Câmara, R\$ 13.907,46; e dos vereadores, R\$ 9.269,85

Página 5

Mesários voluntários

A Justiça Eleitoral da comarca abriu inscrições para 2.612 mesários voluntários de Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu que desejem trabalhar nas eleições de 2018, marcadas para 7 de outubro. Os interessados podem inscrever-se no site tre-pr.jus.br. **Página 7**

Foto: Roger Maires



Expectativa

Codefoz confirma plenária sobre lojas francas para início de agosto

Antes serão realizadas mais duas reuniões: do Concidades e da ACIFI; plenária vai orientar o prefeito para autorização **Página 4**

Proteção social

Município intensifica ações de combate ao trabalho infantil



Equipes estão percorrendo pontos estratégicos da cidade para conscientizar a população e garantir os direitos das crianças e adolescentes **Página 10**

Comissão Mista

LDO recebe parecer favorável para aprovação



Projeto do Executivo deverá ser votado em sessões e extra ordinárias desta semana **Página 8**

Homicídio

Motoqueiro é executado a tiros no Jardim Almada



Vítima foi atingida por quatro disparos, no peito, abdômen e perna; Delegacia de Homicídios investiga o crime **Página 17**

ÍNDICE DE 2,06%

Comissão propõe reposição para prefeito, vereadores e secretários

Projetos serão lidos na sessão de hoje, com previsão de votação em agosto

Elson Marques
Freelancer

A reposição de 2,06% sobre os salários do prefeito, vice, vereadores e secretários municipais foi apresentada em dois projetos a serem lidos na sessão de hoje (10). A proposta da Comissão de Finanças e Orçamento será encaminhada para análise jurídica e dependerá de pareceres favoráveis de outras comissões para ser votada em plenário. A previsão é a de que os projetos sejam inseridos na pauta de votação em agosto, após o recesso.

Com a reposição, o salário do prefeito passa dos atuais R\$ 21.990,85 para R\$ 22.445,39; o do vice-prefeito, de R\$ 14.742 para R\$ 15.046,71; o dos secretários municipais e procurador-geral do município, de R\$ 10.003,50 para R\$ 10.210,27. O presidente da Câmara, que recebe atualmente o valor de R\$ 13.625,82, passa a ganhar R\$ 13.907,46. Os demais vereadores, que ganham R\$ 9.082,13, passam a receber R\$ 9.269,85.

A reposição é retroativa a 1º de janeiro deste ano. "O percentual de 2,06% refere-se à recomposição de parte da perda salarial medida pelo INPC/IBGE, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017", consta na justi-



Segundo a proposta, o índice de reposição salarial de 2,06% é referente às perdas do ano passado

ficativa do projeto. O presidente da Comissão de Economia e Finanças da Câmara, vereador Tenente-Coronel Jahnke (Podemos), reforçou que os dois projetos referem-se à reposição da inflação dos subsídios. "Não se trata de aumento de salário. Nos anos anteriores esta reposição não foi concedida. Tudo está dentro da lei. O índice é de 2,06%, valor este que foi apurado por técnicos financeiros", argumentou.

A comissão é formada também pelos vereadores Celino Fertrin (PDT), João Miranda (PSD), Protetor Jorge (PTB) e Rosane Bonho (Progressista). Normalmente esse tipo de projeto só é apresentado quando há consenso entre os vereadores.

Revisão anual
Os membros apresentaram

fundamentos jurídicos que sustentam a legalidade da recomposição das perdas salariais. Quanto aos próprios subsídios, apontam que "anualmente deverão ser revistos aplicando-se o índice oficial, como, por exemplo, o INPC/IBGE, no caso presente com a aplicação do percentual de 2,06% a fim de que a inflação não corra o poder aquisitivo. Assim sendo, os agentes políticos têm direito à revisão geral e anual, conforme artigo 37 da Constituição Federal".

A revisão, segundo a justificativa, visa a recompor o valor real dos subsídios dos agentes políticos no ano corrente, corroído pela inflação apurada no exercício passado, por meio de aplicação de índice oficial de correção monetária. Informa ainda que a última revisão foi feita no ano de

2014. "Cabe observar que a revisão geral não se confunde com aumento de subsídios", reforça.

Aplicação de índice oficial
Conforme a Comissão de Economia e Finanças, "apesar de a fixação dos valores dos subsídios dos vereadores somente poder ser feita de quatro em quatro anos, atualmente estes valores deverão ser revistos com a aplicação do índice oficial. Por isso, a revisão geral anual é prerrogativa direta do mandato eletivo. A Câmara Municipal compete iniciar o projeto para fazer a revisão geral anual dos agentes políticos, e ao Poder Executivo cabe a propositura de lei que estabeleça o reajuste para todos os servidores municipais, não havendo necessidade de vinculação entre as duas espécies de reajustes".

Diretores de escolas participam de palestra sobre direitos humanos

Diretoras e diretores das 51 escolas municipais de Foz do Iguaçu participaram, na tarde dessa segunda-feira (9), de uma palestra sobre direitos humanos proferida pelo jornalista e professor Ivan Akselrud de Seixas. O encontro aconteceu na Fundação Cultural e foi promovido pela Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade em parceria com a Secretaria de Educação.

A proposta, segundo a secretária de Direitos Humanos, Rosa Maria Jerônimo Lima, foi orientar as educadoras e os educadores para que eles se tornem multiplicadores de uma nova perspectiva de mundo, com mais respeito ao próximo.

"Começamos a construir um trabalho onde as pessoas são prioridade, e dentro dessa perspectiva os educadores vêm para nos auxiliar, contribuindo com as próximas gerações." O secretário de Educação, Fernando Lima, disse que enquanto agentes públicos os diretores devem ser exemplos de engajamento na defesa dos direitos humanos. "Nossa missão é ofertar acolhimento para a comunidade, e temos que ter consciência para que esse trabalho seja efetivo e impacte na vida das pessoas", completou.

Durante o encontro, Seixas apresentou a Declaração Universal dos Direitos Humanos dentro de um processo histórico, passando pela Segunda Guerra Mundial e chegando aos dias de hoje.

(AMN)

CÂMARA

Comissão Mista emite parecer favorável à aprovação da LDO

Projeto do Executivo deverá ser votado em sessões extraordinárias desta semana

Elson Marques
Freelancer

Após análise dos aspectos técnico-jurídicos e realização de audiência pública, a Comissão Mista da Câmara Municipal emitiu parecer favorável à aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019. Baseado no parecer jurídico da Casa, o relator, vereador Jeferson Brayner (PRB), definiu pela legalidade do projeto e concluiu que "uma vez atendidas às exigências legais e constitucionais, não havendo, portanto, qualquer impedimento, nos manifestamos favoráveis à aprovação, apresentando uma emenda".

A emenda modifica um dispositivo do texto, passando a constar: "As emendas apresentadas pelo Poder Legislativo à Proposta Orçamentária ficam limitadas a 1,2% da despesa fixada no Orçamento Fiscal, ficando vedadas as de redução das dotações que consignarem despesas referentes à de pessoal e a de caráter continuado".

Análise legislativa

Jeferson Brayner reforçou que o projeto passou pela apreciação da Comissão Mista, "onde observou-se o equilíbrio entre as receitas e despesas, metas, prioridades e tam-

bém a legalidade do projeto em pauta. Para auxiliar nessa apreciação, foram realizadas audiências públicas onde, juntamente com os cidadãos, buscou-se verificar as prioridades e metas a serem alcançadas pela administração".

Segundo o relator, os aspectos envolvem diversas áreas, como desenvolvimento econômico e emprego, infraestrutura, saúde, educação, turismo, habitação, segurança, meio ambiente e outras que compõem as ações fundamentais para o desenvolvimento e qualidade de vida.

De acordo com Brayner, os principais recursos foram direcionados para a saúde e educação, as quais somam quase 50% dos recursos. "Houve também um progresso no investimento na área do turismo, com crescimento de 62% nos investimentos em relação a 2018, diante da importância do setor para o desenvolvimento econômico da cidade", destacou.

Com o parecer da Comissão Mista e a emenda aprovada, o projeto está pronto para votação plenária em sessões extraordinárias previstas para esta semana.

Estimativas para 2019

A LDO traz as diretrizes que vão nortear a



Jeferson Brayner: "Analisamos aspectos técnicos e jurídicos, bem como o equilíbrio das contas públicas"

elaboração do orçamento anual levando em conta as políticas públicas para cada setor, a expectativa de receita e a previsão de despesas. A previsão orçamentária total do município baseada nas diretrizes para 2019 é de R\$ 1,18 bilhão, incluindo os R\$ 142,2 milhões da previdência dos servidores (Fozprev).

O Executivo apontou que o projeto está baseado nos eixos do desenvolvimento e qualidade de vida. Contempla áreas do

desenvolvimento econômico e emprego, infraestrutura, urbanismo e saneamento, educação, trânsito, meio ambiente e turismo, habitação, ação social, abastecimento alimentar e agricultura, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer.

"Deve-se observar que o PL procurou manter o equilíbrio entre receitas e despesas, assim como estabeleceu critérios limitativos para o empenho", consta no parecer da Comissão Mista.

Capacidade de investimentos

Entre os destaques do plano do Executivo inseridos no projeto da LDO está a recuperação da capacidade de investimentos. "A exemplo de 2018, estamos destinando todos os recursos de *royalties* exclusivamente para investimentos, sejam obras ou aquisição de equipamentos. Nesses casos temos investimentos diretos do município ou em forma de contrapartida em programas de parceria com entidades, o estado ou União e operações de crédito", declarou o secretário municipal da Fazenda, Erton René Neuhaus.

Em 2017 foram cerca de R\$ 33 milhões de investimentos. Para 2018 estão projetados R\$ 113 milhões, e para o ano que vem, R\$ 144 milhões.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 10 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1054321541318187.1073741829.1053283714755303/1765686250181709/?type=3&theater>

 **Resistência 24 Horas** 19 h · 🌐

Esse ano o município teve boa parceria com a União. Foi doado pela UNIÃO o terreno do Hospital, o terreno do CEMEI, área para reposição do Arroio Dourado e o terreno do Marco das Três Fronteiras. O vereador KAKO, para você que não sabe, está segurando há quase 2 meses uma doação que o município quer dar a união, como termo de cooperação para a cidade! **NÃO PODE SER PARCEIRO DA UNIÃO**, por causa de "kakadas"! Qual interesse desse político em atrapalhar uma boa parceria com a União? **ATRAPALHA A CIDADE** em vez de ajudar e depois reclama que aparece aqui! E qnd a cidade é esquecida pelo governo federal a culpa é de quem?

Isso que ele quer para o cidadão



👍👎👤 35 3 comentários 7 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 🌐

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Fatos da Fronteira – 10 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/fatosdafronteira/posts/266463427448849>



Fatos da Fronteira

17 h · 🌐

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu não gostou da matéria sobre a TV e quer saber quem deu o furo. Segundo Galhardo, já foi aberta investigação no MP para saber quem está trazendo lucidez à população.

MegaRock, evento da Fundação Cultural vem sendo apontado, por pessoal ligado a Chico Brasileiro, como evento privativo para a turma de BOBATO. Muitos estão indignados com o poder que o vice prefeito tem dentro da prefeitura.

As contas da fartal ainda são de interesse público, querem saber como uma cervejaria intermediou o contrato dos músicos. VEM MP por aí.

Mansur tenta decolar, mas caciques do PSDB prometem não deixar ele sair de Foz do Iguaçu. Vem aí a 3 derrota do pré candidato que já poderá pedir música no fantástico.

Leia mais no link



FATOSDAFRONTEIRA.BLOGSPOT.COM

PEROLITAS IGUAÇUENSES VII

TvCâmara Municipal, cap. 1 Murmurinhos de bastidores dão conta que...

👍 8

3 comentários 3 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 10 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.210396419532552.1073741828.210290629543131/283835948855265/?type=3&theater>



Facebook – Acontece na Fronteira – 10 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/posts/284003022171891>

Vereadores de Foz do Iguaçu aprovam regulamentação de transporte de passageiros por aplicativos

Projeto de lei recebeu mudanças na redação inicial, entre elas a de que motoristas de aplicativos não podem ter pontos fixos e que passageiros deverão ser informados sobre o valor da corrida antecipadamente.

Os vereadores de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, aprovaram por unanimidade nesta terça-feira (10) o projeto de lei que trata da regulamentação do transporte de passageiros por aplicativos, como Uber.

Na sessão de sexta-feira (6), os vereadores haviam aprovado seis alterações na redação inicial do projeto e decidido tirar o artigo que permitia o uso de carros locados.

Veja o que estabelece a nova redação proposta pelas comissões da Câmara:

* o passageiro deverá ser informado do valor antes da confirmação da corrida
* os motorista não poderão ter ponto fixo e embarcar passageiros em vias públicas que não tenham solicitado o serviço pelo aplicativo

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

* não será permitido que os veículos fiquem parados em frente a pontos de táxi, hotéis, agências de turismo e outros locais como o aeroporto e a rodoviária; a parada só fica liberada na hora do embarque e desembarque dos passageiros

* os motoristas terão de fazer um curso de capacitação de 16 horas

* os veículos não poderão ter mais de oito anos de uso, exceto os híbridos, elétricos ou adaptados para o transporte de pessoas com deficiência – estes poderão ter até 10 anos de uso

* seguro para acidentes, além do DPVAT

Com a aprovação em 1ª e 2ª discussões, a iniciativa segue agora para a análise do prefeito. Caso seja sancionada, entra em vigor imediatamente.

Representantes de taxistas e motoristas de empresas de transporte de turistas que acompanharam a sessão ficaram satisfeitos com as mudanças. De acordo com eles, as alterações permitem a concorrência de forma justa.

Por meio de nota, a Uber – que opera na cidade desde o fim de fevereiro – afirmou, entre outros, que as medidas são baseadas em modelos ultrapassados e desconsideram a regulamentação nacional pela Lei Federal 13.640/18.

Leia abaixo a nota na íntegra:

“Emendas pontuais não alteraram significativamente o projeto de regulamentação do transporte individual privado em Foz do Iguaçu.

O texto enviado pela Prefeitura à Câmara Municipal contém sérias restrições à atividade dos motoristas parceiros de aplicativos e impõe burocracias baseadas em modelos ultrapassados, que desconsideram os benefícios do avanço tecnológico.

Na tentativa de enquadrar um modelo novo nas regras do serviço de táxi, as exigências propostas passam por cima de garantias constitucionais e desconsideram a regulamentação nacional instituída pela Lei Federal 13.640/18.

Durante a discussão da nova lei pelo Congresso, foram afastadas restrições que inviabilizariam o modelo prático e moderno adotado pela Uber em todo o Brasil – por exemplo, limitação de placas por município ou autorização prévia para o serviço.

O projeto também prevê uma série de obrigações antiquadas aos motoristas como vistorias periódicas, cursos, cadastros e apresentação de certidões que limitam o direito de escolha dos motoristas.

Por exemplo, o texto proíbe o trabalho de quem mora em cidades vizinhas e aqueles que usam carros com placas de fora de Foz, o que viola o princípio da livre iniciativa econômica e ignora o direito constitucional de qualquer cidadão trabalhar e gerar renda onde escolher.

A Uber espera que os vereadores possam promover mudanças importantes no projeto no sentido de uma regulação moderna, que integre a tecnologia para o benefício de todos os iguaçuenses.”

Com G 1 PR



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 10 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/10/motoristas-do-uber-e-garupa-vaio-entrar-com-liminar-contra-lei-aprovada-em-foz/>

Motoristas do Uber e Garupa vão entrar com liminar contra lei aprovada em Foz

Lei de regulamentação dos aplicativos foi aprovada nesta terça-feira, 10, na câmara municipal



por Josué Calebe — 10 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗑️ 0 💬 0



A Câmara Municipal de vereadores aprovou hoje a lei que regulamenta o transporte remunerado por aplicativo em Foz do Iguaçu. A lei encaminhada pelo prefeito Chico Brasileiro foi discutida na câmara, recebeu emendas e foi para votação nesta terça-feira, 10, sendo aprovada e encaminhada à sanção do executivo.

No entanto, motoristas dos aplicativos Uber e Garupa, que atuam em Foz, não concordaram com vários pontos e deverão entrar com uma liminar para derrubar a lei, como informou o motorista Gerônimo José dos Santos. Ele representa uma associação com 27 motoristas cadastrados.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Segundo ele, os motoristas são contrários à obrigação de curso para atuar como motorista, a determinação de que os veículos sejam emplacados em Foz do Iguaçu, e ainda a proibição de estacionamento próximo a hotel e pontos turísticos. “A região central de Foz tem hotel em praticamente todos os quarteirões, com a lei nós teremos que estacionar praticamente na região rural da cidade” disse ele.

Gerônimo afirmou que o grupo conta com o apoio de um deputado estadual que lidera a associação dos motoristas do estado, e preparam a liminar para derrubar a regulamentação. “Foz do Iguaçu não é o Vaticano dentro de outro país, não pode ser tão diferente de outras cidades, não tem como fazer uma lei proibicionista, se já é aprovado em outras cidades”, destacou.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 10 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/10/camara-analisa-reajuste-de-salario-para-o-prefeito-vice-secretarios-e-vereadores/>

Câmara analisa reajuste de salário para o prefeito, vice, secretários e vereadores



por **Dante Quadra** — 10 de julho de 2018 em Política

0 0 0



0
Compartilhado

170
Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G

Entra para análise na pauta da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu desta terça-feira (10), o Projeto de Lei 65/2018, de autoria da Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, a atualização dos subsídios de prefeito, vice-prefeito, procurador-geral do Município e secretários municipais. Outro projeto, 65/2018, que dispõe da atualização do subsídios dos 15 vereadores, também entra em discussão.

Os dois projetos serão analisados e enviados para as comissões da Câmara de Vereadores. Recebendo parecer favorável, os projetos de reajuste salarial deverão ser votados em agosto.

O reajuste de 2,06% é referente a inflação de 2017 e o reajuste retroativo deste ano. Caso aprovado e sancionado pelo executivo, os salários sobem para:

Prefeito R\$ 22.445,39

Vice-prefeito R\$ 15.046,71

Procuradores e secretários: R\$ 10.210,27

Presidente da Câmara de Vereadores: R\$ 13.907,46

Vereadores: R\$ 9.269,85

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

HLUCAS – 10 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/10/vereadores-de-foz-do-iguacu-aprovam-regulamentacao-de-transporte-de-passageiros-por-aplicativos/>

Vereadores de Foz do Iguaçu aprovam regulamentação de transporte de passageiros por aplicativos

[Deixe um comentário](#)

Projeto de lei recebeu mudanças na redação inicial, entre elas a de que motoristas de aplicativos não podem ter pontos fixos e que passageiros deverão ser informados sobre o valor da corrida antecipadamente.



Câmara aprova projeto de lei que regulamenta o transporte de passageiros por aplicativos.

Os vereadores de Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná, aprovaram por unanimidade nesta terça-feira (10) o projeto de lei que trata da regulamentação do transporte de passageiros por aplicativos, como Uber.

Na sessão de sexta-feira (6), os vereadores haviam aprovado seis alterações na redação inicial do projeto e decidido tirar o artigo que permitia o uso de carros locados.

Veja o que estabelece a nova redação proposta pelas comissões da Câmara:

- o passageiro deverá ser informado do valor antes da confirmação da corrida
- os motorista não poderão ter ponto fixo e embarcar passageiros em vias públicas que não tenham solicitado o serviço pelo aplicativo

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

- não será permitido que os veículos fiquem parados em frente a pontos de táxi, hotéis, agências de turismo e outros locais como o aeroporto e a rodoviária; a parada só fica liberada na hora do embarque e desembarque dos passageiros
- os motoristas terão de fazer um curso de capacitação de 16 horas
- os veículos não poderão ter mais de oito anos de uso, exceto os híbridos, elétricos ou adaptados para o transporte de pessoas com deficiência – estes poderão ter até 10 anos de uso
- seguro para acidentes, além do DPVAT

Com a aprovação em 1ª e 2ª discussões, a iniciativa segue agora para a análise do prefeito. Caso seja sancionada, entra em vigor imediatamente.

Representantes de taxistas e motoristas de empresas de transporte de turistas que acompanharam a sessão ficaram satisfeitos com as mudanças. De acordo com eles, as alterações permitem a concorrência de forma justa.

Por meio de nota, a Uber – que opera na cidade desde o fim de fevereiro – afirmou, entre outros, que as medidas são baseadas em modelos ultrapassados e desconsideram a regulamentação nacional pela Lei Federal 13.640/18.

Leia abaixo a nota na íntegra:

“Emendas pontuais não alteraram significativamente o projeto de regulamentação do transporte individual privado em Foz do Iguaçu.

O texto enviado pela Prefeitura à Câmara Municipal contém sérias restrições à atividade dos motoristas parceiros de aplicativos e impõe burocracias baseadas em modelos ultrapassados, que desconsideram os benefícios do avanço tecnológico.

Na tentativa de enquadrar um modelo novo nas regras do serviço de táxi, as exigências propostas passam por cima de garantias constitucionais e desconsideram a regulamentação nacional instituída pela Lei Federal 13.640/18.

Durante a discussão da nova lei pelo Congresso, foram afastadas restrições que inviabilizariam o modelo prático e moderno adotado pela Uber em todo o Brasil – por exemplo, limitação de placas por município ou autorização prévia para o serviço.

O projeto também prevê uma série de obrigações antiquadas aos motoristas como vistorias periódicas, cursos, cadastros e apresentação de certidões que limitam o direito de escolha dos motoristas.

Por exemplo, o texto proíbe o trabalho de quem mora em cidades vizinhas e aqueles que usam carros com placas de fora de Foz, o que viola o princípio da livre iniciativa econômica e ignora o direito constitucional de qualquer cidadão trabalhar e gerar renda onde escolher.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

A Uber espera que os vereadores possam promover mudanças importantes no projeto no sentido de uma regulação moderna, que integre a tecnologia para o benefício de todos os iguaçuenses. ”

Com G 1 PR

GDIA - 10 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/comissao-mista-da-camara-emite-parecer-favoravel-a-aprovacao-da-ldo/28809>

Comissão Mista da Câmara emite parecer favorável à aprovação da LDO



Após análise dos aspectos técnico-jurídicos e realização de audiência pública, a Comissão Mista da Câmara Municipal emitiu parecer favorável à aprovação do projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2019. Baseado no parecer jurídico da casa, o relator, vereador Jeferson Brayner (PRB), definiu pela legalidade do projeto e concluiu que “uma vez atendidas as exigências legais e constitucionais, não havendo, portanto, qualquer impedimento, nos manifestamos favoráveis à aprovação, apresentando uma emenda”. A emenda modifica um dispositivo do texto passando a constar “as emendas apresentadas pelo Poder Legislativo à Proposta Orçamentária ficam limitadas a 1,2% da despesa fixada no Orçamento Fiscal, ficando vedadas as de redução das dotações que consignarem despesas referentes à de pessoal e a de caráter continuado”. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

11/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 11 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguaçu, quarta-feira, 11 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 627 — R\$ 2,00

Saúde

Foz tem mais de duas mil notificações de dengue em 12 meses



Alto índice de notificações e de infecções levou a prefeitura a decretar Estado de Atenção e multar quem não limpar imóveis **Página 4**

1º semestre

PRF registrou 228 mortes nas rodovias federais no Paraná



O número é 31,9% menor que o registrado durante o mesmo período de 2017, quando 335 pessoas morreram **Página 12**

Na madrugada

Quadrilha invade empresa e rende vigia no Parque Industrial



Os proprietários ainda estão calculando os prejuízos, mas afirmam que os criminosos não conseguiram levar dinheiro **Página 28**

Câmara aprova regulamentação para transporte por aplicativos

O texto segue agora para sanção do prefeito; vereadores também aprovaram LDO e consolidação da nova estrutura administrativa **Página 3**



Foto: AMN

Férias em Foz

A rede hoteleira de Foz do Iguaçu terá uma ocupação média considerada boa durante as férias escolares de julho de 2018. De acordo com pesquisa promovida pelo Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (Sindhotéis), pelo menos 73% dos leitos disponíveis já estão reservados para o período. **Página 8**

Estado de Atenção na saúde

Decreto prevê multas de até R\$ 7,6 mil por terrenos com mato e quintais sujos

Responsáveis por imóveis ou lotes com mato e sujeira estão notificados por decreto para fazer a limpeza em sete dias **Página 5**

NOVO SERVIÇO

Regulamentação para transporte por aplicativos é aprovada na Câmara

O texto segue agora para sanção do prefeito; vereadores também aprovaram LDO e consolidação da nova estrutura administrativa

Elson Marques
Freelancer

Em dia de pauta cheia com uma sessão ordinária e duas extraordinárias, os vereadores aprovaram ontem (10) quatro projetos de lei, entre eles a regulamentação dos serviços de transporte particular por aplicativos. O texto segue agora para sanção do prefeito Chico Brasileiro (PSD), entrando em vigor a partir da publicação em Diário Oficial.

"A norma traz toda a regulamentação para funcionamento do novo serviço como Uber e Garupa contemplando as sugestões e entendimentos entre as categorias envolvidas apresentadas em audiência pública. O tema foi bastante debatido na Câmara e inclusive abrimos espaço para sugestões via e-mail", comentou o secretário da mesa diretora e presidente da Comissão de Justiça e Redação, Elizeu Liberato (PR).

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 também foi aprovado por unanimidade. Outra proposta do Executivo, a que consolida as alterações promovidas nos últimos cinco anos na estrutura administrativa da prefeitura, teve pedido de vistas da vereadora Inês Weizemann. Diante disso, o outro projeto que complementa o assunto ain-



Nova redação ao projeto do transporte por aplicativos buscou atender as categorias envolvidas

da dependerá de uma segunda votação na sessão de amanhã.

Também nas sessões de ontem, o plenário aprovou o projeto do vereador Celino Fertrin (PDT) que inclui categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de rua realizadas em Foz do Iguaçu.

Plenário com pauta cheia

O presidente da Casa, vereador Rogério Quadros (PTB), disse que o trabalho em plenário foi positivo. "Foi discutido, votado e aprovado o projeto dos aplicativos de transporte. Agora cabe ao prefeito sancionar, e ao Foztrans fazer o cadastramento. A regularização do serviço dos aplicativos vai beneficiar quem quer trabalhar

dentro da lei e também aos usuários. O plenário ficou lotado com a presença dos representantes das categorias, e essa participação é importante", destacou.

Para o vereador Jeferson Brayner (PRB), líder do prefeito na Câmara, "a regulamentação do serviço era uma pauta muito cobrada, onde buscou-se adequar permitindo assim que o transporte na cidade desenvolva cada vez mais, sem prejudicar qualquer classe. Assim, quem ganha é a população".

O presidente da Comissão Mista, vereador Tenente-Coronel Jahnke (Podemos), afirmou que foram sessões muito proveitosas. "Aprovamos projetos de grande interesse e relevância para o município. Tenho

a absoluta certeza que esta legislatura está no caminho certo para deixar um legado de ter realizado um trabalho sério e voltado para bem comum", declarou.

O vice-presidente da Câmara, Celino Fertrin (PDT), considerou que os trabalhos foram exaustivos, mas bastante produtivos. "A questão do transporte por aplicativo seria um retrocesso não regulamentar porque a tecnologia e os avanços estão aí. Já no caso do meu projeto, ele trata de isenção de taxas para deficientes físicos ou visuais nas modalidades esportivas, incluindo corridas de rua. É uma forma de incentivo. Também prevê redução da taxa em 50% para crianças de até 12 anos comprovadamente de baixa renda", divulgou Celino.

Pareceres apresentados

O vereador Jeferson Brayner lembrou que, na sessão de ontem, foram lidos pareceres sobre o projeto para filiação de Foz à Confederação Nacional dos Municípios. "Teremos a contribuição da CNM para o desenvolvimento e ampliação das políticas de emprego e renda, contando com a estrutura administrativa de apoio em Brasília, assessoria jurídica e diversos outros benefícios", afirmou.

Outro projeto que recebeu pareceres favoráveis e está pronto para inclusão na pauta da próxima sessão é o que trata da autorização para supressão de árvores no município. "Para a análise do projeto, contamos com o parecer jurídico da Casa onde buscamos verificar a competência do município quanto à legislação a respeito. Nesse, não se visualizou ilegalidade na tramitação e aprovação da matéria", lembrou Brayner.

Pela proposta, o morador ou dono do imóvel poderá contratar empresa para retirada da árvore, desde que autorizado pela prefeitura caso a caso. "O projeto prevê a necessidade das devidas licenças, assim como o órgão responsável. Também apresentou-se as obrigações, responsabilidades e exigências quanto às empresas que farão o serviço. E também a destinação adequada dos resíduos gerados", acrescentou o líder do prefeito.

Reposição, não aumento

É o que disseram alguns membros da nossa prestigiada Casa de Leis, que o fato de apenas reajustarem os salários não significa que isso se trata de um aumento. Diminuição que não é. No dia em que 2 + 2 deixar de ser 4, pode ser que essa teoria de que "reposição não é aumento" deixe de existir.



NOVO TEMPO Falls

FOZ DO IGUAÇU - PARANÁ - ANO 06 - EDIÇÃO 76 - Julho de 2018

DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA

Prefeitura vai regulamentar lei que poderá fechar igrejas em Foz

Trata-se da Lei 2718/02 contra a Homofobia que foi criada pelo então vereador na época e hoje prefeito Chico Brasileiro. Advogados, empresários e líderes religiosos declaram que a Lei é inconstitucional e se movimentam para que a regulamentação não ocorra até que se discuta com a sociedade alguns artigos e incisos da lei que em caso de condenação por parte do denunciado, poderá culminar até mesmo no fechamento do estabelecimento comercial, espaço privado e templos de todas as vertentes religiosas. Câmara tem que se posicionar a respeito, assim como fez o COPEFI em carta aberta, inclusive cobrando vereadores cristãos sobre providências a serem tomadas. Movimento comunista vem mostrando as garras na atual administração. Páginas 3 e 4



Fartal e suas contas estão na mira da Câmara de Vereadores

Página 06

Vila Claudia recebe asfalto em suas ruas

Página 12

Itaipu investe R\$ 3 milhões na Vila C

Página 13

Foz está perto de ter Hospital Federal Infantil

Tratativas estão sendo feitas e em breve Hospital Federal Infantil, com gestão privada, pode se tornar realidade na fronteira. Investidores já fazem acordos finais. Local (foto) atenderá com cotas para o SUS também. Página 16





Ministério da Saúde está de aniversário em julho

Você sabia que o Ministério da Saúde do Brasil foi criado no dia 25 de julho de 1953, pela Lei nº 1.920, assinada pelo presidente Getúlio Vargas? O órgão foi um desmembramento do então Ministério da Educação e Saúde em dois ministérios: Saúde e Educação e Cultura. A partir da sua criação, a nova entidade ficou responsável pelas atribuições que eram do Departamento Nacional de Saúde (DNS).

O Ministério da Saúde é responsável pela organização e elaboração de planos e políticas públicas voltados à promoção, prevenção e assistência à saúde dos brasileiros. É função do ministério dispor de condições para a proteção e recuperação da saúde da população, reduzindo as enfermidades, controlando as doenças endêmicas e parasitárias e melhorando a vigilância à saúde, dando, assim, mais qualidade de vida ao brasileiro.

Desde sua criação, o Ministério da Saúde passou por várias reformas na estrutura. Entre elas, está a de 1974, quando as secretarias de Saúde e de Assistência Médica foram englobadas, passando a formar a Secretaria Nacional de Saúde. Após a década de 80, com a Constituição Federal de 1988, em que ficou determinado o dever do Estado em garantir saúde a toda a população, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS).

Como trabalhadora técnica de enfermagem que sou, hoje vereadora também, não poderia deixar passar a data sem prestar uma homenagem a todos que batalham pela saúde da nossa população.

Além disso, tenho orgulho em fazer parte de um partido que durante anos vem tendo uma atuação direta no setor, inclusive tendo Ricardo Barros, recentemente como ministro da Saúde do Brasil. Através dos Progressistas e do trabalho no ministério, muitos foram os avanços e apoio pela esfera federal na saúde do município. Também a governadora Progressista, Cida Borghetti, que vem dando continuidade com apoio financeiro e em programas importantes para melhoria da saúde do paranaense.

Em Foz, estamos atentos e sempre buscando melhorar e reconstruir a saúde pública, tão prejudicada nos últimos anos pelos desmandos e casos de corrupção. Por isso e muito mais, parabéns Ministério da Saúde do Brasil, parabéns SUS e a todos os bravos trabalhadores deste sistema unificado.

Rosane Bonho avança com a sua pré-candidatura a deputada estadual



Rosane tem a chancela da governadora Cida Borghetti como pré-candidata a deputada estadual

Durante a reunião do Diretório Municipal do Progressistas de Foz do Iguaçu, no último dia (2), a vereadora Rosane Bonho falou do crescimento das adesões e o sinal verde para sua pré-candidatura a deputada estadual.

“É com muito entusiasmo que recebemos o aval da nossa governadora Cida Borghetti, do coordenador regional do partido, deputado Schiavinato e do nosso presidente estadual, deputado Sperafico para representarmos a força da Mulher Progressista nas eleições deste ano. De outro lado também temos recebido muitas adesões em Foz e em várias outras cidades da região, tudo isso nos motiva ainda mais para seguirmos avançando na nossa pré-candidatura”, destacou.

“Vendo a necessidade de Foz do Iguaçu e região ter uma representatividade forte e com a sensibilidade da mulher, é que o partido

convocou e a vereadora Rosane Bonho aceitou colocar o nome como pré-candidata a deputada estadual, e está indo muito bem”, ressaltou o presidente do Progressistas de Foz, Ramão Camacho.

Rosane, tem se destacado na sua atuação parlamentar, principalmente na luta pela recuperação e melhorias no setor de saúde pública.

A vereadora diz estar com muita disposição na sua pré-candidatura a deputada estadual, e com o firme propósito de lutar principalmente pela saúde e causas sociais - proposta de campanha - e com um olhar especial por Foz do Iguaçu e a região Oeste do Paraná.

A pré-candidata a pelo Progressistas é vereadora, tem 43 anos, natural de Foz do Iguaçu, técnica em enfermagem e exerce a profissão no Hospital Ministro Costa Cavalcanti. Além disso se divide em seu trabalho parlamentar quando não está de plantão.

É casada com Alcindo Jonas Bonho e tem três filhas Bianca Carolina, Amanda Carolina e Maria Eduarda Carolina.

A pré-candidatura ao cargo de deputada estadual nasceu pelo trabalho desenvolvido pela vereadora no seu mandato, pelo incentivo e apoio do partido a nível local e estadual.

EXPEDIENTE

Circulação: Igrejas cristãs e comércios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Céu Azul.

CNPJ 27.108.268/0001-06
jornalnovotempofoz@hotmail.com

Central-Redação: Rua Barigui, 37
Vila Militar
Foz do Iguaçu - PR - CEP 85857-090
Fones (45) 3028-2493 / 99922-2148

Direção Geral / Editor:
Ricardo Azevedo Gomes
MTB 10089/PR

Respeitando a liberdade de expressão e opinião, este jornal abre espaço para todas as correntes ideológicas. Portanto, os artigos e colunas publicados e assinados, são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal. Também não há nenhum vínculo trabalhista ou empregador com os mesmos.

Anticristãos no comando da prefeitura de Foz estariam mirando retaliações a Igreja?

Da Redação

Após quase dois anos passados da eleição vencida por Chico Brasileiro e Nilton Bobato em Foz do Iguaçu, as coisas agora começam a tomar forma e alguns setores da administração começam a colocar as garras de fora, mostrando um lado sombrio do comunismo típico em gestão pública já provada em varias partes do Brasil e na América do Sul. Prova disso estaria na criação da Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, que seria preparada estrategicamente para a primeira dama Rosa Maria Jeronimo comandar.

Neste caso, o grupo que detém essa ala administrativa na prefeitura, misturada com a Fundação Cultural, tendo um de seus comandantes maiores, o vice prefeito, estariam começando a armar estratégias

para barrar e instaurar uma possível perseguição à igreja de Jesus Cristo na cidade.

No dia 11 de julho, a primeira dama e secretária de Direitos Humanos convidou toda comunidade e claro grupos LGBT's e simpatizantes para estarem em ato publico simbólico, e comemorem a regulamentação da Lei Municipal 2.718/02 de Combate a Homofobia. O evento será na Fundação Cultural, com apresentações "artísticas" na Praça da Paz antes. Claro, tudo pago com dinheiro do contribuinte, inclusive com convite ao vivo na rádio em que a prefeitura tem programa aos sábados, feito de forma insistente pelo prefeito Chico Brasileiro.

Como se não bastasse tamanha afronta, esse convite só foi distribuído em redes sociais um dia após o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffi, ter dado parecer



Governo do Município
de Foz do Iguaçu

CONSTRUINDO UMA NOVA CIDADE



SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE DIREITOS HUMANOS
E RELAÇÕES COM A COMUNIDADE

Convite

A Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade tem a satisfação de convidar todos para o Ato Simbólico de regulamentação da Lei Municipal 2.718/02 de Combate à Homofobia, a realizar-se no dia 11 de julho, às 19 horas, na Fundação Cultural de Foz do Iguaçu.

*Concentração com atividades culturais a partir das 17h na praça da Paz,
Mano Zev, Panambi Ohun, Cici Andrade e Richad Campos.*

Convite distribuído pela prefeitura sobre evento dia 11

contrário à Lei contra a Ideologia de Gênero, aprovada em Foz pela Câmara de Vereadores tendo apenas um voto contrário do vereador Marcio Rosa.

Lei essa que ferrenhamente foi combatida pelo grupo comunista na prefeitura e defensores da "liberdade de expressão" na cidade como LGBT's, APP Sindicato e al-

guns professores de universidades públicas, etc. Não contentes, agora parece que deram início uma possível caça às bruxas, ou seria caça aos cristãos?

Estratégia seria perseguição visando o possível fechamento das igrejas?

Se depender da Lei como está, isso seria possível sim. Mesmo sendo válida, a Lei 2.718/02 que trata do combate a homofobia é extremamente perigosa e coloca em risco a liberdade de pastores, padres, ministros, ou seja, todo e qualquer pregador do Evangelho falar da verdade da Palavra de Deus.

Além disso, segundo o projeto após recebidas as denúncias, representantes de Direitos Humanos, após processo instaurado e a culpa denunciado ser confirmada, recomenda-se a prefeitura multar, cassar o alvará e CNPJ ou até mesmo fechar igrejas permanentemente na cidade.

Só temos que lembrar ao

amigo leitor, que o vice prefeito Nilton Bobado, do partido comunista (PCdoB), realizou audiência pública na Câmara de Foz para grupos LGBT's, simpatizantes e etc, quando ainda era vereador. O vice prefeito não nega e já declarou publicamente ser ateu e um defensor da "liberdade" de pensamento, sexual e outras ideologias.

Segundo a Lei, em seu artigo 1, "Será punida, nos termos desta Lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero".

No artigo 2, inciso I, o texto diz "praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou

vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;" esse filosófica se enquadra na fé cristã e aí está um dos perigos.

No artigo 3 segue o texto, "São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Município, que intentam contra o que dispõe esta Lei". Ou seja, igrejas.

No artigo 6 está as penalidades e aí sim vem a pior parte veja: "Art. 6º As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos

e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes: I - advertência; II - multa de cem Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu - UFFI; III - multa de duzentas UFFI, em caso de reincidência; IV - suspensão do alvará de funcionamento por trinta dias; V - cassação da licença municipal para funcionamento.

Dentro desses tópicos destacados aqui, cada padre, pastor, pregador da Palavra de Deus que por acaso estiver pregando e um casal gay por exemplo, ou uma pessoa se sentir discriminada com a pregação, poderá entrar com processo contra esse pregador e a igreja. E neste contexto que vivemos hoje,

quem nos garante que por interesses sombrios simpatizantes e membros de grupos assim não frequentariam cultos e missas só com este propósito?

Por isso é necessário convocar os vereadores cristãos na Câmara, as lideranças eclesiais e comunidade como um todo, e cobrarem mudanças nessa Lei ou até mesmo a revogação dela.

O Jornal Novo Tempo é contra todo e qualquer tipo de preconceito, humilhação, difamação, entre outras. Porém, é um jornal cristão e prima pelos preceitos regidos pela Bíblia Sagrada que é a Palavra de Deus que tem a Ideologia de Gênesis como norte.

Conselho de Pastores divulga Carta Aberta, cobra vereadores e autoridades

O Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos de Foz do Iguaçu (COPEFI), sob a presidência do pastor Sebastião da Silva, divulgou uma carta aberta em que chama a atenção da população e se declara totalmente contra qualquer tipo de discriminação, ou atos racistas e homofóbicos a qualquer cidadão. O Copefi alertou também que tal lei em alguns artigos e incisos ferem a Constituição e a liberdade de culto nas diversas religiões.

Pede ainda no final que nada a respeito dessa Lei seja decidida de forma sem antes consultar as partes envolvidas e que os vereadores cristãos na Câmara tomem providências a respeito dessa Lei. Veja a Carta ao lado na sua íntegra.

Câmara está analisando medidas a serem tomadas

Em conversas com alguns vereadores, nossa reportagem apurou que a preocupação sobre essa Lei existe e que uma cobrança muito grande por parte de lideranças religiosas, empresários e entidades foi intensa após a divulgação do vídeo na página do Facebook do Jornal Novo Tempo denunciando a regulamentação da Lei em Foz. Claramente, a secretaria de Direito Humanos em Foz teria aproveitado a decisão sobre uma ADIN, (Ação Direta de Inconstitucionalidade), impetrada pelo PCdoB, partido do vice prefeito de Foz, para afrontar os cristãos com a regulamentação da Lei 2718/02.

De acordo com alguns vereadores, o caso foi repassado para o jurídico da casa que está avaliando as melhores e legais medidas a serem tomadas. Mesmo assim a população tem que se manifestar aos vereadores também.

OPINIÃO

Será lamentável ver esses direitos já sejam garantidos por lei, o que tenho percebido é uma minoria tentando veementemente impor seus ideais. Muitos adolescentes e jovens abraçando a causa do ensino/implantação nas escolas da ideologia de gênero. Mas qual seria o nexo de alguém que não possui filhos decidir o que deve ser ensinado

CONSELHO DE PASTORES E MINISTROS EVANGÉLICOS DE FÓZ DO IGUAÇU

CARTA ABERTA SOBRE A LEI MUNICIPAL N.º: 2718/02 DE FÓZ DO IGUAÇU/PR

O Conselho de pastores e ministros evangélicos de Foz do Iguaçu sendo procurado pelas denominações evangélicas que representa vem por meio desta expor a real preocupação sobre a regulamentação da Lei Municipal 2718/02.

De antemão comunicamos que o Conselho de Pastores assim como as denominações que o mesmo representa é totalmente contra qualquer ato discriminatório, racista ou homofóbico a qualquer cidadão e respeita as leis deste país crendo que para tal já existem leis que punem os que cometem tais gravidades. Entendemos também que o evangelho e a fé que professamos não é colocada a força, por obrigação, pois a Bíblia nos ensina que é uma escolha em que cada um faz ao crer na Palavra de Deus e em Jesus Cristo como salvador de sua vida e então escolhe seguir e obedecer os mandamentos e princípios bíblicos.

Não teremos condições aqui de citar cada artigo, mas o que nos trás profunda preocupação é a de considerar ameaçada a liberdade de culto através do Artigo 2º alíneas I e VIII que diz:

I - praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

Se seguirmos a Palavra de Deus como nosso manual de conduta cristã fica evidente que em nossas reuniões se faz necessário tratar de princípios morais e éticos dentro do cumprimento da obediência a conduta da nossa fé e isto se enquadra na área filosófica (fundamentos relacionados a valores morais e éticos, a mente e a linguagem), como também na psicológica que trata do comportamento do ser humano e de suas interações com um ambiente físico e social. Não há possibilidade alguma de seguir os princípios cristãos sem falar nos princípios morais e éticos segundo a confissão religiosa.

VIII - proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.

Muito genérico e abrangente esta alínea, pois em um culto o objetivo é aprender a Palavra de Deus e prestar um culto de adoração a Deus, nem os casais hêteros se beijam ou namoram no ambiente de culto. Se permanecer da forma que esta o artigo e a alínea VIII, qualquer que for a um templo e desejar no meio da reunião se beijarem mesmo como um ato provocatório, os sacerdotes, ministros religiosos estarão proibidos de chamar a atenção e comentar sobre tal ato.

Por fim confiamos nas autoridades de nosso município e cremos que nada será decidido de forma apressada e sem o devido cuidado ao cumprimento da nossa constituição que assegura a liberdade de culto. Confiamos nos vereadores principalmente nos que são cristãos e entendem bem a importância do que expressamos e esperamos que nos representem.

Foz do Iguaçu, 08 de julho de 2018

Pr. Sebastião da Silva
Presidente

nas escolas para os meus filhos? Não se faz qualquer tipo de políticas públicas quando uma minoria quer ditar as regras sobre uma maioria, beneficiando somente a minoria. Sugiro que quem ainda não conhece as bases dessa capciosa

ideologia comece a pesquisar suas origens nos ideais marxistas, passando pelo movimento feminista, por Judith Butler e pelo caso David Reimer, que foi vendido como um caso de sucesso por John Money. Estes são os pontos principais

da formulação de uma ideologia perniciososa que visa à desconstrução da sociedade, da família e, por fim, do indivíduo. Precisamos estar atentos!

**PASTOR JULIANO
BICICGO**

Requerimento visa o combate a evasão escolar já no ensino fundamental em Foz

O vereador Jeferson Brayner cobrou do Executivo informações com relação às medidas adotadas para evitar a evasão escolar no município. De acordo com o Vereador, o maior índice de evasão escolar é no Ensino Médio, mas a questão já deveria ser trabalhada desde o Ensino Fundamental. O parlamentar destaca várias razões, como: questões econômicas, de mobilidade e outros problemas sociais influenciam para crianças e adolescentes permanecerem fora das escolas.

“O objetivo desse requeri-

mento é zelar pela Educação. Tenho conhecimento das ações que vem sendo tomadas no município, como por exemplo, quando o aluno falta na aula a escola entra em contato com a família e caso as faltas se tornem frequentes, o conselho tutelar é acionado” disse Brayner.

Porém, a maior preocupação do parlamentar está relacionada as ações tomadas para evitar que casos como esses aconteçam, ou seja, a prevenção tanto no ensino fundamental quanto no médio.

“Sabemos que no Brasil o

índice de evasão escolar é alto e principalmente na adolescência. Por isso a importância de se trabalhar esse assunto o mais cedo possível. Portanto, o levantamento de dados quanto ao índice de desistentes, razões pela desistência, são fundamentais para a criação de políticas públicas para se evitar o problema. E acredito ser fundamental que esse trabalho seja realizado na esfera municipal, pois sabemos que uma região é diferente de outra. Poder fazer um trabalho centralizado é fundamental”, conclui o vereador Jeferson.



Vereador Jeferson Brayner está empenhado no combate a evasão escolar em Foz de Iguaçu

Alerta sobre falta de acessibilidade nas escolas do município



A problemática da falta de acessibilidade foi tema de requerimento aprovado por unanimidade pelos parlamentares durante sessão ordinária na Câmara de Vereadores. O requerente, parlamentar Jeferson Brayner (PRB), pede que o prefeito faça um levantamento de dados a respeito da acessibilidade escolar para os alunos deficientes ou com mobilidade reduzida nas escolas municipais e CMEIs.

país e CMEIs.

Esse estudo, de acordo com o parlamentar, será o primeiro passo para que esse problema comece a ser resolvido, visto que, segundo Brayner, a educação deve ser facilitada para todos.

“Verifiquei em alguns locais que visitei, como por exemplo na Escola Cecília Meireles, que a acessibilidade em alguns pontos está prejudicada. Sei do

esforço e dedicação do Prefeito e do Secretário Fernando em melhorar a qualidade nas Escolas e a acessibilidade é um item importantíssimo da garantia dessa qualidade. Por isso, tem um levantamento detalhado das Escolas com os principais locais e problemas nos permite acompanhar e cobrar de forma mais pontual e presente a solução dessa questão.” Pontuou o parlamentar.

O VALE DE OSSOS SECOS

3 fases dos ossos secos

Primera fase: ossos secos expostos ao sol num grande vale. Ezequiel 37.1

São os povos deste mundo, mortos em seus delitos e pecados.

“...estando vós mortos nos vossos delitos e pecados, nos quais andastes outrora, segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora atua nos filhos da desobediência...” Efésios 2.1-2

Segunda fase: o servo anuncia a Palavra do seu

Senhor. Diante disso, os ossos se juntam de acordo com seu próprio DNA. Formam-se muitos esqueletos. Em seguida, nasce carne, tendões e pele. Tudo novo. E os esqueletos se transformam em corpos, mas não têm vida.

São os que foram beneficiados pelos milagres da fé. Curados, libertos dos vícios, que tiveram restauração da família, vida econômica transformada, etc. Se incorporaram como membros das instituições (denominações cristãs), mas, porque há ausência de espírito, isto é, do Espírito Santo, não têm vida. Fazem

parte do corpo de membros da denominação, mas não fazem parte do Corpo de Cristo.

“Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, O Primogênito de entre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia...” Colossenses 1.18

Tais crentes, apesar de terem recebido algumas migalhas (milagres), continuam sem a expressão da imagem de Deus. Por conta disso, são limitados na fé. Nem tudo é possível para eles.

Têm nome de que vivem, mas são apenas corpos estendidos no vale des-

te mundo.

Terceira fase: Os corpos recebem o Espírito de Deus. Tal Fôlego os faz levantar e formar um grande exército. O exército do Deus Vivo na Terra. É com ele que o Espírito Santo conta para profetizar e salvar os demais.

Da primeira fase para a segunda não é difícil. São muitos os chamados. Mas da segunda para a terceira fase há necessidade de sacrificar, sacrificar e sacrificar. Isto é, negar-se a si mesmo, tomar a sua cruz e seguir Jesus (praticar Sua Palavra), dia após dia. Esses são os escolhidos.



Pastor Jeferson Brayner

Indicações pedem que Fartal e Feira do Livro tenham atrações cristãs nos próximos anos

O vereador Elizeu Liberato apresentou indicações que pedem ao presidente da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, Juca Rodrigues, que determine a organização da Feira do Livro e Fartal, a contratação de atrações cristãs em ambos eventos.

Em suas justificativas, o vereador coloca a relação entre os estilos musicais gospel, católico e evangélico como sendo praticamente um apenas e que ambas comunidades tem cobrado este tipo de atração nestes eventos.

“Não apenas local, mas regionalmente, muita gente me pergunta porque não trazem palestrantes, escritores e cantores cristãos nessas festas tradicionais de Foz. Então,



Vereador Elizeu Liberato apresentou requerimento que pede destinação de verbas arrecadadas com multas para campanhas permanentes no trânsito



Foztrans arrecadou mais de 7 milhões com multas em 2017 e investiu R\$ 505,83 em campanha de trânsito e pouco mais de 730 mil em sinalização

primando pela harmonia, unidade e respeito as famílias, fizemos essas indicações para que Fundação Cultural dê mais atenção também a essa camada tão importante e essencial da sociedade”, disse Elizeu Liberato.

Requerimento aprovado na Câmara deixa Fartal deste ano na mira dos vereadores

Os vereadores de Foz do Iguaçu aprovaram, em sessão ordinária, requerimento em que pedem à Fundação Cultural a prestação de contas da Fartal 2018. O evento, realizado de 7 a 10 de junho, é a principal festa comemorativa do aniversário da cidade.

O pedido de prestação de contas é de autoria dos vereadores Celino Fertrin (PDT), Elizeu Liberato (PR), Anderson de Andrade (PSC)

e Márcio Rosa (PSD). O requerimento foi aprovado por unanimidade. Os vereadores requerem da Fundação Cultural relatório detalhado da execução do orçamento referente à 42ª Fartal. Devem ser incluídos os dados sobre cada uma das despesas realizadas para a viabilização do evento, que aconteceu no CTG Charrua.

Pede ainda informações de toda a arrecadação obtida pela Fundação Cultural

ou pela prefeitura com o evento. O documento ainda quer esclarecimento sobre a aplicação do dinheiro arrecadado por meio da feira.

No final de maio, o Legislativo aprovou pedido do prefeito Chico Brasileiro (PSD) de remanejamento orçamentário para a Fartal 2018 no total de R\$ 700 mil. Os vereadores vincularam a aprovação do projeto à prestação de contas relacionada ao evento.

Vereador elogia mas faz cobrança incisiva sobre atrações

Em seu pronunciamento durante a palavra livre na sessão que aprovou requerimento que pede a Fundação Cultural de Foz do Iguaçu detalhamento dos custos da Fartal 2018, o vereador Elizeu Liberato fez algumas colocações sobre a “feira”.

“Quero parabenizar a organização da Fartal que esteve muito boa. Estrutura digna, expositores, praça de alimentação. Ou seja, tudo muito bom. Porém deixo aqui uma sugestão para que no ano que vem a Fundação selecione melhor as atrações musicais e que possa proporcionar também aos cristãos católicos e evangélicos a possibilidade de também terem uma noite com cantores de seus segmentos. Afinal, algumas atrações deste ano foram escolhas de certa forma infelizes, e de péssimo gosto musical”, declarou Elizeu de forma contundente.

Exemplo da escolha de certa forma equivocada de alguns estilos musicais, foi a prova de que por 2 noites, foram registradas brigas e quebra quebra, o que comprova um público que vai neste tipo de evento apenas para bagunçar e trazer confusão.

“Ano que vem, que os organizadores possam proporcionar uma noite cristã na Fartal e reunir assim famílias e pessoas de bem. Sem contar que assim, a festa terá uma boa qualidade musical, alegria e paz, tão necessárias nos dias de hoje”, disse o vereador Elizeu Liberato.

Custo da “Festa”

Conforme a planilha orçamentária de maio encaminhada pela Fundação Cultural à Câmara de Vereadores, o custo da Fartal 2018 estava estimado em R\$ 1,6 milhão. A maior quantia do orçamento era destinada à contratação de artistas para shows nacionais, no total de R\$ 914 mil.

Já em junho, a entidade de gestão cultural de Foz do Iguaçu divulgou no Diário Oficial o custo dos sete artistas e grupos convidados para se apresentar na Fartal. Somado, o valor dos shows totalizou R\$ 1,040 milhão, R\$ 126 mil a mais que o informado aos vereadores.

O outro lado

O presidente da Fundação Cultural, Juca Rodrigues explicou que o valor R\$ 914 mil informado nas planilhas refere-se apenas ao orçamento da autarquia e não o custo total dos shows. Ele disse que informou à Câmara dos Vereadores os valores de cada contratação, incluindo os recursos de outras secretarias.

“O valor de R\$ 914 mil informado era apenas o orçamento da Fundação Cultural, não o total dos shows”, disse Juca Rodrigues. “Depois tivemos o aporte que a Câmara aprovou, de recursos vindos de outras secretarias, Turismo e da Agricultura”, apontou.

Dia da Consciência Evangélica voltara a ser comemorado em Foz do Iguaçu

Asolenidade está marcada para o dia 31 de outubro, a partir das 18h30, no plenário da Casa de Leis.

O Dia da Consciência Evangélica é uma comemoração que reúne as igrejas evangélicas com representação no município. Ele foi instituído pela Lei nº 4.077 de autoria do ex vereador Rudinei de Moura e sancionada em abril de 2013, quando passou a fazer parte do Calendário Oficial de Eventos do Município de Foz.

A data lembra a Reforma Protestante e a fixação das “95 teses” de Martinho Lutero, que abriram um debate sobre a venda de indulgências pela Igreja Católica, em outubro de 1517. No mundo todo, o dia 31 de outubro é conhecido por ser

o momento em que se celebra a Reforma Protestante.

Desde então o crescimento da camada cristã denominada como evangélica ganhou força e hoje é a segunda maior no mundo, tendo ainda a católica como a principal religião cristã no globo terrestre.

Agora, por iniciativa da vereadora Inês Weizemann, o dia da Consciência Evangélica, voltará a ser lembrado na Câmara de Vereadores de Foz. “Fizemos o pedido oficial ao presidente da Casa, Rogério Quadros, que autorizou, nos termos da Resolução Legislativa 04/75, a utilização do Plenário da Câmara para a realização da Cerimônia no dia 31 de outubro próximo, a partir das 18h30”, afirmou Inês.

De acordo com a Lei Muni-



Vereadora Inês Weizemann vai capitanear as comemorações

cipal, o Legislativo realiza, com o apoio do Copefi – Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos de Foz do Iguaçu, uma sessão especial neste dia, em homenagem às Igrejas Evangélicas com representação no Município.

As comemorações foram realizadas entre 2013 e 2016 e teve homenagens, orações, exposi-



Festa do Dia da Consciência Evangélica voltara acontecer no Plenário da Câmara de Vereadores

ções, palestras, apresentações musicais entre outros, eventos regados de muita emoção.

“A comemoração é comparilhada no mundo todo e reúne as lideranças evangélicas que trabalham, também aqui em

Foz, pelo desenvolvimento da comunidade. Isso precisa ser mostrado, lembrado e comemorado por todos, evangélicos, católicos, ou seja, todos que professam a fé em Jesus Cristo”, disse Inês.

LEI 2718/02 CONTRA HOMOFOBIA, UMA BREVE REFLEXÃO

Estamos vivenciando um estado de coisas em tempos estranhos seria o mínimo possível a se dizer sobre o atual comportamento da sociedade. A legislação brasileira ocupa-se de per si desde o maior ordenamento, qual seja, a Constituição Federal até as normas infraconstitucionais de zelar e proteger os direitos fundamentais. Isso significa dizer que nosso ordenamento jurídico já prevê garantias e sanções a todo tipo de violação à integridade da pessoa humana.

Com isso, se faz desnecessário, qualquer outra normatização, uma vez que já se encontram positivados tanto o direito quanto o dever de cada cidadão. Diante desta consideração, faço um breve comentário a cerca da Lei 2718/02 do município de Foz do Iguaçu, tendo em vista a conclamação para um ato solene e glamoroso com o objetivo de comemorar uma norma já existente há dezesseis anos.

Certos aspectos desse evento causam no mínimo estra-

nheza e dão margem a alguns questionamentos: “final por qual razão uma Lei existente há tanto tempo somente agora passa a ser efetiva?” outra pergunta é: “Considerando que Leis sancionadas devem ser cumpridas e nada mais, por qual razão esta lei especificamente necessita de ato solene e festivo?” ou “Por que então não se observa o princípio constitucional da isonomia e se comemore então solenemente todas demais Leis aprovadas que beneficiam a sociedade?” mais ainda: “Qual o custo dessa comemoração, e quem paga por isso?” tantas outras questões poderiam ser colocadas, entretanto nos faltaria espaço suficiente.

Como já dito, o ordenamento jurídico do nosso país, desde a Constituição Federal, Código Penal, Código Civil, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, como também tratados internacionais dos quais somos signatários, estes e outros dispositivos oferecem a qualquer

cidadão brasileiro, independente de idade, sexo, cor, raça, religião, opção sexual ou filosófica, a garantia ao respeito, cidadania, segurança, educação, saúde, convivência social sem qualquer discriminação.

No Artigo 2º, Inciso IV, a lei 2718/02 de Foz do Iguaçu, chama para si a prerrogativa de punição por parte do município frente a qualquer ato discriminatório contra pessoas homossexuais. Em que pese, de fato não há que se concordar com qualquer forma de violência e discriminação contra qualquer ser humano, medidas sancionadoras e punitivas cabem às normas já estabelecidas e competentes para tal como já mencionado. Observa-se na mesma Lei que em seu Art. 5º, § 2º, a notória supressão de competência e violação constitucional, pois o dispositivo normatiza o oferecimento da denúncia e prevê por conseguinte a aplicação da pena, ou seja, ao tratar-se de violência ou discriminação, o Código Penal se apresenta hábil para

que nele encontre amparo, o mesmo pode-se dizer do Código Civil quanto à reparação de eventuais danos, sejam morais ou materiais, sem prejuízo das proteções já estabelecidas em outras normas.

Portanto, qualquer outro agente que se propunha a ser sancionado frente a estas questões, estará este incorrendo em prática ilegítima. Ainda no mesmo artigo omite-se completamente o amplo direito de defesa e do contraditório, princípio básico da Constituição Federal, qual seja, a presunção geral de inocência, ou seja o próprio dispositivo abre lacunas para uma violação ao direito à dignidade da pessoa humana.

Parece ser esta uma norma temerária, que em pretensão benéfico e proteção de um segmento, poderá facilmente agredir, violar e suprimir os direitos de outrem. Há que se reavaliar, dialogar e apontar reformulações plausíveis e coerentes quanto ao que se comemora, pois é bem possível que a sa-



Paulo Sérgio Barreto
Pastor e Bacharelado
em Direito

tificação de uns pode tornar-se prejuízo a outros.

Em suma, concluo com a seguinte mensagem: “na condição de cristão e mensageiro do Evangelho, defendo que todos os seres humanos devem ser amados, respeitados e aceitos como são, e que as diferenças de pensamentos e comportamentos precisam ser superadas em nome do Amor, aquele amor que é a essência de Deus”

O fim da Lei é Cristo, pra justiça de todo que crê. (Rm. 10:04)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Tribuna Popular – 11 de Julho de 2018 Capa

Pré-candidata a deputada nomeia mãe e filho na Câmara Municipal

Página 10



Tribuna Popular

Foz do Iguaçu, 11 a 16 de julho de 2018 | Edição 237 | Ano VI | R\$ 3,00

EXCLUSIVO

POLITICAGEM DO PREFEITO E VICE CAUSA PERDA DO CASTRAMÓVEL



OTR / PR / PRTB / PEN / SO / PMP / PAB / PAM / PAM / DEM

ONG denunciou que a verba para Foz do Iguaçu "oferecida por meio de emenda parlamentar para um "Castramóvel devidamente equipado não foi aceita pelo "prefeito Chico Brasileiro e o vice Nilton Bobato. O problema, "entretanto,



seria de ordem política visto que o deputado federal Osmar Bertoldi não pertence "ao grupo político do prefeito.

Páginas 3 a 7

Vereadores vão votar reposição do próprio salário de R\$ 9,2 mil



A Comissão de Finanças e Orçamento, presidida pelo Tenente-Coronel Jahnke, apresentou a proposta de reposição.

Página 11

Salários dos Vereadores

De R\$ 9.082,13 para R\$ 9.269,85

Salário do presidente da Câmara

De R\$ 13.625,82 para R\$ 13.907,46

Salário do vice-prefeito Nilton Bobato

De R\$ 14.742,00 para R\$ 15.046,71

Salário do prefeito Chico Brasileiro

De R\$ 21.990,85 para R\$ 22.445,39

Salário dos secretários municipais

De R\$ 10.003,50 para R\$ 10.210,27

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Tribuna Popular – 11 de Julho de 2018 Pag. 02

2 11 a 16 de julho de 2018

PRETO NO BRANCO

Veja quanto o prefeito Chico, e vice-prefeito Bobato e demais secretários e vereadores vão ganhar se for aprovado aumento salarial

Prefeito Chico: R\$ 22.445,39

Vice-prefeito Nilton Bobato: R\$ 15.046,71

Procuradores e secretários: R\$ 10.210,27

Presidente da Câmara Rogério Quadros: R\$ 13.907,46

Vereadores: R\$ 9.269,85



Tribuna Popular

Ficamos sem resposta

Na semana passada foi realizada uma matéria jornalística sobre os assessores da vereadora afastada, tento seus assessores recebendo mesmo sem assessorar ninguém. O presidente Rogério Quadros ta pianinho. Vai se pronunciar ou ficaremos sem resposta?

Marmita

Azedou a marmita para o lado da prefeitura, pois a comida servida ta para lá de salgada e com uma qualidade de dar inveja. Esse é o desgoverno Chico Lento.

Pré campanha eleitoral

Iniciada a pré campanha eleitoral e os postulantes aos cargos já infestam as redes sócias de promessas... Muitas sem pé nem cabeça, e muitos pré candidatos sem a mínima chance, na realidade entram na corrida eleitoral mais para atrapalhar do que pra ajudar... segue o baile!

Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da Editora A Fronteira do Oeste Ltda.
CNPJ 04.640.198/0001-29 | Insc. Municipal 30125
Telefone (45) 3029-4999 - Foz do Iguaçu / PR
tribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enríque Alliana
Jornalista Responsável:
Eduardo Alliana - MTB: 10700/Pr

COMERCIAL

Claudete Desbezel
Impressão: Grafínorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Ver. Cel. Jahnke (ou assessor) bate boca com eleitores no facebook

Em discussão calorosa no Facebook... O vereador Coronel Jahnke ofende cidadão que cobra postura do vereador. Lembrando que em verificação dos projetos de lei do vereador, o mais importante é a obrigatoriedade de cantar o hino nacional antes de todas as sessões. E para isso seu gabinete custa em torno de R\$ 43 mil mensal para o cidadão iguaçuense.



Protetoras cobram programa de castração de cães e gatos em Foz

Serviço segue emperrado com jogo de empurra na prefeitura

Da editoria geral

Foto Divulgação

Uma lei municipal implantou o programa de castração de cães e gatos por meio de credenciamento de clínicas. Entretanto segue engavetada diante de um jogo de empurra na prefeitura de Foz do Iguaçu. O Centro de Controle de Zoonoses afirma que a responsabilidade é da Secretaria do Meio Ambiente onde a alegação é falta de estrutura. Também jogam para o CCZ a responsabilidade em disponibilizar profissionais e o centro responde que não tem.

Na opinião das protetoras e ONGs o ideal seria a implantação do programa de castração. Neste ano, Cascavel já castrou dois mil animais e deve castrar outros dois mil até o fim de ano. Além disso, lá está sendo viabilizado um Castramóvel com recursos de emenda parlamentar de deputado, recurso que também foi disponibilizado para Foz do Iguaçu, mas a prefeitura está perdendo prazos.

"A castração é a única forma de diminuir a população canina e felina, o que também reduziria as doenças e os problemas com animais nas ruas. Algumas protetoras estão com dívidas de R\$ 10 mil, R\$ 15 mil e até R\$ 40 mil em clínicas veterinárias porque fazem o resgate de animais abandonados, doentes, atropelados ou feridos em brigas ou por agressão humana. E essa conta só vai aumentando. Então a castração por meio de programa público é uma medida fundamental e urgente", informou uma das voluntárias de ONG.

Uma equipe também trabalha na arrecadação de verbas para castração particular. "São promovidos jantares, bazares



Depois de castrados animais são oferecidos para adoção

e outros eventos para juntar dinheiro e castrar animais recolhidos pelos voluntários ou pelas protetoras", relatou. Depois de castrados os animais são apresentados em feiras na tentativa de conseguir adoção.

Verba impositiva de vereador não está sendo liberada pelo prefeito

O vereador Protetor Jorge incluiu 50% das emendas a que tinha direito para o programa de castração de animais, porém a verba não está sendo liberada pelo prefeito. Os outros 50% de emendas obrigatoriamente foram para a saúde, atendendo determinação legal. O valor para a castração reservado no orçamento

pelo vereador é de R\$ 345 mil, suficiente para realização de cirurgias em 1.600 animais.

CCZ arruma empecilho

"Esperávamos que até março a prefeitura iniciasse o programa e assim teríamos as castrações, mas o CCZ bate contra afirmando que castração de animal com leishmaniose é jogar dinheiro fora", disse a voluntária. Na prática, o Centro de Controle de Zoonoses defende a eutanásia dos animais infectados, o que as protetoras e ONGs são contra. Em resposta, o CCZ afirma que essa não é uma posição do órgão e sim recomendação do Ministério da Saúde.

Na análise do centro, os

animais infectados vivem entre quatro e seis meses entendendo que estariam condenados à morte, portanto, inútil castrá-los. Entretanto, para os protetores, há sim cura para os animais e que mesmo infectados podem viver por muito mais tempo, desde recebam tratamento e cuidados adequados.

Município tem autonomia

"Não há uma regra de cães que podem ser castrados e isso é uma posição do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Cada Município deve tomar essa decisão. O CCZ é contra, mas não faz nada para combater o avanço da leishmaniose. O programa era para se iniciar em março e já estamos em julho. Essa verba ainda é pouco, mas iniciáremos castrando as fêmeas para ter o melhor resultado possível", observou a voluntária.

A única condição para o programa de castração é de que os animais sejam de famílias sem condições financeiras ou que tenham sido resgatados pelas ONGs ou protetoras.



Resgatados e tratados alguns animais conseguem lar como a Fiona que estava abandonada

POLÍTICA

Pré-candidata a deputada nomeia mãe e filho na Câmara Municipal

A Imoralidade continua na Câmara; parentes estão nomeados no gabinete da vereadora Rosane Bonho

Da editoria política
Reportagem

Mergulhada numa crise de credibilidade, a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu repetidamente estremece a população com atos praticados isoladamente por um ou outro vereador, mas que seguem comprometendo seriamente a imagem do Legislativo. Nesta semana uma comissão de vereadores apresentou projetos para reposição dos próprios salários e recompondo também os vencimentos do prefeito, vice-prefeito e secretários. Ao mesmo tempo surge essa notícia de que mãe e filho estão nomeados no gabinete da vereadora Rosane Bonho, pré-candidata a deputada pelo Partido Progressista.

Importante esclarecer que não se trata de mãe ou filho da vereadora, mas caracteriza nepotismo de terceiros. Pablo Michael Rodrigues Mendes aparece nomeado no



Vereadora Rosane mantém um assessor de nome Pablo e a mãe dele nomeados no gabinete

cargo de assessor parlamentar no gabinete da vereadora Rosane Bonho símbolo PL5 de livre nomeação. A carga horária é de segunda a sexta-feira das 8h às 14h e recebe

por isso salário mensal de R\$ 8.303,65.

Ocorre que a mãe dele, Zulneide Rodrigues, ocupa outro cargo PL-5 no gabinete da vereadora com mesmo sa-

lário. A vereadora Rosane mantém outros dois assessores nomeados: Helio Silva de Souza e Francisco Gardacho nas mesmas condições totalizando quatro CCs (assesso-

res parlamentares) gerando custo mensal aos cofres públicos de R\$ 33.214,6 fora férias e 13º salários. Todos os outros vereadores também têm direito a quatro assessores.

Consulta junto a Justiça:

Nome: PABLO MICHAEL RODRIGUES MENDES
RG: 7860167
Mãe: ZULNEIDE RODRIGUES
Pai: SINVALDO SIQUEIRA MENDES
Nascimento: 13/03/1986
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: FOZ DO IGUAÇU

Enquanto isso, prefeito exonera CC e nomeia irmã no mesmo dia

A farra com cargos comissionados se espalha entre Câmara Municipal e prefeitura de Foz do Iguaçu. Enquanto no Legislativo uma mãe e um filho estão lotados no gabinete da vereadora Rosane Bonho, no Executivo, em outro caso, o prefeito Chico Brasileiro exonera um CC e nomeou a

irmã no mesmo dia. É o que consta no Diário Oficial 3.372 de 2 de julho de 2018.

A portaria 65.413 exonou Reginaldo Pereira de Carvalho do cargo comissionado (CC) símbolo ASS-2; e na portaria 65.414 nomeou a irmã de Reginaldo para o mesmo cargo. Trata-se de

Regilane Pereira de Carvalho. Na edição anterior o Tribuna Popular trouxe a reportagem mostrando que Chico Brasileiro e o vice Nilton Bobato enviaram projeto de lei à Câmara aumentando a quantidade de cargos CCs (cabides de emprego) na Fundação Cultural.



Diário Oficial do Município Prefeitura de Foz do Iguaçu

Ano XXI Edição nº 3.372 de 02 de julho de 2018 Nº de Páginas: 20
Ano XX Diário Oficial Nº 3.372 de 02 de julho de 2018 Página 6 de 20

PORTARIA Nº 65.413

O Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1.168, de 20 de maio de 2008, e Lei Orgânica do Município, e em atendimento ao Memorando Interno nº 292/2018, de 2 de julho de 2018, do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE

EXONERAR REGINALDO PEREIRA DE CARVALHO do cargo de provimento em comissão, Símbolo ASS-2, Assessor I, subordinado ao Gabinete do Prefeito, a partir de 2 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 2 de julho de 2018.

Francisco Luciano Brasileiro
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 65.414

O Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, nos termos do disposto no art. 66, da Lei Orgânica do Município, em consonância com o Decreto nº 22.040, de 19 de março de 2012 e alterações, e em atendimento ao Memorando Interno nº 292/2018, de 2 de julho de 2018, do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE

NOMEAR REGILANE PEREIRA DE CARVALHO para exercer o cargo de provimento em comissão, Símbolo ASS-2, Assessor I, subordinado à Secretária Municipal de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Esportivos, com qualificação de gabinete, no percentual de três mil reais, conforme disposto no art. 6º da Lei Complementar nº 202/2013, a partir de 4 de julho de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 2 de julho de 2018.

Francisco Luciano Brasileiro
Prefeito Municipal

Vereadores vão votar reposição do próprio salário de R\$ 9,2 mil

Prefeito, secretários e vice-prefeito também serão beneficiados com reposição salarial

Da editoria política

Foto Divulgação

Até agosto os vereadores vão votar a reposição nos valores dos próprios salários elevando de R\$ 9.082,13 para R\$ 9.269,85. O prefeito Chico Brasileiro e o vice Nilton Bobato, bem como todos os secretários municipais serão beneficiados com o projeto. O salário do prefeito será reajustado de R\$ 21.990,85 para R\$ 22.445,39. O do vice-prefeito sai de R\$ 14.742,00 para R\$ 15.046,71 e dos secretários municipais e procurador geral do Município de R\$ 10.003,50 para R\$ 10.210,27. O presidente da Câmara, que recebe atualmente o valor de R\$ 13.625,82 passará a ganhar R\$ 13.907,46.

O índice de reposição é de 2,06% e retroativo a 1º de janeiro deste ano e refere-se às perdas salariais medida pelo INPC/IBGE, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Atendendo a prerrogativas do Regimento Interno coube à Comissão de Finanças e Orçamento, presidida pelo Tenente-Coronel Jahnke, apresentar a proposta de reposição. Pelas conversas de bastidores, se "ninguém roer a corda" o projeto será aprovado por unanimidade diante de um entendimento prévio entre todos os vereadores.

Justificativas

No projeto, a comissão justificou que "anualmente os subsídios (salários de vereadores) deverão ser revistos aplicando-se o índice oficial, como, por exemplo, o INPC/IBGE, no caso presente com a aplicação do percentual de 2,06% a fim de que a inflação não corra o poder aquisitivo.



Proposta para reposição dos salários foi apresentada pela comissão de Finanças, presidida pelo Tenente-Coronel Jahnke

Assim sendo, os agentes políticos têm direito à revisão geral e anual, conforme artigo 37 da Constituição Federal".

Explicou ainda que "apesar de a fixação dos valores dos subsídios dos vereadores somente poder ser feita de quatro em quatro anos, anualmente estes valores deverão ser revistos com a aplicação do índice oficial. Por isso, a revisão geral anual é prerrogativa direta do mandato eletivo. À Câmara Municipal compete iniciar o projeto para fazer a revisão geral anual dos agentes políticos e ao Poder Executivo cabe a propositura de lei que estabeleça o reajuste para todos os servidores municipais, não havendo necessidade de vinculação entre as duas espécies de reajustes".

Salários dos Vereadores

De R\$ 9.082,13 para R\$ 9.269,85

Salário do presidente da Câmara

De R\$ 13.625,82 para R\$ 13.907,46

Salário do vice-prefeito Nilton Bobato

De R\$ 14.742,00 para R\$ 15.046,71

Salário do prefeito Chico Brasileiro

De R\$ 21.990,85 para R\$ 22.445,39

Salário dos secretários municipais

De R\$ 10.003,50 para R\$ 10.210,27

Anticristãos no comando da prefeitura de Foz estariam mirando retaliações a Igreja?

Quase nenhuma obra foi projetada e as poucas que foram incluídas nesta gestão ainda não foram concluídas

Reprodução Jornal Novo Tempo
Reportagem

Após quase dois anos passados da eleição vencida por Chico Brasileiro e Nilton Bobato em Foz do Iguaçu, as coisas agora começam a tomar forma e alguns setores da administração começam a colocar as garras de fora, mostrando um lado sombrio do comunismo típico em gestão pública já provada em várias partes do Brasil e na América do Sul. Prova disso estaria na criação da Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, que seria preparada estrategicamente para a primeira dama Rosa Maria Jeronimo comandar.

Neste caso, o grupo que detém essa ala administrativa na prefeitura, misturada com

a Fundação Cultural, tendo um de seus comandantes maiores, o vice-prefeito, estariam começando a armar estratégias para barrar e instaurar uma possível perseguição à igreja de Jesus Cristo na cidade.

No dia 11 de julho, a primeira dama e secretária de Direitos Humanos convidou toda comunidade e claro grupos LGBT's e simpatizantes para estarem em ato público simbólico, e comemorarem a regulamentação da Lei Municipal 2.718/02 de Combate à Homofobia.

O evento será na Fundação Cultural, com apresentações "artísticas" na Praça da Paz antes. Claro, tudo pago com dinheiro do contribuinte, inclusive com convite ao vivo na rádio em que a prefeitura tem programa aos sábados, feito de forma insistente pelo pre-



feito Chico Brasileiro.

Como se não bastasse tamanha afronta, esse convite só foi distribuído em redes sociais um dia após o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffi, ter dado parecer contrário à Lei contra a Ideologia

de Gênero, aprovada em Foz pela Câmara de Vereadores tendo apenas um voto contrário do vereador Marcio Rosa.

Lei essa que ferrenhamente foi combatida pelo grupo comunista na prefeitura e defensores da "liberdade de ex-

pressão" na cidade como LGBT's, APP Sindicato e alguns professores de universidades públicas, etc. Não contentes, agora parece que deram início uma possível caça às bruxas, ou seria caça aos cristãos?

Estratégia seria perseguição visando o possível fechamento das igrejas?

Se depender da Lei como está, isso seria possível sim.

Mesmo sendo válida, a Lei 2.718/02 que trata do combate à homofobia é extremamente perigosa e coloca em risco a liberdade de pastores, padres, ministros, ou seja, todo e qualquer pregador do Evangelho falar da verdade da Palavra de Deus.

Além disso, segundo o projeto após recebidas as denúncias, representantes de Direitos Humanos, após processo instaurado e a culpa do denunciado ser confirmada, recomenda-se a prefeitura multar, cassar o alvará e CNPJ ou até mesmo fechar igrejas permanentemente na cidade.

Só temos que lembrar ao

amigo leitor, que o vice-prefeito Nilton Bobato, do partido comunista (PCdoB), realizou audiência pública na Câmara de Foz para grupos LGBT's, simpatizantes etc, quando ainda era vereador.

O vice-prefeito não nega e já declarou publicamente ser ateu e um defensor da "liberdade" de pensamento, sexual e outras ideologias. Segundo a Lei, em seu artigo 1, "Será punida, nos termos desta Lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero".

No artigo 2, inciso I, o texto diz "praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexató-

ria, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica", esse filosófica se enquadra na fé cristã e aí está um dos perigos.

No artigo 3 segue o texto, "São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Município, que intentar contra o que dispõe esta Lei". Ou seja, igrejas.

No artigo 6 está as penalidades e aí sim vem a pior parte veja: "Art. 6º As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as

seguintes:

I - advertência;

II - multa de cem Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu - UFFI;

III - multa de duzentas UFFI, em caso de reincidência;

IV - suspensão do alvará de funcionamento por trinta dias;

V - cassação da licença municipal para funcionamento. Dentro desses tópicos destacados aqui, cada padre, pastor, pregador da Palavra de Deus que por acaso estiver pregando e um casal gay por exemplo, ou uma pessoa se sentir discriminada com a pregação, poderá entrar com processo contra esse pregador e a igreja. E neste contexto que vi-

vemos hoje, quem nos garante que por interesses sombrios simpatizantes e membros de grupos assim não frequentariam cultos e missas só com este propósito?

Por isso é necessário convocar os vereadores cristãos na Câmara, as lideranças eclesásticas e comunidade como um todo, e cobrar mudanças nessa Lei ou até mesmo a revogação dela.

O Jornal Novo Tempo é contra todo e qualquer tipo de preconceito, humilhação, difamação, entre outras. Porém, é um jornal cristão e prima pelos preceitos regidos pela Bíblia Sagrada que é a Palavra de Deus que tem a Ideologia de Gênesis como norte.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Fatos da Fronteira – 11 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/fatosdafronteira/posts/267457277349464>



Fatos da Fronteira

17 h · 🌐

Presidente da Câmara, Rogério Quadros, ainda não sabe quem soltou a informação de que vem travando a licitação da tv da câmara para favorecer rede privada de tv.

Inês da (saúde) já deixou claro a Chico que se não tiver apoio em sua campanha a deputada estadual, trará novos fatos sobre o contrato da Cristalink.

Tem grupo novo na corrida eleitoral. Prometem bater de frente com o batalhão de pré candidatos que Chico Brasileiro formou.

O NOVO de Amoedo, nasceu velho e grudado ao prefeito. Dando continuidade a seu plano de pulverizar seus seguidores em diversos partidos, para travar candidaturas que o ameacem.



FATOSDAFRONTEIRA.BLOGSPOT.COM

PEROLITAS IGUAÇUENSES VIII

TvCâmara Municipal, cap. 3 – O alpiste Gallardo confessou para amigos,...

👍 3

1 comentário

👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

HLUCAS – 11 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/11/juiz-indefere-pedido-do-vereador-beni-rodrigues-para-receber-13o-salario/>

Justiça indefere pedido do vereador Beni Rodrigues para receber 13o salário

[Deixe um comentário](#)



Vereador Beni deu com os burros n'água

Vereador Beni Rodrigues peticionou à Justiça na expectativa de receber 13o salário. Doutor juiz Marcos Lima em lúcido julgado indeferiu o pedido.

A rapadura é doce, mas não é mole não, viu Beni?

Veja trecho da sentença:

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial e RESOLVO O MÉRITO, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sem custas e sem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Foz do Iguaçu, 9 de julho de 2018.

Marcos Antonio de Souza Lima

Juiz de Direito

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

12/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 12 de Julho de 2018 Capa



Foto: Amaral de Marchi/REUTERS

Sessão extraordinária
**Projeto que isenta ISS
para serviços da Itaipu
está pronto para votação**

Os pareceres serão lidos nesta quinta-feira (12), incluindo uma emenda. Com isso, o projeto estará liberado para a pauta de votação. **Página 7**

Meio ambiente
**Operação quer
capturar onça-parda
filmada na área
urbana de Cascavel**

Página 12



GAZETADIÁRIO

Foz de Iguaçu, quinta-feira, 12 de julho de 2018 — Ano 7 — Edição Q18 — R\$ 1,00

Foz regulamentou lei que torna crime a prática de homofobia

Lei aprovada em 2002 gerou polêmica e discussões nas redes sociais; medida busca coibir a discriminação na cidade. **Página 3**

Conscientização eleitoral

O Cataratas JI Shopping — em conjunto com a ACIP, Observatório Social, Programa Municipal de Educação Fiscal e Rotaract Club M'Boicy — está planejando ações de conscientização com a finalidade de melhorar a qualidade do voto nas eleições de outubro. **Página 9**

Foto: Roger Matos



Ordem do Dia

Câmara vota hoje o projeto que autoriza morador cortar árvores

Se aprovado, o morador poderá fazer o corte de árvores localizadas em via pública, na frente do imóvel, desde que autorizada. **Página 5**

Infância e juventude

**Foz passa integrar
o novo Cadastro
Nacional de Adoção**



Brasil tem mais de 8,8 mil crianças e adolescentes à espera de uma família; sistema quer agilizar o trâmite das ações. **Página 6**

Denúncia

**Preso quadrilha
especializada em
arrombamentos**



Criminosos agiam em Foz, São Miguel do Iguaçu e outras cidades do Oeste; grupo usava explosivos e armamento pesado para cometer furtos. **Página 8**

Crime passionai

**Justiça condena
assassino de idoso
a 18 anos de prisão**



Homicídio aconteceu em Foz, em junho do ano passado; segundo a polícia, teria sido motivado por ciúmes. **Página 17**

COTIDIANO

Chico Brasileiro regulamentou lei que torna crime a prática de homofobia

Lei aprovada em 2002 gerou polêmica e discussões nas redes sociais; medida busca coibir a discriminação na cidade

Ronildo Pimentel
Freelancer

O prefeito Chico Brasileiro regulamentou, nessa quarta-feira (11), a Lei 2.178, de 23 de dezembro de 2002, que prevê penalizações para quem praticar atos de homofobia em Foz do Iguaçu. A iniciativa busca coibir, no município, crimes de discriminação em razão de orientação sexual ou identidade de gênero. Quem praticar estes delitos será enquadrado na Lei 5.971/2012, dos procedimentos gerais de processos da administração direta municipal centralizada.

A lei contra a homofobia foi aprovada em 2002, ano em que Chico Brasileiro ocupava cadeira na Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu. A iniciativa atende a pe-

dido da secretária extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, Rosa Maria Jeronymo Lima.

Antes mesmo da regulamentação, a lei foi alvo de polêmicas. Integrantes de setores ligados a igrejas e religiões usaram as redes sociais para se manifestar contra. Procurado diante da polêmica, o Conselho de Pastores e Ministros Evangélicos de Foz do Iguaçu (Copefi), sob a presidência de Sebastião da Silva, reuniu-se para redigir uma carta aberta.

"De antemão comunicamos que o Conselho de Pastores assim como as denominações que o mesmo representa é totalmente contra qualquer ato discriminatório, racista ou homofóbico a qualquer cidadão e respeita as leis deste país cren-



Prefeito Chico Brasileiro regulamentou a Lei 2.178, que prevê penalizações para quem praticar atos de homofobia em Foz

do que para tal já existem leis que punem os que comentem tais gravidades", diz trecho da missiva.

O Copefi entende, segundo a carta, que o evangelho e a fé professados não são colocados à força, por obrigação. "(...) a Bíblia nos ensina que é uma escolha em

que cada um faz ao crer na Palavra de Deus e em Jesus Cristo como salvador de sua vida e então escolhe seguir e obedecer os mandamentos e princípios bíblicos". Os pastores afirmam confiar nas autoridades e que nada será decidido sem debates.

Normativa

De acordo com a lei, a apuração dos atos atentatórios ou discriminatórios praticados em face de pessoa homossexual, bissexual ou transgênero será realizada por uma comissão especial permanente. O grupo será composto por cinco membros, designados pela Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade.

O titular da pasta será o presidente.

Estarão passíveis de punição todos aqueles que, de alguma forma, contribuam direta e indiretamente em ato discriminatório. A iniciativa vale para detentores de função pública, pessoas comuns e organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público do município.

A representação terá início mediante denúncia da vítima, por ato de ofício da secretaria ou por comunicado de organizações não governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos. As representações poderão ser apresentadas pessoalmente ou via internet.

Multas

As penalidades previstas na lei incluem advertência escrita e multas de cem a 200 unidades fiscais, em caso de reincidência. No caso de imóveis, haverá a suspensão do alvará de funcionamento por 30 dias e cassação da licença municipal para funcionamento, implicando a interdição da atividade pelo período correspondente à sua duração. Como determina a Constituição Federal, o representado terá garantido o direito de ampla defesa e do contraditório, podendo apresentar impugnação no prazo de dez dias úteis. Caberá à Comissão Especial o julgamento do processo administrativo, a ser decidido por maioria, com base no parecer apresentado pela relatoria.



Evento realizado na Fundação Cultural reuniu um grande número de pessoas

ORDEM DO DIA

Projeto que autoriza morador cortar árvores vai para votação

Comissão Mista emitiu parecer após deliberação do setor jurídico

Elson Marques
Freelancer

Na sessão ordinária desta quinta-feira (12), prevista para iniciar às 9h, os vereadores votam o projeto do Executivo que propõe autorização para o próprio morador proceder corte de árvores localizadas em via pública, na frente do imóvel, desde que devidamente autorizado pelos órgãos competentes. A mudança objetiva agilizar o serviço, que pelas normas atuais só pode ser realizado pelo município.

A alteração sugerida é na Lei Complementar nº 07, de 18 de novembro de 1991, que dispõe sobre a utilização dos logradouros públicos no município de Foz do Iguaçu, o bem-estar, a ordem, os costumes e a segurança pública. Essa mesma lei também estabelece normas de proteção e conservação do meio ambiente.

O corte de árvore sem autorização continuará proibido, passando a nova redação do artigo 116: "É proibido suprimir, transplantar ou sacrificar árvores e demais vegetais dos logradouros públicos, sem o devido licenciamento para estes serviços, a ser emitido pelo órgão responsável do Município de Foz do Iguaçu" — no caso a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.



O corte de árvore sem autorização continuará proibido em Foz

Posição da comissão
O líder do governo na Câmara, vereador Jeferson Brayner (PRB), afirmou que o projeto teve deliberação na Comissão Mista, da qual ele foi o relator. "O serviço de supressão de árvores e demais vegetais dos logradouros públicos será realizado pelo município ou pelo proprietário do imóvel, quando devidamente licenciado pelo órgão responsável", reforçou.

Disse que para a análise do projeto, a comissão contou com o parecer jurídico da Casa. "Buscamos verificar a competência do município quanto à legislação. Todo cuidado quanto à preservação do meio am-

ambiente foi tomado. Sabemos da importância da arborização no meio urbano para o equilíbrio ambiental, o que traz benefícios inmensuráveis na qualidade do ar, controle térmico, umidade, preservação da fauna e flora e impacto visual", destacou.

Segundo Brayner, não há ilegalidade na tramitação e aprovação da matéria. "Portanto o projeto prevê a necessidade das devidas licenças, assim como o órgão responsável. Apresentaram-se as obrigações, responsabilidades e exigências quanto às empresas que farão o serviço. E também a destinação adequada dos resíduos gerados. Com isso, além da agili-

dade no serviço de supressão de árvores, pautou-se principalmente na preservação do meio ambiente e no cumprimento da Legislação", completou.

Empresas cadastradas

Será permitida a supressão pelo proprietário somente na área pública correspondente à testada do imóvel. Outro detalhe é que na hipótese de o serviço ser realizado pelo proprietário do imóvel, ele deverá ocorrer por meio de empresa que possua cadastro e autorização do município. "A empresa cadastrada deverá dar destinação adequada dos resíduos provenientes da supressão", consta no projeto.

Outros projetos

Também constam na ordem do dia para votação na sessão de hoje um projeto de lei apresentado pelo vereador Protetor Jorge, que prevê a instalação de câmeras de monitoramento nos estabelecimentos prestadores de serviços de banho e tosa em animais domésticos no município. Outra proposta na pauta é o projeto que autoriza o município a celebrar termo de filiação à Confederação Nacional de Municípios (CNM).

Além disso, entrará para votação do plenário o projeto do Executivo que altera dispositivo da Lei de Padronização das Calçadas. A alteração refere-se ao prazo para interposição de recursos para quem for notificado a construir calçadas dentro dos padrões da lei, bem como suprir a omissão legislativa quanto ao rito processual a ser observado para os processos de infração. Pela proposta, o infrator ou o procurador terá o prazo de 30 dias, contados a partir da autuação, para, querendo apresentar defesa, fazê-la em requerimento no Protocolo-Geral do Município. O rito processual será o previsto no artigo 208 e seguintes da Lei Complementar nº 82, de 24 de dezembro de 2003 — Código Tributário Municipal. Após a sessão ordinária, estão previstas três sessões extraordinárias. A Câmara está acelerando os trabalhos para zerar a pauta até o dia 18, quando começará o recesso de julho.

Aplicativos

Embora a Câmara tenha aprovado a regulamentação, há quem não concorde com o teor, justificando que em outras cidades a lista de exigências não é tão grande. Mas permitir os aplicativos é um avanço, pois o povo quer mesmo é mobilidade. A grande quantidade de veículos na praça pode baixar ainda mais o preço.

ESTÁ PREVISTA NO TRATADO

Isenção de ISS para serviços da Itaipu está pronta para votação

Projeto encaminhado pela prefeitura recebeu pareceres favoráveis na Câmara

Elson Marques
Freelancer

As comissões reunidas da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu emitiram pareceres favoráveis ao projeto do Executivo que restabelece a isenção de ISSQN para serviços prestados na Itaipu. O texto é um substitutivo da própria prefeitura em razão da necessidade de adequações na redação original. Os pareceres serão lidos em sessão extraordinária desta quinta-feira (12), incluindo uma emenda. Com isso, o projeto estará liberado para a pauta de votação nas próximas sessões.

A isenção relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza tem uma lista específica de serviços contemplados no artigo XII do Tratado de Itaipu. Na Câmara, a proposta recebeu análise da Consultoria Jurídica. Em um primeiro momento, o setor concluiu pela ilegalidade devido à ausência do relatório de impacto

financeiro-fiscal e a extensão da isenção para serviços administrativos, o que o tratado não contempla.

Diante disso, as comissões solicitaram ao Executivo o relatório de impacto financeiro. Outra providência foi apresentar uma emenda alterando o dispositivo que concederia isenção indevida.

Posição da prefeitura

Na resposta sobre o relatório de impacto financeiro, a prefeitura informou que "não há que se falar em renúncia de receita, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois o Município só está reconhecendo a isenção prevista no Tratado Internacional, que modifica a legislação tributária interna".

Respondeu que para fins de estimativa dos valores financeiros, foi feito um levantamento de todas as notas de serviços emitidas para a Itaipu em 2018, que servem de base para as estimativas anuais. "As



Comissões solicitaram mais informações ao Executivo antes de emitir pareceres sobre a isenção de ISS em serviços prestados à usina

metas de arrecadação da receita e a matéria que trata da renúncia e compensação de receita constam na Lei de Diretrizes Orçamentárias, não sendo afetadas as metas de resultados fiscais. Desta forma pode-se concluir que a ação governamental tem impacto nulo nas metas fiscais."

Listagem de serviços

A proposta, segundo consta no parecer, "elucida os serviços que es-

tariam compreendidos no rol da isenção, apresentando lista anexa ao projeto, permanecendo a cobrança do imposto sobre os demais serviços não abordados na listagem, ficando a Usina de Itaipu responsável pela retenção e recolhimento do aludido imposto". O texto também relaciona algumas situações que não mais permitirão a incidência do ISSQN.

"Admitir que um compromisso internacio-

nal perca vigência em virtude da edição de lei posterior que com ele conflite é o mesmo que permitir que um tratado possa, unilateralmente, ser revogado por um dos Estados-partes, o que não é incompreensível. Dessa forma, o efeito prático de um tratado se resume no compromisso do signatário no dever de não agir e tampouco de editar normas contrárias ao tratado", expõe a deliberação.

Limitações

O parecer adverte, entretanto, que as disposições do Tratado de Itaipu "não estão assegurando as mais variadas isenções, porém os incentivos deverão se limitar àquelas aquisições de materiais e equipamentos atinentes à construção da central elétrica, de seus acessórios, ou de obras complementares, desde que também relacionados à central elétrica".

Da mesma forma, não incidirão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre operações relativas a materiais e equipamentos, nas quais a Itaipu seja parte, porém desde que estes sejam imprescindíveis ao funcionamento da central elétrica.

Por conta disso, a emenda apresentada pelas comissões faz constar no texto que se entende como acessórios à usina "todas as instalações, ainda que não anexadas fisicamente à Central Elétrica, mas que sejam imprescindíveis ao seu funcionamento, nos aspectos operacional e técnico".

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Jornal Primeira Linha – 12 a 18 de Julho de 2018 Pág.04

CREF9/PR comemora aprovação de Projeto de Lei que cria novas vagas em Foz do Iguaçu



Professor Branco comemorou a aprovação do Projeto de Lei que vai abrir 250 novos postos de trabalho para profissionais de Educação Física em Foz

O CREF9/PR vem por meio deste agradecer o Prefeito Chico Brasileiro e a Prefeitura de Foz do Iguaçu, que encaminhou à Câmara de Vereadores, em caráter de urgência, um Projeto de Lei relacionado à reorganização das carreiras funcionais dos Servidores Públicos. O PL 41/2018, aprovado por unanimidade na sessão ordinária da sexta-feira (dia 15), prevê a extinção do cargo de Técnico em Administração Esportiva, que não possui vagas ocupadas, para criar o cargo de Técnico Desportivo, nas classes Júnior, Pleno e Sênior. Com isso 100 novas vagas são ofertadas aos profissionais de Educação Física através de Concurso Público.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Não VIU? – 12 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/lei-dos-aplicativos-for-sancionada-so-garupa-devera-operar-legalmente-tranquilamente-foz/>

SE A LEI DOS APLICATIVOS FOR SANCIONADA, SÓ O GARUPA DEVERÁ OPERAR LEGALMENTE E TRANQUILAMENTE EM FOZ

12 Julho, 2018 By Vinícius Ferreira – [Deixe um comentário](#)

Numa reunião realizada ontem (10), às 15h30, no Foztrans, só o representante do aplicativo Garupa compareceu para discutir a atuação desse modelo de mobilidade urbana na cidade. Parece que o Uber nem quer conversa. Hoje, só esses dois aplicativos operam em Foz.

Na reunião, o representante do Garupa, que é um aplicativo brasileiro, criado no Rio Grande do Sul, só fez três considerações sobre a nova Lei, aprovada pelos vereadores e à espera de sanção do prefeito Chico brasileiro.

As considerações foram as seguintes:

- 1-) A exigência do seguro para os passageiros, que pode chegar a custar R\$ 1,2 mil por ano, porém o representante do Garupa disse que vai trabalhar uma parceria com algumas seguradoras para diminuir o valor;
- 2-) A proibição de ficar estacionados nos principais pontos turísticos e comerciais da cidade, proibição essa incluída pelos vereadores. O Não Viu? apurou que essa exigência é quase utópica, pois vai ser praticamente quase impossível executá-la. O prefeito Chico Brasileiro deverá vetá-la.
- 3-) A proibição de usar veículos alugados. Hoje, as locadoras oferecem preços especiais para quem aluga um veículo por seis meses. O valor final fica em torno de R\$ 1.300,00 mensais. Isso facilitaria a vida de quem está desempregado e não tem veículo.

Porém, uma montadora já está financiando 100% de um veículo novo para os motoristas do Garupa. A prestação é de R\$ 1.750. O problema é que, dos 150 motoristas que procuraram a montadora, só 50 conseguiram esse financiamento.

Quanto ao resto do que determina a Lei municipal, o representante do aplicativo não apresentou resistência. Em vista disso, parece que o Garupa, que é um aplicativo nacional, repito, vai poder "deitar e rolar" em Foz do Iguaçu.

Quanto ao Uber, que é um aplicativo estrangeiro, a única informação que se tem foi obtida pelo site H2Foz, publicada no último dia 8. Para o H2Foz, "a Uber informou que a regulamentação proposta pela Prefeitura de Foz do Iguaçu desconsidera os benefícios trazidos com a tecnologia e baseia-se em modelos ultrapassados. Para a empresa, as regras criam restrições e burocracias e tentam enquadrar o serviço como táxi".

Tal posicionamento, portanto, não concorda com os termos da nova Lei, o que poderá deixar os motoristas do Uber numa situação difícil. A pendenga deve ir para a Justiça.



Ilustração: site do Garupa

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

GDIA – 12 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/vereadores-esclarecem-noticia-falsa-sobre-direitos-dos-servidores/29097>

Vereadores esclarecem notícia falsa sobre direitos dos servidores



Os vereadores Marcio Rosa (PSD), Celino Fertrin (PDT) e Elizeu Liberato (PR) publicaram ontem (12) nota explicativa aos servidores públicos municipais e à população de Foz do Iguaçu. Eles rebateram um fake news (notícia falsa) envolvendo direito do funcionalismo público. “De maneira mal-intencionada circula uma notícia falsa em meio à grupos de WhatsApp e redes sociais, sugerindo que os vereadores apresentaram projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal para acabar com a licença especial dos servidores públicos”, informam. Por meio da nota Marcio, Celino e Elizeu apontam que a informação é falsa vindo os três a se manifestarem no compromisso da verdade e transparência, “mantendo sempre a postura ética, com o propósito de servir a população do município e garantindo a transparência com os recursos públicos”. (Elson Marques Freelancer /Foto: Divulgação)



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Na Boca do Povo – 12 de julho de 2018

Link: <https://nabocadopovo.com.br/artigo/pre-candidata-a-deputada-nomeia-mae-e-filho-na-camara-municipal/docs/plugins/>

PRÉ-CANDIDATA A DEPUTADA NOMEIA MÃE E FILHO NA CÂMARA MUNICIPAL

Atualizado em: 12/07/2018 01:59Hs



Mergulhada numa crise de credibilidade, a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu repetidamente estarrece a população com atos praticados isoladamente por um ou outro vereador, mas que seguem comprometendo seriamente a imagem do Legislativo. Nesta semana uma comissão de vereadores apresentou projetos para reposição dos próprios salários e recompondo também os vencimentos do prefeito, vice-prefeito e secretários. Ao mesmo tempo surge essa notícia de que mãe e filho estão nomeados no gabinete da vereadora Rosane Bonho, pré-candidata a deputada pelo Partido Progressista.

Importante esclarecer que não se trata de mãe ou filho da vereadora, mas caracteriza nepotismo de terceiros. Pablo Michael Rodrigues Mendes aparece nomeado no cargo de assessor parlamentar no gabinete da vereadora Rosane Bonho símbolo PL5 de livre nomeação. A carga horária é de segunda a sexta-feira das 8h às 14h e recebe por isso salário mensal de R\$ 8.303,65.

Ocorre que a mãe dele, Zulneide Rodrigues, ocupa outro cargo PL-5 no gabinete da vereadora com mesmo salário. A vereadora Rosane mantém outros dois assessores nomeados: Helio Silva de Souza e Francisco Gardacho nas mesmas condições totalizando quatro CCs (assessores parlamentares) gerando custo mensal aos cofres públicos de R\$ 33.214,6 fora férias e 13º salários. Todos os outros vereadores também têm direito a quatro assessores.

Fonte: <http://www.jtribunapopular.com.br/uploads/publicacoes/jornal-tribuna-popular-edicao-237-pdf.pdf>

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 12 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1689189984513071/>



Jornal Novo Tempo
OVC 19 h · 🌐

Alertamos desde o início que era inconstitucional e por isso, pessoas sensatas e em defesa da família tradicional estão nos representando no legislativo.

PARABÉNS VEREADORES CELINO FERTRIN E ELIZEU LIBERATO

TEMOS A CERTEZA QUE OS DE MAIS VEREADORES ESTARÃO APOIANDO E VOTANDO PARA DERRUBAR ESSA LEI DEFINITIVAMENTE EM FOZ



👍👎👏 78 143 comentários 73 compartilhamentos
3,3 mil visualizações

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Facebook – Acontece na Fronteira – 12 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/posts/285443782027815>

ANTICRISTÃOS NO COMANDO DA PREFEITURA DE FOZ ESTARIAM MIRANDO
RETALIAÇÕES A IGREJA?
PASTOR JEFERSON BRAYNER, LÍDER DO PREFEITO SERIA CONIVENTE?

Após quase dois anos passados da eleição vencida por Chico Brasileiro e Nilton Bobato em Foz do Iguaçu, as coisas agora começam a tomar forma e alguns setores da administração começam a colocar as garras de fora, mostrando um lado sombrio do comunismo típico em gestão pública já provada em varias partes do Brasil e na América do Sul. Prova disso estaria na criação da Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, que seria preparada estrategicamente para a primeira dama Rosa Maria Jeronimo comandar.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Neste caso, o grupo que detém essa ala administrativa na prefeitura, misturada com a Fundação Cultural, tendo um de seus comandantes maiores, o vice prefeito, estariam começando a armar estratégias para barrar e instaurar uma possível perseguição à igreja de Jesus Cristo na cidade.

No dia 11 de julho, a primeira dama e secretária de Direitos Humanos convidou toda comunidade e claro grupos LGBT's e simpatizantes para estarem em ato publico simbólico, e comemorarem a regulamentação da Lei Municipal 2.718/02 de Combate a Homofobia.

O evento será na Fundação Cultural, com apresentações "artísticas" na Praça da Paz antes. Claro, tudo pago com dinheiro do contribuinte, inclusive com convite ao vivo na rádio em que a prefeitura tem programa aos sábados, feito de forma insistente pelo prefeito Chico Brasileiro.

Como se não bastasse tamanha afronta, esse convite só foi distribuído em redes sociais um dia após o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Tófoli, ter dado parecer contrario à Lei contra a Ideologia de Gênero, aprovada em Foz pela Câmara de Vereadores tendo apenas um voto contrario do vereador Marcio Rosa.

Lei essa que ferrenhamente foi combatida pelo grupo comunista na prefeitura e defensores da "liberdade de expressão" na cidade como LGBT's, APP Sindicato e alguns professores de universidades públicas, etc. Não contentes, agora parece que deram inicio uma possível caças às bruxas, ou seria caça aos cristãos?

Estratégia seria perseguição visando o possível fechamento das igrejas?

Se depender da Lei como está, isso seria possível sim. Mesmo sendo válida, a Lei 2.718/02 que trata do combate a homofobia é extremamente perigosa e coloca em risco a liberdade de pastores, padres, ministros, ou seja, todo e qualquer pregador do Evangelho falar da verdade da Palavra de Deus.

Além disso, segundo o projeto após recebidas as denúncias, representantes de Direitos Humanos, após processo instaurado e a culpa do denunciado ser confirmada, recomenda-se a prefeitura multar, cassar o alvará e CNPJ ou até mesmo fechar igrejas permanentemente na cidade.

Só temos que lembrar ao amigo leitor, que o vice prefeito Nilton Bobado, do partido comunista (PCdoB), realizou audiência publica na Câmara de Foz para grupos LGBT's, simpatizantes e etc, quando ainda era vereador.

O vice prefeito não nega e já declarou publicamente ser ateu e um defensor da "liberdade" de pensamento, sexual e outras ideologias. Segundo a Lei, em seu artigo 1, "Será punida, nos termos desta Lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero".

No artigo 2, inciso I, o texto diz "praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;", esse filosófica se enquadra na fé cristã e aí está um dos perigos.

No artigo 3 segue o texto, "São passíveis de punição o cidadão, inclusive os detentores de função pública, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, instaladas neste Município, que intentar contra o que dispõe esta Lei". Ou seja, igrejas.

No artigo 6 está as penalidades e aí sim vem a pior parte veja: "Art. 6º As penalidades aplicáveis aos que praticarem atos de discriminação ou qualquer outro ato atentatório aos direitos e garantias fundamentais da pessoa humana serão as seguintes:

I - advertência;

II - multa de cem Unidades Fiscais de Foz do Iguaçu - UFFI;

III - multa de duzentas UFFI, em caso de reincidência;

IV - suspensão do alvará de funcionamento por trinta dias;

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

V - cassação da licença municipal para funcionamento.

Dentro desses tópicos destacados aqui, cada padre, pastor, pregador da Palavra de Deus que por acaso estiver pregando e um casal gay por exemplo, ou uma pessoa se sentir discriminada com a pregação, poderá entrar com processo contra esse pregador e a igreja. E neste contexto que vivemos hoje, quem nos garante que por interesses sombrios simpatizantes e membros de grupos assim não freqüentariam cultos e missas só com este propósito?

Por isso é necessário convocar os vereadores cristãos na Câmara, as lideranças eclesiásticas e comunidade como um todo, e cobrarem mudanças nessa Lei ou até mesmo a revogação dela.

O Jornal Novo Tempo é contra todo e qualquer tipo de preconceito, humilhação, difamação, entre outras. Porém, é um jornal cristão e prima pelos preceitos regidos pela Bíblia Sagrada que é a Palavra de Deus que tem a Ideologia de Gênesis como norte.

O que se estranha neste embroligo, são vários vereadores que se denominam cristãos, católicos e evangélicos, dentre eles, o vereador Pastor Jeferson Brayner, que é líder do prefeito na câmara municipal, porem se mantiveram omissos no tema que pode ser prejudicial á igreja e a família.

Fonte: Tribuna Popular !



Governo do Município de Foz de Iguaçu

Convite

Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade têm a satisfação de convidar para o Ato Simbólico de regulamentação da Lei Municipal 2.718/02 de Combate à Homofobia, às 19 horas, na Fundação Cultural de Foz de Iguaçu.

Concentração com atividades culturais a partir das 17h30min, pelas Mesas Zé, Penanti, Dâm, Cei, André e Rosal Campos.

Tribuna Po

5 comentários 2 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Clickfoz – 12 de julho de 2018

Link: <https://www.clickfozdoiquacu.com.br/lei-de-combate-a-homofobia-e-regulamentada-em-foz/>

LEI DE COMBATE A HOMOFOBIA É REGULAMENTADA EM Foz

Iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos foi comemorada na noite desta quarta, 11



Foto: Assessoria PMFI

Dezesseis anos após ser aprovada na **Câmara de Vereadores**, a Lei nº 2.718, que pune atos de homofobia foi regulamentada na noite de ontem, 11, pelo Prefeito Chico Brasileiro. A solenidade, realizada no auditório da Fundação Cultural de Foz do Iguaçu, contou com a presença de integrantes dos movimentos LGBTs, líderes religiosos, representantes de entidades, secretários e autoridades locais.



Foto: Assessoria PMFI

A Lei foi resgatada pela Secretaria de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade, que conduziu o processo de regulamentação. Ela tem por objetivo garantir que as pessoas não sejam agredidas ou ofendidas em atos de intolerância de várias naturezas e prevê punição para coibir essas agressões.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Durante o evento o prefeito Chico Brasileiro disse que a regulamentação da Lei é um importante passo na condução da luta pelos Direitos Humanos. “A maior mudança não está na lei, mas precisa estar no nosso comportamento, na mudança de conceito e no engajamento de todos para vencer o preconceito”, afirmou. Ele destacou ainda a boa relação entre diferentes povos que vivem em harmonia na cidade. “Foz dá exemplo de paz ao mundo. Aqui nós não incentivamos o conflito, nós incentivamos o amor, a igualdade e a justiça”.



Mais do que estabelecer punições para pessoas ou empresas que cometerem atos discriminatórios, a Lei abre um diálogo sobre a conscientização e o respeito ao próximo. “Há 16 anos esse assunto veio à tona, foi muito debatido e aprovado pelos vereadores na época, mas até hoje não tínhamos uma lei regulamentada. Hoje ela nos abre o diálogo da paz, do respeito aos direitos das cidadãs e cidadãos, e da convivência harmoniosa em nossa sociedade”, disse a secretária de Direitos Humanos, Rosa Maria Jerônimo Lima.

REALIDADE

Coordenadora da [Casa de Malhú](#), uma associação de apoio a travestis e transexuais de Foz do Iguaçu, Samyra Padilha contou um pouco da sua história de vida ao público. Ela lembrou de inúmeros casos de preconceitos vividos por ela e por pessoas assistidas pela Casa de Malhú, e agradeceu a coragem do Governo Municipal em defender a população LGBT. “Sou uma travesti com 40 anos de idade, enquanto a expectativa de vida de travestis e transexuais no Brasil é de 36 anos”, disse. “Hoje posso entrar em qualquer lugar sem medo de ser discriminada, e por isso agradeço a iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos. Temos que aprender a respeitar a todos, independente da orientação sexual de cada um”, completou. A entidade conduzida por Samyra é conhecida como Casa de Malhú, homenagem a uma jovem travesti que morreu em 2003, aos 22 anos, vítima da Aids.

COMISSÃO

De acordo com a Lei nº 2.718, são passíveis de punição a pessoa, inclusive os detentores de função pública, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, de caráter privado ou público, que direta e indiretamente tiver cometido o ato discriminatório.

A representação terá início mediante denúncia da vítima, por ato de ofício da Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos e Relações com a Comunidade ou por comunicado de organizações não-governamentais de defesa da cidadania e direitos humanos.

Em qualquer dos casos, a representação poderá ser apresentada pessoalmente ou via internet à Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos, que instaurará o processo administrativo para instrução do procedimento administrativo, julgamento e imposição das penalidades cabíveis.

13/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 13 de Julho de 2018 Pág.03

COMÉRCIO

Foz estará preparada para receber lojas francas a partir de agosto

ACIFI e Codefoz preparam assembleias para finalizar detalhes e orientar prefeitura na regulamentação da lei

Adelino de Souza
Freelancer

Foz do Iguaçu deverá ser o primeiro município do Brasil a ter a documentação necessária para instalação das lojas francas. A cidade é uma das poucas a promover amplos debates e audiências públicas sobre o assunto envolvendo toda a sociedade.

No dia 1º de agosto, a ACIFI realizará uma plenária com os associados para aprofundar o assunto. No dia 7 será a vez de o Codefoz promover sua reunião envolvendo todas as entidades que englobam o conselho. Desta reunião sairá um documento para orientar a prefeitura na regulamentação da lei, já aprovada pelo Legislativo.

Nessa quinta-feira, a direção do Gazeta Diário recebeu a visita do presidente do Codefoz, Mário Camargo, e do presidente da ACIFI, Faisal Ismail, acompanhados do diretor-executivo, Dimas Bragagnolo. Eles esclareceram uma série de dúvidas sobre lojas francas.

"A ACIFI promoverá uma assembleia geral extraordinária para ouvir os associados. Depois será elaborado um documento sobre as decisões

da assembleia, como a questão da venda de mercadorias nacionais e/ou importadas e a questão do zoneamento. O documento será entregue ao Codefoz, que posteriormente repassará ao prefeito para o posicionamento final", disse Faisal Ismail.

Os debates promovidos pelas entidades e poder público visam a dirimir todas as dúvidas para orientar o empresariado que pretende investir no setor. "Queremos transmitir segurança para o investidor local e também aos que pretendem vir de outras localidades para investir em Foz do Iguaçu", afirmou Ismail.

A ACIFI e o Codefoz trabalham em conjunto para oferecer todos os esclarecimentos aos associados e à população em geral. "As informações que estamos coletando deverão servir para as outras 32 cidades habilitadas pela Receita a instalar lojas francas. Nenhuma cidade está fazendo o que Foz do Iguaçu já fez", arremata Mário Camargo.

Os pontos que ainda suscitam dúvidas serão esclarecidos no decorrer do processo. O Codefoz enviou um documento à Receita Federal solicitando

de novas informações sobre a tributação de produtos nacionais (ver matéria na página 4).

ACIFI e Codefoz convergem também na localização das lojas francas. "A tendência majoritária é permitir a instalação em todo o território urbano do município, mas os debates terão prosseguimento. Caberá ao Codefoz aconselhar o prefeito, mas a decisão final será dele. A prefeitura poderá também oferecer alguns incentivos, como descontos de ISS para desenvolver determinada região", acrescenta Camargo.

Benefícios

"Os benefícios dessas lojas francas para a cidade são evidentes. Primeiro, será um atrativo turístico a mais. Além disso, elas irão gerar novos empregos formais, dentro da legislação brasileira", enfatiza Ismail.

Muitos empresários estão preocupados com a possibilidade de as lojas francas atrapalharem seus negócios. "Estamos fazendo um estudo mais aprofundado sobre o impacto que poderá provocar em alguns setores. Com certeza, alguns segmentos serão impactados. Dependendo da tributação que o produto



Mário Camargo, Faisal Ismail e Dimas Bragagnolo foram recebidos por Rogério Bonato

nacional terá dentro do *free shop*, alguns que tiverem carga tributária maior poderão sofrer com a concorrência", pondera Camargo.

Indagado se os pequenos e médios empresários poderão participar deste novo negócio, Mário Camargo respondeu: "No início das negociações, a Receita Federal exigia patrimônio líquido de R\$ 5 milhões, o que limitava muito a participação de pequenos empresários. Esse valor foi reduzido para R\$ 2 milhões, e os empresários poderão se juntar para formar uma sociedade ou uma cooperativa".

Regulamentação poderá ser feita em três dias

A prefeitura tem um grupo de trabalho formado por secretários para acompanhar os debates e promover a regulamentação no menor tempo possível. Fazem parte do grupo Nilton Bobato, Gilmar Piolla, Fernando Maraninchi e Salet Horst. No final da tarde dessa quinta (12), conversamos com o vice-prefeito Nilton Bobato. Ele garantiu que Chico Brasileiro e o grupo de estudos irão participar da plenária do Codefoz. "Se houver convergência em torno da localização e do horário de funcionamento, o prefeito poderá baixar um decreto e regulamentar a lei dentro de três dias."

Bobato também acredita na possibilidade de instalação de lojas francas dentro do perímetro urbano, levando em consideração a lei de zoneamento. Quanto ao horário, ainda existem algumas divergências que poderão ser equacionadas durante a plenária. Um grupo defende o horário comercial; outro, das 10h às 22h.

LICENÇA-PRÊMIO

Vereadores esclarecem notícia falsa sobre direitos dos servidores

Fake news citava suposto projeto que acabaria com licença especial dos servidores

Elson Marques
Freelancer

Os vereadores Marcio Rosa (PSD), Celino Fertrin (PDT) e Elizeu Liberato (PR) publicaram ontem (12) nota explicativa aos servidores públicos municipais e à população de Foz do Iguaçu. Eles rebateram uma *fake news* (notícia falsa) envolvendo direito do funcionalismo público.

"De maneira mal-intencionada circula uma notícia falsa em meio a grupos de WhatsApp e redes sociais, sugerindo que os vereadores apresentaram projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal para acabar com a licença especial dos servidores públicos", informam.

Por meio da nota, Marcio, Celino e Elizeu apontam que a informação é falsa, vindo os três a se manifestarem em compromisso da verdade e transparência, "mantendo sempre a postura ética, com o propósito de servir a população do município e garantindo a transparência com os recursos públicos".

De acordo com a nota explicativa, no que se refere à Licença Especial dos Servidores Públicos, esta encontra fundamentação na legislação federal e previsão na Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. "Por parte do Executivo Municipal houve a regulamentação



Elizeu, Celino e Marcio rebateram inverdades afirmando que não há projeto sobre corte de benefícios

através do decreto, que define os critérios para indenização da licença especial em pecúnia, para casos de aposentadoria, rompimento de vínculo, compensação tributária (débitos de IPTU) e situação comprovada de doenças e moléstias graves", escreveram.

Os vereadores informaram que no Legislativo municipal a lei ainda não foi regulamentada. "Conforme veiculado pela imprensa local foi pago aproximadamente R\$ 500 mil de licença especial na Câmara de Foz do Iguaçu, nessa legislatura, por isso a necessidade de elaborar um projeto para equiparar os critérios de conversão de licença especial em espécie dos servidores da Câmara com os servidores públicos do município, ressaltando o princípio da iso-

nomia entre os dois poderes", esclareceram.

Estudo técnico

Diante do expressivo valor pago na Câmara, os vereadores propuseram o estudo técnico com a finalidade específica de equiparar a forma de concessão do benefício no Legislativo com a da prefeitura. O objetivo é "seguir a isonomia com a mesma regra do município, pois a Câmara não possui essa regulamentação".

Marcio, Celino e Elizeu destacaram que "o trabalho desempenhado pelos servidores de ambos os poderes é muito importante para o bom andamento das ações do município. Sendo assim, com a intenção de promover justiça, busca-se uma equidade entre o regramento para conversão de licença

especial tanto no Executivo quanto no Legislativo".

Em decorrência das inverdades, o vereador Celino retirou o projeto, aguardando que a presidência da Casa regulamente o pagamento das licenças especiais em pecúnia, nos mesmos moldes praticados aos servidores públicos do quadro do Poder Executivo. De acordo com a nota, "houve tentativas de disseminar inverdades que visam jogar os servidores municipais da prefeitura e da Câmara contra os vereadores, distorcendo os fatos".

Por fim, os três reforçam que reconhecem "os direitos dos servidores, conquistados por mérito e que nunca houve da parte dos vereadores nenhuma proposta com intuito de cortar direitos, apenas de equiparação de direitos".

Inscrições para edital da Incubadora do PTI encerram no próximo domingo

Basta uma ideia e dez minutinhos dedicados ao cadastro no site do edital da Incubadora Santos Dumont, do Parque Tecnológico Itaipu (PTI), para dar chance de transformá-la em um grande negócio. É possível escolher entre as três unidades da incubadora para botar o projeto em prática: no PTI, na Uniamérica ou em Marechal Cândido Rondon. As inscrições são gratuitas e encerram no próximo domingo (15).

Os projetos inscritos participarão da Qualificação da Incubadora, em que os futuros empreendedores receberão todo o suporte necessário para tirar a ideia do papel. Essa etapa, que terá duração aproximada de três meses, envolverá *workshops* e encontros de orientação em que a viabilidade do negócio será analisada. Na sequência, serão apresentados os direcionamentos e aperfeiçoamentos sobre a implementação dos negócios.

O analista de negócios da incubadora, Gideão Matinc Claro, destaca a facilidade de participar do edital. "Não é preciso ter empresa formada, CNPJ nem nada. Só precisa ter uma ideia e querer", afirma. Todos os projetos que se enquadrarem nos requisitos do edital, como o participante ser maior de 18 anos e morador de um dos 54 municípios da Região Oeste do Paraná, passarão para a qualificação, que será uma fase de preparação dos futuros empreendedores.

As inscrições podem ser feitas pelo site: <https://radar.pti.org.br/inscricao/>. Após essa primeira etapa, os empreendedores serão submetidos à avaliação de uma banca composta por investidores e especialistas de mercado. As propostas selecionadas serão convidadas para a incubação e, junto com a equipe da incubadora, vão estruturar um plano de negócios para os próximos cinco anos da empresa, com o monitoramento dos analistas durante os três primeiros anos. (AI/PTI)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 13 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1690811334350936/>

 **Jornal Novo Tempo** 13 de julho às 15:58 · 🌐

Caso de polícia.
Vereadores Celino Fertrin e Elizeu Liberato, registram boletim de ocorrência contra servidora da Câmara Municipal. Entenda o que aconteceu no vídeo exclusivo.



 26

26 comentários · 37 compartilhamentos
3 mil visualizações

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

H2FOZ – 13 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/vereadores-aprovam-em-primeira-discussao-corte-de-arvores-pela-populacao>

Vereadores aprovam corte de árvores pela população



Projeto será analisado em segunda votação na Câmara Municipal (Foto: Marcos Labanca/Arquivo)

H2FOZ - Paulo Bogler

Em sessão ordinária nessa quinta-feira, 12, a Câmara de Vereadores aprovou o projeto que permite ao proprietário de imóvel em Foz do Iguaçu contratar empresa terceirizada para efetuar o corte de árvores. De autoria do prefeito Chico Brasileiro (PSD), o Projeto de Lei Complementar nº 04/2018 recebeu 13 votos a favor e um contra, em primeira discussão.

Com a alteração, moradores e empresário poderão contratar empresas cadastradas na prefeitura para o corte de árvores. A lei apresentada pelo prefeito altera uma norma de 1991, que estabeleceu formas de proteção e conservação do meio ambiente, reservando à administração municipal o serviço de retirada de árvores na cidade.

A administração alega que a medida visa a acelerar processos e compensar a falta de servidores para esse serviço. A estimativa é que estejam em trâmite 450 pedidos de moradores para o corte de árvores. Com a mudança na lei, permanece a exigência de licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a supressão das árvores.

“Tais alterações são necessárias para que o município possa agilizar os serviços de supressão de árvores que atualmente são realizados somente pelo Município de Foz do Iguaçu, com uma equipe reduzida que executa tal serviço, dificultando a agilidade no atendimento a todos os pedidos requeridos pelos munícipes”, informou o prefeito na justificativa do projeto.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

As regras para o cadastramento das empresas serão estabelecidas por decreto do chefe do Executivo. A regulamentação ditará os requisitos para os empresários interessados em oferecer o serviço à população. Conforme a prefeitura, a listagem das empresas cadastradas ficará disponível para o acesso público.

Leia o projeto na íntegra.

Corte x Preservação

O Projeto de Lei Complementar nº 04/2018 foi debatido no programa Clube dos Amigos, na Rádio Clube FM, no dia 23 de junho. Diogo Fretes Soares, diretor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, apresentou o conteúdo da matéria. A bióloga Luciana Ribeiro analisou os efeitos da nova lei para o meio ambiente e à cidade.

No programa, Luciana questionou o excesso de árvores que são cortadas no município e contextualizou tecnicamente a importância delas para o meio ambiente e para a qualidade de vida das pessoas. “Fico pensando se a gente tem a necessidade realmente de ter tantas árvores cortadas na cidade”, refletiu.

De acordo com a bióloga, que possui doutorado em Educação com enfoque ambiental, as novas regras não reduzirão as atividades da prefeitura em relação ao corte de árvores. “Há necessidade de se ter empresa terceirizada? Porque na verdade isso vai aumentar o trabalho da prefeitura em outras áreas, como a da fiscalização”, apontou Luciana.

Para ela, o poder público deve intensificar as atividades fiscalizadoras para tentar evitar o corte de árvores. “É preciso incrementar o trabalho de fiscalização, senão a prefeitura vai virar um cartório. Eu pago para ser empresa credenciada, o outro paga para retirar a árvore, e ela [prefeitura] vira o lugar que recebe e autoriza conforme a demanda”, ressaltou.

Ouçá o programa na íntegra sobre o projeto de corte de árvores em Foz.

Trâmite

O projeto que autoriza o corte de árvores por proprietários de imóveis voltará ao plenário da Câmara de Vereadores para segunda discussão. Se for aprovado, seguirá para a sanção do prefeito. A nova lei entrará em vigor assim que for publicada no Diário Oficial

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Rádio Cultura – 13 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/13/servidora-da-camara-acusa-vereador-celino-de-ameaca/>

Servidora da Câmara acusa vereador Celino de ameaça

Segundo denúncia, o vereador invadiu a sala da servidora descontrolado e gritando. Vereador também registrou B.O.



por **Josué Calebe** — 13 de julho de 2018 em Foz de Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado 474 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G+



Uma servidora da câmara municipal de vereadores, que trabalha como assessora legislativa, registrou um Boletim de Ocorrência na tarde desta sexta-feira, 13, contra o vereador Celino Fertrin, acusando-o de ameaça.

Em entrevista à Rádio Cultura, o servidor Waldson Dias, que representa os servidores da câmara, o vereador Celino teria invadido a sala da assessora “descontrolado, gritando pedindo um documento”. No entanto, segundo Waldson, o documento só poderia ser entregue através de um pedido protocolado, o que o vereador não tinha.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Diante da negativa da assessora, que é funcionária concursada da câmara, o vereador teria ameaçado chamar a polícia para conseguir o documento. Sentindo-se constrangida e assediada, a servidora decidiu registrar o boletim de ocorrência.

Ouçã a entrevista do servidor:

Mais tarde o vereador Celino Fertrin também registrou um Boletim de Ocorrência contra a servidora.

Rádio Cultura – 13 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/13/camara-aprova-em-1-discussao-projeto-que-permite-corte-de-arvores-por-moradores/>

Câmara aprova em 1º discussão projeto que permite corte de árvores por moradores



por **Dante Quadra** — 13 de julho de 2018 em Política

👍 0 👎 0 💬 0



0 Compartilhado 218 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



Durante a sessão ordinária de quinta-feira (12) o Poder Legislativo aprovou em 1ª discussão e votação, por 13 votos favoráveis e um contrário, o Projeto de Lei Complementar nº 04/2018, de autoria do Prefeito Municipal, que altera o art. 116 da Lei Complementar nº 07, de 18 de novembro de 1991.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

De acordo com o antigo artigo, os serviços de corte de árvores e demais vegetais em espaços públicos era uma atribuição específica da Prefeitura Municipal. Com a alteração, fica permitido que o proprietário do imóvel realize esse serviço, desde que obtenha um licenciamento emitido pelo órgão responsável do Município de Foz do Iguaçu.

Vale ressaltar que, para a execução desse trabalho, o morador deverá procurar empresas devidamente legalizadas, com cadastro e autorização do município. Além disso, a empresa deverá dar destinação adequada aos resíduos.

Segundo a justificativa apresentada, essa alteração era necessária para dar agilidade aos trabalhos, pois a Prefeitura conta com uma equipe reduzida para a execução desse serviço.

O projeto voltará a Plenário para ser votado em 2ª discussão.

Rádio Cultura – 13 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/13/vereador-celino-fertrin-registra-b-o-contra-funcionaria-da-camara/>

Vereador Celino Fertrin registra B.O contra funcionária da câmara



por **Josué Calebe** — 13 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu



0 Compartilhado 430 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

O vereador Celino Fertrin registrou um boletim de ocorrência na tarde desta sexta-feira, 13, contra a funcionária Karen, que trabalha na assessoria legislativa. Segundo o vereador, a servidora se negou a entregar documentos oficiais da câmara a ele.

Segundo o vereador, o problema teve início na manhã desta sexta-feira, quando um documento oficial da câmara vazou em redes sociais. O documento era a cópia de um projeto apresentado por Celino que tinha o objetivo de equiparar licenças prêmios entre os funcionários da câmara e da prefeitura. No entanto, ontem, após polêmica, o projeto já havia sido retirado de pauta.

Mais tarde, ainda na manhã de hoje, a assessora legislativa pediu ao vereador uma cópia do mesmo projeto, afirmando que havia um pedido do SISMUFI para verificação. O vereador então informou que o projeto já não estava sendo discutido, mas destacou que havia a cópia disponível nas redes sociais. Em seguida a assessora teria dito que já estava com o documento, pois o presidente Rogério Quadros havia assinado um ato autorizando a entrega do projeto.

Diante disto o vereador pediu cópia do ato assinado pelo presidente, mas a assessora se negou a entregar sem protocolo. Como já estava próximo ao fim do horário de expediente, às 14h, a assessora teria informado que só seria possível entregar o ato na segunda-feira, 16. Com isso o vereador, que afirma que, como vice-presidente, teria o direito de ter acesso ao documento sem a assinatura do protocolo, decidiu registrar boletim de ocorrência contra a assessora. O vereador Elizeu Liberato assinou o boletim como testemunha.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

RCI – 13 de julho de 2018

Link: <http://www.semprerci.com.br/noticia-local-1550>



FOTO: Marcos Labanca

Vereadores aprovam corte de árvores pela população

Projeto será analisado em segunda votação na Câmara Municipal

Em sessão ordinária dessa quinta, a Câmara aprovou o projeto que permite ao proprietário de imóvel em Foz contratar uma empresa terceirizada para realizar o corte de árvores.

A lei apresentada pelo prefeito altera uma norma de 1991, que estabeleceu formas de proteção e conservação do meio ambiente, reservando à administração municipal o serviço de retirada de árvores na cidade.

Com esta alteração, moradores e empresário poderão contratar empresas cadastradas na prefeitura para o corte de árvores.

A administração alega que a medida visa a acelerar processos e compensar a falta de servidores para esse serviço. A estimativa é que estejam em trâmite 450 pedidos de moradores para o corte de árvores.

Com a mudança na lei, permanece a exigência de licenciamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para a supressão das árvores. O projeto que autoriza o corte de árvores por proprietários de imóveis voltará ao plenário da Câmara para segunda discussão. Se for aprovado, seguirá para a sanção do prefeito.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Não VIU? – 13 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/homofobia-inverdades-no-ataque-lei-anti-homofobia-foz/>

HOMOFOBIA E INVERDADES NO ATAQUE À LEI ANTI-HOMOFOBIA DE FOZ

13 Julho, 2018 By Cláudio Dalla Benetta – [Deixe um comentário](#)



A lei que pune atos de homofobia em Foz já foi regulamentada, mas o prefeito Chico Brasileiro ainda é obrigado a falar o óbvio: que isso não representa ataques a qualquer igreja, como insinuou inclusive certa deputada.

O prefeito foi nesta sexta ao programa "Antes do almoço", apresentado por Guilherme Wojciechowski na rádio RCI, e um dos temas foi justamente a regulamentação da lei, o que ocorreu na quinta-feira, 12.

Chico disse que a lei existe simplesmente "porque, nos dias de hoje, é inadmissível que ainda exista

preconceito contra o ser humano". E não só pela orientação sexual, mas por racismo ou islamismo, exemplificou.

Ele disse que, antes de regulamentar a lei, conversou com pastores, com representantes de várias religiões. E que faz críticas descabidas, de que a ideia é "fechar igrejas", são pessoas "oportunistas ou homofóbicas".

O prefeito disse que a legislação é para o seto público e privado, e não tem a ver com religiões.

Lembrou que houve um caso no setor público, que chamou a atenção, e que cabe a cada funcionário público "respeitar e atender sem humilhar ninguém, seja quem for".

Ofensas

No ano passado, um representante do movimento LGBTQI+ foi agredido com palavras de baixo calão por um funcionário da Câmara de Vereadores, assessor parlamentar do vereador tenente-coronel Jahnke. Este assessor proferiu ofensas contra a orientação sexual do rapaz e também para depreciar pessoas homossexuais.

Por meio de um advogado, a vítima pediu instauração de processo administrativo disciplinar com o fim de apurar a responsabilidade administrativa do servidor público municipal, ademais de perquirir a responsabilidade civil e criminal do agressor.

A única punição que o servidor recebeu foi uma pena de advertência por escrito.

"O cidadão deve ser respeitado na sua condição de ser humano", concluiu o prefeito sobre o assunto, na entrevista à RCI.

Regulamentação



O ato de regulamentação da Lei contra a Homofobia, na quinta-feira, reuniu autoridades, representantes de entidades que defendem homossexuais e também lideranças religiosas.

Durante o evento, o prefeito Chico Brasileiro disse que "a maior mudança não está na lei, mas precisa estar no nosso comportamento, na mudança de conceito e no engajamento de todos para vencer o preconceito".

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Não VIU? – 13 de julho de 2018

Link: <http://www.nao viu.com.br/bobato-quer-assessoria-assuntos-legislativos-ines-no-meio-do-caminho/>

BOBATO PODE ASSUMIR A ASSESSORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS, MAS TEM A INÊS NO MEIO DO CAMINHO

13 Julho, 2018 By Vinícius Ferreira — 1 comentário

É o seguinte.

O prefeito Chico Brasileiro enviou um projeto de Lei para Câmara de Vereadores, com o objetivo de alterar a estrutura administrativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu.

Essa proposta tira da Secretaria de Governo a Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo e a transfere para uma nova estrutura que está sendo montada, destinada a atender e fortalecer (e põe fortalecer nisso) o vice-prefeito Nilton Bobato.



Vereadora Inês Weizemann.. Foto: CMFI

Tal manobra, aumentará de dois para três os cargos da estrutura do vice-prefeito, que legalmente, segundo foi informado ao Não Viu?, não poderia ter esse tipo de estrutura, a não ser que isso seja concedido por Lei complementar, conforme a Constituição Federal. É uma questão que deve ser analisada.

Por esse motivo, segundo o blog apurou, a vereadora Inês Weizemann, pediu vistas ao projeto e, a pedido da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, propôs um substitutivo, pelo qual, não só mantém a assessoria especial com a Secretaria de Governo, como também reduz de três para dois cargos a estrutura destinada a Bobato.

Conclusão: se o projeto original for aprovado, o principal objetivo da Secretaria de Governo, que é interagir entre o Executivo com o Legislativo, passaria a ser da alçada do vice-prefeito. Isso, em parte, acabaria esvaziando a razão de ser dessa secretaria.

Bobato afirmou ao Não Viu? que não quer nada. Para ele, isso é uma picuinha. Fica registrado.

Na segunda-feira (16), em sessão extraordinária, os vereadores devem analisar o assunto.

Bobato vai ganhar ou perder essa? Façam as suas apostas, prezados leitores!



CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

14/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 14 e 15 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguaçu, sábado e domingo, 14 e 15 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 630 — R\$ 2,00

Vazamento de documento da Câmara termina em delegacia

Minuta de projeto apareceu em redes sociais antes da assinatura dos parlamentares; vereador e servidora abriram boletim de ocorrência um contra o outro Página 3



Foto: Roger Almeida

Licença-prêmio

A origem da polêmica na Câmara que foi parar em delegacia ontem (13) é o pagamento de licença-prêmio a determinados servidores da Casa — que, segundo levantamento de vereadores, atinge a cifra de R\$ 500 mil neste ano. Página 4

Eleições 2018

Cartilha de orientação política aos cristãos será lançada nesta segunda

O evento, a partir das 19h30, ocorrerá na sala de reuniões da Paróquia São João Batista em Foz Página 5

Cerimônia

Cida Borghetti viaja, e presidente do TJ assume governo do PR



Desembargador Renato Braga Bettega disse que dará continuidade à regularidade da vida institucional do Executivo Página 11

Suposto traficante

PF apreende drogas, armas, munições, dinheiro e veículos



Ação resultou de denúncias anônimas e faz parte de uma investigação sobre o tráfico internacional de drogas; ninguém foi preso Página 9

Jardim Novo Horizonte

GM prende suspeito de matar a ex-namorada com várias facadas



Crime foi registrado, na noite de quarta-feira (11), na Vila Carimã; vítima tinha medida protetiva contra o rapaz Página 16

DEU BO

Desentendimento na Câmara termina na delegacia de polícia

Documento ainda em tramitação interna no Legislativo apareceu em redes sociais; vereador e servidora abriram boletim de ocorrência um contra o outro

Elson Marques
Freelancer

Terminou na Delegacia da Polícia Civil o episódio envolvendo vazamento de documento ainda em tramitação interna na Câmara e que apareceu em redes sociais na manhã de ontem (13). Trata-se da minuta de um projeto com nome de nove vereadores, porém ainda sem as assinaturas, e que no dia anterior havia sido anunciada reformulação da proposta.

O vice-presidente da Câmara, Celino Fertrin (PDT), abriu boletim de ocorrência contra uma servidora por negativa de documento. A servidora também abriu BO contra o vereador alegando ameaça e assédio moral. O desentendimento, que começou no setor legislativo da Câmara, terminou na 6ª SDP movimentando o plantão da delegacia na tarde de ontem.

Na queixa, Celino Fertrin relatou que houve vazamento da minuta do projeto, ainda em formatação, propondo que se aplique na Câmara o mesmo critério adotado na prefeitura e assim acabando com o pagamento em dinheiro de licença-prêmio sem regulamentação. "É uma fase interna do processo que só servidor com acesso ao sistema do setor legislativo tem acesso. Vazaram antes das



Celino Fertrin apresenta queixa na delegacia tendo Elizeu Liberato como testemunha

assinaturas dos vereadores, antes de ser protocolado, e até mesmo já tínhamos falado na sessão de quinta-feira que estávamos suspendendo tudo para reanálise, já em face de inverdades publicadas nas mesmas redes sociais", declarou o vereador.

No BO, Celino, que esteve acompanhado do vereador Elizeu Liberato (PR) e assessores, na condição de testemunhas, afirmou ontem, por volta das 15h30, que a servidora responsável pelo setor ligou ao gabinete dele solicitando o original do projeto. Pelo ramal interno de telefonia quis saber o motivo da solicitação, momento em que a servidora disse que seria para atender à solicitação do Sismufi, que havia requerido cópia.

"Ora, esse documento era o mesmo que estava circulando, desde as primeiras horas da manhã, no WhatsApp, e então o Sismufi nem precisava de cópia. Era só ver nas redes sociais", disse Celino, momento em que a servidora respondeu que já tinha em mãos um despacho do presidente Rogério Quadros (PTB) para fornecer a cópia do documento interno (minuta do projeto) ao Sindicato dos Servidores.

Celino afirmou que então foi pessoalmente ao setor, na condição de vice-presidente, e pediu cópia do despacho da presidência, no que foi orientado a entrar com pedido formal no protocolo, e como já era fim de expediente (encerrou às 14h), só na segunda-fei-

ra. "Foi nesse momento que senti o meu direito desrespeitado e afirmei: 'Será que vai ser preciso eu chamar a polícia para ter acesso ao documento?', o que a servidora entendeu como ameaça", relatou.

Fertrin disse que em momento algum ameaçou, por entender que qualquer cidadão, quando vê seu direito atacado, tem a prerrogativa de acionar a polícia. "Diante disso, resolvi comparecer à delegacia e apresentar a queixa", encerrou.

Elizeu Liberato entende que, na próxima semana, o desfecho será um pedido de abertura de sindicância para apurar o vazamento do conteúdo da proposta do projeto.

Associação dos Servidores da Câmara alega caso de ameaça e assédio moral

O presidente da Associação dos Servidores da Câmara Municipal, Waldson Dias, acompanhou a servidora que registrou queixa contra Celino Fertrin — que, segundo ela, teria feito ameaças e, em tese, praticado crime de assédio moral. "O vereador Celino chegou ao setor extremamente alterado e exigindo um documento. Temos a conduta de não entregar documento algum sem a autorização expressa da presidência. Essa é uma normativa aplicada há anos", disse Waldson. De acordo com o representante, a servidora não entregou por conta dessa norma. "O vereador, agressivamente, insistiu que queria determinado documento porque é vereador e dizendo ou ela entregava o documento ou ele chamava a polícia. A servidora se sentiu intimidada, inclusive havia mais pessoas na sala. Perguntando se estava ameaçando, ele repetiu de maneira intimidatória que chamaria a polícia", relatou.

Em ato contínuo, de acordo com Waldson, a servidora fez contato com o gabinete da presidência, que confirmou a negativa da entrega de cópia do documento a não ser pelas vias formais. "Celino ainda falou por telefone com o presidente em tom bem mais moderado e na sequência todos se retiraram. Vimos à delegacia fazer um registro pela maneira truculenta e assediada com que ele se dirigiu à servidora", completou.

O representante da associação adiantou que, no início da próxima semana, a entidade que representa os servidores vai posicionar-se sobre a intenção de alteração da Lei Orgânica no que se refere à licença-prêmio dos servidores. O presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB), esteve na delegacia, mas saiu por outra porta sem falar com os jornalistas que estavam no plantão na Polícia Civil.

Licença-prêmio é a origem de polêmica na Câmara

Discussão de projeto objetiva alterar leis, sob alegação de evitar privilégios

Eilson Marques
Fotógrafo

A origem da polêmica na Câmara que foi parar na delegacia ontem (13) é o pagamento de licença-prêmio a determinados servidores da Casa — que, segundo levantamento de vereadores, atinge a cifra dos R\$ 500 mil neste ano. "Esse fato deu início a um movimento entre alguns vereadores para alterar a lei a fim de que sejam criados critérios para o pagamento como existem para os servidores da prefeitura", explicou o vereador Celino Fertrin (PDT), que tem apoio de outros colegas como Marcio Rosa (PSD) e Elizeu Liberato (PR).

Entende que "se os servidores da Câmara recebem sem nenhum critério, esse mesmo direito deveria ser aplicado aos milhares de servidores da prefeitura, o que quebraria as finanças do município". Resistindo às mudanças, setores interessados do funcionalismo estariam distorcendo a essência da proposta, o que fez com que os vereadores anunciassem na quinta-feira uma reavaliação "para corrigir as dúvidas de interpretação que foram divulgadas [em redes sociais] de forma a tumultuar o entendimento dos demais servidores".

A licença-prêmio foi criada como benefício para o servidor tirar em descanso da labuta. A cada cinco anos de trabalho, ele ganha três mês de licença do serviço. Ocorre que a mesma legislação, com uma emenda à Lei Orgânica, ocorrida em 2003, passou a prever que caso o servidor não tenha usufruído a licença especial (três meses de descanso) e tendo completado dez anos de efetivo exercício, será concedida a licença de seis



Assunto terá desdobramentos na próxima semana, devendo a Câmara buscar um entendimento com os servidores da Casa

meses, com vencimentos integrais, admitida a conversão em espécie (pagamento em dinheiro).

Ainda que dependa da disponibilidade financeira do município, sem critérios, esse benefício do pagamento em dinheiro passou a ser concedido muitas vezes por afinidade política ou conveniências, quebrando o princípio da impessoalidade.

No âmbito do Executivo, recentemente a concessão do pagamento foi regulamentada para evitar que o gestor conceda deliberadamente pagamento a uns em detrimento de outros. Os critérios incluem casos de aposentadoria, rompimento de vínculo, compensação tributária (débitos de IPTU) e situação comprovada de doenças e moléstias graves.

Na Câmara, o assunto segue sem regulamentação e, de acordo com Celino, há servidor que recebeu mais de R\$ 100 mil em licença-prêmio: "Ainda que seja de forma legal, foge à realidade econômica e à moralidade pública".

Revogação de parágrafo na LOM

Em nota publicada na quinta-feira, os três vereadores informaram que a mudança pretendida não acaba com o direito à licença especial (licença-prêmio), que encontra sustentação em legislação federal, previsão na Lei Orgânica Municipal e no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais. "Vemos a necessidade de elaborar um projeto para equiparar os critérios de conversão de licença especial em espécie dos servidores da Câmara com os servidores da prefeitura, respeitando o princípio da isonomia entre os dois poderes", esclareceram.

A intenção, segundo eles, é promover justiça buscando uma equidade entre o regimento para conversão de licença especial tanto no Executivo quanto no Legislativo. O assunto consta no artigo 75 da Lei Orgânica. O direito à licença especial está previsto no parágrafo 1º inciso III, no qual fica assegurada: "Licença especial de três meses, por quinquênio de efetivo exercício, com vencimentos integrais, ao servidor ocupante de cargo efetivo".

A possibilidade de pagar em dinheiro o tempo que seria de descanso para o servidor está no parágrafo 2º, em que consta: "(...) não tendo o servidor usufruído da licença especial e tendo completado o decênio de efetivo exercício, conceder-se-á licença de seis meses, com vencimentos integrais, admitida a conversão em espécie".

De início, o texto da minuta de projeto que vazou nas redes sociais previa a revogação desse parágrafo. Os servidores entendem que a revogação tácita do item significa acabar com concessão de pagamento em dinheiro para qualquer circunstância, ou seja, ao revogar o parágrafo 2º, a pecúnia na licença deixaria de existir para todos.

Diante da interpretação, os vereadores já concordaram em reavaliar a alteração, de forma a manter a concessão do pagamento apenas nos casos previstos na mesma regulamentação implantada na prefeitura.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

HLUCAS – 14 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/14/bo-sobre-assunto-legislativo/>

DESENTENDIMENTO ENTRE VEREADORES VIRA CASO DE POLÍCIA

[2 respostas](#)



Os vereadores Marcio Rosa, Celino e Elizeu Liberato estiveram na 6ª SDP nesta sexta (13) e registraram o BO acima. Tem a ver com vazamento de documento na WEB. Nosso legislativo sem rumo...

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

15/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 15 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/posts/288218758416984>

 **Acontece na Fronteira**
10 h · 🌐


Mais Pra Nanci !

Cidadão protocola novo pedido de comissão processante contra a vereadora afastada Nanci Rafain Andreola , diferente do pedido anterior que se abriu processo e a vereadora foi condenada a 30 dias afastada de suas funções por usar um atestado médico para ir ao Rock in Rio, desta vez a denuncia se baseia na falsificação do atestado médico, que é um crime punível nas esferas cível e criminal.

A denuncia atual pede a abertura de comissão processante e cassação do mandato da vereadora, tem em torno de 3000 páginas e está embasada nas denúncias do Ministério Público no Cível e criminal.

O denunciante é Maximiliano Ghelen, líder comunitário, presidente da associação de moradores da Vila Carimã.

Parece que esta novela está longe de acabar !



👍❤️👍 35

13 comentários · 15 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

CLIPPING DIÁRIO

Junho

01/07/2018 a 15/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 15 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.210396419532552.1073741828.210290629543131/287736668465193/?type=3&theater>

BOBATO QUER MAIS CARGOS NA PREFEITURA PARA FAZER SUA CAMPANHA

Como acaba de mostrar o site Nãoviu, o vice prefeito Nilton Bobato quer que você pague sua campanha pra deputado estadual, sabe como?

Criando mais cargos para sua seu gabinete de vice prefeito, algo que inclusive nunca foi visto em qualquer outra prefeitura, já que legalmente vice-prefeito atua somente em caso de vacância do prefeito.

Bobato está querendo trazer para sua “pasta” a assessoria de assuntos legislativos, coisa que deveria ser atribuição do secretário de governo (que é quem cuida da relação com a câmara de vereadores), mas como Bobato não quer ser secretário de governo, porque esse cargo recebe menos do que um vice prefeito e porque ser secretário de governo o impediria de participar das eleições, pois estaria em situação de ordenador de despesa, sendo nesse caso necessário ter saído até dia 07 de abril, 6 meses antes das eleições.

Essa manobra não só lesa o erário público, como fará a população iguaçuense bancar a estrutura de campanha de Bobato. Sem contar que sua irregularidade mexe com as esferas que poderiam promulgar tamanha aberração, porque essa alteração só pode ser feita através de uma Lei Complementar, assim como manda a Constituição Federal.

Por esse motivo, segundo o blog apurou, a vereadora Inês Weizemann, pediu vistas ao projeto e, a pedido da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, propôs um substitutivo, pelo qual, não só mantém a assessoria especial com a Secretaria de Governo, como também reduz de três para dois cargos a estrutura destinada a Bobato.

Conclusão: se o projeto original for aprovado, o principal objetivo da Secretaria de Governo, que é interagir entre o Executivo com o Legislativo, passaria a ser da alçada do vice-prefeito. Isso, em parte, acabaria esvaziando a razão de ser dessa secretaria.

Fica nossa pergunta ao eleitor, até quando pagaremos campanha de candidatos que não cumprem com suas palavras, não finalizam o mandato ao qual foram eleitos e usam recursos da prefeitura e câmara do vereadores para se candidatarem a outros cargos?

Fonte Fatos da fronteira



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

16/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 16 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguaçu, segunda-feira, 16 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 631 — R\$ 2,00

Sessão extraordinária

Vereadores votam hoje emendas ao projeto sobre estrutura administrativa



Inês Weizemann apresentou proposta para transferir parte da estrutura do Gabinete do Vice-Prefeito para a Secretaria de Governo. **Página 7**

Arma de guerra

Polícia paraguaia apreende fuzil antiaéreo que seria entregue ao PCC



Arma calibre .50, com 45 munições capazes de perfurar carros blindados e derrubar aeronaves, foi apreendida em Ciudad del Este; Comando Trípártite está alerta. **Página 8**

Desentendimento

Mulher agride marido com golpes de chaleira



O rapaz teve um corte na nuca e foi encaminhado ao Hospital Municipal. **Página 26**

Sanepar confirma parceria na revitalização do Rio M'Boicy

Ações de recuperação e proteção das nascentes e de recomposição da mata ciliar fazem parte da proposta de revitalização ao longo dos 9 quilômetros do rio. **Página 3**

Nova frota

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) de Foz do Iguaçu recebeu, no fim de semana, novas ambulâncias para atender com segurança e agilidade os pacientes que necessitem do serviço. Com as aquisições, a frota do SAMU, que funciona de forma ininterrupta todos os dias da semana, foi renovada em 100%. **Página 10**



Foto: AMN

Contrabando

Penas de investigados na Operação Celeno somam 553 anos de reclusão

Grupo operou 587 voos clandestinos com aviões carregados de anabolizantes e eletrônicos entre o Brasil e o Paraguai; as aeronaves eram contratadas a partir de Foz do Iguaçu. **Página 5**

Reposição dos vereadores será votada após o recesso

Índice de 2,06% refere-se às perdas salariais do ano passado

Elson Marques
Fenômeno

Os projetos de reposição salarial para os vereadores, prefeito, vice-prefeito e secretários serão votados depois do recesso de julho. A informação foi confirmada pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, Tenente-Coronel Jehnke (Podemos). Segundo ele, a proposta segue tramitando nas comissões permanentes da Casa. O presidente, Rogério Quadros (PTB), disse que só depois da deliberação das comissões de Justiça e Redação e da própria Comissão de Finanças o texto estará liberado para inclusão na pauta do plenário.

Amanhã (17) acontecerá a quinta e última sessão ordinária do mês. Ainda nesta semana devem ocorrer sessões extraordinárias, porém o projeto não poderá entrar na pauta de votação porque, além de os pareceres não estarem prontos, também não tramita em regime de urgência. Assim, como o recesso está previsto para começar na quarta-feira (18), a votação ficará para depois, nas sessões de agosto.

O projeto foi apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento, sob a alegação de que é direito previsto em lei a atualização salarial apurada no ano anterior. A reposição é de 2,06%, retroativa a 1º de janeiro deste ano. O



Recesso começa na quarta-feira, mas ainda devem ocorrer sessões

índice refere-se às perdas salariais medidas pelo INPC/IBGE, no período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Com isso, os subsídios dos vereadores saem de R\$ 9.082,13 para R\$ 9.269,85.

O projeto também prevê reposição ao prefeito, ao vice-prefeito, aos secretários municipais e ao procurador-geral do município. Com a aplicação

do índice, o salário do prefeito passará dos atuais R\$ 21.990,85 para R\$ 22.445,39. O do vice-prefeito, que é de R\$ 14.742, vai para R\$ 15.046,71. Os secretários municipais e o procurador-geral, que ganhavam R\$ 10.003,50, passarão a receber R\$ 10.210,27. Já o presidente da Câmara, que recebe atualmente R\$ 13.625,82, terá o salário reajustado para R\$ 13.907,46.

netnews
INFORMÁTICA

45 3572 3456 | 45 98815 5011

Av. Das Cataratas, 1419 Vila Yolanda | Foz do Iguacu / PR – Brasil

Assistência técnica on-site

Assessoria e consultoria de TI

Rede elétrica, lógica, telefônica e CFTV

Laboratórios de manutenção

Consultoria comercial

Suporte técnico e Help-desk

Terceirização de recursos com mão de obra especializada
(contratos de suporte mensais)

"Cuidamos de toda a sua infraestrutura de TI para que sua empresa possa ficar focada no que realmente importa."

SOLUÇÕES EM:

- Firewall - proxy
- Antivirus para desktops e Servidores
- Sistemas operacionais
- Gerenciamento de internet para hotéis, motéis, bares, restaurantes, rodoviárias e shopping centers;
- Servidores de Arquivos
- Internet sem Fios (wifi)
- Virtualização
- Hospedagem de email e Sites.
- Segurança
- Banco de Dados - Oracle, Firebird etc

Direito a revisão

A Comissão de Finanças e Orçamento justificou no projeto que "anualmente os subsídios dos vereadores deverão ser revisados aplicando-se o índice oficial, como, por exemplo, o INPC/IBGE, no caso presente com a aplicação do percentual de 2,06% a fim de que a inflação não corra o poder aquisitivo. Assim sendo, os agentes políticos têm direito à revisão geral e anual, conforme artigo 37 da Constituição Federal".

Conforme consta na justificativa, "apesar de a fixação dos valores dos subsídios dos vereadores somente poder ser feita de quatro em quatro anos, anualmente estes valores deverão ser revisados com a aplicação do índice oficial. Por isso, a revisão geral anual é prerrogativa direta do mandato eletivo. A Câmara Municipal compete iniciar o projeto para fazer a revisão geral anual dos agentes políticos e ao Poder Executivo cabe a propositura de lei que estabeleça o reajuste para todos os servidores municipais, não havendo necessidade de vinculação entre as duas espécies de reajustes".

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 16 de Julho de 2018 Pág.06

Confiança

O presidente do Legislativo, vereador Rogério Quadros, é quem deve tomar providências disciplinares e urgentes em caso de vazamento de documento extragabinetes ou por servidor de carreira. É benfeito para quem nomeou os assessores que jogam a bola nas costas. Sabemos de vários casos em que assessores agem em desconformidade com a ética e acabam comprometendo a vida de quem deveriam ajudar. Se o cargo é de "confiança", não poderia ser para outra coisa.

Minuta vazada

É triste esse tipo de situação, de um assunto legislativo ir parar na delegacia em razão de vazamento. E mais triste são as consequências da pendenga, com acusações de assédio moral, ameaça e coisa e tal. A Câmara de Foz não sai mesmo do módulo "tempestade".

O que é público

Todos os atos do Legislativo, bem como os de outros poderes, devem ser públicos. Ou não vivemos uma República? Mas isso não quer dizer que documentos em fase de elaboração, sem as assinaturas e certificações, devam vazar. Há maneiras mais céleres e eficientes de a população, sindicatos ou setores interessados pressionarem os vereadores perante suas decisões. Basta acompanhar o desenrolar das discussões e participar delas.

TEXTO NA CÂMARA

Emendas podem alterar projeto sobre estrutura administrativa

Propostas de alteração no projeto do Executivo serão votadas hoje em sessão extraordinária

Elson Marques
Freelancer

Os vereadores se reúnem hoje (16), a partir das 9h, em sessão extraordinária, para votação de emendas ao projeto do Executivo que consolida a nova estrutura administrativa da prefeitura. O texto reúne em uma só lei as alterações promovidas nos últimos cinco anos e faz adequações com transferência de cargos entre setores. As emendas apresentadas pela vereadora Inês Weizemann (PSD) impedem que o Gabinete do Vice-Prefeito tenha reforço de pessoal.

Pelo projeto original, o Gabinete do Vice-Prefeito ficaria constituído de uma Assessoria Técnica Especial; Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo; e Coordenadoria de Apoio ao Gabinete do Vice-Prefeito. Uma das emendas de Inês tira do gabinete a Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo e a passa para a Secretaria Municipal de Governo. A justificativa é que essa função está relacionada à Secretaria de Governo, e não ao Gabinete do Vice-Prefeito.

O projeto entrou na pauta para votação na sessão de terça-feira passada, porém a vereadora pediu vistas para apresentar as emendas.

Outra proposta de alteração reduz a missão do Gabinete do Vice-prefeito a assessorar o prefeito "quando convocado" nos assuntos políticos, administrativos, sociais e econômicos; representar o prefeito, quando requerido, em solenidades e missões oficiais; assessorar o prefeito na promoção e articulação com instituições públicas ou privadas; exercer outras atividades especiais ou temporárias que sejam requeridas pelo prefeito em ato próprio, além de substituir e suceder o prefeito nos termos da Lei Orgânica do Município.

Pelo texto original, a missão é bem mais abrangente, incluindo, além das funções anteriores, "propor medidas destinadas ao aperfeiçoamento ou redirecionamento de programas, projetos e atividades em execução, com vistas à sua otimização; fazer verificações em serviços e obras municipais; propor a constituição de comissões ou grupos de trabalho, para a execução de atividades especiais; propor a confecção ou o estabelecimento de convênios, ajustes, acordos e atos similares com órgãos e entidades públicas ou privadas, na área de sua competência; acompanhar a execução e o cumprimento de convênios, ajustes, acor-



Vereadora Inês Weizemann apresentou proposta para transferir parte da estrutura do Gabinete do Vice-Prefeito para a Secretaria de Governo

dos e atos similares firmados pelo município; acompanhar projetos do Poder Executivo em tramitação na Câmara Municipal, bem como demais matérias oriundas do Poder Legislativo; coordenar a elaboração dos relatórios mensal e anual do seu Gabinete".

Secretaria de Governo

Com as emendas de Inês Weizemann, a Secretaria Municipal de Governo seria fortalecida, passando a ser formada, além do gabinete do secretário, de Diretoria de Apoio Governamental; Diretoria de Informações Institucionais; Diretoria de Comunicação Social; Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas; e uma Assessoria Técnica Especial.

O setor ficaria fortalecido coordenando atividades, entre elas: "atuar como or-

gão central do sistema de articulação política do governo municipal, nas relações com a esfera de governo, demais poderes e órgãos da prefeitura e nos assuntos técnicos legislativos, administrativos, políticos e sociais apoiando as ações governamentais; supervisionar e prover o funcionamento dos órgãos de colaboração e cooperação com outras esferas do poder".

Além disso, a Secretaria de Governo passaria a manter e atualizar o arquivo de informações institucionais; fazer o acompanhamento das questões regionais e assessoria nos assuntos voltados à Câmara Municipal; estabelecer mecanismos de integração entre os órgãos colegiados de aconselhamento e o chefe do Poder Executivo, na consecução de suas finalidades precipuas.

Também incluiria: atividades de coordenação de imprensa e comunicação social, relacionadas à execução dos serviços de divulgação, sistematização, redação final, registro e publicação jornalística dos atos do governo municipal; manter e atualizar o arquivo de informações jornalísticas; gerenciamento do Diário Oficial do Município, o assessoramento ao prefeito em suas relações públicas, funções sociais e representação em solenidades e atos oficiais; planejar e executar as ações de *marketing* governamental.

Da mesma forma: desenvolver ações de interação social em canais de comuni-

cação, a partir do compartilhamento colaborativo das políticas públicas de governo nas redes sociais, para conhecimento da população; supervisionar e prover o funcionamento dos órgãos de colaboração e cooperação com as outras esferas do poder; subsidiar o Poder Executivo com os dados relativos às expectativas e nível de satisfação da comunidade com a prestação dos serviços públicos; e assessoramento ao prefeito nos assuntos de sua competência e que nesta condição lhe forem cometidos e o fornecimento de dados e informações, a fim de subsidiar o processo decisório do chefe do Poder Executivo.

**IMPAR AGORA É
SUNSET
PNEUS**

PNEUS PARA TODO TIPO DE VEÍCULOS



Tel/Fax (595-61) 500 127
www.sunset.com.py

Av. San Blas Km. 1
Ciudad del Este - Paraguai

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 16 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/emendas-podem-alterar-projeto-sobre-estrutura-administrativa/29272>

Emendas podem alterar projeto sobre estrutura administrativa



Os vereadores se reúnem hoje (16) a partir das 9h em sessão extraordinária para votação de emendas ao projeto do Executivo que consolida a nova estrutura administrativa da prefeitura. O texto reúne em uma só lei as alterações promovidas nos últimos cinco anos e faz adequações com transferência de cargos entre setores. As emendas apresentadas pela vereadora Inês Weizemann (PSD) impede que o gabinete do vice-prefeito tenha reforço de pessoal. Pelo projeto original, o Gabinete do Vice-Prefeito ficaria constituído de uma assessoria técnica especial; assessoria política especial de relações com o Legislativo; e coordenadoria de Apoio ao Gabinete do Vice-Prefeito. Uma das emendas de Inês tira do Gabinete do vice-prefeito a assessoria política especial de relações com o Legislativo e passa para a Secretaria Municipal de Governo. *(Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)*



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Click Foz – 16 de julho de 2018

Link: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/associacao-dos-servidores-da-camara-municipal-emite-nota-de-repudio/>

FOZ DO IGUAÇU

FOR: ASSESSORIA Publicado em: 16/07/2018

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL EMITE NOTA DE REPÚDIO

Leia conteúdo na íntegra

Nós, servidores efetivos da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR, viemos manifestar nosso repúdio ao documento intitulado “Nota explicativa aos servidores públicos municipais e à população de Foz do Iguaçu”, amplamente divulgada nas redes sociais e veículos de comunicação nos dias 12 e 13 de julho de 2018, bem como aos demais fatos ocorridos nos últimos dias.

Na referida “nota explicativa”, os Vereadores indicam o compromisso com a verdade, alegando que foram disseminadas inverdades, foram distorcidos fatos e que “nunca houve por parte dos vereadores nenhuma proposta com o intuito de cortar direitos”. No final, indicam que seguem “com o compromisso com a verdade e transparência”.

Entretanto, após a divulgação do teor do Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal no 2/2018, estes mesmos Edis que detêm o “compromisso” com a verdade e transparência compareceram à 6a Delegacia de Polícia do Município de Foz do Iguaçu em virtude de alegado “vazamento” de informações.

Há necessidade de coerência e de trazer a verdade e transparência para toda a população, especialmente para os servidores municipais, que foram pegos de surpresa com esse imbróglio. A transparência e verdade cobiçadas pelos Senhores servem somente para um dos lados? Ou a publicação de um projeto solicitado, cadastrado e numerado não se traduz como verdadeira e transparente? Seria essa verdade e transparência relativizada, então?

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 16 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/reposicao-dos-vereadores-sera-votada-apos-o-recesso/29275>

Reposição dos vereadores será votada após o recesso



Os projetos de reposição salarial para os vereadores, prefeito, vice-prefeito e secretários serão votados depois do recesso de julho. A informação foi confirmada pelo presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, Tenente-Coronel Jahnke (Podemos). Segundo ele, a proposta segue tramitando nas comissões permanentes da casa. O presidente, Rogério Quadros (PTB), disse que só depois da deliberação das comissões de Justiça e Redação e da própria Comissão de Finanças, o texto estará liberado para inclusão na pauta do plenário. Amanhã (17) acontece a quinta e última sessão ordinária do mês. Ainda nesta semana devem ocorrer sessões extraordinárias, porém o projeto não poderá entrar na pauta de votação porque além de os pareceres não estarem prontos, também não tramita em regime de urgência. Assim, como o recesso está previsto para começar na quarta-feira (18), a votação ficará para depois, nas sessões de agosto. (Elson Marques /Freelancer/Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

HLucas – 16 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/16/presidente-rogerio-quadros-nao-pauta-nova-denuncia-contrananci/>

PRESIDENTE ROGÉRIO QUADROS NÃO PAUTA NOVA DENUNCIA CONTRA NANCI

[Deixe um comentário](#)



O presidente da câmara Vereador Rogério Quadros poderia estar incorrendo em crime de prevaricação, tendo em vista não ter pautado para próxima terça feira (16) o pedido de abertura de processo de QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR, contra a vereadora [Nanci Rafain Andreola](#), a denuncia foi protocolada na ultima sexta feira pelo Empresário e líder comunitário Maximiliano Ghelen, e como não foi pautada pelo presidente, entrará para debate em plenário somente no mês de agosto tendo em vista a sessão de terça ser a última de julho. Qual seria o mistério para esta afronta a lei e ao regimento interno.

Do [Acontece na Fronteira](#)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Clickfoz – 16 de julho de 2018

Link: <https://www.clickfozdoiguacu.com.br/associacao-dos-servidores-da-camara-municipal-emite-nota-de-repudio/>

ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL EMITE NOTA DE REPÚDIO

Nós, servidores efetivos da **Câmara Municipal de Foz do Iguaçu/PR**, viemos manifestar nosso repúdio ao documento intitulado “Nota explicativa aos servidores públicos municipais e à população de Foz do Iguaçu”, amplamente divulgada nas redes sociais e veículos de comunicação nos dias 12 e 13 de julho de 2018, bem como aos demais fatos ocorridos nos últimos dias.

Na referida “nota explicativa”, os **Vereadores** indicam o compromisso com a verdade, alegando que foram disseminadas inverdades, foram distorcidos fatos e que “nunca houve por parte dos vereadores nenhuma proposta com o intuito de cortar direitos”. No final, indicam que seguem “com o compromisso com a verdade e transparência”.

Entretanto, após a divulgação do teor do Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal no 2/2018, estes mesmos Edis que detêm o “compromisso” com a verdade e transparência compareceram à 6ª Delegacia de Polícia do Município de Foz do Iguaçu em virtude de alegado “vazamento” de informações.

Há necessidade de coerência e de trazer a verdade e transparência para toda a população, especialmente para os servidores municipais, que foram pegos de surpresa com esse imbróglio. A transparência e verdade cobiçadas pelos Senhores servem somente para um dos lados? Ou a publicação de um projeto solicitado, cadastrado e numerado não se traduz como verdadeira e transparente? Seria essa verdade e transparência relativizada, então?

Diante da distorção e omissão da verdade e da real transparência, alegações inverídicas, notas explicativas, incoerências evidentes, e demais publicações, manifestações e atos cometidos pelos Vereadores citados, contrários às condutas que se esperam dos representantes do povo, os Servidores efetivos da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu repudiam veementemente as condutas dos subscritores da referida nota.

Isso, primeiramente, em virtude de que o Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal no 2/2018, que visa revogar o § 2º, do art. 75, e não regulamentar a conversão em espécie da licença especial; ao contrário, se aprovado, o próprio regulamento editado pelo Poder Executivo perderá efeito, vez que não existirá previsão legal que permita a conversão em outras hipóteses, senão àquelas elencadas no Estatuto do Servidor e no Código Tributário Municipal; e, na sequência, em virtude dos discursos, alegações e atitudes tomadas por estes nos últimos dias.

Noticiamos, também, que os Servidores Efetivos, por meio de seu representante, manifestar-se-ão em momento oportuno, em que apresentaremos a versão transparente e verdadeira de toda a situação vexatória a que fomos expostos. Foz do Iguaçu, 16 de julho de 2018.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 16 de julho de 2018

Link: <http://www.itribunapopular.com.br/artigo/rogerio-quadros-nao-pauta-nova-denuncia-e-pode-ser-representado-no-mp#.W1CF-dVKjcs>

ROGÉRIO QUADROS NÃO PAUTA NOVA DENÚNCIA E PODE SER REPRESENTADO NO MP

Data: 16/07/2018 - 17:07 | Categoria: Política |

SHARE 



O vereador e presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu Rogério Quadros poderia estar incorrendo em crime de prevaricação, tendo em vista não ter pautado para próxima terça-feira, 16 de julho de 2018 o pedido de abertura de processo de QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR, contra a vereadora Nanci Rafagnin Andreola.

A denúncia foi protocolada na última sexta-feira (13) pelo Empresário e líder comunitário Maximiliano Ghelen, e como não foi pautada pelo presidente, entrará para debate em

plenário somente no mês de agosto tendo em vista a sessão de terça-feira ser a última de julho.

Qual seria o mistério para esta afronta a lei e ao regimento interno, pois segundo informações esta não seria a primeira vez que o presidente da câmara afronta o regimento interno da casa de leis. Para o autor da representação, o caso poderá ser enviado para apreciação do Ministério Público Estadual, pois fatos como este estão acontecendo o MP precisa tomar providencias. (Com informações do Acontece na Fronteira e HLucas - Língua de Trapo)



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 16 de julho de 2018

Link: <http://www.tribunapopular.com.br/artigo/protocolada-nova-representacao-pela-perda-de-mandato-contrananci-rafain#.W1CHiNVKjcs>

PROTOCOLADA NOVA REPRESENTAÇÃO PELA PERDA DE MANDATO CONTRA NANJI RAFAIN

Data: 16/07/2018 - 13:07 | Categoria: Política |

SHARE    ...



No início da tarde da última sexta-feira, 13 de julho de 2018, o cidadão iguaçuense Maximiliano Kitaichuca Gehlen protocolou novo pedido de comissão processante contra a vereadora afastada Nanci Rafain Andreola, diferente do pedido anterior que se abriu processo e a vereadora foi condenada a 30 dias afastada de suas funções por usar um atestado médico para ir ao Rock in Rio, desta vez a denúncia se baseia na falsificação e uso de documento falso (atestado médico), que é um crime punível nas esferas cível e criminal.

A denúncia atual pede a abertura de comissão processante e cassação do mandato da vereadora, tem em torno de 3000 páginas e está embasada nas denúncias do Ministério Público no Cível e Criminal.

O denunciante é Maximiliano Ghelen, é líder comunitário, presidente da associação de moradores da Vila Carimã. (Com informações do Acontece na Fronteira)



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Depenando a Coruja – 16 de julho de 2018

Link: <http://depenandoacoruja.com.br/ministerio-publico-pede-afastamento-do-chefe-de-policia-civil-deputado-rubens-recalcatti-com-agenda-em-foz-governo-abandona-servidores-enquanto-cresce-o-cabide-de-ccs-moradores-da-vila-a-estao-sof>

Pista de Arrancada – VELOFOZ movimentará o turismo local.

Aos amantes do esporte motor, comercio e demais ramificações que tem o turismo por base, informamos que fora confirmado pela administração Chico Brasileiro/Nilton Bobato a cessão da área pertencente ao município no Arroio Leão na entrada de Foz, para a construção do Complexo Esportivo da Pista de Arrancada das Cataratas.



O local atenderá as exigências da Federação de Automobilismo e demais autoridades, com aporte de R\$ 1,5 milhões de verba impositiva do deputado federal Fernando Giacobbo já disponível, com mais R\$ 700 mil do deputado estadual Delegado Rubens Recalcatti com aval da governadora Cida Borghetti e R\$ 301.900,00 mil de emenda coletiva da Câmara Municipal de Foz do Iguçu, também impositiva.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018



Diretor de esportes João Morales esteve no local, onde conferiu os trabalhos da prefeitura, que além de ceder a área está oferecendo projeto pelo Arquiteto Junior Petrucci e outras ações da SMEL, SMOB, DPSM, SMMA, SMPU, SMGO e Chefia de Gabinete por Kalito Stoeckl.



A obra VELOFOZ será multi uso e tava para a cidade eventos de arrancada, exposições, campeonatos de som, shows, feiras de agroindústria e agronegócios, além do espaço servir para projetos oficinas de capacitação profissional com Patronato, Secretaria da Juventude e Ação Social.



O prefeito Chico Brasileiro (PSD) estará se reunindo na próxima quinta (19/7), com representantes e autoridades para debater a abertura da licitação e realização da obra em nossa cidade.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018



Já foi confirmada a presença do presidente da Federação Paranaense de Automobilismo engenheiro Rubens Gatti, deputado estadual Delegado Rubens Recalcatti (PSD), deputado federal Fernando Giacobbo (PR), vereador Elizeu Liberato (PR), jornalista Roberto Mafra e jornalista Oliveirinha, representando entidades automobilísticas de arrancada de Foz.

Obrigado aos que acreditaram em nosso trabalho e na cidade de Foz!

Foztrans atribui erros de faixas de pedestres a secretaria de obras

Intrigante é que o Foztrans alega que tal incompetência é da lavra da Secretaria de Obras, onde tem aquele secretário Luiz Volpi.



Não me estranhou o fato, vez que o tal Luiz Volpi é morador da cidade de Ponta Grossa, não gerando nem receitas pra Foz, pois paga IPTU lá.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018



Sabe aquele tipo que viaja na quinta e só volta pra Foz na terça? Como não temos **vereadores** comprometidos com o povo pelo desperdício do erário continuará esta zona.

Facebook – Acontece na Fronteira – 16 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/posts/288824175023109>

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018



Acontece na Fronteira

18 h · 🌐

PRESIDENTE ROGÉRIO QUADROS NAO PAUTA NOVA DENUNCIA CONTRA NANJI

O presidente da câmara Vereador Rogério Quadros poderia estar incorrendo em crime de prevaricação, tendo em vista não ter pautado para próxima terça feira (16) o pedido de abertura de processo de QUEBRA DE DECORO PARLAMENTAR, contra a vereadora Nanci Rafain Andreola, a denuncia foi protocolada na ultima sexta feira pelo Empresário e líder comunitário Maximiliano Ghelen, e como não foi pautada pelo presidente, entrará para debate em plenário somente no mês de agosto tendo em vista a sessão de terça ser a ultima de Julho.

Qual seria o mistério para esta afronta a lei e ao regimento interno?



👍👎 2

3 comentários 29 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



17/07/2018



GAZETADIÁRIO

Foz do Iguaçu, terça-feira, 17 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 632 — R\$ 2,00

Cohapar libera construção de mais 100 casas em Foz

Famílias cadastradas no Fozhabita, com renda entre 1 e 6 salários mínimos, serão beneficiadas com o projeto

Página 3

Mudanças no texto

Emendas sobre estrutura da prefeitura recebem parecer favorável



Sessão extra define nesta terça apreciação das alterações na ordem do dia do plenário

Página 5

Licença especial

Ascamfi lança nota de repúdio contra vereadores



Associação dos Servidores da Câmara rebateu nota publicada por vereadores em razão de notícias de turpadas nas redes sociais

Página 4

Processo seletivo

IFPR Foz abre inscrições para mais de 300 vagas em cursos gratuitos



As provas serão realizadas no dia 14 de outubro e podem ser feitas pelos interessados e em ingressar em cursos técnicos e superiores

Página 10

Foto: divulgação



Operação no Parque Nacional

Uma operação da Polícia Federal, em conjunto com militares do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPPFron) e agentes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), resultou na apreensão de duas embarcações usadas para a prática de pesca clandestina, mais de mil metros de redes, peixes de diversas espécies e tamanhos e uma tartaruga.

Página 9

Segurança

Assalto a carro-forte coloca polícias da fronteira em alerta

O roubo foi em uma rodovia de Hernandárias, próximo à Itaipu Binacional, no Paraguai; quadrilha se comunicava em português e usava veículo com placas brasileiras

Página 7

Associação dos Servidores da Câmara lança nota de repúdio

Entidade rebateu nota publicada por vereadores em razão de notícias deturpadas nas redes sociais

Elson Marques
Fielocor

A Associação dos Servidores da Câmara Municipal divulgou ontem (16) uma nota de repúdio à publicação feita por três vereadores rebatendo o que apontavam como notícia falsa divulgada em redes sociais na semana passada. Marcio Rosa (PSD), Elizeu Liberato (PR) e Celino Fertrin (PDT) informaram que, de forma maldosa, distorciam o sentido de uma minuta de projeto com o objetivo de jogar os servidores municipais contra os vereadores antes de qualquer projeto ter sido oficialmente protocolado para fins de tramitação.

A polêmica é a ideia de alterar e criar normas para concessão de pagamento em dinheiro de licenças especiais, também conhecidas como licenças-prêmio. A Associação dos Servidores da Câmara reagiu contra a "nota explicativa aos servidores públicos municipais e à população de Foz do Iguaçu", divulgada pelos vereadores. Também se pronunciou sobre a troca de acusações entre uma servidora e o vereador Celino Fertrin na última sexta-feira (13), assunto que foi parar na delegacia.

De acordo com a Ascamfi, na "nota explicativa", os vereadores indicam o compromisso com a verdade, alegando que foram disseminadas inverdades, foram distorcidos fatos e que "nunca houve por parte dos vereadores nenhuma proposta com o intuito de cortar direitos". No final, indicam que seguem "com o compromisso com a verdade e transparência".

Segundo a associação, "após a divulgação do teor do Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 2/2018, estes mesmos



Projeto com redação oficial será apresentado nos próximos dias para análise e apresentação de emendas nas comissões

Edis que detêm o compromisso com a verdade e transparência compareceram à 6ª Delegacia de Polícia do Município de Foz do Iguaçu em virtude de alegado vazamento de informações".

Para a entidade, "há necessidade de coerência e de trazer a verdade e transparência para toda a população, especialmente para os servidores municipais, que foram pegos de surpresa com esse imbróglio. A transparência e verdade cobradas pelos Senhores servem somente para um dos lados? Ou a publicação de um projeto solicitado, cadastrado e numerado não se traduz como verdadeira e transparente? Seria essa verdade e transparência relativizada, então?", questiona.

Outra interpretação

Por meio da publicação, a associação expõe que "os servidores efetivos da Câmara Municipal repudiam veementemente as condutas dos subscritores da referida nota. Isso, primeiramente, em virtude de que o Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº 2/2018, que visa revogar o § 2º, do artigo 75, e não regu-

lamentar a conversão em espécie da licença especial; ao contrário, se aprovado, o próprio regulamento editado pelo Poder Executivo perderá efeito, vez que não existirá previsão legal que permita a conversão em outras hipóteses, senão àquelas elencadas no Estatuto do Servidor e no Código Tributário Municipal; e, na

sequência, em virtude dos discursos, alegações e atitudes tomadas por estes nos últimos dias".

Notícia que os servidores efetivos, por meio de seu representante, "manifestar-se-ão em momento oportuno, em que apresentaremos a versão transparente e verdadeira de toda a situação vexatória a que fomos expostos".

O outro lado

Ao tomar conhecimento do repúdio, o vereador Marcio Rosa afirmou que a nota dos vereadores, publicada na semana passada, foi sim por conta da notícia sobre a retirada de direitos, o que não é verdade. "Divulgaram uma minuta como projeto e sem assinaturas. Somos parceiros e defendemos o interesse público e do servidor, tanto que já apresentamos a versão correta da proposta, inclusive com pedido de sugestão enviado aos sindicatos que representam os servidores", adiantou. Segundo ele, o anterior não existia como projeto ainda. Era uma minuta que estava em construção. Depois de apresentado, o projeto ainda será discutido nas comissões e voltará para votação. "Apresentamos hoje o projeto real e oficial que amplia o direito ao uso da licença para aquisição da casa própria e trata da isonomia do servidor da casa do qual passa a seguir a redação atual. É diferente do divulgado anteriormente", observou.

Em defesa dos servidores

O Sismufi enviou nota ontem à redação afirmando que: "A direção do Sismufi manifesta o seu total apoio aos servidores da Câmara Municipal e reitera o seu compromisso número um, o de defender os direitos dos servidores e o serviço público de qualidade. Tudo isso poderia ser evitado se a entidade representativa dos servidores tivesse sido consultada".

MUDANÇAS NO TEXTO

Emendas sobre a estrutura da prefeitura recebem pareceres

Sessão extra define nesta terça apreciação das alterações na ordem do dia do plenário

Elson Marques
Freelancer

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação deu parecer favorável às três emendas da vereadora Inês Weizmann (PSD) ao projeto de consolidação da estrutura administrativa da prefeitura. O Executivo enviou o texto original com o propósito de reunir em uma só lei todas as alterações feitas na estrutura administrativa nos últimos cinco anos.

Na prática é uma atualização das leis em vigor e sem criar novos cargos, apesar de prever a transformação da Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica em Diretoria de Produção Asfáltica. Entretanto a vereadora Inês pretende transferir para a Secretaria de Governo as funções estratégicas e políticas que atualmente estão a cargo do Gabinete do Vice-Prefeito.

Secretaria de Governo

Antigamente, as articulações do governo,

incluindo o relacionamento e entendimentos com os vereadores e a sociedade organizada, eram feitas pela Secretaria de Governo, até ser extinta na gestão Reni Pereira. Na atual administração, a Secretaria de Governo foi recriada na última reforma administrativa, ocorrida no ano passado, mas com funções mais voltadas para a gestão interna dos assuntos do governo.

A pasta funciona como uma interlocutora entre os diversos setores da administração, além de coordenar as metas e ações do programa de governo. Todas as demais atividades, como articulação política com a Câmara e relacionamento do governo com entidades e segmentos da sociedade organizada, estão a cargo do Gabinete do Vice-Prefeito, que pela primeira vez na história do município conta com uma estrutura específica.

Por meio das emendas ao projeto em tramitação na Câmara, a vereadora Inês Weiz-



Membros da Comissão de Legislação, Justiça e Redação se reuniram ontem para acelerar a tramitação e votação das emendas

mann quer mudar essa configuração e busca devolver à Secretaria de Governo a parte de relacionamento político externo da gestão. Alguns vereadores consideram a proposta de alteração inconstitucional, pois mudança na estrutura administrativa seria assunto de iniciativa exclusiva do Executivo.

Parecer favorável

As emendas foram apresentadas ontem em sessão extraordinária. Atendendo ao estabelecido no regimento interno, a presidência

da Casa as encaminhou para análise das comissões reunidas. Trabalhando em regime de esforço concentrado para zerar toda a pauta extra nesta semana, as comissões reunidas emitiram parecer no início da tarde de ontem.

A três emendas propõem retirar do Gabinete do Vice-Prefeito o cargo de Assessoria Especial de Relações com o Legislativo e repassá-lo, com todas as atribuições, para a Secretaria de Governo. Por entender que se trata apenas da transferência de um setor a outro, a Comis-

são de Legislação, Justiça e Redação deu parecer favorável.

Com isso, em sessão extraordinária marcada para hoje (17) após a reunião ordinária, o parecer será lido. Havendo dispensa de interstício, elas podem ser votadas no mesmo dia. Sendo aprovadas, o projeto com a nova redação ficará liberado para inclusão na pauta de votação da sessão seguinte. O objetivo do plenário é zerar toda a pauta das sessões extraordinárias ainda nesta semana, visto que o recesso de julho começará amanhã (18).

Outras pautas

A partir das 9h desta terça-feira acontece sessão ordinária da Câmara. Entre os assuntos em pauta está a votação da nova redação ao projeto de lei do vereador Protetor Jorge (PTB) que dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento nos estabelecimentos prestadores de serviços de banho e tosa em animais domésticos.

Também será votado projeto autorizando o município a celebrar termo de filiação à Confederação Nacional de Municípios (CNM). Outro projeto é uma alteração na lei das calçadas adequando à norma aos termos do Código de Posturas quanto aos prazos para defesa de proprietários de imóveis notificados. Ainda constam da pauta de votação a abertura de um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 2,4 milhões ao Orçamento Geral do Município; alteração na lei do corte de árvores (segunda votação); alteração do nome da UPA/ Morumbi para Dr. Walter Cavalcanti Barbosa; e alteração na lei de criação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Acusou o golpe

Uma intriga entre companheiros do mesmo bloco não deveria ocupar a Câmara Municipal e menos ainda alterar as funções de um vice-prefeito, transformando-o num boneco inflável e sem serventia. O vice, antes de tudo, precisa ser alguém preparado e afiado para o exercício do governo. Quando Inês mexe com o Bobato e as suas funções executivas, sinaliza que algo a está incomodando. E aqui entre nós, há tanta coisa importante para deliberarem na Câmara, além das funções do vice-prefeito.

Poder

Qual será a natureza da queda de braço entre Inês Weizemann e Nilton Bobato? Por que a vereadora quer diminuir os poderes do vice-prefeito? O Corvo vai tentar adivinhar: é pelo fato de o Nilton avaliar um tanto abertamente a possibilidade de concorrer nas eleições.

Quem tem chances?

O Bobato é um nome forte e, por atestado, é bom de votos. Todo ser político tem direito de avaliar o terreno para planejar melhor o futuro. Isso pode ser a causa do desconforto na vereadora Inês, ao ponto de utilizar das suas prerrogativas legislativas para meter a mão no vespeiro executivo.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Emendas sobre a estrutura da prefeitura recebem pareceres



A Comissão de Legislação, Justiça e Redação deu parecer favorável às três emendas da vereadora Inês Weizemann (PSD) ao projeto de consolidação da estrutura administrativa da prefeitura. O Executivo enviou o texto original com o propósito de reunir em uma só lei todas as alterações feitas na estrutura administrativa nos últimos cinco anos. Na prática é uma atualização das leis em vigor e sem criar novos cargos, apesar de prever a transformação da Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica em a Diretoria de Produção Asfáltica. Entretanto, a vereadora Inês pretende transferir para a Secretaria de Governo as funções estratégicas e políticas que atualmente estão a cargo do gabinete do vice-prefeito. *(Elson Marques Freelancer /Foto: Divulgação)*

HLucas – 17 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/17/espaco-do-leitor-12/>

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Espaço do Leitor

1 resposta

Licença Prêmio na Câmara Municipal

Lucas, temos visto embates entre os edis os servidores da câmara, com inverdades sendo ditas dos dois lados.

Foi publicado em um jornal local que essa licença “prêmio” tem amparo em legislação federal e na lei orgânica municipal, e que a licença serviria para o servidor “descansar”.

Primeiro, desde o ano de 1997 a lei nº 9527/97 extinguiu a licença prêmio para as centenas de milhares de servidores federais, e muitos dos Estados e centenas de municípios já extinguiram essa aberração chamada licença prêmio, afinal em tempos de contenção orçamentária, de falta de orçamento para as necessidades básicas da população, é absurdo que servidores municipais que não usufruam dessa licença ainda possam recebê-la em dinheiro....

Imagina você receber assim, do nada, seis meses de salário caídos do céu?

Faça-me o favor né?.....Os cofres municipais quebrados e a briga dos servidores da Câmara é porque querem continuar a receber meio ano de salário a título de licença prêmio....

Agradeço se vc publicar a nota, ainda que em parte...

Abraços, Marco Antonio

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Câmara rejeita projeto de corte de árvores pela população



Morador pagaria serviço de corte de árvores em Foz (Foto: Imagem ilustrativa/Reprodução)

H2FOZ - Paulo Bogler

Com sete votos a favor e sete contra, a Câmara de Vereadores rejeitou em segunda discussão o projeto que permitiria ao proprietário de imóvel em Foz do Iguaçu contratar empresa terceirizada para efetuar o corte de árvores. A proposta foi discutida na sessão ordinária desta terça-feira, 17.

O Projeto de Lei Complementar nº 04/2018 é de autoria do prefeito Chico Brasileiro (PSD) e precisava de oito votos para ser aprovado. Na primeira discussão, no dia 12 de junho, a matéria havia recebido 13 votos favoráveis. Na ocasião, apenas um parlamentar votou contra a proposição.

O debate em torno da proposta gerou uma situação inusitada no plenário do Legislativo. O empate na votação, decorrente do afastamento da vereadora Nanci Andreola (PDT), provocou dúvidas entre os vereadores sobre o encaminhamento legal. A assessoria técnica foi acionada e, pouco depois da votação, orientou a mesa diretora sobre o disposto na legislação.

Com o regimento interno nas mãos, o presidente da Câmara Municipal, Rogério Quadros, que votou a favor do projeto, informou a deliberação. “Leis complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável da maioria dos membros da Câmara. Sendo 15 membros, a maioria é oito votos. Como não conseguiu esse número, [o projeto] não foi aprovado”, disse.

Debate

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

A proposta da prefeitura previa que moradores e empresários poderiam contratar empresas cadastradas para o corte de árvores. A lei apresentada alteraria uma norma de 1991, que estabeleceu formas de proteção e conservação do meio ambiente, reservando à administração municipal o serviço de retirada de árvores na cidade.

Único contrário ao projeto nas duas votações, o vereador Elizeu Liberato (PR) esclareceu o posicionamento. “Passeios públicos – calçadas e ruas – são de responsabilidade do município, que não pode impor essa responsabilidade ao munícipe. Muitos deles não terão recursos para pagar o corte de árvores para uma empresa”, afirmou.

“E se acontecer algum acidente, a responsabilidade sai das mãos do município e passa para o munícipe”, destacou Liberato. “Se o município não tem pessoas suficientes para fazer o serviço, ele pode fazer uma licitação para uma empresa atender ao município, que pagará por árvores cortadas”, apontou.

O líder do governo na Câmara Municipal, vereador Jeferson Brayner (PR), disse na tribuna que o projeto pretendia dar agilidade aos licenciamentos. “Hoje temos visto árvores caindo em cima de casas, de carros e de pessoas. Não tem pessoa melhor que o morador para detectar isso”, defendeu.

Conforme Brayner, a proposta assegura toda a tramitação necessária à autorização do município para o corte de árvores realizado pela população junto às empresas cadastradas. “Tudo será conforme a lei. Um engenheiro ambiental avalia o pedido e, se for necessário, dá o aval para o morador contratar uma empresa para fazer o serviço”, informou.

Votaram a favor do projeto

Anderson Andrade (PSC)
Jeferson Brayner (PRB)
João Miranda (PSD)
João Sabino (Podemos)
Rogério Quadros (PTB)
Rosane Bonho (PP)
Tenente-Coronel Jahnke (Podemos)

Votam contra o projeto

Beni Rodrigues (PSB)
Celino Fertrin (PDT)
Elizeu Liberato (PR)
Inês Weizemann (PSD)
Kako (Podemos)
Márcio Rosa (PSD)
Protetor Jorge (PTB)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 17 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1053349564748718.1073741828.1053283714755303/1775788959171438/?type=3&theater>



Resistência 24 Horas

5 min · 🌐

URGENTE! PROJETO IMPORTANTE PRA VILA C!

Vereador Kako quer transformar em lei: ninguém mais poderá chamar alguém de "louco" e sim "deficiente mental"... Torcida do Corinthians não gostou 😞 Enquanto isso as necessidades da Vila c que esperem né?

LOUCO NÃO...



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 17 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1696764247088978/>

Jornal Novo Tempo
OVC 17 de julho às 16:06 · 🌐

Presidente da Câmara faz pronunciamento em favor dos servidores, porém usa de tom humilhante contra seus pares Elizeu Liberato, Celino Fertrin e Márcio Rosa. Veja no vídeo.



👍👎❤️ 9 2 comentários · 17 compartilhamentos
1 mil visualizações

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤

Facebook – Jornal Novo Tempo – 17 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1696611167104286/>

Jornal Novo Tempo
OVC 17 de julho às 14:04 · 🌐

Derrubado projeto de Lei que passava mais cargos para vice prefeito de Foz. Emendas da vereadora Inês Weizemann que impede essa manobra foram aprovadas.



👍❤️ 11 22 compartilhamentos · 1,5 mil visualizações

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Jornal Novo Tempo – 17 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1696388163793253/>

Jornal Novo Tempo
OVC 17 de julho às 11:30 - 🌐

Aprovado requerimento do vereador protetor Jorge, pedindo posicionamento do prefeito porque rejeitou o castramovel através de verba impositiva. Protetor Jorge detonou no argumento.



34 3 comentários 93 compartilhamentos
4,4 mil visualizações

Curtir Comentar Compartilhar

Facebook – Jornal Novo Tempo – 17 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1696322427133160/>

Jornal Novo Tempo
OVC 17 de julho às 10:30 - 🌐

Projeto que onerava a população para pagar podas e retiradas de árvores em Foz foi rejeitado após uma confusão gigante na votação. Veja o que aconteceu.



CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO IGUAÇU			
ANDERSON ANDRADE	PSB	S	
SEBASTIÃO RODRIGUES	PSB	N	
CELSO FERREIN	FGT	N	
ELISSU LIBERATO	PR	N	
INES WICKERMAN	PSD	N	
JEFERSON BRAYNER	PSB	S	
JOÃO MIRANDA	PSD	S	
JOÃO SABINO	PATRIOTS		
KAND	PODS	N	
MARCIO ROSA	PSD	N	
MARCELO ANDREOLA	POV		Sim 07 00:03:00
PROTECTOR JORGE	PTB	N	Não 07 00:00:00
ROGERIO GUARIGOS	PTB	S	Presentes 14 00:57:45
ROSANG BONDIO	PP	S	Votos 14 10:16:34
TEL-CEL. JAHIRE	PODS	S	

2ª DISCUSSÃO: AO PLC 940019
PREFEITO MUNICIPAL
2ª Votação - M/FORMA ABSOLUTA

15 23 comentários 33 compartilhamentos
3,2 mil visualizações

Curtir Comentar Compartilhar

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

18/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 18 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguaçu, quarta-feira, 18 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 63 — R\$ 2,00

Habitação

Estado vai investir R\$ 9 milhões na construção de 100 casas em Foz



As residências serão construídas no bairro Laguna Dourada, na Região Nordeste da cidade. **Página 11**

Paraguai

Polícia suspeita que funcionários facilitaram o assalto a carro-forte



Um dos envolvidos tentou esconder projéteis intactos que estavam sobre o asfalto no local do crime. **Página 11**

Fatalidade

Acidente entre moto e caminhão na BR-277 deixa dois mortos



Vítimas estavam em uma moto Suzuki que ficou completamente destruída; uma delas era militar do Corpo de Bombeiros de Foz do Iguaçu. **Página 29**

ISSQN voltará a ter valor fixo para autônomos e profissionais liberais

Projeto de revogação da lei do tributo mensal foi aprovado ontem pelos vereadores **Página 4**

Congestionamento

Os motoristas que precisam visitar o Paraguai estão tendo de ter uma dose extra de paciência para enfrentar as longas filas que voltaram a se formar na BR-277, antes da aduana da RF na Ponte Internacional da Amizade. O fluxo de veículos aumentou bastante nos últimos dias, especialmente na parte da manhã e na hora do almoço. **Página 3**



Foto: Roger Mendes

Reivindicações

Comerciantes cobram mais atenção da prefeitura no centro

Eles solicitam medidas para tirar da região andarilhos, dependentes químicos e flanelinhas que assustam os pedestres e clientes; também pedem mais limpeza, segurança e poda de árvores. **Página 7**

Secretaria de Governo deverá voltar a fazer interlocução com a Câmara

Emendas aprovadas ontem tiram a função que até então era exercida pelo Gabinete do Vice-Prefeito

Elsen Marques
freelancer

Por unanimidade, os vereadores aprovaram ontem (17) as emendas apresentadas pela vereadora Inês Weizemann (PSD) ao projeto do Executivo que consolida o organograma da estrutura administrativa da prefeitura. Com isso, o texto original ficará alterado. A função de interlocução política com a Câmara saiu do Gabinete do Vice-Prefeito e deverá ser exercida pela Secretaria de Governo.

Conforme divulgou o Gazeta Diário, o Executivo enviou o texto com o propósito de reunir em uma só lei todas as alterações feitas na estrutura administrativa nos últimos cinco anos. Na prática é uma atualização das leis em vigor, e sem criar novos cargos, apesar de prever a transformação da Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica em Diretoria de Produção Asfáltica.

Todavia a vereadora Inês propôs transferir para a Secretaria de Governo as funções estratégicas e políticas que atualmente estão a cargo do Gabinete do Vice-Prefeito. As emendas devolvem à Secretaria de Governo a parte de relacionamento político externo da gestão. O cargo de Assessoria Especial de Relações com o Legislativo não ficará no Gabinete do Vice-Prefeito como previa o texto original. Vai para a Secretaria de Governo com todas as atribuições.



Inês Weizemann: "Da forma como veio o texto original, estamos criando uma estrutura de coprefeito"

A figura do "coprefeito"

Ao defender as emendas, Inês Weizemann, em pronunciamento na tribuna, disse que o vice deve representar o prefeito em eventos e outras formalidades e atender a atividades do governo quando a missão for delegada pelo chefe do Executivo. "O gabinete do prefeito já tem uma estrutura. O vice entra em cena na vacância do prefeito e já é contemplado com essa estrutura. Da forma como veio o texto original, estamos criando uma estrutura de coprefeito. Isso me preocupa, por isso fiz o pedido de vistas e a apresentação das emendas", declarou Inês.

A vereadora afirmou que avaliou o projeto junto com a assessoria jurídica do gabinete dela, chegando à conclusão de que "não há legalidade em esva-

ziar a Secretaria de Governo" e tirar dela uma assessoria e repassar para o Gabinete do Vice-Prefeito. "Não há necessidade de mais cargos para o vice-prefeito. Ele deve sim ajudar o prefeito nas funções, mas da forma como veio o projeto estaríamos empoderando mais o vice", argumentou.

Conflito de função

Ainda de acordo com Inês, "o vice pode exercer as funções delegadas pelo prefeito. Pode representá-lo em qualquer local, oficialmente, desde que delegado pelo prefeito, e não a Câmara empoderará-lo. Seria mais fácil ele [vice-prefeito] assumir a Secretaria de Governo. Seria o mais correto, uma vez que ele, de repente, gostaria de representar o prefeito no Legislativo".

O entendimento da vereadora é que o car-

go de Assessoria Especial de Relações com o Legislativo fique na Secretaria de Governo. "As emendas foram apresentadas no sentido de preservar o próprio prefeito porque estaríamos criando uma estrutura de coprefeito", frisou. Com as emendas aprovadas, a nova redação do projeto estará pronta para inclusão na pauta de votação da sessão extraordinária prevista para hoje, a partir das 13h30.

Opinião do vice

O vice-prefeito Nilton Bobato (PCdoB) comentou sobre as emendas aprovadas ontem. "Infelizmente a vereadora preferiu não entender que a proposição visava unicamente organizar um fluxo administrativo que já funciona na prefeitura, e neste fluxo a Secretaria de Governo cumpre o papel de ordenação da gestão. Entretanto, como o projeto tem outros tópicos muito mais importantes, abrimos mão deste debate proposto pela vereadora, que é meramente político. O trabalho vai continuar", declarou Bobato.

Na atual administração, a Secretaria de Governo foi recriada em reforma administrativa ocorrida no ano passado, mas com funções mais voltadas para a gestão interna dos assuntos do governo. A pasta funciona como uma interlocutora entre os diversos setores da administração, além de coordenar as metas e ações do programa de governo.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 18 de Julho de 2018 Pág.06

Dona Inês

Corvo, pare de encher o saco da vereadora Inês Weizemann, ela foi a melhor prefeita que Foz já teve. As coisas só não aconteceram porque ela ficou pouco tempo. Agora ela está mostrando a competência no Legislativo, porque é por lá que ela vai corrigir o que não deu certo em sua administração. Um vereador tem muitos poderes e pode fazer aquilo que os prefeitos não fazem.

Roberto N. R. Figueira

O Corvo responde: os leitores deram de escrever que o Corvo enche o saco quando cobra e publica as cartas que enviam para a coluna. Era o que faltava! Mas no caso da nota acima, o leitor mostra total desconhecimento sobre a atribuição dos poderes. O Poder Executivo é quem administra cidades, estados e a União. O Legislativo, ao qual pertence a dona Inês, é onde fazem as leis e fiscalizam as administrações. Vereador não constrói absolutamente nada, a não ser as leis. Sobre a gestão de Inês Weizemann, o Corvo prefere não entrar em detalhes. Ela assumiu a prefeitura pela casualidade de ser a presidente do Legislativo.

Sem poda

Marcha à ré no assunto da poda das árvores. O projeto voltou para a segunda discussão. O placar foi 7 a 7; pelo regimento, precisaria-se de oito votos para a aprovação. O pomo da discussão é o fato de o morador pagar pelo serviço. Votaram a favor: Anderson Andrade, Jeferson Brayner, João Miranda, João Sabino, Rogério Quadros, Rosane Bonho e Tenente-Coronel Jahnke. Votaram contra: Beni Rodrigues, Celino Fertrin, Elizeu Liberato, Inês Weizemann, Kako, Márcio Rosa e Protetor Jorge. Enquanto segue a discussão, galhos de árvores caem nos automóveis ou na cabeça das pessoas.

E a Nanci?

Prezado Corvo, o que anda fazendo a Nanci Rafagnin? Esqueceram-se dela? Parece que não aceitam nem mais acusações contra ela! Será que vai ou não vai voltar mais a trabalhar na Câmara?

EOP (O leitor pediu para não ter o nome publicado.)

O Corvo responde: a vereadora Nanci cumpre o período de suspensão. Segundo o Corvo apurou, ela continua trabalhando igual, inclusive dedicando-se ao período de campanha. Só não precisou ir à Câmara dar expediente. Contaram para o Corvo que ela aproveitou o tempo para organizar sua campanha objetivando a Assembleia Legislativa. Com certeza deverá voltar ao Legislativo em breve, mais para o final do mês.

Autônomos e profissionais liberais vão voltar a pagar ISSQN pelo valor fixo

Projeto de revogação da lei do tributo mensal foi aprovado ontem pelos vereadores

Elson Marques
Fretolover

Autônomos e profissionais liberais vão voltar a pagar ISSQN pelo sistema de valor fixo anual. Ontem (17) os vereadores aprovaram o projeto revogando o sistema implantado neste ano da cobrança mensal do tributo. A lei aprovada em 2017 sofreu contestações judiciais por ser considerada inconstitucional e afrontar decreto-lei federal. Assim que o prefeito sancionar a norma restabelecendo o sistema antigo, as demandas judiciais devem perder o objeto.

Conforme o presidente do Sindicato dos Contadores e Técnicos em Contabilidade de Foz do Iguaçu, Ocivaldo Gobetti Moreira, foram mais de cem ações judiciais contra a cobrança do ISSQN mensal sobre o faturamento dos profissionais autônomos liberais e das empresas de serviços profissionais com alíquota de 2%.

Um dos fatores para a revogação é que a lei complementar federal da alíquota mínima de 2% (LCF 157/2016) não afetou a tributação aplicada a esses profissionais. A medida é de interesse dos autônomos, incluindo taxistas, mototaxistas e profissionais como contadores, médicos, dentistas, advogados, engenheiros, arquitetos, administradores, economistas, entre outros.

Ontem integrantes das entidades representativas das classes interessadas acompanharam a sessão e revogação do sistema de cobrança de ISS mensal.



Representantes de entidades dos profissionais liberais comemoram com os vereadores a revogação da cobrança mensal do ISS

Fim da polêmica

A revogação da lei do ano passado, aplicada a partir de janeiro deste ano, acaba com a polêmica em torno do assunto. Para o presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB), "com segurança jurídica embasada em decisões judiciais e pareceres favoráveis neste momento, os vereadores renovaram a lei de forma tranquila. Importante destacar que essas decisões subsidiam o trabalho dos parlamentares para restaurar a forma fixa de recolhimento".

O líder do prefeito na Câmara, vereador Jefferson Brayner (PRB), afirmou que na oportunidade da votação ano passado, para a alteração do ISS, "os vereadores estavam seguindo a legislação, sendo que na ocasião foram orientados quanto à obrigatoriedade da aprovação, portanto se tratou de um cumprimento de lei".

Segundo ele, "diante de toda a repercussão, além de nova interpretação jurídica e do deacomentamento dos profissionais liberais, microempre-

sários e outro, a lei foi derrubada. O nosso desejo é sempre legislar conforme a lei determina e contribuir sempre para o melhor da cidade".

ISS fixo vem desde 1968

O primeiro secretário da mesa diretora e presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, vereador Elizeu Liberato (PR), lembrou que no ano passado já votou contra a cobrança mensal do ISS para os profissionais. "Tomei essa posição desde o início defendendo no sentido de que a Lei Complementar Federal nº 157/2016 não havia revogado o artigo 9º do Decreto-Lei nº 406/68, que assegura esse direito aos profissionais e autônomos", comentou. De acordo com Elizeu, depois de diversos mandados de segurança em favor dos contribuintes, o Poder Executivo enviou o projeto de lei restabelecendo o ISSQN fixo. "Penso que foi restabelecido com justiça o sistema de tributação que vem sendo aplicado desde 1968", completou.

O presidente da Comissão Mista, vereador Tenente Coronel Jahnke (Podemos), reforçou que o ato é o retorno do sistema de cobrança aos profissionais liberais como era anteriormente. "A norma havia mudado em virtude de uma lei federal que, em tese, exigia isso dos entes municipais [Executivo e Legislativo]. Agora com certeza todos têm a possibilidade de pagar os tributos de forma justa e legal", opinou.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

H2FOZ – 18 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/articulacao-politica-com-vereadores-fica-na-secretaria-de-governo>

Articulação política com vereadores fica na Secretaria de Governo



Projeto modificado foi aprovado por unanimidade entre os vereadores, em duas votações (Foto: Divulgação)

H2FOZ - Paulo Bogler

A Câmara Municipal aprovou nesta quarta-feira, 18, a nova redação ao Projeto de Lei nº 55/2018, de autoria do prefeito Chico Brasileiro, que define a estrutura administrativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu. Foram duas votações seguidas, com a dispensa de interstício solicitada pelo vereador Beni Rodrigues (PSB) e aprovada pelo plenário, durante a sessão extraordinária.

As emendas modificativas apresentadas pela vereadora Inês Weizemann (PSD) alteraram as estruturas do gabinete do vice-prefeito e da Secretaria de Governo, em relação ao projeto original enviado à Câmara. A discussão principal foi em torno das atribuições de cada pasta e do número de cargos à disposição de cada uma delas.

O projeto aprovado por unanimidade entre os vereadores, que seguirá para a sanção do prefeito, estabeleceu que a Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo permanecerá sob a responsabilidade da Secretaria Governo. Com isso, a articulação política e institucional com a

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Câmara Municipal será conduzida pela pasta ocupada hoje pela secretária Salete Horst, e não pelo vice-prefeito Nilton Bobato, como previa o texto original da proposta.

Weizemann justificou as emendas modificativas ao projeto de lei apresentadas por ela. “Da forma como estava [o projeto de lei], nós estávamos empoderando o vice-prefeito para tratar com o Legislativo. E isso não legal”, disse. “Estamos devolvendo à Secretaria de Governo a responsabilidade e o trato com o Legislativo”, explicou a vereadora, por meio da TV Câmara.

O gabinete do vice-prefeito contará, portanto, com uma Assessoria Técnica Especial e coordenadoria de apoio. A Secretaria de Governo terá à disposição as seguintes diretorias: apoio governamental, informações institucionais, comunicação social e cerimonial e relações públicas. A estrutura da secretaria completa-se com a Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo e uma Assessoria Técnica Especial.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

H2FOZ – 18 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/vereadores-aprovam-retorno-da-cobranca-do-iss-fixo-em-foz>

Vereadores aprovam retorno da cobrança do ISS Fixo em Foz



Forma de cobrança havia sido alterada pelo Prefeito Municipal no ano passado (Foto: Divulgação)

SESCAP

Os vereadores de Foz do Iguaçu aprovaram na sessão plenária desta terça-feira, dia 17, por unanimidade de votos, o projeto de lei do Executivo Municipal que prevê o retorno da cobrança do ISS Fixo para os profissionais liberais e sociedade de profissionais.

Líderes de entidades empresariais e da classe contábil acompanharam a votação na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu e comemoraram a vitória.

O diretor de Eventos do SESCAP-PR, Amauri Nascimento, disse que a revogação da lei nº 274/2017 - que alterou a forma de tributação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - foi uma conquista do movimento empresarial encabeçado pelo SESCAP-PR, que vem discutindo o tema com os agentes municipais desde ano passado, quando o prefeito alterou a forma de cobrança.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Rádio Cultura – 18 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/18/observatorio-social-questiona-camara-sobre-licenca-premio/>

Observatório Social questiona Câmara sobre Licença Prêmio

Direito previsto na Constituição Federal garante férias de três meses a cada cinco anos, no entanto, servidores da câmara estariam recebendo em dinheiro. Há casos de servidores que receberam 250 mil reais em um único pagamento.



por **Josué Calebe** — 18 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado: 270 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G

O Observatório Social está questionando a câmara sobre a licença prêmio, a qual todos os servidores da casa possuem. Segundo Leonor Venzon, presidente do Observatório, os servidores não estão tirando a licença, e acabam sendo indenizados em dinheiro, o que, além de sobrecarregar os servidores, onera o município. A licença prêmio é garantida a todos os servidores públicos pela Constituição Federal.

A licença prêmio é um direito que todo servidor municipal tem, a cada cinco anos, de tirar três meses de férias remuneradas. No entanto, segundo Leonor, a maioria dos funcionários da câmara não tira a licença, e, após 10 anos, acabam recebendo em dinheiro valores referentes aos seis meses. Segundo ela, há casos de funcionários que receberam 250 mil reais de uma vez só.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

“O objetivo primeiro seria tirar esses três meses de descanso para ajudar na saúde, no bem estar físico, pra se recuperar. Então se o gestor não está liberando ele, ele está tendo um prejuízo, mesmo estando recebendo em dinheiro. Quem garante que ele não vai adoecer por esse mesmo motivo, e depois entrar com uma ação contra o gestor, alegando estar doente por que não usufruiu o direito?” Questiona Leonor. Além disso, ela destaca que o alto valor pago de uma só vez aos servidores onera os cofres públicos.

Recentemente os vereadores Celino Fertrin, Elizeu Liberato e Marcio Rosa apresentaram um projeto modificando as regras para o recebimento do benefício. Se aprovado, o projeto não permite mais que a câmara faça o pagamento em dinheiro. Se o servidor não tirar a licença poderá receber o benefício apenas em casos de exoneração, rompimento de vínculo ou aposentadoria, ainda permite usufruir do recurso para pagamento de IPTU, em casos de doença, aquisição, construção ou reforma de casa.

O projeto causou polêmica na câmara, e os servidores se posicionaram contra, alegando que os vereadores estariam tentando tirar direitos estabelecidos pela constituição Federal. Os vereadores garantem que o direito será mantido, apenas mudando a forma de recebimento, buscando garantir que os servidores possam usufruir das férias de 3 meses, e não recebendo os valores em dinheiro.

Portal da Cidade – 18 de julho de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/bocas-de-lobo-inteligente-pode-melhorar-o-escoamento-da-agua-das-chuvas>

POLÍTICA

Projeto propõe instalação de bocas de lobo inteligentes em Foz do Iguaçu

O projeto foi encaminhado às comissões legislativas e deverá voltar a ser debatido em agosto, depois do recesso de 15 dias, na Câmara.

Postado em 18/07/2018 às 05:07 | Atualizado ontem às 08:58



ANEXO I



(Foto: Divulgação/Projeto)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Foi apresentado nesta terça-feira (17), na Câmara de Vereadores, o projeto de Lei de autoria da vereadora Inês Weizemann, que obriga o município a adotar as chamadas “bocas de lobo inteligentes”. Com a finalidade de diminuir o entupimento das galerias pluviais, as bocas lobo propostas no projeto, são compostas de caixa coletora, instalada no interior dos bueiros, facilitando o escoamento da água.

O sistema, que já foi implantado em outras cidades do país, consiste em uma espécie de peneira confeccionada em material termoplástico, com capacidade mensurada de acordo com os parâmetros técnicos dos bueiros da cidade de Foz do Iguaçu. Essa a caixa coletora permite a passagem de água, mas retém o material sólido.

O sistema proposto tem um custo para ser implantado, mas esse custo não vai criar novas despesas para o município. É que a drenagem urbana já está incluída no plano diretor do município e já tem uma dotação orçamentária. Restará ao município, nesse caso, apenas alterar as despesas. Para a vereadora Inês Weizemann, a instalação do novo sistema poderá até representar economia para o município, uma vez que o processo de limpeza das caixas é mais rápido e mais simples.

De acordo com dados do DRM, o preço diário da limpeza da tubulação aqui em Foz, é de R\$ 3.270,40. São mais de 80 mil reais por mês para recolher uma média de 75 toneladas de entulho. Só no mês de junho, por exemplo, o Aterro Sanitário Municipal recebeu 89,9 toneladas de entulhos retirados das galerias pluviais de Foz. Além do trabalho feito manualmente, o serviço também é realizado com o auxílio de um caminhão que, com vácuo, limpa as galerias. O custo desse equipamento é de R\$ 390,00 por hora trabalhada, já com os funcionários incluídos. Esse valor, já incluído nos gastos mensais, acaba encarecendo o valor final de todo o serviço, principalmente em época de chuvas e alagamentos, onde as ocorrências de entupimentos de boca de lobo, são registradas com mais frequência.

O projeto foi encaminhado às comissões legislativas e deverá voltar a ser debatido em agosto, depois do recesso de 15 dias, na Câmara.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Fatos da Fronteira – 18 de julho de 2018

Link: <https://fatosdafrenteira.blogspot.com/2018/07/perolitas-iguacuenses-ix.html>

PEROLITAS IGUAÇUENSES IX

Câmara Municipal e seus buxixos

A semana se iniciou e me parece que vai terminar cheias de reuniões, é reunião de todos os lados para todos os gostos. Tem uma reunião para proibir a equipe do Galhardo de “tricotar” sobre a tv da câmara, tem a reunião para montar o “disse me disse, mas disse” e finalmente uma reunião para identificar os X9 da Câmara. Nosso passarinho, esperto, pulou fora destas reuniões e deu um chá de sumiço para o alívio do Galhardo e sua incompetente equipe, aliás, uma coisa puxa a outra. Numa batida de asas rápida lá dentro sem ser notado, o nosso passarinho ouviu o seguinte comentário da equipe da Galhardo!

Sobre O Marcio Rosa...

Porque ele só é macho no plenário quando o Quadros está ausente!?Ichi...Parece que as Rosas são as pedras no sapato de Chico. Pra não dizer que um dia não te falei de Flores, Chico! Mas retornando para o Márcio, será que o Quadros sabe muito bem onde pôr o Rosa neste cenário?



Sobre a roqueira metaleira...

A vereadora vai desistir do pleito pra estadual em troca de mais cargos. Ela está negociando com o Bobato...

Comentário da Colega....

Com isto ela vai para mais de 40 postos na Administração Pública? Se assustou a outra...Nosso passarinho fez uma conta rápida e já está fazendo o levantamento de cada um deles, está querendo me extorquir, corto as suas asas!

E se os outros vereadores descobrirem?

Fala baixo, o passarinho pode escutar e isto pode dar meleca pro Chico. Com a nossa divulgação, vai dar!

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

E o Quadros!?

Tá complicado pra ele e muitos nos afirmaram que a sua carreira política se extinguirá com a burrada que fez e está fazendo em proteger as coisas erradas. Não estamos perseguindo Nanci, mas..., está burrada em não dar prosseguimento a cassação da vereadora, tem um nome. Reeleição para a presidência da Câmara, Nanci tem a maioria. Mas vem cá, se ela tem a maioria, porque não dá prosseguimento legal aos trâmites!?...no mínimo, curioso!

Ouvindo o bláblá de bastidores...

Com estas observações ouvidas pelos corredores, um certo assessor de um vereador correu para levar a informação para o seu chefe. Resposta deste Vereador. “Vamos ver no que isto vai dar, o Chico está transformando o Bobato num primeiro ministro em parceria com a esposa dele. Prefiro não comentar e quanto ao senhor, bico calado”. Mas o nosso passarinho com ouvido de tuberculoso, escutou!

Enquanto isto no Centro do pensar em FOZ...

O Observatório Social, ACIFI e OAB deveriam estar envergonhadas por terem no passado “ARMADO” a tal CAMPANHA PELA MORALIZAÇÃO DA POLÍTICA para colocarem os amigos de caviar no poder, caíram no descrédito. Na hora que a água bateu na bunda de quem financiou esta campanha, eles se calaram e recolheram o rabinho entre as pernas com o caso Nanci. Esqueceram que o mundo gira...

O Stress de quem tem muito dinheiro...

Com a inauguração de uma nova casa de massagens e com “massagistas” top de primeira linha, um grande empresário do ramo Hoteleiro e bem influente foi conhecer a casa e as “massagistas”. Será que está “visitinha” tem o intuito em propor ao Piolacolocar no Roteiro turístico a casa de massagens!? Ou será que foi apenas uma “visita” de reconhecimento para “aliviar” a tensão, ops, erro de grafia, a tensão por ganhar muito dinheiro nesta cidade! #AsBelaFoz agradecem a preferência!

E o Piola!

Até acho um piá legal, ajudou muita gente quando estava na Itaipu. Mas o “linchamento político” que o piá passa na prefeitura é algo impressionante e agora a turma que ele ajudou, vai aos poucos o escanteando porque a “grana” mudou de mãos. Chico sabe trabalhar bem, por isto o admiro como político, deu xeque-mate e o Piola aprendeu na dor que toda Rosa tem um espinho!

...

“Se você não quer que a notícia seja divulgada, não deixe que o fato aconteça”

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Rádio Cultura – 18 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/18/prefeito-deve-sancionar-regulamentacao-de-transporte-por-aplicativos/>

Prefeito deve sancionar regulamentação de transporte por aplicativos



por **Dante Quadra** — 18 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 💬 0 💡 0



7 Compartilhado **904** Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



Após um longo período de discussão entre a sociedade, a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu aprovou no último dia 9 de julho, o projeto que regulamento o serviço de transporte individual por aplicativos. O projeto redigido pelo Instituto de Transporte e Trânsito de Foz do Iguaçu (Foztrans) e enviado pelo Executivo, recebeu sete emendas dos vereadores.

Na terça-feira (17), o prefeito Chico Brasileiro disse que deverá aprovar o projeto aprovado pelos vereadores, com as alterações. “Não queremos que isso se arraste, queremos resolver e implantar. Todos os seguimentos envolvidos foram ouvidos. Se todas as emendas estiverem legais, nós vamos aprovar”, afirmou.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Logo após ser aprovado pelo Legislativo, motoristas Uber entrou com um pedido de liminar no Tribunal de Justiça do Paraná, alegando que o projeto é inconstitucional. Os motoristas são contrários à obrigação de curso, a determinação de que os veículos sejam emplacados em Foz do Iguaçu, e a proibição de estacionamento próximo a hotéis e pontos turísticos. A direção do Garupa, declarou que o projeto atende tanto aos trabalhadores dos aplicativos, quanto de táxi.

Rádio Cultura – 18 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/18/prefeito-deve-sancionar-regulamentacao-de-transporte-por-aplicativos/>

Prefeito diz que vereadores prestaram desserviço à comunidade ao rejeitar projeto de corte de árvores

por **Dante Quadra** — 18 de julho de 2018 em Política

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado / 515 Visualizadas

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Publique no G



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Depois de aprovar em primeira discussão na última quinta-feira (12), os vereadores de Foz do Iguaçu resolveram rejeitar, em segunda discussão, na terça-feira (17), o projeto enviado pela prefeitura que permitiria que o próprio morador pudesse fazer a poda ou corte de árvores. A permissão seria dada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que faria uma avaliação da necessidade do corte.

O objetivo era resolver o problema de moradores que esperam que a poda ou corte seja realizado pela prefeitura. Na semana passada, o projeto foi aprovado com 13 votos a favor e um contra. Cinco dias depois, parte dos vereadores mudaram o entendimento e resolveram reprovar o projeto, por sete a seis. O projeto foi arquivado.

O prefeito Chico Brasileiro lamentou a decisão. “Creio que é um grande desserviço dos vereadores que votaram pela reprovação. Estão prestando um desserviço ao povo de Foz do Iguaçu. O projeto iria avançar na poda de árvores, permitindo que o cidadão fizesse a poda ou retirada de árvore, mas sempre autorizado pelo Meio Ambiente. Isso iria agilizar muito o processo de retirada de árvores. Temos milhares de árvores antigas que precisam ser retiradas”, disse.

Brasileiro ainda criticou a mudança de opinião dos vereadores sobre o mesmo projeto. “Sempre respeito e não interfiro nas decisões da Câmara, mas não posso deixar de opinar quando um projeto de grande relevância como esse é rejeitado por mesquinha ou brigas internas lá da Câmara”, concluiu.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

19/07/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 19 de Julho de 2018 Capa



Foz do Iguazu, quinta-feira, 19 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 604 — R\$ 2,00

Prefeito critica vereadores que derrubaram lei do corte de árvores

“Lamentável o comportamento de alguns vereadores que não avaliaram o interesse coletivo que esse projeto iria proporcionar”, disse Chico Brasileiro



Foto: Roger Menezes

Venezuelanos em Foz

Dos mais de 127,7 mil imigrantes venezuelanos que entraram no Brasil pelo município de Pacaraima (Roraima), no ano passado e neste ano, mais da metade já deixou o país. Deste total, aproximadamente 15% saíram do Brasil usando a Ponte Tancredo Neves, em Foz do Iguazu, na fronteira com a Argentina. **Página 7**

Economia

Estudantes brasileiros gastam mais de US\$ 180 milhões em CDE e Franco

São mais de 15 mil universitários gastando em mensalidade, aluguel, alimentação, transporte e recreação **Página 5**

14º e 15º salários

Câmara aprova projeto que viabiliza pagamento de pendências do IDEB



Remanejamento de R\$ 2,4 milhões na Secretaria de Educação possibilitará pagamento pendente **Página 4**

Fronteira

Deputado quer barrar migração de brasileiros ao Paraguai



Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara de Itapúa diz que brasileiros empurraram para guaios para as cidades **Página 13**

Investigação

Pescadores encontram cadáver de mulher no Rio Paraná



Vítima apresentava sinais de agressão; a Polícia Civil investiga o caso **Página 37**

DIVERGÊNCIA ENTRE PODERES

Câmara derruba lei do corte de árvores e desagrada ao prefeito

Ponto crucial para decisão dos vereadores é que o morador teria de arcar com os custos dos serviços

Eison Marques
Freelancer

A conclusão de que o morador terá de pagar pelo corte de árvores em via pública quando resolver acionar o serviço por conta própria mudou o posicionamento de alguns vereadores. Com isso, o projeto de lei do Executivo — que na semana passada havia sido aprovado em primeira discussão — acabou rejeitado na terça-feira (17), quando foi colocado em segunda votação.

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) reagiu afirmando que os vereadores prestaram "um desserviço à comunidade. Foi um grande equívoco a derrubada desse projeto. Iria atender um pedido dos contribuintes que buscam agilidade. Só seria liberado com avaliação técnica e autorização prévia. Lamentável o comportamento de alguns vereadores que não avaliaram o interesse coletivo que esse projeto iria proporcionar", disse Brasileiro.

Na semana anterior, o projeto recebeu 13 votos favoráveis e apenas um contrário, o do vereador Elizeu Liberato (PR), registrando-se a ausência da vereadora Nanci Rafagnin Andreola (PDT),

que cumpre suspensão de 50 dias. Por se tratar de um projeto de lei complementar, o presidente da Câmara, Rogério Quadros (PTB), também votou. Na terça-feira, a posição de seis vereadores mudou após a repercussão de que a lei passaria a permitir que o próprio morador efetuasse o corte da árvore (devidamente autorizado pela prefeitura), porém arcaria com os custos da contratação de empresa licenciada.

O resultado foi sete votos a favor e sete contra. O empate, incluindo o voto do presidente, gerou dúvidas nos membros da mesa diretora diante de fato inusitado provocado pela ausência temporária de um dos membros do Legislativo. A presidência então consultou a assessoria técnica, que concluiu: em se tratando de projeto de lei complementar é exigida maioria absoluta, ou seja, oito votos. Como o projeto obteve apenas sete votos, acabou rejeitado e arquivado.

Justificativas não convencem

"Na primeira votação fui o único a votar contra. Justifico que sou contrário ao projeto de lei e as justificativas não



Chico Brasileiro: "Foi um grande equívoco a derrubada desse projeto"

me convenceram. Um dos pontos é o morador ou o comerciante ter que pagar pelo corte de uma árvore da via pública na frente do imóvel quando estiver condenada ou representar risco à propriedade ou às pessoas que por ali transitam. Estão querendo atribuir aos municípios uma responsabilidade que é da prefeitura", afirmou o vereador Elizeu Liberato.

A justificativa do Executivo foi que diante da grande demanda, com mais de 450 pedidos protocolados, a equipe reduzida não consegue aten-

der. A alternativa proposta no projeto era a prefeitura cadastrar empresas especializadas no ramo e o próprio morador ou comerciante, após entrar com o pedido e obter a autorização da prefeitura, contratar o serviço. A equipe do município também continuaria com a prestação do serviço público. A contratação por conta própria seria uma opção.

Elizeu lembrou que "os passeios públicos, calçadas e ruas são de responsabilidade do município, não podendo repassar esse dever aos cidadãos.

Muitos não terão condições de pagar um corte de árvore para a empresa credenciada. E se ocorrer um acidente durante o serviço ou o morador sem condições de pagar deixar de fazer e a árvore cair sobre um imóvel, um carro, uma pessoa? Quem vai ser responsabilizado? O munícipe por que estava autorizado e não fez? Isso é preocupante. Caso o município não tenha pessoas suficientes para fazer o serviço, então que realize uma licitação, contrate empresa e pague por árvore cortada".

Como votaram

Em aparte, outros vereadores se pronunciaram contra o projeto, entre eles Celino Fertrin (PDT). "O projeto pode ser uma forma de o município tentar se eximir da responsabilidade. Isso é inaceitável porque precisa assumir o que é dever de fazer", opinou.

O líder do prefeito, Jeferson Brayner (PRB), reforçou a ideia do projeto de dar agilidade nos serviços de corte de árvore. "Em cada pedido, o profissional lotado na Secretaria do Meio Ambiente vai verificar caso a caso se a árvore precisa ou não ser suprimida ou se existe perigo ou não. Tudo será dentro da lei, com todos os cuidados necessários, e haverá agilidade nos serviços", defendeu, mas não conseguiu os oito votos favoráveis.

Votaram contra o projeto: Beni Rodrigues (PSB), Celino Fertrin (PDT), Elizeu Liberato (PR), Inês Weizemann (PSD), Adenildo Kako (Podemos), Márcio Rosa (PSD) e Protetor Jorge (PTB). A favor votaram: Anderson Andrade (PSC), Jeferson Brayner (PRB), João Miranda (PSD), João Sabino (Podemos), Rogério Quadros (PTB), Rosane Bonho (PP) e Tenente-Coronel Jahnke (Podemos).

Aprovado projeto de lei que viabiliza pagamento de pendências do IDEB

Remanejamento de R\$ 2,4 milhões na Secretaria de Educação possibilitará realizar pagamento pendente

Elson Marques
Freelancer

O ajuste orçamentário solicitado pelo prefeito Chico Brasileiro (PSD) para saldar valores pendentes do 14º e 15º salários dos professores foi aprovado, na terça-feira (17), na Câmara de Vereadores. Havia parcelas em atraso por conta de dívidas que vêm desde 2013, na gestão do ex-prefeito Reni Pereira (PSB). O remanejamento orçamentário por meio de crédito adicional especial é no valor de R\$ 2,4 milhões.

Parte desse montante vai para previsão na dotação da Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação para fins de manutenção dos recursos humanos da rede de ensino e encargos do Fundeb, no valor de R\$ 1,6 milhão para vencimentos e vantagens fixas e R\$ 300 mil para obrigações patronais. Os outros R\$ 435.274,43 são para a Diretoria de Assistência ao Educando na atividade "outras despesas variáveis com pessoal civil".

O Executivo justificou que, por meio do projeto, está seguindo normas técnicas criando o elemento de despesa (Outras Despesas Variáveis — Pessoal Civil) para o pagamento de 14º e 15º salários, "remanescentes aos profissionais da magistratura, que fizeram jus ao prêmio no tocante ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2013".



Vereadores aprovaram remanejamento para pagamento ser inserido na folha de julho

Direito dos profissionais

O presidente da Câmara, vereador Rogério Quadros (PTB), considerou o ato "importantíssimo para os profissionais da educação. Com o projeto aprovado, o município poderá efetuar esses pagamentos pendentes. É um direito deles, e a prefeitura está honrando esses pagamentos pelos relevantes serviços que os professores vêm desempenhando no município".

O vereador Jefferson Brayner (PRB), líder do prefeito na Câmara, declarou que "nossos professores vêm ganhando prêmios pela excelência no desempenho das atividades. Estão todos de parabéns. O que o Poder Executivo vem fazendo é contribuir com a valorização desses profissionais

cumprindo com aquilo que é de direito deles".

Marli Maraschin de Queiroz, secretária do Sinprefi (Sindicato dos Profissionais da Educação de Foz do Iguaçu), que acompanhou a sessão ao lado de outros servidores, afirmou que a categoria vem lutando desde 2015 para receber os valores. "Esse pagamento não é só para os professores, e sim para todos os profissionais da educação, como professores, merendeiras, trabalhadores dos serviços gerais e secretários de escola", declarou Marli em entrevista à TV Câmara.

Pagamento previsto

O secretário de Educação, Fernando Souza Lima, informou que a metade da pendência foi paga na folha de competência de feverei-

ro. "Esse remanejamento aprovado era necessário para que o pagamento da parcela remanescente do 14º da educação infantil e 15º do ensino fundamental pudesse ser lançado aos servidores. Será pago na folha do mês de julho", anunciou.

De acordo com Fernando Lima, a administração municipal "está honrando o compromisso com a categoria, de pagar o prêmio que era devido pelo resultado alcançado no IDEB de 2013". Na mensagem aos vereadores, o prefeito lembrou que uma parte também será utilizada para pagamento de prêmio aos professores vencedores do Projeto Professor Paulo Freire, "vantagens estas que não se configuram como fixas, mas, sim, variáveis".

ELEIÇÕES 2018

PSD homologará candidaturas na convenção estadual deste sábado

Cinco pré-candidatos de Foz disputarão vagas: *Vermelho*, Marcio Rosa, *Faca na Bota*, Inês Weizemann e Professor Sérgio; o futuro candidato a governador será Ratinho Junior

Adelino de Souza
Freelancer

Caravanas de todos os municípios do Paraná já estão dirigindo-se a Curitiba para a grande convenção do PSD que definirá os candidatos a governador, senador e deputado federal e estadual.

Cinco pré-candidatos de Foz do Iguaçu também seguirão em comitiva para defender seus nomes na convenção estadual. *Vermelho* e Marcio Rosa buscarão a homologação para deputado federal. Para deputado estadual estão pleiteando a homologação Flávio Ferrari, mais conhecido como *Faca na Bota*, Professor Sérgio e Inês Weizemann.

O deputado Ratinho Junior deverá ser homologado candidato a governador pelo PSD. A coligação reúne, até o momento, PSD, PSC, PRB, PR, PV, PHS e Avante. Esses partidos também farão convenção no dia 21. Outros partidos poderão integrar a chapa até a hora da convenção.

"Trabalhamos para realizar uma convenção que entrará na história política do Paraná", diz o presidente estadual do PSD, Ratinho Junior, que defende um estado



Ratinho Junior será oficializado candidato neste sábado

moderno para atrair mais investimentos e gerar empregos.

Em seus 16 anos de vida pública, Ratinho Junior disputou quatro eleições, com três vitórias: foi eleito duas vezes deputado federal e uma vez estadual e perdeu a eleição para prefeito de Curitiba. Nesse período também consolidou o PSC e o PSD, que hoje somam 17 deputados na Assembleia Legislativa, além de construir uma legião de apoiadores nos 399 municípios do Paraná.

O cargo de vice-governador ainda não foi escolhido. Estão na disputa Edson Campagnolo (FIEP), Darci Piana (Fecomércio) e Manoel Ortigara.

Propostas

A assessoria de Ratinho Junior informou

que durante seu discurso o pré-candidato pretenderá mostrar que "está preparado para governar o Paraná fazendo um governo inovador, de grande aproximação com a sociedade produtiva".

Ratinho Junior já tem um grupo político formado que se reúne todas as semanas para discutir as eleições e a elaboração de um projeto de governo para o estado. Os principais eixos do programa falam em geração de emprego, in-



Faca na Bota, Inês Weizemann e Professor Sérgio querem disputar uma cadeira na Assembleia



Vermelho e Marcio Rosa pleiteiam uma vaga para deputado federal

centivo à indústria, redução de impostos, desburocratização e obras para dotar o Paraná de melhor infraestrutura logística.

"Qualquer proposta de plano de governo — além das áreas da saúde, educação e segurança — deve focar a geração de emprego como principal instrumento da retomada do desenvolvimento, criando novos postos de trabalho necessários para um novo ciclo econômico no estado", tem comentado



o pré-candidato nas cidades que visita.

Ratinho Junior defende também um trabalho social com a participação da Pastoral da Criança "na organização de comunidades e na capacitação de voluntários para ações básicas de saúde". A Pastoral da Criança realiza o acompanhamento de um milhão de gestantes e crianças de 0 a 6 anos em mais de 29 mil comunidades de todos os estados brasileiros, além da atuação em mais dez países.



Convenção também do PMDB, PV e Pros

Além dos partidos que formam o arco de alianças de Ratinho Junior, mais três agremiações marcaram convenção para este sábado (21): PMDB, PV e Pros. O PMDB é o único que poderá lançar candidato a governador, já que seu comandante maior, o senador Roberto Requião, ainda não definiu se disputará a reeleição ou se tentará novamente o Palácio Iguaçu.

A Convenção Estadual do Pros debaterá o posicionamento do partido na disputa pelo Palácio Iguaçu e escolherá os candidatos a deputado estadual e federal.

O Psol marcou sua convenção para o dia 27 de julho. O partido lançará Luiz Piva como candidato a governador. Dia 28 foi marcada a convenção do PT, que terá como pré-candidato o Doutor Rosinha. Serão três pretendentes ao Senado: Carlos Mariucci, Elton Welter e Mirian Gonçalves.

O PDT, que tem Osmar Dias como pré-candidato, marcou a sua convenção para 4 de agosto. O Podemos e o PSD também agendaram suas convenções para a mesma data.

O Partido Progressista, que tem como pré-candidata Cida Borghetti, deverá fazer a convenção no dia 4 ou 5 de agosto. Democratas, PPS, PMN, PHS, PSL, PRB, PCdoB ainda não anunciaram suas convenções.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 19 de Julho de 2018 Pág.06

Ecoss do passado

O seu Reni Pereira foi quem exterminou a Secretaria de Governo. No modelo de administração dele, nem precisava disso, porque a prefeitura funcionava com outra filosofia de organização. Ivone se viu impedida de mexer em certas coisas, e Inês preferiu não deixar o vespertino para o Chico e o Bobato. Reni recriou a tal Secretaria de Tecnologia da Informação, extinguiu as secretarias adjuntas e inchou o gabinete dele com 20 assessorias técnicas especiais. O exercício de algumas das especialidades, inclusive, tornou-se caso de polícia.

Apoios

O que parece haver pelo momento é uma guerrinha que remonta a um passado nem tão distante. Todo apoio da nova administração estava focado no Professor Sérgio, na sua empreitada para ser deputado estadual. Depois o bicho político picou a Inês e, por fim, em decorrência desse bonde querendo escapar dos trilhos, o Bobato parece não abrir mão de ser deputado. E ainda tem o Gessani na cota de apoio da administração. Chico deve sentir-se um domador trancado na jaula — pelo lado de fora.

Estrutura administrativa

A Câmara aprovou por unanimidade as emendas apresentadas pela vereadora Inês Weizemann (ou da Saúde), que consolidam o organograma administrativo. A manobra desarticula a interlocução do governo via Gabinete do Vice-Prefeito e devolve a função para a Secretaria de Governo. No caso, a própria vereadora deu a receita para o imbróglio: Nilton Bobato pode acumular a pasta, ou seja, ser vice-prefeito e secretário de Governo. O caso é saber se o Chico vai querer.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Primeira Linha – 19 a 25 de Julho de 2018 Pág.04

Espaços sem ocupação



Andando pela cidade podemos notar vários espaços sem ocupação que vão desde obras inacabadas como, por exemplo, um prédio localizado na avenida Paraná, próximo a CESUFOZ.

Há também outros localizados na avenida República Argentina onde existiu uma FITFOZ ou uma unidade de mercado atacadista. Ante tanta necessidade de prédios na cidade para as mais variadas finalidades a gente fica pensando, como esses estão desocupados, estando ainda em condições de serem plenamente utilizados.

Setores produtivos necessários à cidade poderiam ser aí alocados, tanto quanto também moradias para pessoas que necessitam e estão em condições muito precárias.

Penso ainda no antigo hospital da Santa Casa que poderia ser reativado pois temos necessidade premente de mais unidades hospitalares na cidade.

Existem aí vários e diferentes problemas que vão de demandas judiciais até questões relativas à heranças, mas tudo isso poderia ser mediado com a intervenção da Prefeitura Municipal no sentido de podermos dar uma finalidade para todas essas instalações.

Da forma como se encontram já estão em estado de destruição servindo para moradias de desocupados e marginais causando uma série de problemas de segurança para os moradores da cidade.

É também necessário empreendedorismo com muita iniciativa e originalidade no sentido de termos finalidades novas para essas edificações que podem ser, por exemplo, escolares, de atividades esportivas ou outras que sejam convenientes.

Bom lembrar que terrenos sobre terrenos baldios incidem impostos mais elevados, obrigando a seus proprietários a determinarem a utilização dos mesmos, realizando as construções que se fazem necessárias.

A Câmara Municipal poderia também apresentar um projeto de lei no sentido de maior incidência de tributos sobre essas edificações que se encontram desocupadas, forçando assim que soluções possam ser encontradas.

Tudo isso visando a termos uma maior ocupação do espaço urbano o que é bom para todos os cidadãos ampliando o nível de segurança, ofertando moradas e instalações de empresas e para a cidade como um todo que fica com um aspecto muito melhor. Cabe ao poder público algumas iniciativas, evidentemente que não a de tomar nenhuma propriedade nem mesmo de negociá-las.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 19 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-derruba-lei-do-corte-de-arvores-e-desagrada-o-prefeito/29509>

Câmara derruba lei do corte de árvores e desagrada o prefeito



A conclusão de que o morador terá que pagar pelo corte de árvores em via pública quando resolver acionar o serviço por conta própria mudou o posicionamento de alguns vereadores. Com isso, o projeto de lei do Executivo que na semana passada havia sido aprovado em primeira discussão acabou rejeitado na terça-feira (17) quando foi colocado em segunda votação. O prefeito Chico Brasileiro (PSD) reagiu afirmando que os vereadores prestaram “um desserviço à comunidade”. “Foi um grande equívoco a derrubada desse projeto. Iria atender um pedido dos contribuintes que buscam agilidade. Só seria liberado com avaliação técnica e autorização prévia. Lamentável o comportamento de alguns vereadores que não avaliaram o interesse coletivo que esse projeto iria proporcionar”, disse Brasileiro. *(Elson Marques Freelancer /Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 19 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/aprovado-projeto-de-lei-que-viabiliza-pagamento-de-pendencias-do-ideb/29513>

Aprovado projeto de lei que viabiliza pagamento de pendências do IDEB



O ajuste orçamentário solicitado pelo prefeito Chico Brasileiro (PSD) para saldar valores pendentes do 14º e do 15º salário dos professores foi aprovado na terça-feira (17) na Câmara de Vereadores. Havia parcelas em atraso por conta de dívidas que vem desde 2013 na gestão do ex-prefeito Reni Pereira (PSB). O remanejamento orçamentário por meio de crédito adicional especial é no valor de R\$ 2,4 milhões. Parte desse montante vai para previsão na dotação da Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação para fins de manutenção dos recursos humanos da rede de ensino e encargos do FUNDEB, no valor de R\$ 1,6 milhões para vencimentos e vantagens fixas e R\$ 300 mil para obrigações patronais. Os outros 435.274,43 são para a Diretoria de Assistência ao Educando na atividade outras despesas variáveis com pessoal civil. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 19 de julho de 2018

Link: <http://www.jtribunapopular.com.br/artigo/camara-afronta-o-prefeito-e-derruba-lei-do-corte-de-arvores#.W1CF1tVKics>

CÂMARA AFRONTA O PREFEITO E DERRUBA LEI DO CORTE DE ÁRVORES

Data: 19/07/2018 - 00:07 | Categoria: Política |

SHARE    ...



A conclusão de que o morador terá que pagar pelo corte de árvores em via pública quando resolver acionar o serviço por conta própria mudou o posicionamento de alguns vereadores.

Com isso, o projeto de lei do Executivo que na semana passada havia sido aprovado em primeira discussão acabou rejeitado na última terça-feira, 17 de julho de 2018, quando foi colocado em segunda votação.

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) reagiu afirmando que os vereadores prestaram “um desserviço à comunidade”. “Foi um grande equívoco a derrubada desse projeto. Iria atender um pedido dos contribuintes que buscam agilidade. Só seria liberado com avaliação técnica e autorização prévia. Lamentável o comportamento de alguns vereadores que não avaliaram o interesse coletivo que esse projeto iria proporcionar”, disse Brasileiro. (Jornal Gazeta Diário - Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 19 de julho de 2018

Link: <http://www.tribunapopular.com.br/artigo/mp-abre-investigacao-contraservidores-da-camaramunicipal-de-foz#.W1CF7tVKjcs>

MP ABRE INVESTIGAÇÃO CONTRA SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ

Data: 19/07/2018 - 00:07 | Categoria: Política |

SHARE



Atendendo ao pedido de providências assinadas pelos vereadores Marcio Rosa, Celino Feltrin e Elizeu Liberato, junto ao Ministério Público Estadual, o Promotor de Justiça Entrância Final, Marcos Cristiano de Andrade, da 6ª Promotoria da Comarca de Foz do Iguaçu deu ciência aos denunciante, que a denúncia formulada foi aceita com a determinação de instauração de inquérito de Nº MPPR-0053.18.001236-0.

A denúncia a apurar possíveis irregularidades no desempenho de funções e de atividades em

Comissão por servidores da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, considerando o teor do relatório subscrito por Alexandre Rodrigo Fernandes, que na época era diretor geral.



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 19 de julho de 2018

Link: <http://www.tribunapopular.com.br/artigo/observatorio-social-questiona-camara-sobre-licenca-premio#.W1CF9NVKjcs>

OBSERVATÓRIO SOCIAL QUESTIONA CÂMARA SOBRE LICENÇA PRÊMIO

Data: 19/07/2018 - 00:07 | Categoria: Política |



Direito previsto na Constituição Federal garante férias de três meses a cada cinco anos, no entanto, servidores da câmara estariam recebendo em dinheiro. Há casos de servidores que receberam 250 mil reais em um único pagamento.

O Observatório Social está questionando a câmara sobre a licença prêmio, a qual todos os servidores da casa possuem. Segundo Leonor Venzon, presidente do Observatório, os servidores não estão tirando a licença, e acabam sendo indenizados em dinheiro, o que, além de sobrecarregar os servidores, onera o município. A licença prêmio é garantida a todos os servidores públicos pela Constituição Federal.

A licença prêmio é um direito que todo servidor municipal tem, a cada cinco anos, de tirar três meses de férias remuneradas. No entanto, segundo Leonor, a maioria dos funcionários da câmara não tira a licença, e, após 10 anos, acabam recebendo em dinheiro valores referentes aos seis meses. Segundo ela, há casos de funcionários que receberam 250 mil reais de uma vez só.

- “O objetivo primeiro seria tirar esses três meses de descanso para ajudar na saúde, no bem estar físico, pra se recuperar. Então se o gestor não está liberando ele, ele está tendo um prejuízo, mesmo estando recebendo em dinheiro. Quem garante que ele não vai adoecer por esse mesmo motivo, e depois entrar com uma ação contra o gestor, alegando estar doente por que não usufruiu o direito?” Questiona Leonor. Além disso, ela destaca que o alto valor pago de uma só vez aos servidores onera os cofres públicos.

Recentemente os vereadores Celino Fertrin, Elizeu Liberato e Marcio Rosa apresentaram um projeto modificando as regras para o recebimento do benefício. Se aprovado, o projeto não permite mais que a câmara faça o pagamento em dinheiro. Se o servidor não tirar a licença poderá receber o benefício apenas em casos de exoneração, rompimento de vínculo ou aposentadoria, ainda permite usufruir do recurso para pagamento de IPTU, em casos de doença, aquisição, construção ou reforma de casa.

O projeto causou polêmica na câmara, e os servidores se posicionaram contra, alegando que os vereadores estariam tentando tirar direitos estabelecidos pela constituição Federal. Os vereadores garantem que o direito será mantido, apenas mudando a forma de recebimento, buscando garantir que os servidores possam usufruir das férias de 3 meses, e não recebendo os valores em dinheiro.

Fonte: Radio Cultura

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Rádio Cultura – 19 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/19/camara-aprova-obrigatoriedade-de-cameras-em-pet-shops-de-foz-do-iguacu/>

Câmara aprova obrigatoriedade de câmeras em pet shops de Foz do Iguaçu



por **Dante Quadra** — 19 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0
Compartilhado

41
Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G

Durante a sessão ordinária de terça-feira (17) a **Câmara Municipal** aprovou em 2ª discussão, por nove votos favoráveis e quatro contrários, o Projeto de Lei que trata sobre a instalação de câmeras de monitoramento em estabelecimentos que prestam o serviço de banho e tosa para animais, os pet shops.

O objetivo, de acordo com o projeto, é evitar que ocorram maus tratos aos animais e, em caso de acidentes, garantir o direito do cliente em verificar as imagens do procedimento realizado naqueles estabelecimentos. As gravações deverão ficar armazenadas pelo prazo de, no mínimo, 30 dias. O projeto de lei é de autoria do Vereador Protetor Jorge.

Período para adaptação

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Segundo o PL, as empresas terão o prazo de um ano, a partir da publicação, para adequarem à nova normativa. Em caso de descumprimento o estabelecimento irá receber uma advertência por escrito na primeira autuação. A reincidência resultará no pagamento de multa – os valores arrecadados serão recolhidos em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Assessoria CMFI

Tribuna Popular – 19 de julho de 2018

Link: <http://www.tribunapopular.com.br/artigo/siate-atende-motociclista-apos-abalroamento-defronte-a-camara-de-vereadores#.W1HUB9VKjcs>

SIATE ATENDE MOTOCICLISTA APÓS ABALROAMENTO DEFRENTE A CÂMARA DE VEREADORES

Data: 19/07/2018 - 01:07 | Categoria: Segurança |

SHARE   



No início da tarde desta de ontem, quarta-feira 18 de julho de 2018, por volta das 12h:15min, socorristas do Siate, equipe em serviço no Posto Maracanã foram acionados para deslocarem até a Travessa Oscar Muxfeld, defrente a Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu, área central da cidade, para darem atendimento a um acidente de trânsito, tipo abalroamento envolvendo uma motocicleta e um veículo.

No local foi constatada a colisão envolvendo a motocicleta Leopard / HB 110, de placa paraguaia e o veículo Toyota / Corolla, de placas AZK-3687 de Foz do Iguaçu. Socorristas do Siate deram atendimento ao Maurício Souza Neto, de 35 anos de idade, com ferimentos considerados leve.

Fotos: Paulo Romeu Domingues Junior



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Rádio Cultura – 19 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/19/camara-municipal-inicia-recesso-legislativo/>

Câmara Municipal inicia recesso legislativo

Funcionários trabalharão em regime de escala para garantir a manutenção dos serviços. Os vereadores retornam ao trabalho na câmara no mês de agosto



por **Josué Calebe** — 19 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

👍 0 🗨️ 0 💬 0



0 Compartilhado 111 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



A câmara municipal de vereadores iniciou nesta quinta-feira, 19, o período de recesso legislativo. A partir de amanhã, sexta-feira, os funcionários deverão trabalhar em regime de escala para garantir todos os serviços funcionando. Os trabalhos retornam normalmente a partir do mês de agosto.

Os vereadores não devem trabalhar até o fim do mês, a não ser se houver necessidade da realização de sessões extraordinárias. A próxima Sessão Ordinária acontece no dia 7 de agosto.

Na volta do recesso os vereadores deverão discutir projetos que causaram polêmica nesses últimos dias. Um deles se refere a regulamentação da licença prêmio dos servidores da câmara.

Outro projeto que será debatido no retorno do recesso é a reposição salarial de 2% aos vereadores, prefeito, procuradores e secretários. O projeto apresentado pela Comissão de Economia, Finanças e Orçamento está tramitando na câmara.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Portal da Cidade – 19 de julho de 2018

Link: <https://foz.portaldacidade.com/noticias/politica/vereadores-de-foz- aprovam-obrigatoriedade-de-cameras-em-pet-shops>

MONITORAMENTO

Vereadores de Foz aprovam obrigatoriedade de câmeras em pet shops

As empresas terão o prazo de um ano, a partir da publicação, para adequarem à nova normativa.

Postado em 19/07/2018 às 20:07 | Atualizado hoje às 11:27



(Foto: Ilustrativa)

Durante a sessão ordinária da última terça-feira (17), a Câmara Municipal aprovou por nove votos favoráveis e quatro contrários, o Projeto de Lei que trata sobre a instalação de câmeras de monitoramento em estabelecimentos que prestam o serviço de banho e tosa para animais.

O objetivo, de acordo com o projeto, é evitar que ocorram maus tratos aos animais e, em caso de acidentes, garantir o direito do cliente em verificar as imagens do procedimento realizado naqueles estabelecimentos. As gravações deverão ficar armazenadas pelo prazo de 30 dias. O projeto de lei é de autoria do vereador Protetor Jorge.

Período para adaptação

As empresas terão o prazo de um ano, a partir da publicação, para adequarem à nova normativa. Em caso de descumprimento o estabelecimento irá receber uma advertência por escrito na primeira autuação. A reincidência resultará no pagamento de multa – os valores arrecadados serão recolhidos em favor do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

20/07/2018

Jornal Gazeta do Iguazu – 20 de Julho de 2018 Capa



GAZETADIÁRIO

Foz do Iguazu, sexta-feira, 20 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 635 — R\$ 2,00

Funcionalismo público

Pagamento de licença-prêmio aos servidores terá novas regras



Vereadores protocolaram projeto de lei criando normas para o pagamento do benefício; OSF se posiciona sobre conversão da licença em pecúnia **Página 5**

Alerta

Bombeiros realizaram mais de 200 atendimentos a incêndios neste ano



Levantamento do 9º GB aponta que a maioria dos incidentes está ligada a negligência e a descuido **Página 9**

1º semestre

Forças de segurança apreenderam R\$ 236,1 milhões em contrabando



O volume de apreensões de mercadorias que entraram irregularmente no Brasil, tendo como rota Foz do Iguazu, aumentou 76% de janeiro a junho deste ano **Página 7**

Definida programação da Cúpula das Américas em Foz do Iguazu

Três mil pessoas são esperadas no evento; o presidente Jair Bolsonaro fecha o encontro falando de política **Página 3**

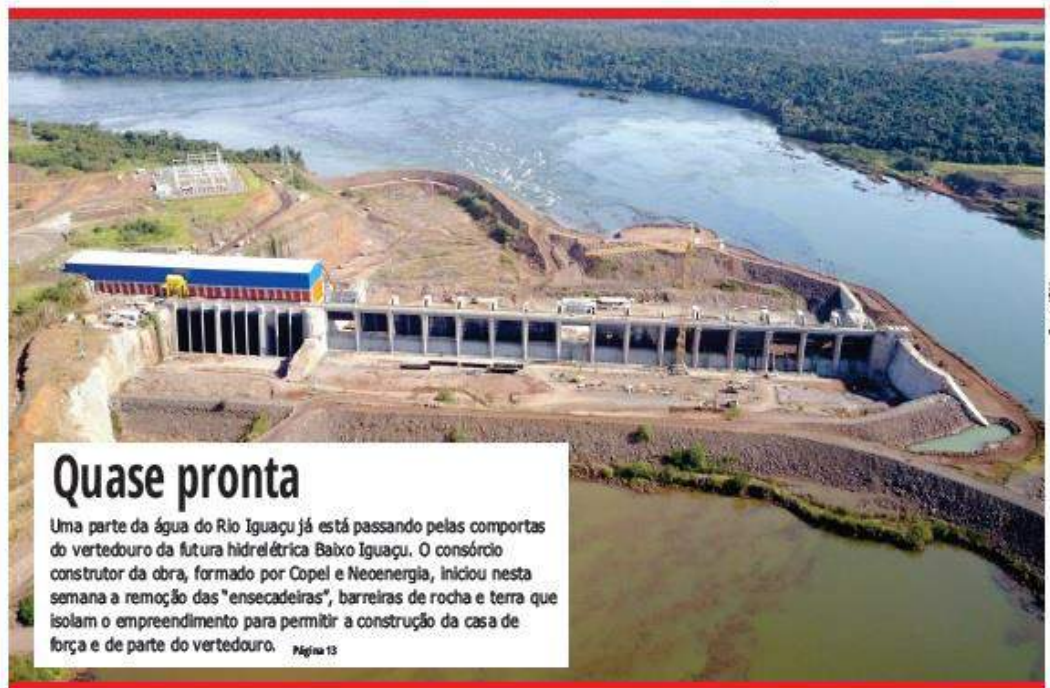


Foto: AEN

Quase pronta

Uma parte da água do Rio Iguazu já está passando pelas comportas do vertedouro da futura hidrelétrica Baixo Iguazu. O consórcio construtor da obra, formado por Copel e Neoenergia, iniciou nesta semana a remoção das "ensecadeiras", barreiras de rocha e terra que isolam o empreendimento para permitir a construção da casa de força e de parte do vertedouro. **Página 13**

Eleições 2018

Começa hoje o período de convenções partidárias para escolha de candidatos

Foz do Iguazu soma aproximadamente 30 nomes anunciados como pré-candidatos a deputado **Página 4**

ELEIÇÕES 2018

Período de convenções começa hoje para definição de candidatos

Foz soma aproximadamente 30 nomes anunciados como pré-candidatos a deputado

Elson Marques
Freelancer

Começa hoje (20) e vai até o dia 5 de agosto o período das convenções para a definição dos candidatos para as eleições de 7 de outubro. Em Foz do Iguaçu, os partidos políticos se movimentam reunindo aproximadamente 30 nomes de pré-candidatos a deputado estadual e federal. O dia 15 de agosto é a data final para que os partidos e coligações registrem seus candidatos a todos os cargos políticos até às 19 horas.

A maior batalha por espaço envolve grupo aliado ao governo municipal. São ao menos 15 nomes dos partidos que dão sustentação política ao prefeito Chico Brasileiro (PSD). Só no partido do prefeito são cinco nomes: vereador Marcio Rosa, Evandro Roman (de Cascavel) e o empresário Nelsi Cogetto Maria, o *Vermelho*, buscam vagas para concorrer a deputado federal. A vereadora Inês Weizemann e o professor Sérgio Paulo de Oliveira querem disputar vaga na Assembleia Legislativa.

No mesmo grupo dos partidos políticos de apoio ao governo Chico está o vice-prefeito Nilton Bobato, pré-candidato a deputado estadual pelo PCdoB. Os ou-



Partidos têm até o dia 5 de agosto para definição dos candidatos para eleições de 7 de outubro

tros nomes são da deputada Claudia Pereira (PSC), Rosane Bonho (Progressista), Nelso Rodrigues (PPS), Jefferson Brayner (PRB), Gessani da Silva (Progressista) e Edson Narizão (PTB), todos buscando aprovação do nome em convenção para deputado estadual.

Além disso, o prefeito tem o compromisso pessoal de apoiar Nanci Rafagnin Andreola (PDT), caso o nome dela venha a ser confirmado pelo partido. Na lista ainda constam o Soldado Fruet (PRB) e o empresário Mire Balotin (PRB), lançados como pré-candidatos a deputado federal.

Busca da representatividade

Paralelamente à guerra política que se trava entre os partidos

do grupo do prefeito, os demais se organizam apontando nomes a serem submetidos à convenção. O PSDB lançou com pré-candidato a deputado estadual o empresário Phelipe Mansur apostando nos ideais da nova política. O PR apresentou Fernando Giacobbo, em projeto de reeleição para deputado federal, e Elizeu Liberato, como opção para concorrer a deputado estadual.

A agente da Polícia Federal Bibiana Orsi é uma aposta do Partido Pátria Livre (PPL) como pré-candidata a deputada federal. No PDT, além de Nanci para tentar vaga na disputa à Assembleia Legislativa, Nelton Friedrich é o pré-candidato a deputado federal. O desembargador aposentado Luis Sérgio Neiva de Lima Vieira (Podemos) e Jackson Cabañas (Pode-

mos) também são pré-candidatos à Câmara Federal. O MDB segue indefinido.

O PT tem Dilto Victorassi como nome a concorrer para a Câmara Federal, e o Psol apresentou a professora Ronsani Castro para concorrer a deputada federal e o estudante Jhonatan Vieira buscando vaga na Assembleia Legislativa. O partido Novo tem a médica Layna Nunes para disputar a Câmara Federal.

O PV também apresentou pré-candidato a deputado estadual: o engenheiro ambiental Julio Fabri. No Rede, o ativista social e escritor Amilton Farias é a opção do partido para concorrer a deputado federal. Há ainda Cassio Lobato, lançado pelo PSL pré-candidato a deputado federal; e Dirceu Moreira (PSDC), a estadual.

Corte de árvores

O projeto do corte de árvores em Foz do Iguaçu virou o maior sururu. Com essa polêmica da Câmara ao rejeitar o projeto do prefeito de autorizar o corte de árvores pela concessionária do lixo, a população sofre ainda mais. Tem gente esperando a ordem para cortar uma árvore que está prejudicando seu imóvel há quatro anos. A prefeitura não corta, e quem faz o serviço por conta própria leva multa.

"Otoridade"

Ninguém falou mais nada sobre a grosseria do vereador Celino Fertrin ao ameaçar uma servidora que se recusou a entregar-lhe um projeto sem as formalidades legais. O mínimo que o vereador deveria fazer era um pedido de desculpas na tribuna da Câmara. Mas a "otoridade" se acha o rei da cocada preta e não teria essa humildade.

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Projeto cria regras para pagamento de licença-prêmio aos servidores

Observatório Social se posiciona sobre conversão da licença em pecúnia

Elson Marques
Freelancer

Após a polêmica do vazamento de uma pré-proposta que acabaria com a conversão da licença-prêmio dos servidores municipais em pecúnia, vereadores protocolaram um projeto de lei criando regras para o pagamento. A iniciativa é articulada pelos vereadores Marcio Rosa (PSD), Elizeu Liberato (PR) e Celino Fertrin (PDT), mas vem sendo assinada também pelos demais vereadores. A expectativa é que o texto seja apresentado em plenário nas sessões de agosto, dando início à tramitação e fase de sugestões.

O direito a licença-prêmio seguirá assegurado, até porque está previsto na Constituição Federal. A licença-prêmio foi criada como benefício para o servidor tirar em descanso da labuta. A cada cinco anos de trabalho, ele ganha três meses de licença do serviço.

Ocorre que com uma emenda à Lei Orgânica, em 2003, esta passou a prever que caso o servidor não tenha usufruído a licença especial (três meses de descanso) e tendo completado dez anos

de efetivo exercício, será concedida a licença de seis meses, com vencimentos integrais, "admitida a conversão em espécie" (pagamento em dinheiro).

Ainda que dependa da disponibilidade financeira do município, sem critérios, esse benefício do pagamento em dinheiro passou a ser concedido muitas vezes por afinidade política ou conveniências, quebrando o princípio da impessoalidade.

Emenda à LOM

O projeto de emenda à Lei Orgânica do Município, protocolado no dia 16 deste mês, propõe alteração no parágrafo 2º do artigo 75, que passaria a prever: "(...) não tendo o servidor usufruído da licença especial e tendo completado o quinquênio ou o decênio de efetivo exercício, conceder-se-á licença de três a seis meses, respectivamente, com vencimentos integrais, admitida a conversão em espécie somente nos casos de:

I Exoneração, rompimento de vínculo ou aposentadoria;

II Compensação de créditos tributários, referentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e



Elizeu, Celino e Marcio articularam projeto que vem obtendo assinatura dos demais vereadores

Territorial Urbana (IPTU) e referentes à ajuda pecuniária de que trata a lei 3.159 de 9 de dezembro de 2005;

III Aquisição, construção e reforma de moradia e na ocorrência de doenças ou afecções graves diagnosticadas em servidores públicos municipais ou na condição de seus dependentes, cônjuges ou companheiro/companheira, conforme especificadas no artigo 151 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, alterada pela lei federal nº 13.135 de 17 de junho de 2015, devidamente comprovadas por meio de laudo médico e perícia médica realizada por perito oficial do Município, cujos critérios constarão em regulamento por ato pró-

prio do Poder Executivo e do Poder Legislativo, de forma isonômica entre os poderes".

Regulamentação

O propósito do projeto é estabelecer normas, evitando o pagamento das licenças em dinheiro sem critérios específicos. Na justificativa consta que recentemente o pagamento da licença em dinheiro foi regulamentado por meio de decreto no Poder Executivo, e no Legislativo segue sem critérios.

Um levantamento do Observatório Social aponta que 20 servidores receberam valores de até R\$ 159 mil devido às licenças acumuladas nos últimos anos. O total passa de R\$ 1,6 milhão desde 2016, sendo mais

de R\$ 1,1 milhão em 2016 e R\$ 500 mil neste ano. Em 2017 não houve pagamento desse benefício.

"As indenizações ora aplicadas no Poder Legislativo oneram a folha de pagamento e, por conseguinte, geram revolta dos cidadãos iguaçuenses, ante as várias outras prioridades existentes no Município. É fato notório os problemas de indisponibilidade financeira e orçamentária enfrentados pelo Município, sendo de conhecimento público ainda, a existência de várias questões a serem resolvidas na área de saúde, educação, segurança pública e demais serviços públicos", consta nas argumentações que acompanham o projeto.

Observatório cobra medidas do gestor e total isonomia

Na opinião da presidente do Observatório Social, Leonor Venson de Souza, a questão deve ser avaliada por dois pontos fundamentais: os objetivos da licença especial e o pagamento em espécie. "Gozar da licença especial de três meses após um período de cinco anos de trabalho, sem prejuízo da remuneração, é um direito garantido ao servidor, sem dúvida, porém salientamos que os objetivos pelo qual a mesma foi criada justifica-se na necessidade de um período de capacitação e também de descanso em atenção à saúde do servidor, que muitas vezes cumpre uma jornada exaustiva e estafante", apontou. Segundo Leonor, "o gestor precisa atentar a estas questões e organizar alguns períodos de concessão para que o servidor tenha este direito garantido. Deixar acumular vários períodos sem a concessão do gozo está, além de outros prejuízos, onerando os cofres públicos. Este tema é complexo e precisa ser amplamente debatido, e desta forma cabe ao Legislativo regulamentar e tratar de forma isonômica aos demais servidores municipais".

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 20 de Julho de 2018 Pág.06

Poda das árvores

Uma parte dos vereadores acredita que a fórmula de atrair a população para a responsabilidade com o meio ambiente é eficiente, pois muita gente prefere pagar pelo serviço; uma maneira de baixar o custo e deixar o dinheiro dos impostos tratar de situações mais emergenciais. Outra parte pensa o contrário, como fosse uma obrigação do município tratar daquilo que está dentro do quintal dos moradores. Como estamos em ano eleitoral, é natural que esse pensamento se mantenha na cabeça de alguns.

GDIA – 20 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/projeto-cria-regras-para-pagamento-de-licenca-premio-aos-servidores/29636>

Projeto cria regras para pagamento de licença prêmio aos servidores



Após a polêmica do vazamento de uma pré-proposta que acabaria com a conversão da licença prêmio dos servidores municipais em pecúnia, vereadores protocolaram um projeto de lei criando regras para o pagamento. A iniciativa é articulada pelos vereadores Marcio Rosa (PSD), Elizeu Liberato (PR) e Celino Fertrin (PDT), mas vem sendo assinada também pelos demais vereadores. A expectativa é que o texto seja apresentado em plenário nas sessões de agosto dando início à tramitação e fase de sugestões. O direito à licença-prêmio seguirá assegurado até porque está previsto na Constituição Federal. A licença-prêmio foi criada como benefício para o servidor tirar em descanso da labuta. A cada cinco anos de trabalho, ele ganha três meses de licença do serviço. (Elson Marques Freelancer /Foto: Divulgação)

21/07/2018

Parceria entre prefeitura e Garantioeste prevê R\$ 7,2 mi para pequenas empresas

Linha de crédito por meio de parceria com a prefeitura injetará recursos para geração de empregos

Elson Marques
freelancer

Os vereadores aprovaram um projeto do Executivo alterando dispositivos da lei da parceria do município com a Sociedade de Garantia de Crédito do Oeste do Paraná (Garantioeste). O ajuste permitirá linhas de crédito com taxas de juros bem reduzidas a fim de fomentar o desenvolvimento dos microempreendedores individuais (MEIs) e micros e pequenas empresas. A expectativa é de uma injeção de R\$ 7,2 milhões para impulsionar os pequenos negócios.

O secretário de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos de Foz do Iguazu, Gilmar Piolla, afirmou que, a partir da aprovação da Câmara,

o prefeito Chico Brasileiro fará as tratativas necessárias para a assinatura do convênio. "Estamos elevando o valor em garantia para R\$ 1,2 milhão por meio da Garantioeste. O montante é multiplicado por seis para fins de linha de crédito, o que corresponde a R\$ 7,2 milhões destinados para MEI, micro e pequenas empresas", informou Piolla.

Segundo o secretário, a parceria possibilitará que os empreendedores obtenham créditos junto ao Sicoob com taxas reduzidas para capital de giro e investimentos. "As taxas vão de 1% a 1,5% com prazos de 12 a 36 meses para pagamento do empréstimo. É uma vantagem diferenciada em relação ao mercado", avaliou.



Piolla: "Objetivo principal é apoiar os pequenos negócios, movimentar a economia e gerar empregos"

Piolla explicou que, após a assinatura do convênio, os interessados poderão procurar o Banco do Empreendedor ou qualquer um dos postos de atendimento e agências do Sicoob. "A nossa expectativa é movimentar a economia e gerar empregos. O desempenho de Foz no Caged foi ruim em junho, com saldo de 200 empregos, enquanto Cascavel teve 600. Claro, Foz sentiu mais os reflexos de fatores como a greve dos caminhoneiros, mas precisamos fomentar e gerar mais empregos", opinou o secretário.

Alocação de recursos

O projeto aprovado na quarta-feira pelos vereadores era necessário para fins de prever a alocação de recursos a título de garantia de financiamentos a serem concedidos por instituições financeiras em convênio com a Garantioeste. A norma exige que essa garantia fique consignada na Lei Orçamentária Anual do município de cada exercício financeiro.

Conforme a justificativa do prefeito, "o aporte adicional de recursos segue o interesse públi-

co na consolidação das políticas de incentivo ao fortalecimento dos pequenos negócios no município, conforme estabelece o Estatuto Nacional da Pequena Empresa. A Lei Complementar nº 229, de 23 de dezembro de 2014, estabelece o compromisso do município em oferecer à sociedade mecanismos que permitam aos empreendedores e pequenos negócios, entre outras, o acesso ao crédito de forma acessível e menos burocratizada".

Ainda conforme argumentação do Executivo, "o município de Foz do Iguazu que, dentre seus desafios, elegeu a agenda 'desenvolvimento econômico' como uma de suas prioridades, não pode obter êxito se não considerar os pequenos negócios como fundamentais para consolidar essa política". A prefeitura destaca "a grande capacidade destes negócios em gerar empregos, fornecer produtos e serviços para as compras públicas locais, contribuir com a arrecadação e, também, fortalecer o ambiente de empreendedorismo".

BARRETO

RAPIDEZ,
SEGURANÇA,
CONFIABILIDADE,
EXPERIÊNCIA E
RESPONSABILIDADE.

FRETAMENTO PARA:
VIAGENS NACIONAIS E INTERNACIONAIS,
PASSEIOS TURÍSTICOS, FEIRAS,
CONVENÇÕES E EXCURSÕES RELIGIOSAS.

COM Nossos Ônibus Estivados em Linha: **FOZ DO IGUAZU - SÃO PAULO**
WWW.BARRETO.COM.BR FONE: +55 3523-0100
41 9 9862-7297

AL BARRIO ESTIVADO 119 - SALA 11
7º ANDAR - GUARUJÁ
R. DE BRASÍLIA - FURNAS - SÃO PAULO

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

23/07/2018

Jornal Gazeta do Iguçu – 23 de Julho de 2018 Pág.06

Traíras

Segundo confessaram a este Corvo, alguns assessores nomeados teriam recebido a orientação para descer a lenha no governo. A situação chegou a ser tão insuportável que até os chefes passaram a ser desafiados. Numa das situações, alguém teve de ouvir: quem manda em mim não é você, é sim o vereador fulano de tal. Pensa em algo assim? Então por que um indivíduo desses não vai trabalhar na Câmara?

24/07/2018

ELEIÇÕES 2018

Partidos abrem convenções, mas adiam homologação dos nomes

Quatro partidos abriram as convenções no último final de semana; nomes para deputado não estão fechados

Elson Marques
Freelancer

Os partidos políticos têm prazo até 5 de agosto para fechar a lista e homologar os candidatos para a disputa das eleições deste ano. No primeiro fim de semana do período, quatro partidos abriram convenções, mas os nomes dos concorrentes a deputado ainda não foram fechados. Neste espaço de tempo, os dirigentes vão tentar acordos para coligações. As convenções são de âmbito estadual.

No sábado, o PSD do Paraná decidiu na convenção pelo lançamento de Ratinho Junior ao Governo do Estado. Em Foz do Iguazu, os nomes lançados como pré-candidatos a deputado estadual pela região são Professor Sérgio e Inês Weizemann; e para federal, Vermelho, Marcio Rosa e Evandro Roman. Entretanto, na convenção, surgiu também o nome do apresentador de televisão e morador de Medianeira Flávio Ferrari, conhecido como *Faca na Bota*, para concorrer a deputado estadual.

O presidente do PSD em Foz, Wanderlei Teixeira, afirmou que todos são pré-candidatos. "Somente após homologação e registro pelo PSD. Por en-

quanto, somente foi homologado o nome do Ratinho Junior para governador. A convenção ficará aberta até o dia 5 de agosto", disse.

O PSC, que deverá apoiar Ratinho, abriu a convenção, mas também definirá a lista na última semana do fim do prazo, devendo a deputada estadual Claudia Pereira ser confirmada como candidata à reeleição.

O MDB também abriu convenção no fim de semana indicando Roberto Requião, a princípio, para disputa ao Senado. O presidente do partido em Foz, Roberto Apelbaun, não confirmou intenção da sigla em lançar candidato a deputado por Foz do Iguazu, devendo apoiar um dos nomes já anunciados como pré-candidatos.

O Pros e o PV são os outros dois partidos com convenções abertas no fim de semana. O Pros deverá definir até o dia 5 apoio a um dos concorrentes ao governo e não tem nomes de Foz lançados para concorrer à Assembleia ou Câmara Federal. Já o PV informou, por meio do líder do partido em Foz, Irineu Ribeiro, que a convenção ocorrerá no sábado apresentando chapa completa para deputado. "Em Foz, nes-



Período de convenções fica aberto até o dia 5 de agosto

sa eleição, não teremos candidato a deputado federal. Teremos candidato a deputado estadual, o Julio Fabri."

Cronograma

A maioria dos partidos já definiu data para a realização das convenções. O Psol fará a convenção no dia 27 de julho, na sede da APP-Sindicato em Curitiba, devendo homologar os nomes da professora Kátia a deputada federal e do estudante Jhonatan Vieira a estadual.

O PR terá convenção no dia 28, tendo o deputado Giacobbo como pré-candidato a deputado federal. Elizeu Liberato é pré-candidato a deputado estadual, todavia aguarda a convenção do partido para análise da coligação para deputado estadual que seja viável e com probabilidade de eleição.

O PT realizará convenção no dia 28 de julho, na sede do partido, em Curitiba. "Além do Vitorassi para deputado federal, deveremos confirmar a candidatura do Cleomar Silveira [*Gaúcho do Paver*] e da Leiri da Cunha Duarte ou Geny Lemes da Silva para deputado estadual. Em se consolidando a aliança com o PCdoB, teremos a dobradinha com o Nilton Bobato a estadual", disse o presidente do PT em Foz, Edson Thomas.

Segundo ele, devem ser confirmados os nomes do Dr. Rosinha para governador e de um candidato a senador, podendo ser de apoio a Roberto Requião. No PCdoB, um dos representantes da sigla em Foz, Pablo Braga, informou que o partido terá sua convenção estadual no dia 4 de agosto.

"A probabilidade maior é de que lançemos o camarada Nilton Bobato para deputado estadual", reforçou.

O PDT realizará convenção no dia 4 de agosto. "Temos pré-candidato a governador, o Osmar Dias, e uma pré-lista de pré a estadual e federal", afirmou o vice-presidente

do partido em Foz, Ortêncio Castilha. De Foz do Iguazu aparecem na pré-relação Nilton Friedrich e Jaime Gomes a deputado federal e Nanci Rafagnin para estadual.

O Podemos tem convenção pré-agendada para o dia 4 de agosto. "Só após a convenção é que teremos as definições do rumo a ser tomado pelo partido", disse o presidente da agremiação em Foz, Tenente-Coronel Jahnke. O desembargador aposentado Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira e Jackson Cabañas são os pré-candidatos à Câmara Federal do Podemos.

No PSDB, a convenção está prevista para 4 de agosto, com indicação de confirmar Phelipe Mansur como candidato a deputado estadual.

Definições nos próximos dias

Ainda restam informar as datas os partidos PPS, do radialista Nelso Rodrigues, pré a deputado estadual; PRB, que tem como opções Jeferson Brayner para estadual e Soldado Fruet e o empresário Mire Balotini lançados como pré-candidatos a deputado federal; o PTB, de Edson Narizão, que busca vaga para concorrer à Assembleia Legislativa.

O partido Novo, que lançou como pré à Câmara Federal a médica Layna Nunes; o PPL, que tem como opção para deputada federal a agente de Polícia Federal Bibiana Orsi; e o Rede, com Amilton Farias com pré para concorrer a deputado federal; PSL, de Cassio Lobato, lançado pelo partido como pré a deputado federal; e o PSDC, de Dirceu Moreira, que tenta vaga para disputa a deputado estadual.

LÉA VIANNA

Fundadora confirma presença nos 41 anos da Guarda Mirim de Foz do Iguaçu

Organização criada em 1977 já encaminhou ao mercado de trabalho mais de 30 mil adolescentes

Ronildo Pimentel
Freelancer

A fundadora da Guarda Mirim, a ex-primeira-dama Léa Leoni Vianna, confirmou presença em Foz do Iguaçu na próxima quinta-feira (26), dia em que a organização completará 41 anos de fundação. A data será lembrada com uma celebração, na sede da entidade, com presença de ex-guardinhas das últimas quatro décadas, que irão prestar uma homenagem especial, adiantou o presidente Hélio Cândido do Carmo.

A Guarda Mirim de Foz do Iguaçu surgiu da necessidade de promover alguma ação em favor de oito meninos que viviam sem amparo na sede da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI). A fundação oficial, em 26 de julho de 1977, foi possível após a

criação de uma estrutura administrativa composta por 18 membros da sociedade civil organizada, denominada Órgão Deliberativo.

"Teremos a Dona Léa que, com muita disposição, tem acompanhado de perto as transformações e atividades que vêm sendo realizadas", disse Hélio do Carmo. Na recepção à fundadora, adiantou o presidente, os ex-guardinhas estarão uniformizados. "Será um momento de muita emoção, sem dúvida", afirmou.

"A presença dela não tem preço. É um sentimento mútuo de troca e de inspiração, além de uma oportunidade para que os adolescentes atendidos hoje possam conhecê-la", ressaltou Hélio, que foi guarda mirim na década de 1980. A fundadora já foi declarada Cidadã Honorária de Foz do Iguaçu, homenagem



Foto: Nilson Boivin/Arquivo

Dona Léa durante reunião com guardinhas quando recebeu título de Cidadã Honorária de Foz do Iguaçu

aprovada pela Câmara de Vereadores.

Contexto

A história da organização é marcada por pessoas que passaram pelo local e hoje são empresários, advogados, mestres, servidores públicos e outras profissões. Vanguarda na inserção de adolescentes no mundo do trabalho na condição de

aprendiz, a Guarda Mirim já atendeu mais de 30 mil jovens em sua história.

Além disso, ela está em constante movimento incorporando novos conceitos visando sempre a atender com qualidade os usuários do serviço, sendo referência para outras instituições em todo o território brasileiro.

"Ao chegar aos 41 anos, destaque que não olhamos a

instituição como número, mas sim um conjunto de ações e atividades que nos permite a conquistar um lugar especial no coração da comunidade", declarou o presidente. Segundo Hélio, é uma vitória garantir oportunidade de acesso ao direito à profissionalização daqueles adolescentes que mais necessitam de um amparo.

"É um orgulho muito grande encontrar adolescentes que passaram pela instituição, que deram os primeiros passos na área profissional, que aprenderam, cresceram e se desenvolveram e que hoje estão muito bem posicionados, demonstrando a importância e quanto relevante é a atuação em Foz do Iguaçu", frisou Hélio.

E ele completou com uma profecia: "Tu és a semente que foi plantada em solo fértil, cada movimento

seu transforma a vida de milhares, garante direitos, gera oportunidade... Você nunca ficará só, a cada aniversário um anjo entra, paira e permanece sobre ti".

Realidade

Em 2013, o número de integrantes do Órgão Deliberativo foi reduzido para 17 com a saída do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado. A organização conta hoje com uma carteira de clientes e amigos fiéis, alguns juntos desde a sua fundação.

O presidente não quis citar nomes dos clientes e amigos para não cometer erros. Segundo ele, são mais de 150 empresas que abraçam a organização ano a ano, permitindo dar oportunidade de profissionalização e inserção de adolescentes no mundo do trabalho a mais 800 aprendizes todos os anos.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Fatos da Fronteira – 24 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/fatosdafronteira/posts/>

 **Fatos da Fronteira** 24 de julho às 23:55 · 🌐

Chico Brasileiro está sendo apertado pelas promessas que fez aos companheiros. De um lado Brayner, de outro Rogério Quadros, no canto Inês e Marcio Rosa, na área vip Nanci e no coração bem vermelho, Bobato. Todos cobram seu apoio. A conta chegou Chico!

Soldado Fruet tem a ideologia do Namorador, de dia declara amor ao bolsonaro e a noite, a Alckimin ou Lula, depende apenas do que o partido PROS (Cazuza e Dr. Brito) mandarem. Esse daí na PM é conhecido como BAGRE ENSABOADO, ou melhor, BAGRE SEBOSO.

Pesquisas de partido da cidade tem direcionamento claro, Inês e Marcio Rosa.

Vitorassi tenta erguer o PT em Foz do Iguaçu. Para ele, terá mais de 40 mil votos nessa eleição.

O observatório social assim com a acifi dormem o sono tranquilo de quem não se importa com os escândalos iguaçuenses. Nem o show de Nanci acordou eles.



FATOSDAFRONTEIRA.BLOGSPOT.COM

PEROLITAS IGUAÇUENSES X

Chico e o PSD Batendo asas pelo lado da Prefeitura, o nosso passarinho...

   43

25 comentários · 10 compartilhamentos

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

25/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 25 de Julho de 2018 Capa



Economia

Aeroporto de Foz registra aumento de 300% na movimentação de cargas

Nos primeiros seis meses do ano, o complexo logístico paranaense soma 909,9 toneladas de cargas processadas página 18

Região Oeste

Operação Fronteira Segura reforça as ações de combate ao crime organizado

página 12



GAZETADIÁRIO

Do Iguaçu, quarta-feira, 25 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 628 — R\$ 2,00

Nova lei

Estrutura administrativa da prefeitura está definida



Poder Executivo tem 20 estruturas de primeiro escalão, entre secretarias e órgãos com status de secretarias página 4

Compras públicas

Câmara técnica promove encontro com empresários



O Encontro de Oportunidades para Empreendedores Públicos e Fornecedores e o lançamento do Portal de Compras Territorial serão no Sesc da Vila A página 6

Sem identificação

Homem é executado com tiro na nuca e agressão



Vitima foi localizada em um matagal na área rural de Foz do Iguaçu; corpo aguarda identificação no IML página 28

Seis dos quinze vereadores de Foz mantêm pré-candidaturas

Os partidos têm até o dia 5 de agosto para oficializar em convenção os nomes que vão disputar as eleições deste ano página 2



Foto: Roger Mendes

Paralisação

O protesto dos trabalhadores do transporte coletivo atrapalhou os usuários do sistema em Foz do Iguaçu no início da manhã dessa terça-feira (24). A mobilização, deflagrada às 8h, dificultou para muitos chegarem ao local de trabalho ou visitar parentes que residem nos bairros mais distantes da região central página 7

Previsão para 2019

Publicada LDO com estimativas de R\$ 1,1 bilhão em orçamento

Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelos vereadores está em vigor página 8

Foz do Iguaçu, quarta-feira, 25 de julho de 2018

GAZETADIÁRIO

Política | 03

ELEIÇÕES 2018

Seis vereadores mantêm pré-candidatura para deputado

Elizeu, Nanci, Jeferson, Marcio, Inês e Rosane articulam vaga para disputar eleições

Elson Marques
Freelancer

Os partidos têm até o dia 5 de agosto para oficializar em convenção os nomes que vão disputar as eleições deste ano. Entre as opções estão seis dos 15 vereadores de Foz do Iguaçu. Elizeu Liberato (PR), Nanci Rafagnin Andreola (PDT), Jeferson Brayner (PRB), Marcio Rosa (PSD), Inês Weizemann (PSD) e Rosane Bonho (Progressista) articulam vaga para disputar cadeiras na Assembleia Legislativa e Câmara Federal.

Elizeu Liberato confirmou que mantém a pré-candidatura a deputado estadual pelo PR, porém aguarda a convenção do partido para análise da coligação para que seja viável e com probabilidade de eleição. "Havendo uma chapa com boa viabilidade, meu nome fica mantido, mas se houver um chapão com necessidade de votação muito alta, fica inviável", ponderou Elizeu. A convenção do PR ocorrerá no próximo sábado (28) em Cascavel.

A vereadora Inês Weizemann, que era suplente pelo PCdoB na legislatura anterior, elegera-se em 2016 no PSD, foi escolhida entre os pares

como presidente da Câmara, teve ascensão ao cargo de prefeita interina por quatro meses e foi secretária de Saúde por quase um ano. O nome dela está lançado pelo PSD de Foz como pré-candidata a deputada estadual.

"Batalhamos durante muitos anos para chegar à Câmara de Foz. Quis o destino que, depois de eleita vereadora, eu assumisse a prefeitura interinamente e que depois continuasse na administração municipal como secretária de Saúde. Em abril, deixei a secretaria e voltei à Câmara de Vereadores com o objetivo de ajudar a reconstruir Foz do Iguaçu. Penso agora que com essa experiência tenho condições de continuar defendendo Foz do Iguaçu, na Assembleia Legislativa", afirmou Inês.

A convenção do PSD começou no sábado e continua em aberto até o dia 5 de agosto.

Trâmite político

Nanci Rafagnin Andreola está na pré-lista do PDT como opção para concorrer a deputada estadual. Ontem (24) o esposo e principal incentivador da carreira política da vereadora, o ex-presidente da Câmara Vil-



Elizeu, Nanci, Jeferson, Inês e Rosane tentam vaga na disputa para deputado estadual; e Marcio Rosa, a federal

mar Andreola, afirmou que o trabalho de Nanci e o bom desempenho nas urnas a credenciam para disputar as eleições. Por três vezes, ela foi a mais votada na história do Legislativo municipal. Já disputou eleição para deputada estadual em 2010, quando obteve 28,8 mil votos.

"Logo no início do atual governo, a Nanci teve a iniciativa de aproximar o prefeito Chico Brasileiro do governador Beto Richa, que estiveram em lados opostos na campanha política. O resultado prático e imediato disso foi o estado

manter o Hospital Municipal destinando aproximadamente R\$ 7 milhões por mês. Depois houve um trabalho como resultado dessa ação política iniciado bem antes que foi a viabilização do projeto do viaduto da Costa e Silva, em fase de licitação", disse Vilmar. A convenção do PDT está marcada para o dia 4 em Curitiba.

Rosane Bonho espera confirmação do nome como candidata a deputada estadual na convenção do Partido Progressista agendada para o dia 4, também na capital. "Minha disposição é ser candidata em qualquer cená-

rio, pois a cidade precisa de representação feminina. Somos tão poucas. Estou decidida a não abrir mão por isso. Defenderei políticas públicas voltadas para as mulheres, defenderei mais investimentos no turismo e políticas públicas para crianças e idosos", afirmou Rosane.

O vereador Jeferson Brayner é pré-candidato a deputado estadual pelo PRB, mas até o fechamento da edição não havia respondido às chamadas da redação para comentar o assunto. O partido deverá realizar convenção no dia 4 de agosto.

Disputa para a Câmara Federal

Dos seis vereadores pré-candidatos, um deles busca vaga para a disputa de cadeira na Câmara Federal. Marcio Rosa (PSD) é muito ligado às lutas do setor de saúde, educação e defesa dos direitos das crianças e adolescentes. "Sou presidente licenciado da Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Paraná. O Brasil precisa de mudanças, mas com pessoas que tenham visão para defender os que precisam, combater as desigualdades e ter um país mais justo", opinou Marcio Rosa. Para ele, é inadmissível uma cidade como Foz do Iguaçu, com 168 mil eleitores, não ter um deputado federal eleito diretamente. "Precisamos ser bastante maduros nesse momento, avaliar todas as coligações, todos os partidos e o que é melhor para Foz do Iguaçu. Sem vaidades ou sem interesses pessoais, mas sim com interesse coletivo, interesse da cidade", afirmou o vereador.

O TAMANHO DA MÁQUINA

Nova lei define a estrutura administrativa da prefeitura

Poder Executivo tem 20 estruturas de primeiro escalão, entre secretarias e órgãos com *status* de secretarias

Elson Marques
Fotógrafo

O Poder Executivo publicou ontem (24) no Diário Oficial uma nova lei consolidando em uma só norma toda a estrutura administrativa da prefeitura. Ela reúne todas as alterações promovidas no organograma nos últimos cinco anos. Na prática é uma atualização das leis em vigor. Não cria novos cargos, prevendo, entretanto, a transformação da Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica em Diretoria de Produção Asfáltica.

Conforme emendas aprovadas na Câmara, a Secretaria de Governo ficou com as funções estratégicas e políticas que antes estavam previstas no projeto como dever do Gabinete do Vice-Prefeito. Com isso, as articulações do governo, incluindo o relacionamento e entendimentos com os vereadores e a sociedade organizada, devem ser feitas pela Secretaria de Governo.

A máquina administrativa está constituída, além do Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito, de 20 unidades de primeiro escalão, entre secretarias e órgãos com *status* de secretarias, incluídas as duas autarquias e uma fundação. Nessa quantidade também está a Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos, que por ter sido criada por decreto não aparece nesta lei da estrutura centralizada.

De segundo escalão, nível de diretoria, são 68 cargos, sendo 43 diretores, 25 assessores técnicos especiais, um assessor político especial e um ouvidor-geral do município. Em terceiro escalão (ASS-2) são 101 cargos e mais 50 assessores (ASS-3).

Confira como ficou a estrutura

Gabinete do Prefeito: Diretoria de Gabinete; Ouvidoria-Geral do Município; e oito Assessorias Técnicas Especiais.

Gabinete do Vice-Prefeito: Assessoria Técnica Especial e Coordenadoria de Apoio ao Gabinete do Vice-Prefeito.



Prefeito Chico Brasileiro decidiu reunir em uma só lei todas as estruturas governamentais

Secretaria de Governo: Diretoria de Apoio Governamental; Diretoria de Informações; Institucionais; Diretoria de Comunicação Social; Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas; Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo; e Assessoria Técnica Especial.

Procuradoria-Geral do Município: Diretoria de Assuntos Fazendários; Diretoria Administrativa de Processos e Prazos; Diretoria do Procon; e duas Assessorias Técnicas Especiais.

Secretaria Municipal da Administração: Diretoria de Administração; Diretoria de Patrimônio e Almo-xarifado; Diretoria de Licitações e Contratos; Diretoria de Gestão de Pessoas; Diretoria de Saúde Ocupacional; Coordenadoria da Escola de Governo; e duas Assessorias Técnicas Especiais.

Secretaria da Fazenda: Diretoria de Receita; Diretoria de Gestão Financeira; Diretoria de Convênios e Subvenções; Diretoria de Gestão Orçamentária; e Diretoria de Fiscalização.

Secretaria de Tecnologia da Informação: Diretoria de Engenharia de Software; Diretoria de Telecomunicações; e Diretoria de Infraestrutura e Segurança da Informação.

Secretaria de Assistência Social: Diretoria de Gestão Financeira do Sistema Único de Assistência Soci-

al; Diretoria de Gestão do Sistema Único de Assistência Social; Diretoria de Proteção Social Básica; Diretoria de Proteção Social Especial; e Diretoria de Políticas Transversais no Sistema Único de Assistência Social.

Secretaria da Educação: Diretoria de Ensino Fundamental; Diretoria de Assistência ao Educando; Diretoria de Educação Especial; Diretoria de Educação Infantil; e Coordenadoria de Merenda.

Secretaria da Saúde: Diretoria de Vigilância em Saúde; Diretoria de Atenção Básica; Diretoria de Supervisão e Controle; Diretoria de Assistência Especializada; Diretoria de Gestão em Saúde; Diretoria de Residência Médica e Qualidade; Diretoria de Urgência e Emergência; duas Assessorias de Apoio Técnico ao Gabinete; e Assessoria Técnica Especial.

Secretaria da Agricultura e Abastecimento: Diretoria Agropecuária; Diretoria de Abastecimento; e duas Assessorias Técnicas Especiais.

Secretaria de Meio Ambiente: Diretoria de Meio Ambiente; Diretoria de Licenças Ambientais e Projetos; Diretoria de Serviços Urbanos; e Assessoria Técnica Especial.

Secretaria Municipal de Obras: Diretoria de Obras; Diretoria de Serviços e Manutenção; Diretoria de Iluminação Pública; Diretoria de Pavimentação; Diretoria de Manutenção Viária; e Diretoria de Produção Asfáltica.

Secretaria de Turismo, Indústria, Comércio e Projetos Estratégicos: Diretoria de Desenvolvimento do Turismo; Diretoria de Promoção, Marketing e Eventos do Turismo; Diretoria de Assuntos Internacionais; Diretoria de Captação de Investimentos; Diretoria de Desenvolvimento Industrial, Comercial e de Serviços; Diretoria de Desenvolvimento Socioeconômico e Integração Regional; Diretoria de Empreendedorismo; Coordenadoria da Casa do Empreendedor; e Assessoria Técnica Especial.

Secretaria do Trabalho, Juventude e Capacitação: Diretoria de Juventude e Diretoria do Trabalho e Capacitação.

Secretaria de Esporte e Lazer: Diretoria de Planejamento do Esporte e Lazer; Diretoria Técnica; Coordenadoria de Projetos Esportivos; e duas Assessorias Técnicas Especiais.

Secretaria de Segurança Pública: Diretoria da Guarda Municipal; Diretoria Técnica; Diretoria de Logística; Diretoria de Segurança Patrimonial; Corregedoria da Secretaria Municipal de Segurança Pública; Coordenadoria da Ouvidoria da Secretaria Municipal de Segurança Pública; Coordenadoria de Trânsito; e Coordenadoria de Defesa Civil.

Secretaria de Planejamento e Captação de Recursos: Diretoria de Análise de Projetos; Diretoria de Uso e Ocupação do Solo Urbano; Diretoria de Captação de Recursos; Diretoria de Gestão e Controle de Recursos; Diretoria de Gestão de Projetos; Diretoria de Projetos Complementares; Coordenadoria do Núcleo de Gestão Estratégica; e duas Assessorias Técnicas Especiais.

Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu (Foztrans); Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu (Fozhabita); Fundação Cultural de Foz do Iguaçu; e Autarquia Especial Foz Previdência (Fozprev — órgão descentralizado).

PREVISÃO PARA 2019

Diário Oficial publica a LDO com estimativas de R\$ 1,1 bi em orçamento

Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada pelos vereadores está em vigor

Elson Marques
Freelancer

A Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada na Câmara de Vereadores foi publicada em Diário Oficial do Município. Para fins de elaboração do orçamento municipal para 2019, ficou estabelecida a estimativa de receitas em R\$ 1,14 bilhão. A LDO é o instrumento legal que norteia a Lei Orçamentária Anual que deverá ser apresentada ao Legislativo e aprovada até a última sessão ordinária do ano, na segunda quinzena de dezembro.

As despesas correntes ficaram estimadas em R\$ 935,5 milhões, o que corresponde a 8,02% em relação aos valores deste ano. As despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São compostas pelas despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. A evolução fica atrelada ao desempenho da arrecadação municipal.

As despesas de capital para o ano que vem ficaram estimadas em R\$ 158,9 milhões, com evolução de 25,27% em relação ao previsto em 2018. O índice está relacionado ao aumento da



LDO para 2019 projeta aumento na capacidade de investimentos do município

capacidade de investimentos do município. As despesas de capital são aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. São compostas pelos grupos de natureza da despesa com investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida.

Os investimentos estão previstos em R\$ 144,9 milhões, um aumento de 27,38% em relação aos valores estimados para 2018. O montante para 2019 inclui as despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de

imóveis considerados necessários à realização, com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, além da execução dos projetos de acordo com operações de crédito já contratadas.

Vale lembrar que desde este ano todos os recursos de royalties da Itaipu foram direcionados a investimentos. A partir de 2019 haverá acréscimo projetado e também estará destinado para o mesmo fim, garantindo uma importante reserva para contrapartidas e investimentos próprios.

Receitas

No campo das receitas correntes, compostas tanto por recursos de arrecadação própria quanto pelos recebidos por meio de transferências, as estimativas para 2019 são de R\$ 1,024 bilhão, o que corresponde a 7,35% a mais em relação a este ano. Os valores foram definidos com base em projeções, variáveis macroeconômicas e, sobretudo, no desempenho esperado para o PIB (Produto Interno Bruto), inflação nos períodos vindouros e comportamento da receita nos últimos anos.

Evolução da arrecadação própria

Em arrecadação própria, a Lei de Diretrizes Orçamentárias traz a evolução dos valores e as previsões até 2021. O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza rendeu em 2015 R\$ 58,2 milhões e teve um salto de 26,6% no ano seguinte, chegando a R\$ 73,7 milhões. Alcançou R\$ 82,7 milhões em 2017 (aumento de 12,2%) e para este ano a previsão é de elevação em 14,8%, atingindo a cifra de R\$ 95 milhões. Para 2019, a prefeitura projeta receber R\$ 144,1 milhões em ISSQN.

O IPTU também vem evoluindo, pois saiu de R\$ 46,5 milhões em 2015 para R\$ 57 milhões em 2017. Para este ano, a previsão é de crescimento de 44,4%, chegando a R\$ 82,5 milhões. Para 2019, é de R\$ 91,17 milhões, representando crescimento de 10,51%.

ALDO traz as diretrizes que vão nortear a elaboração do orçamento anual levando em conta as políticas públicas para cada setor, a expectativa de receita e a previsão de despesas. O Executivo apontou que o projeto está baseado nos eixos do desenvolvimento e qualidade de vida. Contempla áreas do desenvolvimento econômico e emprego, infraestrutura, urbanismo e saneamento, educação, trânsito, meio ambiente e turismo, habitação, ação social, abastecimento alimentar e agricultura, saúde, segurança, cultura, esporte e lazer.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 25 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/nova-lei-define-a-estrutura-administrativa-da-prefeitura/29963>

Nova lei define a estrutura administrativa da prefeitura de Foz



O Poder Executivo publicou ontem (24) no Diário Oficial uma nova lei consolidando em uma só norma toda a estrutura administrativa da prefeitura. Ela reúne todas as alterações promovidas no organograma nos últimos cinco anos. Na prática é uma atualização das leis em vigor. Não cria novos cargos, prevendo, entretanto, a transformação da Diretoria Extraordinária de Produção e Controle da Pavimentação Asfáltica em Diretoria de Produção Asfáltica. Conforme emendas aprovadas na Câmara, a Secretaria de Governo ficou com as funções estratégicas e políticas que antes estavam previstas no projeto como dever do gabinete do vice-prefeito. Com isso, as articulações do governo, incluindo o relacionamento e entendimentos com os vereadores e a sociedade organizada devem ser feitas pela Secretaria de Governo. A máquina administrativa está constituída, além do gabinete do prefeito e do vice-prefeito, de 20 unidades de primeiro escalão entre secretarias e órgãos com status de secretarias, incluídas as duas autarquias e uma fundação. Nessa quantidade também está a Secretaria Extraordinária de Direitos Humanos, que por ter sido criada por decreto, não aparece nesta lei da estrutura centralizada. (Elsom Marques Freelancer /Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 25 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/diario-oficial-publica-a-ldo-com-estimativas-de-r-11-bi-em-orcamento/29957>

Publicada LDO com estimativas de R\$ 1,1 bilhão em orçamento



A Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada na Câmara de Vereadores de Foz foi publicada em Diário Oficial do Município. Para fins de elaboração do orçamento municipal para 2019 ficou estabelecida a estimativa de receitas em R\$ 1,14 bilhão. A LDO é o instrumento legal que norteia a Lei Orçamentária Anual que deverá ser apresentada ao Legislativo e aprovada até a última sessão ordinária do ano que acontece na segunda quinzena de dezembro. As despesas correntes ficaram estimadas em R\$ 933,3 milhões o que corresponde a 8,02% em relação aos valores deste ano. As despesas correntes são aquelas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. São compostas pelas despesas com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes. A evolução fica atrelada ao desempenho da arrecadação municipal. *(Elson Marques Freelancer/Foto: Divulgação)*

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 25 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/seis-vereadores-mantem-pre-candidaturas-para-deputado/29941>

Seis vereadores mantêm pré-candidaturas para deputado



Os partidos tem até o dia 5 de agosto para oficializar em convenção os nomes que vão disputar as eleições deste ano. Dentre as opções estão seis dos 15 vereadores de Foz do Iguaçu. Elizeu Liberato (PR), Nanci Rafagnin Andreola (PDT), Jeferson Brayner (PRB), Marcio Rosa (PSD), Inês Weizemann (PSD) e Rosane Bonho (Progressita) articulam vaga para disputar cadeiras na Assembleia Legislativa e Câmara Federal. Elizeu Liberato confirmou que mantém a pré-candidatura a deputado estadual pelo PR, porém aguarda a convenção do partido para análise da coligação para que seja viável e com probabilidade de eleição. “Havendo uma chapa com boa viabilidade meu nome fica mantido, mas se houver um chapão com necessidade de votação muito alta fica inviável”, ponderou Elizeu. A convenção do PR ocorre no próximo sábado (28), em Cascavel. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 25 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/R24Horas/posts/>



Resistência 24 Horas

15 h · 🌐

O chefe de gabinete do vereador Coronel Marcos Antonio Jahnke, Marcelinho M. Moura, esteve hoje com o secretário de administração visitando as obras de ligação asfáltica entre aparecidinha e Av república argentina, um grande passo para a história desta cidade. E em breve uma revolução asfáltica em toda a cidade.



👍👍👍 92

37 comentários · 6 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Não VIU? – 25 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/chico-bobato-iniciam-caca-as-bruxas-assessor-imprensa-da-camara-das-vitimas/>

CHICO E BOBATO INICIAM UMA “CAÇA ÀS BRUXAS”. ASSESSOR DE IMPRENSA DA CÂMARA É UMA DAS “VÍTIMAS”

25 Julho, 2018 By [Vínicius Ferreira](#) – [Deixe um comentário](#)



Ilustração: Pixabay

Para início de conversa, o vice-prefeito de Foz do Iguaçu Nilton Bobato negou ao Não Víu? a existência dessa “caça às bruxas”.

Já que é assim, e registrado isso, vamos aos fatos.

Depois da fatídica não aprovação, por iniciativa da vereadora Inês Weizemann (PSD), do projeto de lei que muda a estrutura administrativa da Prefeitura de Foz do Iguaçu, proposto pelo prefeito Chico Brasileiro, três pessoas que a vereadora empossou, quando era prefeita da cidade, no mandato tampão, foram sumariamente demitidas. Coincidência?

Tem mais: o blog recebeu informações de que outros quatro funcionários da prefeitura foram demitidos, logo após a rejeição do projeto pelos vereadores, sem qualquer explicação. Coincidência? É, pode ser.

Mais ainda, ontem (24), o jornalista (ou radialista?) Admilson Galhardo, do mesmo partido do vereador Elizeu Liberato (que também votou pela não aprovação do projeto de Chico e Bobato), o PR, foi sumariamente demitido da Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal, sem qualquer motivo ou explicação. Coincidência, também?

Outros funcionários da Câmara agora estão temerosos.

Esse projeto, é bom ressaltar, reforçaria o poder de Bobato no Executivo. O interessante é que o próprio Bobato disse ao Não Víu? que não queria nada disso. Se não queria, por que toda essa retaliação?

Conclusão: a briga é por causa da próxima eleição para deputado estadual. Chico quer apoiar Bobato, em detrimento dos outros candidatos do partido dele, o PSD, que trabalharam, e muito, para ajudá-lo a se eleger.

Como podemos ver, caros leitores, as práticas políticas continuam as mesmas, apesar dos discursos de Chico e Bobato.

Que feio! Muito feio.



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

26/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 26 de Julho de 2018 Pag.06

Fórum e Cúpula

Se o Fórum das Américas sofreu o baque, com a ausência dos representantes árabes e palestinos, imagina sem Bolsonaro e aliados? Segundo publicado em vários meios, o número de pessoas aguardadas para o encontro caiu pela metade nos últimos dias; sem os expoentes do partido, então, corre o risco de não realizar.

Carta

As sociedades árabes/palestinas/islâmicas se pronunciaram por meio de uma carta de duas páginas. Polido, diplomático e autêntico, o documento não menciona o Estado de Israel, mas pouco acusa Bolsonaro de defendê-lo, mesmo assim o conteúdo é crítico e coloca o deputado numa sinuca de bico.

Expectativa

No fim das contas o evento está mais chamando a atenção pela polêmica do que pelo encontro da "direitona". Dá para dizer que Donald Trump não faz tamanha rebulição.

Os "seis" da Câmara

É assunto vertente em todas as partes da cidade o fato de seis dos quinze vereadores da atual legislatura se mostrarem com disposição de encarar as eleições. Da lista, cinco nem esquivaram as cadeiras como vereadores e já querem ser deputados. Nanci Rafagnin Andreola é a única com experiência legislativa.



É cedo, amor...

Isso de criarem asas antes do tempo lembra a obra do genial Cartola, na letra de *O Mundo é um Moínho*; vamos cantar: "Ainda é cedo, amor; mal começaste a conhecer a vida; já anuncias a hora de partida; sem saber mesmo o rumo que irás tomar; presta atenção, querida; embora eu saiba que estás resolvida; em cada esquina cai um pouco a tua vida; em pouco tempo não serás mais o que és; ouça-me bem, amor; presta atenção, o mundo é um moínho; vai triturar teus sonhos, tão mesquinhos; vai reduzir as ilusões a pó; presta atenção, querida; de cada amor tu herdaráis só o cinismo; quando notares estás à beira do abismo; abismo que cavaste com os teus pés". Lindo, não é? Profético também.

Abandono

Então, uma pessoa fica anos fazendo campanha para vereador, finalmente conquista a cadeira na Câmara e pouco tempo depois abandona? Pois deveria haver uma lei impedindo novatos de disputarem eleições para deputado sem concluir a primeira legislatura. Dois anos é pouco para nutrir um legislador de todo o cabedal de informações sobre o poder. Deveriam honrar a promessa de defender os eleitores na Câmara. Mas cada um sabe da sua vida; por isso ela é um "moínho".

Vote certo

A Câmara sabe muito bem a carência que há em matéria de representantes de Foz nas esferas mais altas do poder, logo deveria dar exemplo num engajamento pelo esforço de eleger os candidatos viáveis. A este filme o Corvo já assistiu em várias ocasiões, da choradeira após o resultado. Vamos parar de pulverizar votos e partir para a escolha de quem possui chances.

1,1 bilhão

O valor é uma "estimativa" de arrecadação. Dinheiro no cofre, de modo que se possa aplicar a LDO, são outros quinhentos. O problema é sustentar, além das obras, a máquina administrativa e legislativa. O Corvo pescou uma nota que está circulando nas redes sociais e fará os seus comentários: a mão de obra em favor da política matematicamente insustentável.

E quem sustentamos?

Um presidente da República, um vice-presidente da República; um presidente da Câmara Federal; um presidente do Senado Federal; 81 senadores; 513 deputados federais; 27 governadores; 27 vice-governadores; 27 Assembleias Legislativas; 1.049 deputados estaduais; 5.568 prefeitos; 5.568 vice-prefeitos; 5.568 Câmaras Municipais e 57.931 vereadores! Quem aguenta uma coisa dessas?

Caixa pesado

Há um total de 70.794 políticos em atividades neste país; 12.825 assessores parlamentares na Câmara Federal (sem concurso); 4.455 assessores parlamentares no Senado (sem concurso); 27 mil assessores parlamentares nas Assembleias Legislativas (sem concurso — estimado/por falta de transparência); e 600 mil assessores parlamentares nas Câmaras Municipais (sem concurso — estimado/por falta de transparência). Isso soma um total geral de: 715.074 funcionários não concursados!!!

E quanto custa?

Esse tipo de situação não é sobre investimento, e sim gasto. E gastam R\$ 248 mil por minuto; R\$ 14,9 milhões por hora; R\$ 357,5 milhões por dia; R\$ 10,7 bilhões por mês. Que barbaridade!

O gasto total

Ele está acima de 128 BILHÕES por ano, mais 6 BILHÕES do FUNDO PARTIDÁRIO para 2018. Além disso, deve-se computar o rombo na Previdência Social com suas aposentadorias alienígenas. Há 35 partidos registrados no TSE e mais 73 partidos em formação. Que barbaridade! Durmam com esses números!



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Tribuna Popular – 26 a 30 de Julho de 2018 Capa



Tribuna Popular

EXCLUSIVO

Foz do Iguaçu, 26 a 30 de julho de 2018 | Edição 238 | Ano VI | R\$ 3,00

PREFEITO CHICO ATACA VEREADORES E AUMENTA TENSÃO NA CÂMARA



O prefeito Chico Brasileiro perdeu a paciência e atacou os vereadores que votaram contra um projeto de autoria dele que credenciaria empresas particulares para executar a retirada de árvores em vias públicas. De imediato Chico reagiu com retaliações demitindo cargos comissionados que teriam sido indicados por vereadores rebeldes.

■ Páginas 4 e 5

Vereadora Rosane Bonho tem como assessor o próprio sogro



Sogra da vereadora está nomeado no gabinete. Francisco Gardacho foi nomeado em fevereiro do ano passado pela portaria 69/2017 atendendo ofício da vereadora Rosane. O nomeado assessor (Francisco Gardacho) é padasto de Alcindo Bonho, esposo da vereadora Rosane Bonho. ■ Página 3

Nanci sofre nova representação por uso de documento falso

A reclamação protocolada na Câmara pede processo pelo Conselho de Ética e que ao final a vereadora tenha o mandato cassado por uso de documento falso.



■ Páginas 8 e 9

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Tribuna Popular – 26 a 30 de Julho de 2018 Pag.02

26 a 30 de julho de 2018

Tribuna Popular

PRETO NO BRANCO

Mais uma processante na Câmara Municipal

Parece que a Vereadora Nanci além de ser processada pela justiça, aparece uma segunda denúncia de falta de decoro parlamentar, agora pelo uso de documento falso. Só resta agora a vereadora exigir o compromisso do prefeito Chico de ter seu total apoio para se eleger deputada estadual. Afinal Chico traiu o Paulo Mac, Bobato traiu o Gessani. Só falta montarem uma nova secretária na prefeitura. Seria a Secretaria dos Traídos.



Tribuna Popular

Jornalismo sem censura

É uma publicação da Editora A Fronteira do Oeste Ltda.
CNPJ 04.640.198/0001-29 | Insc. Municipal 30125
Telefone (45) 3029-4999 - Foz do Iguaçu / PR
jtribunapopular@bol.com.br

REDAÇÃO

Diretor: Enrique Alliana
Jornalista Responsável:
Eduardo Alliana - MTB: 10700/Pr

COMERCIAL

Claudete Desbezal
Impressão: Grafimorte Gráfica

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do jornal

Vereadores já pensam em abandonar o barco pouco mais de um ano e meio no cargo

Lendo a matéria jornalística da Gazeta Diário, onde seis vereadores de Foz mantêm as pré-candidaturas para deputado (estadual e federal), vem a seguinte reflexão: Como explicar que a pouco mais de um ano e meio no cargo, vereadores já querem abandonar o navio. Por acaso o navio estaria afundando? Logo agora que começa a aparecer denúncias no Ministério Público Estadual.



Aposta feita

O jornalista Adelino de Souza apostou uma caixa de vinho que o pré-candidato a Deputado Federal Nelsi Cogetto Maria (Vermelho) vai fazer 30 mil votos somente em Foz do Iguaçu e Santa Terezinha de Itaipu. Aguardamos ansiosamente as eleições.

Câmara Municipal rachou

Segundo fontes, o presidente da Câmara Rogério Quadros já avisou que vai exonerar cargos comissionados de pessoas ligadas a vereadores que o denunciou no Ministério Público. Parece que o GAECO está de olho em atos meio que duvidosos na casa de leis. Teremos novidades. Parece que casamentos entre políticos não tem a cláusula de fidelidade.

Nepotismo dentro da Câmara de Foz

Na última edição do TP, o marido da vereadora Rosane Bonho rodou a baiana pela matéria com o título "Pré-candidata a deputada nomeia mãe e filho na Câmara Municipal", porém se esqueceu que nomear seu padraço também é considerado nepotismo. Ministério Público não gosta destas atitudes e acredito que em alguns casos o MP não precisa ser provocado.

Chico Lento

Em uma das frases mais pronunciadas durante a última eleição foi "eu sei fazer e eu vou fazer". Será que a saúde de Foz será referência no Brasil em 2050?

Vereadora Rosane Bonho tem como assessor o próprio sogro

No mesmo gabinete tem mais duas pessoas nomeadas que são mãe e filho

Da editoria de política

Foto: Divulgação

Relembre o outro caso

Na edição anterior divul-

Causou reboleção na Câmara e nas redes sociais a reportagem publicada pelo Tribuna Popular em que revelou a nomeação de uma senhora e o filho no gabinete da vereadora e pré-candidata a deputada Rosane Bonho. Apesar de a matéria esclarecer que não se tratava da mãe nem do filho da própria vereadora e sim parentes entre terceiros, os aliados de Rosane saíram com a defesa de que não existia nepotismo.

Pois bem, o Tribuna Popular resolveu investigar um pouco mais e descobriu que o sogro da vereadora está nomeado no gabinete. Francisco Gardacho foi nomeado em fevereiro do ano passado pela portaria 69/2017 atendendo o ofício da vereadora Rosane. O nomeado assessor (Francisco Gardacho) é padraсто de Alcindo Bonho, esposo da vereadora Rosane Bonho. Nas redes sociais se encontra imagens de Alcindo e o padraсто que quando nomeado vivia ou ainda vive com Vilma Lourenço Bonho, mãe de Alcindo.

Como não se trata de parente consanguíneo, é certo que a defesa virá dizer novamente que não é nepotismo. De qualquer forma, a Promotoria de Justiça deverá apurar os fatos e dar uma basta na imoralidade.

Nome: ALCINDO JONAS BONHO
RG: 5634542
Mãe: VILMA LOURENÇO BONHO
Pai: ALCIDIR BONHO
Nascimento: 30/06/1970
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: OSORIO

gamos que uma mãe e um filho estão nomeados no gabinete da vereadora Rosane Bonho. "Importante esclarecer que não se trata de mãe ou filho da vereadora," informou a reportagem, ainda que esse editor tomou conhecimento pelas redes sociais que a mãe de Rosane passa por um delicado estado de saúde e nada tem a ver com essa situação. Fica o registro e o desejo de franca recuperação da paciente.

O que o Tribuna publicou é que Pablo Michael Rodrigues Mendes aparece nomeado no cargo de assessor parlamentar no gabinete da vereadora símbolo PL5 de livre nomeação. A carga horária é de segunda a sexta-feira das 8h às 14h e recebe por isso salário mensal de R\$ 8.303,65.

Ocorre que a mãe dele, Zulneide Rodrigues, ocupa outro cargo PL-5 no gabinete de Rosane com o mesmo salário. Tudo isso deve ser averiguado pelo MP.



Alcindo (esposo de Rosane) e o padraсто Francisco, que é assessor nomeado no gabinete da vereadora



Diário Oficial do Município Prefeitura de Foz do Iguaçu

Ano XX Edição nº 3.007 de 22 de fevereiro de 2017 Nº de Páginas: 116

ATOS DO LEGISLATIVO

PORTARIA DA PRESIDÊNCIA Nº 49/2017

O Presidente Intermunicipal da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Resolução Legislativa nº 1093, de 9 de janeiro de 1993, alterada pela Resolução Legislativa nº 02/97, de 16 de maio de 1997, e tendo em vista a Resolução Legislativa nº 15/2003, de 17 de junho de 2003, alterada pela Resolução Legislativa nº 25/2005, de 15 de abril de 2005, regulamentada pelo

www.foz.gov.br

Ano XX Diário Oficial Nº 3.007 de 22 de fevereiro de 2017 Página 111 de 116

Ato da Mesa Diretora nº 02/2015, de 10 de abril de 2015, e em atendimento ao Ofício da Vereadora Rosane Pereira dos Santos Bonho, protocolado em 8 de fevereiro de 2017, processo 0103 nº 0122/2017.

RESOLVE

NOMEAR os indicados abaixo para exercerem o Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar, Referência PL-5, a contar de 8 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

NOME	RG	CPF
Francisco Gardacho	2.256.450-8 SESP/PR	368.173.664-20
Marcosia Riute	8.774.203-4 SESP/PR	049.670.839-27

Gabinete do Presidente Intermunicipal da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, 8 de fevereiro de 2017.

Rogério Jorge dos Santos Ferreira de Quadros
Presidente Intermunicipal

4 26 a 30 de julho de 2018

Tribuna Popular

POLÍTICA

Prefeito ataca vereadores e aumenta tensão na Câmara

O clima esquentou entre Executivo e Legislativo por conta de interesses contrariados

Da editoria de saúde
Reportagem

O prefeito Chico Brasileiro perdeu a paciência e atacou os vereadores que votaram contra um projeto de autoria dele que credenciaria empresas particulares para executar a retirada de árvores em vias públicas. O detalhe é que o morador pagaria pelo serviço que, em tese, seria uma responsabilidade do Município. Por conta da posição de sete vereadores, o prefeito criticou e clima de tensão aumentou entre o Executivo e o Legislativo.

Chico Brasileiro partiu para o ataque aos vereadores pela imprensa. Na Rádio Cultura ele declarou: "Creio que é um grande desserviço dos vereadores que votaram pela reprovação. Estão prestando um desserviço ao povo de Foz do Iguaçu. O projeto iria avançar na poda de árvores, permitindo que o cidadão fizesse a poda ou retirada de árvore, mas sempre autorizado pelo Meio Ambiente. Isso iria agilizar muito o processo de retirada de árvores. Temos milhares de árvores antigas que precisam ser retiradas".

No site da emissora consta que o prefeito também criticou a mudança de opinião dos vereadores sobre o projeto. "Sempre respeito e não interfiro nas decisões da Câmara, mas não posso deixar de opinar quando um projeto de grande relevância como esse é rejeitado por mesquinaria ou brigas internas lá da Câmara".

Ao jornal Gazeta Diário, Chico Brasileiro reforçou o descontentamento com a postura de uma parte dos vereadores: "Foi um grande equívoco a derrubada desse projeto. Iria atender um pedido dos contribuintes que buscam



Em emissora de rádio, Chico Brasileiro detonou a Câmara

agilidade. O corte de árvore só seria liberado com avaliação técnica e autorização prévia. Lamentável o comportamento de alguns vereadores que não avaliaram o interesse coletivo que esse projeto iria proporcionar".

Mudança de posição

Na semana anterior o projeto havia recebido 13 votos favoráveis e apenas um contrário. A vereadora Nanci Rafagnin Andreola ainda cumpria suspensão de 30 dias por conta de decisão do Conselho de Ética. Por se tratar de um projeto de lei complementar, o presidente da Câmara, Rogério Quadros também vota e por isso deu 13 a 1 na primeira votação. O voto contrário foi do vereador Elizeu Liberato.

Na semana seguinte quando o projeto entrou em segunda discussão e após as repercussões de que a lei passaria a permitir que o próprio morador efetue o corte da árvore (devidamente autoriza-

do pela prefeitura), porém arcaria com os custos da contratação de empresa licenciada, uma parte dos vereadores mudou de opinião.

Na votação foram sete votos a favor e sete contra. O empate, incluindo o voto do presidente, gerou dúvidas pela ausência temporária de Nanci. A assessoria técnica orientou o presidente informando que em se tratando de Projeto de Lei Complementar é exigida maioria absoluta, ou seja, oito votos. Como o projeto obteve sete votos, acabou rejeitado e arquivado.

Transferência de responsabilidade

Para o vereador Elizeu Liberato um dos pontos negativos do projeto é que o morador ou o comerciante iria pagar pelo corte de uma árvore da via pública na frente do imóvel quando estiver condenada ou representar risco à propriedade ou às pessoas que por ali transitam. "Estão

querendo atribuir aos municípios uma responsabilidade que é da prefeitura", afirmou o vereador Elizeu.

O vereador lembrou que "os passeios públicos, calçadas e ruas, são de responsabilidade do Município não podendo repassar esse dever aos cidadãos. Muitos não terão condições de pagar um corte de árvore para a empresa credenciada. E se ocorrer um acidente durante o serviço ou o morador sem condições de pagar deixar de fazer e a árvore cair sobre um imóvel, um carro uma pessoa? Quem vai ser responsabilizado? O município porque estava autorizado e não fez? Isso é preocupante. Caso o Município não tenha pessoas suficientes para fazer o serviço, então que realize uma licitação, contrate empresa e pague por árvore cortada".

A justificativa do Executivo é que diante da grande demanda com mais de 450 pedidos protocolados, a

equipe reduzida não consegue atender. A alternativa proposta no projeto é a prefeitura cadastrar empresas especializadas no ramo e o próprio morador ou comerciante, após entrar com o pedido e obter a autorização da prefeitura, contrate o serviço. A equipe do Município também continuaria com a prestação do serviço público. A contratação por conta própria seria uma opção.

Como votaram os vereadores

Votaram contra o projeto os vereadores Beni Rodrigues (PSB), Celino Fertrin (PDT), Elizeu Liberato (PR), Inês Weizemann (PSD), Adenildo Kako (Podemos), Márcio Rosa (PSD) e Protetor Jorge (PTB). A favor votaram Anderson Andrade (PSC), Jefferson Brayner (PRB), João Miranda (PSD), João Sabino (Podemos), Rogério Quadros (PTB), Rosane Bonho (PP) e Tenente-Coronel Jahnke (Podemos).

Governo Chico sofre derrotas na Câmara e reage com retaliações

Cargos comissionados exonerados teriam sido indicados por vereadores rebeldes

Da editoria geral
Foto: Divulgação

Mais um assunto a ser investigado pelo Ministério Público é a demissão repentina de alguns cargos comissionados na prefeitura. O ato teria sido retaliações do governo Chico Brasileiro contra vereadores rebeldes que num mesmo dia impuseram duas derrotas do prefeito na Câmara. O que precisa ser investigado é se os CC's demitidos foram indicados por vereadores.

Além da derrota na votação do projeto sobre corte de árvores por empresas credenciadas e pagas às custas do morador, o prefeito viu uma vereadora do próprio partido alterar, por meio de emendas, a ideia do próprio Chico em reforçar a estrutura administrativa para o vice-prefeito Nilton Bobato.

O projeto sobre o assunto oficializava para o gabinete de Bobato toda a articulação po-



lítica e interlocução do Executivo com a Câmara. Inês Weizemann apresentou emendas tirando esse poder de Bobato e repassando para a secretária de Governo, Salette Horst. A confusão está formada porque Salette nem tem esse perfil de fazer articulação política e quando foi chamada para o cargo a missão era de ordenação interna das secretarias de forma a fazer com que a máquina administrativa funcione de forma harmônica e focada nas ações do plano de governo.

Várias exonerações

Um depois em que o Executivo sofreu derrotas fragorosas na Câmara, o prefeito mandou lançar uma edição extraordinária do Diário Oficial do Município (nº 3.385), publicada no dia 18 de julho de 2018 com várias exonerações de cargos comissionados. Dentre eles estão Nilton Ferreira de Souza, Jose Eduardo Schueter e Jessica Talita Tadiotto.

O prefeito também mandou para a rua Claudemir Peffe, Evelyn Milly Silvero de Souza e Rosângela Queiroz de Oliveira.



Inês articulou a Supersecretaria de Governo

O Gabinete do Vice-Prefeito ficou na mesma situação com uma Assessoria Técnica Especial; e uma Coordenadoria de Apoio ao Gabinete do Vice-Prefeito. Já a Secretaria de Governo, apelidada agora de Supersecretaria, ficou gigante com Diretoria de Apoio Governamental; Diretoria de Informações Institucionais; Diretoria de Comunicação Social; Diretoria de Cerimonial e Relações Públicas; Assessoria Política Especial de Relações com o Legislativo; e (uma) Assessoria Técnica Especial.

Com as mudanças no projeto original sugeridas por

Inês Weizemann e aprovadas pelo plenário da Câmara, a Secretaria Municipal de Governo ficou definida na lei como o órgão ao qual incumbe: "a coordenação da administração com a comunidade, municípios, entidades e associações geográficas ou de classe; atuar como órgão central do sistema de articulação política do Governo Municipal, nas relações com as esferas de governo, demais poderes e órgãos da Prefeitura, e nos assuntos técnicos legislativos, administrativos, políticos e sociais, apoiando as ações governamentais;

Supervisionar e prover o funcionamento dos órgãos de colaboração e cooperação com as outras esferas do poder; manter e atualizar o arquivo de informações institucionais; o acompanhamento das questões regionais e assessoria nos assuntos voltados à Câmara Municipal; estabelecer mecanismos de integração entre os órgãos colegiados de aconselhamento e o Chefe do Poder Executivo, na consecução de suas finalidades precípuas; as atividades de coordenação de imprensa e comunicação social, relacionadas à execução dos serviços de divulgação,

sistematização, redação final, registro e publicação jornalística dos atos do Governo Municipal;

Manter e atualizar o arquivo de informações jornalísticas; gerenciamento do Diário Oficial do Município, o assessoramento ao Prefeito em suas relações públicas, funções sociais e representação em solenidades e atos oficiais; planejar e executar as ações de marketing governamental; desenvolver ações de interação social em canais de comunicação, a partir do compartilhamento colaborativo das políticas públicas de governo nas re-

des sociais, para conhecimento da população;

Supervisionar e prover o funcionamento dos órgãos de colaboração e cooperação com as outras esferas do poder; subsidiar o Poder Executivo com os dados relativos às expectativas e nível de satisfação da comunidade com a prestação dos serviços públicos; assessoramento ao Prefeito Municipal nos assuntos de sua competência e que nesta condição lhe forem cometidos e o fornecimento de dados e informações, a fim de subsidiar o processo decisório do Chefe do Poder Executivo.

Com excesso de pré-candidatos grupo do prefeito instala guerra

Mais de uma dúzia de nomes disputa a tapa confirmação nas convenções partidárias



Para se eleger prefeito, Chico Brasileiro prometeu apoio para vários partidos e agora pode queimar todos com o numero excessivo de candidatos

Da editoria política
Fotos: Divulgação

Para vencer as eleições de prefeito Chico Brasileiro fez acordos políticos com um grande número de partidos. Prometeu apoio a um e a outro para que lançassem candidatos a deputado. No momento, o prefeito se vê numa tremenda saia justa com a guerra instalada entre os membros do grupo político. Com excesso de pré-candidatos (lista já chega a 16), Chico Brasileiro tem dificuldades em manter sustentação política de agora em diante.

Até o dia 5 de agosto os partidos concluem as convenções e devem confirmar os nomes para a disputa. No

próprio partido do prefeito, o PSD, ninguém abriu mão e considerando a persistência um inviabiliza a eleição do outro e no fim a cidade corre o sério risco de perder ainda mais a representatividade em Curitiba e Brasília.

No sábado, o PSD do Paraná decidiu na convenção pelo lançamento de Ratinho Junior ao Governo do Estado. Em Foz do Iguaçu os nomes lançados como pré-candidatos a deputado estadual pela região são Professor Sergio e Inês Weizemann e para federal Evandro Roman e Vermelho. Entretanto, na convenção surgiu também o nome do apresentador de televisão e morador de Medianeira, Flávio Ferrari, conhecido como

Faca na Bota para concorrer a deputado estadual.

O presidente do PSD de Foz do Iguaçu é Wanderlei Teixeira que trabalha pelo fortalecimento de um grupo mais da direita tentando impedir o fortalecimento político de esquerdistas como a turma do PCdoB do vice Nilton Bobato. É certo que Bobato foi importantíssimo para eleição de Chico Brasileiro, mas agora parece descartável pelos direitistas ligados a Teixeira.

Em um dos episódios mais intrigantes dessa guerra política, a vereadora Inês Weizemann entrou com três emendas de um projeto do próprio prefeito impedindo reforço na estrutura do gabinete do vice. As emendas foram aprovadas

e comemoradas pelo grupo de Wanderlei Teixeira.

Briga por espaço

Só no PSD de Foz foram lançados seis pré-candidatos. Professor Sergio de Oliveira e Inês Weizemann para deputado estadual, Marcio Rosa a federal; Nelei Cogueto Maria, o Vermelho, também a federal (que se garantiu via partido em Curitiba), pois em Foz foi vetado pela cúpula. Os outros dois pré-candidatos do PSD nem são de Foz do Iguaçu. Evandro Roman (pré a federal), de Cascavel; e na convenção surgiu o nome do apresentador da Rede Massa, Flávio Ferrari, que reside em Medianeira onde é conhecido como Faca na

Bota (pré a estadual).

Grupo

No grupão do Chico Brasileiro estão ainda os pré-candidatos a estadual Gessani da Silva (Progressista); Rosane Bonho (Progressista); Nilton Bobato (PCdoB); Claudia Pereira (PSC); Nelso Rodrigues (PPS); Jeferson Brayner (PRB); Edson Narizão (PTB); e Nanci Rafagnin Andreola, que apesar de ser do PDT, diz que tem compromisso pessoal do prefeito em apoiá-la.

Além de Vermelho e Marcio Rosa, o grupão ainda reúne como pré-candidatos a deputado federal o Soldado Fruet (PRB); e Mire Balotin (PRB).

Gessani cobra compromisso que Bobato assumiu para ser o vice

Nilton Bobato prometeu apoio à Gessani para deputado estadual, mas deverá roer a corda



Nilton Bobato prometeu apoio a Gessani, mas agora eleito vice não deverá cumprir o acordo

Da editoria política

Foto: Reprodução

Nesse momento de definição de candidaturas começam a aparecer os acordos de bastidores e a traiçagem política. Parece que o ex-vereador Gessani da Silva será mais uma vítima do processo de acreditar em político e ser enganado. O vice-prefeito Nilton Bobato, do PCdoB, fez um acordo com Gessani para ser vice na chapa de Chico Brasileiro. Depois de eleito, o acordo está

sendo cobrado, mas o comunista não parece nada disposto a cumprir.

Para entender o assunto é importante lembrar que Chico Brasileiro só se tornou prefeito porque ocorreram duas eleições por conta da impugnação mantida pelo TSE (por 4 a 3) contra o eleito Paulo Mac Donald em outubro de 2016. Na primeira eleição, o candidato a vice-prefeito na chapa de Chico Brasileiro era o então vereador Gessani da Silva.

As eleições complemen-

tares foram marcadas para em 2 de abril do ano passado. O Tribuna Popular apurou que houve um acordo camarada do comunista Nilton Bobato com Gessani da Silva, que naturalmente disputaria como vice. O problema é que Bobato foi bem votado para vereador, mas devido ao péssimo desempenho da coligação não deu legenda e não pegou nem a suplência.

Sem nada, Bobato poderia se aventurar em lançar candidatura própria a prefeito ou se aliar com quem es-

tava mais fácil de vencer as eleições. O melhor espaço seria a vice, porém o que fazer se a vaga era do Partido Progressista com Gessani. Foi aí que surgiu o acordo. Gessani concordou em abrir mão da vice.

A contrapartida era Nilton Bobato não sair agora candidato a deputado e apoiar Gessani. A única condição é que o ex-vereador se viabilizasse como pré-candidato. Nessas articulações, o nome de Gessani chegou a ser preterido pelo partido na cida-

de principalmente depois que a suplente do PP, Rosane Bonho, assumiu o poder em razão da prisão de cinco vereadores reeleitos.

Gessani bateu às portas do partido em Curitiba e foi mantido como pré-candidato. O ex-vereador procurou Bobato para cobrar o cumprimento do acordo, mas percebeu que não vai rolar. O resultado disso é mais um foco de racha no grupo do prefeito que aos poucos vai desconstruindo a base política por conta da guerra interna.

Lista de pré-candidatos passa de 30

Com mais de 30 nomes, a lista de pré-candidatos a deputado por Foz do Iguaçu (a maior da história) pode inviabilizar a representatividade no Governo do Estado e em Brasília. A tendência é de pulverização

dos votos. Além dos 16 nomes ligados ao grupo do prefeito, outros 17 correm por fora como alternativas.

No PSDB o pré-candidato a deputado estadual é Phelipe Mansur. Buscam também vaga

para concorrer à Assembleia Legislativa Elizeu Liberato (PR); Dirceu Moreira (PSDC), Jhonatan Vieira (PSOL); Julio Fabri (PV) e Cleomar Silveira (Gaúcho do Paver) do PT.

Na ala dos pré-candidatos a

deputado federal que não são alinhados ao prefeito estão Fernando Giacobbo (PR); Nelton Friedrich (PDT); Jaime Gomes (PDT); Layna Nunes (NOVO); Dilto Vitorassi (PT); Bibiana Orsi (PPL); Professora Cátia Castro

(PSOL); Cassio Lobato (PSL); e Amilton Farias (REDE).

Na lista ainda tem Jackson Cabañas (Podemos); e Luis Sérgio Neiva de Lima Vieira (Podemos) buscando vaga para concorrer a deputado federal.

POLÍTICA

Nanci sofre nova representação por falta de decoro parlamentar

Documento protocolado na Câmara deverá ser analisado pelo plenário em agosto

Da editoria política
Foto: RPC

A vereadora Nanci Rafagnin Andreola sofreu uma nova representação por falta de decoro parlamentar. A reclamação foi apresentada pelo professor Maximiliano Kitaichuca Gehlen, que na condição de cidadão está pedindo que ela seja processada pelo Conselho de Ética e que ao final tenha o mandato cassado. Pelo que prevê o Regimento Interno e o Código de Ética, a representação deverá ser submetida a votação do plenário para ser aceita ou não.

Caso a maioria acate o pedido, será aberto novo processo no Conselho de Ética com prazo de 90 dias para conclusão. A denúncia de falta de decoro está fundamentada em fatos novos e ainda mais graves relacionados ao Caso Rock In Rio. O fato de a vereadora ter faltado a duas sessões da Câmara no ano passado e ter comparecido no dia seguinte ao festival de rock no Rio de Janeiro, lhe rendeu a suspensão das atividades legislativas por 30 dias. A medida foi considerada branda.

Na representação com centenas de páginas, o professor faz um relato detalhado do que aconteceu até o momento e argumenta sobre os fatos novos como a informação do médico sobre atestado falso. Outro fator é denúncia de co-

ação de uma assessora parlamentar de Curitiba para que registrasse declaração mentirosa em cartório para tentar livrar Nanci da cassação no primeiro processo.

"Ao longo da referida apuração, o nobre Conselho de Ética se deparou com a existência de circunstância nova, aliás, de ALTÍSSIMA GRAVIDADE, não contemplada na REPRESENTAÇÃO primitiva. É que o "Atestado



Médico" de que houvera se valido a REPRESENTADA era, na verdade, FRUTO DE GROSSEIRA FALSIFICAÇÃO, pois o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, apurou junto ao próprio Dr. Maxwell Fidélis de Pádua Almeida que este JAMAIS FORA O AUTOR DO MESMO", consta na representação.

Novos fatos

O autor do pedido de abertura do novo processo



Vereadora Nanci deverá enfrentar outro processo administrativo disciplinar

ou seja, a punição de "suspensão do exercício do mandato por 30 dias" não levou em consideração o fato de o referido Atestado Médico ser FRUTO DE FALSIFICAÇÃO".

Maximiliano Kitaichuca Gehlen, indica que "isso, certamente, explica a aplicação de punição tão branda, como assim a percebeu toda a população de Foz do Iguaçu".

Lembra que no Ministério Público Nanci foi "CRIMINALMENTE REPRESENTADA pela prática dos crimes de: Uso de documento falso (artigo 304, caput, do Código Penal); Falsificação de documento particular (artigo 298, caput, do Código Penal); Falsidade ideológica (artigo 299, caput, do Código Penal); e Peculato (artigo 312, caput, do Código Penal).

Além disso, sofreu ação civil pública na qual se requer sua condenação às penas previstas no artigo 12, incisos I, II e III, da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa).

Punições previstas

A representação lembra que perante a justiça cível, Nanci, por conta da FALSIFICAÇÃO EM SI, assim como pelo USO DO DOCUMENTO FALSIFICADO, além da evidente violação aos princípios que regem a Administração Pública, poderá ser condenada: à perda do que ganhou ilícitamente; ao ressarcimento integral do dano; à perda da função pública; à suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos; ao pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial; à proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais;

Ao pagamento de multa civil de até cem vezes o valor do subsídio mensal de vereador; e a condenação por danos morais coletivos, pelo desprestígio causado a esta Câmara Municipal de Foz do Iguaçu.

Comportamento da vereadora afrontou dignidade da Câmara

Caso de Nanci está seguindo para uma situação insustentável

Da editoria política

Foto Reprodução

Conforme consta na representação do professor Maximiliano Gehlen, a partir da publicação pelo Jornal Tribuna Popular, "disseminou-se na imprensa televisiva o natural interesse em torno de tal denúncia, afinal a REPRESENTADA, presidia o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Casa Legislativa. Além disso, essa Câmara Municipal é, desde, 2016 assolada por denúncias e escândalos intermináveis, tendo sido presos 12 dos seus 15 Vereadores em decorrência da conhecida Operação Nipoti, realizada pela Polícia Federal, chegando a ser cassados 5 de seus Vereadores acusados de corrupção e organização criminosa".

Além disso, escreve, "com a deflagração da Operação Renitência, também da Polícia Federal, o então Vereador Dr. Brito (de triste memória) viu-se preso e, de tão exposto, preferiu apresentar a própria renúncia. Ao mesmo tempo, a REPRESENTADA, sendo personalidade pública do mundo empresarial - líder da poderosa família Rafagnin - jamais poderia ter comprometido a reputação dessa Casa de Leis com seu procedimento IMORAL E INDIGNO, contribuindo ainda mais para CORROER E DESTRUIR o bom trabalho de recuperação da confiança e da dignidade junto à opinião pública".

Prova disso "são as inúmeras reportagens alardeadas por todos os meios de comunicação, que dedicaram a esta Câmara Municipal comentários que só vieram a ESTIGMATIZÁ-LA".

Perda do mandato é aplicável

A representação traz as normas aplicáveis para situações como a de Nanci. "O

procedimento adotado pela REPRESENTADA, ao FALSIFICAR e FAZER USO DE ATESTADO FALSO perante esta Casa de Leis enseja a cassação de seu mandato parlamentar, configurando o comportamento INCOMPATÍVEL COM O DECORO PARLAMENTAR", consta.

Segundo o documento, "a quebra do decoro parlamentar, diz a Constituição Federal, ocorre, entre outras hipóteses, quando o detentor do mandato eletivo se permite a procedimento incompatível com o decoro parlamentar, tal como definido no Regimento Interno da Casa a que pertencer (CF/88 art. 55, inc. II e § 1º). Veja-se:

"Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:"

"II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;"

"§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas."

Apesar da referência expressa a Senadores e Deputados Federais, é certo que as aludidas normas constitucionais se aplicam a Vereadores, ante o disposto no art. 29, caput, e no art. 31, inciso II, ambos da Lei Maior, que dispõem:

"Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:"

Decreto lei federal

Outra norma citada é o Decreto-Lei nº 201/67, recepcionado pela Constituição



Muito bom!



Federal de 1988 como Lei Ordinária, é o diploma federal que regulamenta as hipóteses de perda de mandato eletivo de vereador em virtude de comportamento "incompatível com o decoro parlamentar", ou quando "utilizar-se do mandato para a prática de atos de improbidade administrativa".

Nesse sentido, dispõem os incisos I e III, do art. 7º, do Decreto-lei em questão:

"Art. 7º A Câmara poderá cassar o mandato de Vereador, quando:"

"I - Utilizar-se do mandato para a prática de atos de cor-

rupção ou de improbidade administrativa;"

"III - Proceder de modo incompatível com a dignidade da Câmara ou faltar com o decoro na sua conduta pública."

Ao que tudo indica, e de acordo com a narrativa apresentada acima, ambas as hipóteses efetivamente ocorreram, pois:

1º) restou evidenciado que, no curso do mandato parlamentar, a REPRESENTADA praticou ato de improbidade, consistente na violação ao dever de atuação conforme a LEI, a HONESTIDADE e a LEALDADE INSTITUCIONAL, ao

FALSIFICAR e ao FAZER USO DE DOCUMENTO FALSO perante esta Câmara Municipal;

2º) restou evidenciado o procedimento atentatório à dignidade da Câmara de Vereadores, pois a exposição pública decorrente das matérias jornalísticas levadas a todos os meios de comunicação em torno, justamente, de sua Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, contribuíram para o indignificar toda a Casa Legislativa (não se restringindo à execração de sua própria pessoa);

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Tribuna Popular – 26 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/Tribuna-Popular-518106214966683/posts/>

 **Tribuna Popular** 3 h · 🌐

COM EXCESSO DE PRÉ-CANDIDATOS GRUPO DO PREFEITO INSTALA GUERRA

<http://www.jtribunapopular.com.br/.../com-excesso-de-pre-cand...>



Tribuna Popular
online

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Tribuna Popular – 26 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/Tribuna-Popular-518106214966683/posts/>



Tribuna Popular
13 h · 🌐

GOVERNO CHICO SOFRE DERROTAS NA CÂMARA E REAGE COM RETALIAÇÕES
<http://www.jtribunapopular.com.br/.../governo-chico-sofre-der...>



Diário Oficial do Município

Prefeitura de Foz do Iguaçu

Ano XXI	Edição nº 3.385 de 18 de julho de 2018	Nº de Páginas: 2
EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA		
Ano XXI	Diário Oficial Nº 3.385 de 18 de julho de 2018	Página 2 de 2

ATOS DO EXECUTIVO

PORTARIA Nº 85.519

O Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, nos termos do disposto no art. 86, da Lei Orgânica do Município, e em atendimento ao Memorando Interno nº 309/2018, de 18 de julho de 2018, do Gabinete do Prefeito,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de **18 de julho de 2018**, dos cargos de provimento em comissão, Símbolo ASS-2, Assessor I, os agentes públicos constantes da relação abaixo:

NOME
NILTON FERREIRA DE SOUZA
JOSE EDUARDO SCHUETER
JESSICA TALITA TADIOTTO

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, em 18 de julho de 2018.

Francisco Lacerda Brasileiro
Prefeito Municipal





6

1 comentário · 3 compartilhamentos

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Tribuna Popular –26 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/Tribuna-Popular-518106214966683/posts/>

 **Tribuna Popular** 13 h · 

PREFEITO CHICO ATACA VEREADORES E AUMENTA TENSÃO NA CÂMARA

<http://www.jtribunapopular.com.br/.../prefeito-chico-ataca-ve...>



7 5 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

HLUCAS – 26 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/26/nepotismo-no-legislativo-nativo/>

Nepotismo no legislativo nativo

[Deixe um comentário](#)



Vereadora Rosane Bonho empregou o sogro em seu gabinete na casa de leis

Vereadora Rosane Bonho, dos quadros do PP, que se prepara para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa, nomeou o sogro como seu assessor de gabinete na Câmara Municipal. O salário é de oito mil reais. A prática é condenável. Portanto, em assim agindo, a vereadora cometeu improbidade administrativa. Com a palavra o MP. O sogro tem que ser exonerado e os valores auferidos devolvidos às burras municipais. Cá prá nós: essa Câmara Municipal não para de produzir escândalos. Continua parecendo a casa da mãe Joana. Uma lástima!

A vereadora fez um post no facebook assumindo o malfeito. Logo, ré confessa.



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

27/07/2018

Gazeta do Iguçu – 27 de Julho de 2018 Capa



Comodidade

Polícia Federal inaugura novo posto para emissão de passaportes na próxima terça

Página 9

Astronomia

Maior eclipse lunar do século poderá ser visto em Foz a partir das 18h30

Iguaçuenses poderão ver apenas o eclipse parcial da lua, porque o total será às 16h30 e será observado onde o Sol se põe mais cedo

Página 11



GAZETADIÁRIO

Foz do Iguçu, sexta-feira, 27 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 541 — R\$ 2,00

134 vagas

Diário Oficial divulga resultado final de concurso público



Candidatos devem ficar atentos às convocações que serão divulgadas no site da prefeitura

Página 10

Tragédia

Acidente de avião mata ministro da Agricultura do Paraguai



Fatalidade ocorreu logo após a decolagem em Ayoitá; morreu também o vice-ministro, piloto e copiloto

Página 11

Homicídio

Moradores encontram cadáver em terreno baldio no Morumbi



O corpo da vítima apresentava várias marcas de facadas; a motivação do crime está sendo investigada pela Polícia Civil

Página 29

Excesso de pré-candidatos 'fracos' preocupa o presidente da Câmara

Rogério Quadros diz que não é candidato e pede união em torno de candidaturas viáveis: "Foz poderá perder muito por falta de representatividade", antecipa

Página 7

Cidadão honorário

O ex-prefeito de Foz do Iguçu e ex-deputado estadual Tércio Albuquerque é o mais novo cidadão honorário de Missal. O reconhecimento se soma aos outros seis títulos já recebidos por ele (cinco só no Oeste do Paraná) por sua jornada política em mais de 40 anos de vida pública.

Página 8



Foto: divulgação

Segurança pública

Programa de Proteção Integrada de Fronteiras é apresentado em Foz

Reunião do GGIFron contou com a participação de representantes das polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, bem como da GM, SESP, Senasp, Abin e GSI

Página 5

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 27 de Julho de 2018 Pag.04

Por Adelino de Souza

NA TOCA DO

LEÃO



Inês tá viva

Dizem que após as últimas exonerações na prefeitura a vereadora Inês Weizemann vai abrir as baterias contra a atual administração, notadamente o vice, Nilton Bobato.

"Será uma retaliação total", comentou uma das pessoas muito chegadas à vereadora.

"Ela tem bala na agulha. É só aguardar", emendou um amigo. O que virá pela frente?

Vereadores em luta

Tá feia a guerra entre o presidente da Câmara, Rogério Quadros, e os vereadores Celino Fertrin e Elizeu Liberato. As primeiras baixas já aconteceram, e uma das vítimas foi Admilson Galhardo, do PR, diretor da Câmara, indicado por Elizeu Liberato.

ELEIÇÕES 2018

Presidente da Câmara pede união dos partidos pelo bem da cidade

Rogério Quadros disse que excesso de pré-candidatos preocupa e pode prejudicar a população

Elson Marques
Freelancer

O presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Rogério Quadros (PTB), pediu ontem (26), em entrevista ao **Gazeta Diário**, a união das lideranças políticas pelo bem da cidade. Na condição de autoridade maior do Poder Legislativo, ele se diz preocupado com o grande número de pré-candidatos a deputado (são mais de 30). Rogério entende como direito de todos a concorrer, mas prevê que sem união em torno de candidaturas viáveis Foz do Iguaçu poderá perder muito por falta de representatividade.

"Nossa cidade passa por um momento ímpar de grande expectativa. Nesse período de um ano e meio que estou no Legislativo, vi a importância que é a cidade ter representantes tanto na esfera estadual quanto na federal. A liberação de recursos depende dos deputados, e nós precisamos. Infelizmente, pela falta de representantes, a cidade perde recursos. Temos exemplos de cidades vizinhas que têm deputados e trazem recursos estaduais e federais", afirmou Quadros.

O presidente da Câmara se considera uma pessoa justa e por isso reconhece que alguns deputados têm colaborado com o município, "mas é importante a população de Foz eleger deputados daqui para trazer recursos. Vejo que o poder público municipal depende disso, seja em educação, obras ou infraestrutura geral da cidade. Foz é uma cidade de fronteira e precisa muito de recursos da esfera federal, pois aqui é o centro do Mercosul, com o turismo sendo um dos pilares. Precisamos melhorar essa infraestrutura para que possamos, cada vez mais, receber melhor o turista e em maior quantidade".

Rogério Quadros citou a necessidade de se "investir em rodovias boas, aeroporto melhor e mais voos para que possamos desenvolver e gerar empregos, porque é isso que a população espera".

"Não sou candidato"

O nome de Rogério Quadros chegou a ser citado pelo PTB como uma opção para concorrer a deputado. "Quero esclarecer a todos que não sou candidato. Não é o momento. Eu entendo que é hora de pensar por Foz, em um trabalho coletivo, acima do individual. Fico preocupado com a quan-



Foto: arquivo

Rogério Quadros: "Entendo que é hora de pensar por Foz, em um trabalho coletivo, acima do individual"

tidade de pré-candidatos que está se apresentando", comentou.

O presidente da Câmara entende como ideal "no máximo quatro candidatos a estadual, para eleger três, e dois para federal, para eleger um ou até os dois. Assim a cidade teria representatividade.

Respeito o direito de cada um sair como candidato, mas sempre acompanhado do direito vem o dever. Qual dever? O que a população vai cobrar? A pessoa sai candidato, não faz uma votação expressiva e essa votação faz falta para o outro que tinha viabilidade, mas fica fora".

Votos pulverizados

Na opinião de Rogério Quadros, Foz corre o risco de ficar, mais uma vez, sem representação forte no estado e sem representantes federais. "Entendo que deve haver uma reflexão, onde a sociedade civil organizada cobre desses pré-candidatos uma análise da viabilidade deles, para que vejam se têm condições. Ver se não vai atrapalhar o outro. Essa é a minha preocupação não como vereador, mas sim como cidadão, pois é muito importante a cidade ter representantes eleitos", declarou.

O presidente concluiu o apelo afirmando que "o voto tem que ser por Foz, pois é muito importante. Temos entidades representativas muito fortes, seja no setor comercial ou hoteleiro, de obras, que podem e têm uma influência grande na cidade. Elas podem fazer a diferença com uma campanha do voto útil. E espero que tenhamos representantes porque isso significa recursos e investimentos para a cidade. Tudo se reverte em prol da população".

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 27 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/presidente-da-camara-pede-uniao-dos-partidos-pelo-bem-da-cidade/30127>

Presidente da Câmara pede união dos partidos pelo bem da cidade



O presidente da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, Rogério Quadros (PTB), pediu ontem (26), em entrevista ao Gazeta Diário, a união das lideranças políticas pelo bem da cidade. Na condição de autoridade maior do Poder Legislativo, ele se diz preocupado com o grande número de pré-candidatos a deputado (são mais de 30). Rogério entende como direito de todos a concorrer, mas prevê que sem união em torno de candidaturas viáveis Foz do Iguaçu poderá perder muito por falta de representatividade. “Nossa cidade passa por um momento ímpar de grande expectativa. Nesse período de um ano e meio que estou no Legislativo, vi a importância que é a cidade ter representantes tanto na esfera estadual quando na federal. A liberação de recursos depende dos deputados, e nós precisamos. Infelizmente, pela falta de representantes, a cidade perde recursos. Temos exemplos de cidades vizinhas que têm deputados e trazem recursos estaduais e federais”, afirmou Quadros. *(Elson Marques Freelancer /Foto: arquivo)*

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 27 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/acontecefoz/posts/>



Acontece na Fronteira

Ontem às 00:24 · 🌐

Rosane Bonho é suplente do vereador Queiroga, que está afastado por ter sido delatado pelos Réus da pecúlio Budel e Melquisedeque, Rosane foi uma das vereadoras suplentes que entrou com processo para assumir o cargo, com discurso de 'chega de vergonha' e blá blá blá ... Entrou com a boca doce ... O resultado está aí !

Vereadora Rosane Bonho tem como assessor o próprio sogro

No mesmo gabinete tem mais duas pessoas nomeadas que são mãe e filho

Da editoria de política
Foz do Iguaçu

Relembra o
outro caso

Causou reboliço na Câmara e nas redes sociais a reportagem publicada pelo Tribuna Popular em que revelou a nomeação de uma senhora e o filho no gabinete da vereadora e pre-candidata a deputada Rosane Bonho. Apesar de a matéria esclarecer que não se tratava da mãe nem do filho da própria vereadora e sim parentes entre terceiros, os aliados de Rosane saltam com a defesa de que não exista nepotismo.

Pois bem, o Tribuna Popular resolveu investigar um pouco mais e descobriu que o sogro da vereadora está nomeado no gabinete. Francisco Gardacho foi nomeado em fevereiro do ano passado pela portaria 69/2017 atendendo o ofício da vereadora Rosane. O nomeado assessor (Francisco Gardacho) é padasto de Alcindo Bonho, esposo da vereadora Rosane Bonho. Nas redes sociais se encontra imagens de Alcindo e o padasto que quando nomeado vivia ou ainda vive com Vilma Lourenço Bonho, mãe de Alcindo.

Como não se trata de parente consanguíneo, é certo que a defesa virá dizer novamente que não é nepotismo. De qualquer forma, a Promotoria de Justiça deverá apurar os fatos e dar uma basta na imoralidade.

Na edição anterior divul-

Nome: ALCINDO JONAS BONHO
RG: 5634542
Mãe: VILMA LOURENÇO BONHO
Pai: ALCIDIR BONHO
Nascimento: 30/06/1970
Nacionalidade: BRASILEIRA
Naturalidade: OSORIO



Alcindo (esposo de Rosane) e o padasto Francisco, que é assessor nomeado no gabinete da vereadora

gamos que uma mãe e um filho estão nomeados no gabinete da vereadora Rosane Bonho. "Importante esclarecer que não se trata de mãe ou filho da vereadora," informou a reportagem, ainda que esse editor tomou conhecimento pelas redes sociais que a mãe de Rosane passa por um delicado estado de saúde e nada tem a ver com essa situação. Fica o registro e o desejo de franca recuperação da paciente.

O que o Tribuna Público é que Pablo Michael Rodrigues Mendes aparece nomeado no cargo de assessor parlamentar no gabinete da vereadora símbolo PL5 de livre nomeação. A carga horária é de segunda a sexta-feira das 8h às 14h e recebe por isso salário mensal de R\$ 8.303,65.

Ocorre que a mãe dele, Zulmeide Rodrigues, ocupa outro cargo PL-5 no gabinete de Rosane com o mesmo salário. Tudo isso deve ser averiguado pelo MP.



Diário Oficial do Município
Prefeitura de Foz do Iguaçu

Ano XX

Edição nº 3.007 de 22 de Setembro de 2017

50 de Páginas: 136

ATOS DO LEGISLATIVO

PORTARIA PRESIDENCIAL Nº 001/17

O Presidente do Poder Executivo do Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Resolução Legislativa nº 1302, de 9 de junho de 2005, alterada pela Resolução Legislativa nº 0247, de 16 de maio de 1987, e tendo em vista a Resolução Legislativa nº 00202, de 17 de julho de 2015, alterada pela Resolução Legislativa nº 00303, de 11 de abril de 2016, regulamentada pela

Resolução nº 001/17

Ano 17

Diário Oficial nº 3.007 de 22 de Setembro de 2017

Página 111 de 136

No dia vinte e quatro de Setembro de 2017, às 10 horas do dia, no local de trabalho da Vereadora Rosane Bonho, em Foz do Iguaçu, assinada em 3 de Setembro de 2017, assinada por

RENKUE

RENKUE, no endereço eletrônico mencionado a Cargo em Conselho de Assessor Parlamentar, Matrícula nº 5, e com data de 3 de Setembro de 2017, assinada em duplicatas em cartório.

NOME	RG	CPF
Francisco Gardacho	5.770.000.000-0	041.171.020-0

Cartório de Registro de Imóveis do Município de Foz do Iguaçu, 4 de Setembro de 2017.

Região Joga das Serras Paranaense de Guaraní
Presidente Renkue

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Rádio RCI – 27 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/semprerci/posts/>

 **Rádio RCI Iguassu** está ao vivo agora. ...
2 h · 🌐

Câmara Municipal de Foz do Iguaçu é alvo de novas polêmicas. Eleições para a reitoria da Unila tem quatro chapas inscritas. Restos de bimotor no qual viajava ministro paraguaio são encontrados. Notícias do "Manhã RCI" desta sexta, ao vivo até as 10h. Participe!



AO VIVO 2:08:08

👍 14 15 comentários 7 compartilhamentos

 Curtir  Comentar  Compartilhar 

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

28/07/2018

GDIA – 28 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/mp-pede-absolvicao-do-vereador-luiz-queiroga-em-processo-civel/30325>

MP pede absolvição do vereador Luiz Queiroga em processo cível



Em processo cível que tramita na segunda instância judicial, o Ministério Público do Paraná, por meio da Procuradoria da Justiça, pediu a absolvição do vereador Luiz Queiroga (DEM) da acusação de improbidade administrativa. A defesa considera o posicionamento como fato importante para que ele avance na batalha jurídica para reassumir o cargo. Reeleito em 2016, Queiroga acabou preso com base, segundo a defesa, meramente em delação de réu da Operação Pecúlio que não apresentou nenhuma prova. Ele assumiu a cadeira, mas teve o mandato cassado após processo no Conselho de Ética da Câmara. Reverteu a decisão, mas ainda não voltou para o cargo devido às medidas restritivas impostas pela Justiça Federal até ele ser ouvido no Processo da Operação Pecúlio. Outro impeditivo é esse processo sobre distribuição de material informativo durante blitz educativa em 2011. (Elson Marques Freelancer/foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 28 de Julho de 2018 Pag.06

Você já trocou o óleo

Manifestação positiva

Enfim alguém manifestou preocupação sobre essa chuva de pré-candidatos em Foz do Iguaçu. O positivo disso é o fato de a iniciativa partir da autoridade máxima do Legislativo local, o presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros.

União

Talvez o ponto mais importante desse alerta do Rogério Quadros seja a necessidade de união das lideranças políticas para amenizar o drama, afinal de contas os partidos são coautores dessa bagunça de lançar pencas de candidatos. Não é possível todos saberem desse lamentável histórico de desunião e, no fim, insistirem em rachar votos.

Candidatos fracos

Como o Rogério não é candidato, pode bater no peito, pois em certos aspectos caminhou como um rinoceronte em loja de cristal ao observar que há candidatos fracos, que em nada acrescentarão no ambiente político. Tudo o que Foz não quer é um rebanho de antas que tratarão mais da vida pessoal do que da cidade. As antas que nos perdoem pela comparação. Bom, só falta alguém aparecer ofendido pelo fato de se considerar uma "anta política".

Coeficiente

Foz possui condições matemáticas para eleger três deputados estaduais e dois federais. Com essa carrada de candidatos, a cidade vai ficar na mão mais uma vez. A pulverização dos votos é um problema sério, muito maior do que o que temos dos candidatos que vêm peneirar votos na fronteira.

Apelo

Tomara que as entidades e a sociedade organizada apoiem a linha de pensamento do presidente do Legislativo, afinal de contas é raro um político dar a cara a tapa como fez o Rogério. Merece todo o apoio da sociedade.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

29/07/2018

GDIA – 29 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/prefeito-sanciona-lei-do-transporte-por-aplicativo>

Prefeito sanciona lei do transporte por aplicativo



Regulamentação do serviço foi publicada no Diário Oficial dessa sexta-feira, 27 (Foto: Reprodução)

H2FOZ - Paulo Bogler

O prefeito Chico Brasileiro (PSD) sancionou a Lei nº 4.641, a chamada regulamentação do serviço de transporte por aplicativo em Foz do Iguaçu. A normativa estabelece regras municipais para as atividades de motoristas e empresas como Uber e Garupa, que já atuam na cidade.

A nova legislação é de autoria do prefeito e foi publicada no Diário Oficial do Município nessa sexta-feira, 27. A normativa foi elaborada a partir de minuta apresentada pelo Foztrans (Instituto de Transportes e Trânsito de Foz do Iguaçu).

Ao tramitar na Câmara Municipal, o texto foi acrescido de sete emendas dos vereadores, por meio das Comissões Reunidas, instância que congregou três comissões temáticas do Legislativo. As proposições não alteraram substancialmente a proposta inicial formulada pela prefeitura.

Exigência da nova lei, as empresas de mediação de viagem por aplicativos de celular deverão ter sede ou filial na cidade e estar cadastradas no Foztrans, apresentando alvará e documentos que comprovem o funcionamento em Foz do Iguaçu.

Os motoristas deverão ser vinculados às operadoras, ter inscrição como profissional autônomo, morar no município, possuir carteira de habilitação B com EAR (registro de que exerce atividade remunerada) e fazer curso específico. Deverão ter certidões negativas de débitos e criminais.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Para rodar, os veículos destinados ao transporte por aplicativos não poderão exceder oito anos de fabricação e passarão por vistoria do Foztrans. Os carros não poderão ser locados nem dirigidos por pessoa que não seja a que foi cadastrada no órgão de trânsito.

Exige-se que os automóveis sejam licenciados e emplacados em Foz do Iguaçu, possuam no mínimo quatro portas e estejam em bom estado de conservação. Além do DPVAT, a lei iguaçuense requer outros dois seguros, de R\$ 10 mil e R\$ 25 mil de cobertura por passageiro.

Leia Mais

Regulamentação pode impedir Uber de operar em Foz

Íntegra da regulamentação municipal

Foztrans

Durante a tramitação do projeto, o diretor-superintendente do Foztrans, Fernando Maraninchi, disse que a legislação nacional atribui aos municípios a regulamentação do serviço de transporte por aplicativo. Para ele, a lei local traz equidade às várias modalidades de transporte individual de passageiros.

Conforme Maraninchi, a regulamentação visa a garantir segurança e qualidade do serviço oferecido à população. Ele entende também que as empresas de transporte por aplicativo passarão a seguir regras que são cobradas aos taxistas e mototaxistas, por exemplo.

Uber

Para a Uber, a regulamentação do serviço em Foz do Iguaçu baseia-se em regras antiquadas e não acompanha as vantagens para a população trazidas pelos avanços tecnológicos. Segundo a empresa, a prefeitura busca enquadrar a atividade às regras estabelecidas ao segmento de táxi.

Regulamentações do serviço, disse a organização, são positivas quando não interferem na eficiência do sistema. Para a Uber, algumas exigências em Foz do Iguaçu passam por cima da regulamentação nacional instituída pela Lei Federal 13.640/18.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Garupa

O representante da Garupa em Foz do Iguaçu, Helder Lage, informou que durante a audiência pública apresentou proposta de emenda ao projeto de regulamentação. Ela visava a aumentar a idade permitida dos veículos para dez anos, mas não foi incluída no texto aprovado pelos vereadores.

Lage, entretanto, acredita que a regulamentação é positiva e vai possibilitar que mais de 500 motoristas exerçam sua segunda, terceira e até mesmo sua primeira fonte de renda por aplicativos de mobilidade urbana. A Garupa possui sede no município.

Motoristas

Para o presidente da Associação dos Motoristas de Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros de Foz do Iguaçu (Amtrpiofi), Elias de Pino Araújo, a regulamentação não é justa. Ele disse que o poder público não ouviu os pedidos dos motoristas no processo de elaboração da lei.

De acordo com Araújo, o serviço de transporte por aplicativo constitui atividade "nova" e não pode ser regulamentada a partir de conceitos aplicados a outros serviços, como o de táxi, turístico ou escolar. Afirmou que pelo aplicativo a viagem é um procedimento totalmente particular.

Foz do Iguazu, segunda-feira, 30 de julho de 2018

GAZETADIÁRIO

Política | 07

SEGUNDA INSTÂNCIA

MP pede absolvição do vereador Luiz Queiroga em processo cível

Eleito em 2016, vereador confia que recupera na Justiça o direito de reassumir o cargo

Elson Marques
Freelancer

Em processo cível que tramita na segunda instância judicial, o Ministério Público do Paraná, por meio da Procuradoria da Justiça, pediu a absolvição do vereador Luiz Queiroga (DEM) da acusação de improbidade administrativa. A defesa considera o posicionamento como fato importante para que ele avance na batalha jurídica para reassumir o cargo.

Reeleito em 2016, Queiroga acabou preso com base, segundo a defesa, meramente em delação de réu da Operação Pecúlio que não apresentou nenhuma prova. Ele assumiu a cadeira, mas teve o mandato cassado após processo no Conselho de Ética da Câmara. Reverteu a decisão, porém ainda não voltou para o cargo devido às medidas restritivas impostas pela Justiça Federal até ele ser ouvido no processo da Operação Pecúlio. Outro impeditivo é o processo sobre distribuição de material informativo durante blitz educativa em 2011.

Recurso de embargos

No caso do processo por improbidade, Queiroga

entrou com embargos de declaração contra a decisão da Câmara Cível do Tribunal de Justiça. Em junho deste ano, o TJ impôs sentença ao vereador de suspensão dos direitos políticos por três anos; devolução aos cofres municipais dos valores empregues indevidamente no serviço; perda do cargo público; e multa (cinco vezes o valor dos subsídios que recebia à época dos fatos, em 2011).

A decisão foi proferida pelos desembargadores da 4ª Câmara Cível do TJPR, e ação por improbidade que deu origem ao caso foi proposta pelo Ministério Público do Paraná, por meio da 6ª Promotoria de Justiça da comarca. Na ação, o MP afirmou que "em 2011, o ex-vereador, utilizando-se de servidores públicos e de viaturas policiais, produziu vários panfletos com fotos dele, que foram entregues em uma blitz de trânsito na cidade, a propósito de uma ação educativa municipal para coibir o arremesso de lixo por condutores de veículos, em vias públicas. Dava-se destaque ao projeto de lei do político e a sua figura, com clara intenção de promoção pessoal no referido panfleto".
Contestação da defesa

A defesa afirmou no recurso que a decisão deve ser nula por ele ter sido absolvido em uma tipificação e que não houve recurso do Ministério Público. Alegou razoabilidade e proporcionalidade das sanções aplicadas, bem como descumprimento do princípio do contraditório, com base no cerceamento de defesa. Sustentou que o acórdão impondo as penas fere o Novo Código de Processo Civil.

O advogado Samuel Falavinha, que atua na defesa do vereador, disse que a acusação do MP foi em cima de dois atos que, em tese, seriam de improbidade administrativa. "O vereador foi absolvido em primeiro grau em relação a um dos fatos e condenado em outro. Ao analisar a sentença o Tribunal de Justiça, no recurso da defesa, acabou por condenar o vereador, mas no outro ato, aquele que havia sido absolvido. E não adentrou no fato que a defesa rebateu", comentou.

Parecer pela absolvição

Para o Ministério Público, o acórdão que con-



Luiz Queiroga: "A expectativa agora é que o processo de fato termine, pois o próprio MP, quem denunciou, pede agora a anulação"

denou Queiroga "é nulo ante a presença de contradição insanável" no que se refere à diferença entre Ação Civil Pública e Ação por Ato de Improbidade Administrativa. Em primeira instância, o MP ajuizou Ação Civil Pública requerendo "a aplicação das penas constantes na Lei de Improbidade Administrativa, operando com discricionariedade quanto ao rito processual, fato já anunciado pelo Superior Tribunal de Justiça como irregular".

A Ação por Ato de Improbidade Administrativa exige rito especialíssimo, ou seja, incompatível com o rito da Ação Civil Pública. "Dessa forma, verificado o vício de contradição interna que incorreu o acórdão, revela-se imperiosa a decretação de sua

nulidade, com o escopo de que seja determinado novo julgamento do recurso de apelação", consta na manifestação do MP.

E prossegue: "A utilização da chamada ação civil pública para veicular pretensão de condenação pela prática de ato de improbidade é questão há muito superada na jurisprudência pátria", escreveu a procuradora da Justiça Marília Vieira Frederico Abdo. Ao final, o MP pede a nulidade da decisão do Tribunal de Justiça. "O parecer desta Procuradoria de Justiça é para que os embargos de declaração opositos sejam conhecidos e acolhidos", finalizou a procuradora.

Vereador confia na Justiça

Queiroga aguarda o julgamento do recurso, acreditando que o parecer da Procuradoria de Justiça será acatado. "Eu sempre acreditei na Justiça. Na época, o objetivo era conscientizar o cidadão da importância de não jogar lixo nas vias públicas, evitando assim inundações, promovendo uma cidade limpa com uma adequada educação ambiental. Diante disso houve um mal-entendido de que eu estaria buscando uma promoção pessoal e houve uma denúncia", comentou o vereador. Queiroga lembrou que na época a lei criada por ele foi destaque no estado do Paraná. "A expectativa agora é que o processo de fato termine, pois o próprio Ministério Público, quem denunciou, pede agora a anulação da decisão. Quanto ao futuro, tenho fé que logo estarei de volta realizando aquilo que gosto, discutir a cidade e servir ao próximo."

IMPAR AGORA É
SUNSET
PNEUS

PNEUS PARA TODO TIPO DE VEÍCULOS



Tel/Fax (595-61) 500 127
www.sunset.com.py

Av. San Blas Km. 1
Ciudad del Este - Paraguay

CONFRATERNIZAÇÃO

Festa do Colono reuniu mais de 1,3 mil pessoas na comunidade Vila Aparecidinha

Evento teve Caminhada da Natureza, almoço com churrasco e venda de produtos coloniais

AMN
Reportagem

O tempo colaborou, e o público surpreendeu durante a 13ª Festa do Colono, realizada nesse domingo (29), na comunidade rural Vila Aparecidinha, em Foz do Iguaçu. O evento teve início às 7h com um café colonial com direito a pães, doces, cucucas e produtos da agricultura familiar. Segundo os organizadores, mais de 1,3 mil pessoas participaram da confraternização em homenagem ao Dia do Colono, celebrado em 25 de julho, e ao Dia do Agricultor, comemorado em 28 de julho.

A programação contou ainda com a tradicional Caminhada da Natureza, promovida em parceria com o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater). Os participantes percorreram 12 quilômetros, passando por diversas paisagens, plantações, árvores centenárias e pequenos lagos entre Foz e Santa Terezinha de Itaipu.

Ao meio-dia foi servido o almoço com direito a churrasco e acompanhamentos. O público pôde escolher entre as opções com cinco quilos de costela por R\$ 110 ou 2,5 quilos por R\$ 60. A organização da festa não visa a lucro, e o valor arrecadado é repassado para o custeio de novos eventos.

A festa contou ainda com uma feira de produtos coloniais, na qual foram vendidos produtos frescos como queijo, mel,

compotas e hortaliças. Toda a programação é resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Agricultura, o Sindicato Rural e a Prefeitura de Santa Terezinha de Itaipu.

Durante a confraternização, a comunidade comemorou o serviço de pavimentação asfáltica que está sendo executado pela prefeitura de Foz em parceria com a Itaipu Binacional. A primeira etapa da obra que liga a Aparecidinha à Av. República Argentina já foi concluída.

O prefeito Chico Brasileiro esteve presente no evento e destacou a importância dos investimentos na área rural: "Infelizmente a área rural de Foz do Iguaçu se encontrava esquecida, e ao chegar no governo assumimos o compromisso de atender às demandas da comunidade. A maior reivindicação era sobre melhorias nas estradas. Fomos em busca de apoio e hoje o asfalto na Aparecidinha já é realidade e não vai parar por aqui, pois vamos fazer 45 quilômetros de estradas rurais em Foz do Iguaçu", disse.

O representante da comunidade, Valmor Constância, agradeceu pela realização da obra em nome dos moradores. "Por muitos anos, a Vila Aparecidinha foi esquecida pelos governantes, e hoje só temos a agradecer por ter um prefeito sensível aos pedidos da comunidade e que cumpre os compromissos. Em 2017, o prefeito Chico Brasileiro disse que naquele ano não seria possível



Fotos: Roger Meireles

Evento reuniu agricultores, empresários e autoridades dos municípios de Foz e Santa Terezinha



O prefeito Chico Brasileiro; a primeira-dama, Rosa Jerônimo; e o presidente da Câmara de Vereadores, Rogério Quadros, participaram da festa

executar o serviço de asfalto, mas que em 2018 a estrada receberia melhorias, e hoje estamos aqui vendo a nossa estrada com o tão sonhado asfalto", afirmou.

A festa teve também a presença da prefeita de Santa Terezinha de Itaipu, Neide Mariot; do presidente da Câmara de

Vereadores de Foz do Iguaçu, Rogério Quadros; e da primeira-dama de Foz, Rosa Jerônimo. Itaipu Binacional, Instituto Conhecer para Preservar, Grupo Cataratas, Foztrans, Guarda Municipal e Fundação Cultural de Foz do Iguaçu também apoiaram o evento.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 30 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/pg/acontecefoz/posts/>



Acontece na Fronteira
5 h · 🌐

Vai Vendo !
Acontece na Fronteira noticiou primeiro, na sexta feira !

MP pede absolvição do vereador Luiz Queiroga em processo cível



Em processo cível que tramita na segunda instância judicial, o Ministério Público do Paraná, por meio da Procuradoria da Justiça, pediu a absolvição do vereador Luiz Queiroga (DEM) da acusação de improbidade administrativa. A defesa considera o

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Não VIU? – 30 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/vereadora-ines-weizemann-abre-mao-da-candidatura-deputada-estadual/>

VEREADORA INÊS WEIZEMANN ABRE MÃO DA CANDIDATURA A DEPUTADA ESTADUAL

30 Julho, 2018 By [Viniçius Ferreira](#) – [Deixe um comentário](#)



Vereadora Inês Weizemann. Foto: divulgação

A vereadora Inês Weizemann decidiu, junto com as lideranças do PSD local, que, diante da atual situação em que Foz se encontra, de certa forma dividida com o exagerado número de pré-candidatos, pode fazer mais pela cidade permanecendo na Câmara.

"Mesmo sabendo que poderia lutar por Foz e pela Região na Assembléia Legislativa, optei por ser fiel aos votos que recebi dos meus eleitores e decidi continuar na Câmara Municipal para exercer com dignidade o mandato para o qual fui eleita", afirmou Inês.

A vereadora afirmou também que vai apoiar os pré-candidatos apontados pela comissão provisória do Partido nas eleições de outubro. Entre eles, o candidato a Deputado Estadual, Sérgio Paulo de Oliveira (Prof.

Sérgio), e os candidatos a Deputado Federal, Marcio Rosa da Silva e Evandro Roman.

Para Inês, o importante é que todos estejam unidos e trabalhem em busca do bem comum para os moradores de Foz. "Fui eleita vereadora, acabei sendo eleita presidente da Câmara e no mesmo dia, assumi interinamente a Prefeitura da cidade. Agora quero me dedicar de coração ao cargo para o qual fui eleita originalmente", finalizou Inês Weizemann.

Fonte: Assessoria de Imprensa da vereadora

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 30 de julho de 2018

Link: <http://www.tribunapopular.com.br/artigo/vereadora-ines-weizemann-psd-desiste-da-candidatura-a-deputada#.W2Bp8NUzodU>

VEREADORA INÊS WEIZEMANN (PSD) DESISTE DA CANDIDATURA A DEPUTADA

Data: 30/07/2018 - 21:07 | Categoria: Política |

SHARE   



A Vereadora que teve a pré-candidatura a Deputada Estadual anunciada pela Comissão Provisória do PSD de Foz do Iguaçu em maio deste ano, optou por continuar na Câmara Municipal.

Apesar do objetivo do PSD-Foz ser o de construir novas lideranças políticas, incentivando os filiados a participarem das eleições, e independentemente dos números apontados na pesquisa interna do Partido, a vereadora Inês Weizemann decidiu, junto com as lideranças do PSD local, que diante da atual situação em que Foz se encontra, de certa forma dividida com o exagerado número de pré-candidatos, pode fazer mais pela cidade permanecendo na Câmara. “Mesmo sabendo que poderia lutar por Foz e pela Região na Assembléia Legislativa, optei por ser fiel aos votos que recebi dos meus eleitores e decidi continuar na Câmara Municipal para exercer com dignidade o mandato para o qual fui eleita”, afirmou Inês.

No fim de maio, a comissão provisória do PSD-Foz definiu os nomes dos pré-candidatos aos cargos de deputado estadual e federal aqui da região. Os nomes foram avaliados pela Executiva Estadual que já lançou a candidatura de Ratinho Júnior para o cargo de Governador do Estado.

A Vereadora afirmou também que vai apoiar os pré-candidatos apontados pela comissão provisória do Partido nas eleições de outubro. Entre eles, o candidato a Deputado Estadual, Sérgio Paulo de Oliveira (Prof. Sérgio), e os candidatos a Deputado Federal, Marcio Rosa da Silva e Evandro Roman.

Para Inês, o importante é que todos estejam unidos e trabalhem em busca do bem comum para os moradores de Foz. “Fui eleita vereadora, acabei sendo eleita presidente da Câmara e no mesmo dia, assumi interinamente a Prefeitura da cidade. Agora quero me dedicar de coração ao cargo para o qual fui eleita originalmente”, finalizou Inês Weizemann.

Fonte e Foto: Assessoria



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

HLUCAS – 30 de julho de 2018

Link: <http://www.hlucas.com.br/blog/2018/07/30/prtb-nao-vai-de-cida-borghetti-vai-de-geonismo-marinho/>

INÊS DA SAÚDE JOGA A TOLHA



Vereadora Inês da Saúde (PSD) jogou a toalha. Não vai mais disputar uma cadeira na Alep.
Demorô!

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 30 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/vereadora-ines-weizemann-psd-desiste-da-candidatura-a-deputada/30405>

Vereadora Inês Weizemann (PSD) desiste da candidatura a deputada



A vereadora Inês Weizemann (PSD) anunciou na tarde de ontem (30) que vai permanecer na Câmara Municipal cumprindo o mandato para o qual foi eleita. A decisão de não concorrer nas eleições deste ano, agradou aqueles que pregam a necessidade de união pela cidade a fim de evitar a pulverização de votos. Foz do Iguaçu soma mais de 30 nomes de pré-candidatos a deputado. Inês foi lançada pelo PSD como opção para concorrer a deputada estadual. Em nota distribuída a imprensa, a assessoria informa que a decisão foi tomada apesar de o objetivo do PSD ser o de construir novas lideranças políticas, incentivando os filiados a participarem das eleições. Apontou ainda que o posicionamento foi adotado independentemente dos números apontados na pesquisa interna do partido. (Elson Marques Freelancer / Foto: Divulgação)

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 30 de julho de 2018

Link: http://www.tribunapopular.com.br/artigo/mp-pede-absolvicao-do-vereador-luiz-queiroga-em-processo-civel#.W2Bp_dUzodU

MP PEDE ABSOLVIÇÃO DO VEREADOR LUIZ QUEIROGA EM PROCESSO CÍVEL

Data: 31/07/2018 - 06:07 | Categoria: Política |

SHARE   



Em processo cível que tramita na segunda instância judicial, o Ministério Público do Paraná, por meio da Procuradoria da Justiça, pediu a absolvição do vereador Luiz Queiroga (DEM) da acusação de improbidade administrativa.

A defesa considera o posicionamento como fato importante para que ele avance na batalha jurídica para reassumir o cargo. Reeleito em 2016, Queiroga acabou preso com base, segundo a defesa, meramente em detração de

réu da Operação Pecúlio que não apresentou nenhuma prova.

Ele assumiu a cadeira, mas teve o mandato cassado após processo no Conselho de Ética da Câmara. Reverteu a decisão, mas ainda não voltou para o cargo devido às medidas restritivas impostas pela Justiça Federal até ele ser ouvido no Processo da Operação Pecúlio. Outro impeditivo é esse processo sobre distribuição de material informativo durante blitz educativa em 2011. (Jornal Gazeta Diário - Elson Marques *Freelancer* / foto: *Divulgação*)



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

31/07/2018

Jornal Gazeta do Iguaçu – 31 de Julho de 2018 Capa



Faz do Iguaçu, terça-feira, 31 de julho de 2018 — Ano 2 — Edição 646 — R\$ 2,00

Itaipu pode ajudar a construir a segunda ponte Brasil–Paraguai

Obra está travada desde 2014; governos dos dois países já estão em negociação, mas diretoria da Itaipu esclarece que nada foi oficializado até o momento

Página 5



Volta às aulas

Mais de 28 mil alunos das 51 escolas municipais e 37 CMEIs retornam, nesta terça-feira (31), para as salas de aula, depois do recesso escolar, que iniciou no dia 14 de julho. Ontem, um dia antes de voltarem para as unidades, 2.300 diretores, coordenadores, professores, pedagogos e agentes de apoio participaram do 2º Seminário de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação. **Página 10**

Política

ACIFI realiza reunião hoje com presidentes de partidos políticos

A intenção é ampliar o diálogo em relação às eleições de 2018 visando a fortalecer a representatividade política da região nas esferas federal e estadual

Página 12

Decisão interna

Inês Weizemann desiste da candidatura a deputada



Pré-candidata do PSD, ela decidiu permanecer na Câmara e cumprir o mandato para o qual foi eleita **Página 7**

Última semana

Partidos intensificam articulações na reta final das convenções



No último fim de semana, agremiações como PR, PT, PMN, Rede e PRTB realizaram convenções **Página 3**

Comunidade evangélica

17º CEIM começa nesta quarta-feira no Hotel Recanto Cataratas



Cerca de cinco mil pessoas devem passar pelo evento, que neste ano irá destinar toda a arrecadação para a ACDD **Página 11**

Articulações se intensificam na última semana para candidaturas

Partidos seguem com conversações para formação das coligações

Elson Marques
Freelancer

As articulações seguem intensas nesta última semana para definição das candidaturas. Em Foz do Iguaçu, vários partidos estão confirmando os candidatos a deputado. No fim de semana, agremiações como PR, PT, PMN, Rede e PRTB realizaram convenções. A maioria continua com a ata em aberto até a oficialização das coligações até o dia 5 de agosto, último prazo previsto na lei das eleições.

No PR foi consolidado o apoio ao candidato Ratinho Junior, do PSD, para o Governo do Estado. O PT lançou oficialmente Dr. Rosinha para governador e deverá contar com apoio de PCdoB e PSB, entre outras legendas de esquerda. O Rede Sustentabilidade oficializou a candidatura de Jorge Bernardi ao governo.

O PMN decidiu apoiar Cida Borghetti (Progressistas) ao Governo do Paraná, e o PRTB oficializou a candidatura de Geonísio Marinho ao Palácio

Iguaçu. Nesta terça-feira (31), o MDB, de Roberto Requião, deverá confirmar a coligação com o PDT de Osmar Dias, que concorrerá ao Governo do Estado pela terceira vez.

Candidaturas a deputado

O quadro de candidatos a deputado por Foz do Iguaçu está configurando-se, devendo ocorrer a confirmação de grande parte da lista que somava mais de 50 nomes até a semana passada. Das convenções ocorridas no fim de semana, o PR lançou Fernando Giacobbo à reeleição para deputado federal, e o vereador Elizeu Liberato para deputado estadual.

O encontro do PR aconteceu em Cascavel. "A convenção transcorreu normalmente, em clima de tranquilidade e com a presença do candidato do PSD, Ratinho Junior. Foram homologadas três candidaturas a deputado federal e a chapa com 12 nomes para concorrer à Assembleia Legislativa. Ainda ficou em aberto a ata aguardando a convenção do PRB, que será no dia 3 de agosto,



Convenções prosseguem nesta semana em clima de intensas articulações

para confirmar a coligação entre o PRB e o PR, devendo, somados, chegarem a 52 candidatos", disse Elizeu, presidente do PR em Foz.

O dirigente observou que a candidatura dele só será mantida se a coligação proporcional for confirmada. "Entendo que sem essa coligação a candidatura fica inviável em razão da concorrência dentro do chapão. A coligação PR e PRB torna a candidatura viável, podendo com 25 mil votos a legenda eleger o último

mais votado na lista", avaliou Elizeu.

No PT, o presidente da legenda em Foz, Edson Thomas, informou que, além do Dr. Rosinha, candidato ao Governo do Paraná, "o encontro estadual aprovou as candidaturas de Dilto Vitorassi a deputado federal e do *Gaucho do Paver* e da Geny Lemes como candidatos a deputado estadual por Foz do Iguaçu".

Ainda na sexta-feira, o Psol realizou convenção, confirmando nomes de dois candidatos

por Foz do Iguaçu. "Está confirmada a minha candidatura, professora Cátia, a deputada federal, e o estudante Jhonatan Vieira a deputado estadual em Foz. Candidaturas do Psol em aliança com o PCB e movimentos populares", informou a professora Cátia. Para governador, o Psol lançou professor Piva.

O PMN não confirmou candidatura a deputado por Foz do Iguaçu, mas tenta trazer o soldado Fruet para a legenda. Por ser militar,

ele tem prazo até o fechamento das convenções para decidir o partido pelo qual vai concorrer. Fruet estava no PRB, mas segundo o presidente, Jeferson Brayner, o soldado pediu desligamento dez dias atrás. Ontem Fruet disse que ainda não definiu o seu destino.

O Rede confirmou a candidatura do professor Amilton Farias a deputado federal, na coligação Rede/PPL/DC. O PRTB não oficializou candidato a deputado por Foz do Iguaçu.

Reviravolta

Contaram para o Corvo que pelo menos três ex-vereadores podem dar a volta nos processos. Se isso acontecer, será no mínimo uma rebordosa imaginar como a Câmara lidar com a situação. Vai ver é por isso que tem gente forçando a barra para tentar vaga de deputado.

Prejuízo

Na hipótese de reconquista das vagas na Câmara, quem indenizará a carreira política deles? Sim, porque é notório que estariam em disputa nas eleições deste ano.

Absolvição

Como este Corvo publicou várias notícias sobre o Queiroga, durante o seu martírio, devolve o espaço para fazer o contraponto, sobretudo com as manifestações dos procuradores pedindo a sua absolvição das acusações de improbidade. Resta ao ex-vereador defender-se das ações na Justiça Federal em decorrência da Operação Pecúlio. Ele está confiante e tem como alvo a cadeira que lhe foi tomada pelo Conselho de Ética da Câmara.

DECISÃO INTERNA

Vereadora Inês desiste da candidatura a deputada

Pré-candidata do PSD, ela decidiu permanecer na Câmara e cumprir o mandato para o qual foi eleita

Elson Marques
Freelancer

A vereadora Inês Weizemann (PSD) anunciou, na tarde de ontem (30), que vai permanecer na Câmara Municipal cumprindo o mandato para o qual foi eleita. A decisão de não concorrer nas eleições deste ano agradou aqueles que pregam a necessidade de união pela cidade a fim de evitar a pulverização de votos. Foz do Iguaçu soma mais de 30 nomes de pré-candidatos a deputado.

Inês foi lançada pelo PSD como opção para concorrer a deputada estadual. Em nota distribuída à imprensa, a assessora informa que a decisão foi tomada apesar de o objetivo do PSD ser o de construir novas lideranças políticas, incentivando os filiados a participarem das eleições. Apontou ainda que o posicionamento foi adotado independentemente dos números revelados na pesquisa interna do partido.

A desistência aconteceu após reunião da vereadora com as lideranças do PSD local. "Diante da atual situação em que Foz se encontra, de certa forma dividida com o exagerado número de pré-candidatos, ela pode fazer mais pela cidade permanecendo na Câmara", consta na divulgação.

O presidente da comissão provisória do partido em Foz, Wanderlei Teixeira, pronunciou-se: "Respeitamos e aplaudimos a decisão da vereadora em benefício da cidade, consolidando apoio aos candidatos do PSD de Foz".

Apoio aos companheiros

Inês Weizemann adiantou que vai apoiar os nomes apontados pela comissão provisória do partido para as eleições de outubro, citando o pré-candidato a deputado estadual, Sérgio Paulo de Oliveira (Prof. Sérgio), e os candidatos a deputada federal, Marcio Rosa e Evandro Roman. Os



Inês Weizemann não será candidata, mas vai apoiar os candidatos do PSD

três já tiveram os nomes confirmados em convenção, estando na dependência de oficialização da ata que será concluída até o dia 5 de agosto, último dia para definição das candidaturas.

"Mesmo sabendo que poderia lutar por Foz e pela região na Assembleia Legislativa, optei por ser fiel aos votos que recebi dos meus eleitores e decidi continuar na Câmara Municipal para exercer com dignidade o mandato para o qual fui eleita", afirmou a vereadora.

Para Inês, "o importante é que todos estejam unidos e trabalhem em

busca do bem comum para os moradores de Foz. Fui eleita vereadora, acabei sendo eleita presidente da Câmara e, no mesmo dia, assumi interinamente a prefeitura da cidade. Agora quero me dedicar de coração ao cargo para o qual fui eleita originalmente".

No fim de maio, a comissão provisória do PSD em Foz definiu os nomes dos pré-candidatos aos cargos de deputado estadual e federal pela região. Os nomes foram avaliados pela Executiva Estadual, que já lançou a candidatura de Ratinho Junior para governador do estado.

Vereador propõe campanha de tratamento contra tabaco

Desde 2004, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece tratamento gratuito aos dependentes de tabaco. O serviço deve ser disponibilizado nas unidades básicas de saúde e nos hospitais, porém muitos fumantes desconhecem ou simplesmente esquecem que podem contar com esse benefício.

Com essa constatação, o vereador Celino Fertrin



Celino Fertrin apresentou proposta em que os estabelecimentos devem manter adesivo informando sobre tratamento gratuito contra o cigarro

(PDT) entrou com projeto de lei para tornar obrigatória a divulgação da existência de tratamento gratuito para dependentes de tabaco. O projeto foi apresentado em plenário e vai tramitar nas comissões técnicas da Câmara a partir de agosto. Celino afirma que o uso do tabaco é responsável pelo maior número de mortes evitáveis no mundo e predispõe os usuários a doenças não transmissíveis e fatais, especialmente as cardiovasculares. O vereador entende que as campanhas educativas ações legislativas vêm reduzindo a aceitação social do tabagismo, fazendo com que um número cada vez maior de pessoas queira parar de fumar. "O objetivo do nosso projeto é tornar esse tratamento conhecido por todas as pessoas dependentes de tabaco", argumentou.

Avisos nos estabelecimentos

Pelo projeto apresentado, será obrigatória, em todo estabelecimento que comercializa produtos fumígenos derivados do tabaco, a afixação de material de divulgação, em local de fácil visualização, informando sobre a existência do tratamento gratuito. O texto relaciona bares, padarias, supermercados, lanchonetes, tabacarias, postos de gasolina, bancas e similares.

Um dos artigos prevê que "os estabelecimentos deverão afixar junto ao material de divulgação dos produtos fumígenos um aviso adesivo com dimensões ocupando 20% de tamanho total das áreas destinadas à venda, em sua parte frontal, no idioma oficial, a indicação da existência de tratamento gratuito, oferecido pelo SUS". O informativo deve apresentar os seguintes dizeres: "O SUS oferece tratamento gratuito para quem deseja parar de fumar. Procure a unidade de saúde mais próxima, informe-se e tenha uma vida mais saudável!". (Elson Marques/freelancer)

Proposta condiciona ampliação do serviço de transporte escolar

Vereador Marcio Rosa entende que aumento de autorizações depende de maior quantidade de alunos

Elson Marques
Freelancer

Um projeto apresentado pelo vereador Marcio Rosa (PSD) tramita na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. Ele propõe que o número de novas autorizações para veículos de transporte escolar deverá estar condicionado ao aumento de alunos no sistema. A ideia é evitar uma quantidade de carros desproporcional ao número de estudantes, o que poderia levar ao desequilíbrio entre oferta e procura, inviabilizando o setor.

Pelo projeto, as novas autorizações devem ser de um veículo para cada 500 novos alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino. "A emissão de novas autorizações fica condicionada à realização de estudo prévio de viabilidade, necessidade e comprovação do aumento de alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino no Município, a ser executado pelo Forztrans", consta no texto.

A comprovação do aumento de alunos matriculados nos estabeleci-



Vereador Marcio Rosa propôs novos critérios para exploração da atividade

mentos de ensino no município deverá estar amparada no censo anual da educação, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). "O projeto visa preencher uma lacuna no exercício da atividade de explorada, garantindo competição justa entre os prestadores, evitando a saturação e estagnação do mercado, que atualmente conta com uma

frota de 167 veículos e 32 ônibus", informou o vereador.

De acordo com Marcio Rosa, segundo dados do Siprovele (Sindicato dos Proprietários de Veículos no Transporte Escolar de Foz do Iguaçu e Região), 30% das vagas se encontram ociosas, devendo ser redistribuídas, preservando a condição de igualdade. "A emissão de novas autorizações pelo poder público corrigirá os efeitos da competição imperfeita, reprimindo as infrações da ordem econômica. Estamos tratando de uma atividade cujo exercício será direcionado especificamente para crianças e adolescentes, sabidamente um público que deve ser alvo de preocupações constantes em face de sua vulnerabilidade. Assim, nada mais natural do que se exigir critérios específicos para exploração da atividade", completou.

Para ser votado, o projeto ainda depende de parecer da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Assuntos Fronteiriços.

Lei municipal usa o termo "louco" quando se refere a pessoa com transtorno mental

Um projeto do vereador Adenildo Kako (Podemos) quer alterar um termo considerado como pejorativo e inserido na Lei Complementar Municipal nº 7, de 18 de novembro de 1991, também conhecida como Código de Posturas. Na lei ainda consta o termo "louco" quando se refere a pessoa com transtornos mentais.

No artigo 192 está escrito: "Sempre que a infração for praticada, por qualquer dos agentes a que se refere o Artigo anterior, a pena recairá: I - Sobre os pais, tutores ou pessoas sob cuja guarda estiver o menor; II - Sobre o curador ou pessoa cuja guarda estiver o louco; III - Sobre aquele que deu causa à contravenção forçada".

Pelo projeto de Adenildo Kako, o termo fica alterado para "deficiente mental". O vereador justifica que "a terminologia contida no inciso é arcaica, não sendo mais utilizada no meio jurídico e nem admitida no meio social, trazendo o termo em si preconceito contra as pessoas que possuem alguma limitação de ordem mental".

O projeto foi apresentado neste mês e, logo após o recesso, será avaliado pelas comissões técnicas da Câmara antes de ser submetido à votação em plenário.



Vereador Adenildo Kako apresentou projeto para mudar termo considerado por ele como preconceituoso

17º

GEIM

www.geim.com.br

Tema: VINDE... III & IV

1 a 5 de agosto

Local: Hotel Recanto

Horas: 19:30hs

Show Cultural

Anderson Freire	Nani Azevedo	DJ PV	Davi Sacer
André e Felipe	Pra. Isa Reis	Pr. Arlindo Theodoro	Pr. Lucas

Entrada: 01 kg de alimento
Destinado a ACDD

Informações: (45) 99928-9342

PARTICIPAÇÃO ESPECIAL

Banda Opus Dei

ITAIPU
BINACIONAL

Criative
MUSIC

WYNDHAM
Golden Foz Suites
RESERVAS
+55 45 3026-1800
www.wyndhamfoziguacu.com.br

ACIM
Associação de Comércio e Indústria de Foz do Iguaçu

COPEFI
Associação de Comércio e Indústria de Foz do Iguaçu

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 31 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/R24Horas/photos/a.1053349564748718.1073741828.1053283714755303/1798206826929651/?type=3&theater>



Resistência 24 Horas



Ontem às 10:32 · 🌐

CONFORME DENUNCIA ABAIXO VEREADOR PODE ESTAR COMETENDO UM CRIME CONTRA PATRIMÔNIO PÚBLICO segue denuncia de morador da VILA C !!!!!!! VAMOS INVESTIGAR MAIS ESSA KAKADA DO VEREADOR.

Boa noite aquela churrasqueira o KAKO construiu no bosque que fica em frente a casa da mãe dele é para benefício próprio e outra coisa ele tirou um brinquedo da praça aonde tem a academia e trouxe pro lado da churrasqueira vergonha isso VEREADOR vc não me representa na VILA C.



👍👎👤 132

85 comentários · 33 compartilhamentos

👍 Curtir

💬 Comentar

🔄 Compartilhar



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Resistência 24 Horas – 31 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/novotempofoz/videos/1718950624870340/>

nal **Jornal Novo Tempo** ...
OVC Ontem às 12:33 · 🌐

Em reunião organizada pela Acifi hoje com presidentes de partidos de Foz e pré candidatos a deputado, o vereador Elizeu Liberato esclareceu aos presentes e a população que será candidato apenas se a viabilidade concreta existir. Isso depende de coligação que deve ser resolvida até o final de semana. Veja no vídeo.



Daniel Junior e outras 2 pessoas · 1 comentário · 31 compartilhamentos
741 visualizações

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar 👤


CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Facebook – Acontece na Fronteira – 31 de julho de 2018

Link: <https://www.facebook.com/acontecefoz/photos/a.210396419532552.1073741828.210290629543131/303028853602641/?type=3&theater>

 **Acontece na Fronteira**
16 h · 🌐

JORNALISTA ELSON MARQUES ASSUME A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA CMFI

O profissional tem mais de 30 anos de experiência na área de comunicação. A partir desta quarta-feira, 1º de agosto de 2018, o jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. O anúncio foi feito agora à tarde, em reunião da presidência com os vereadores. O profissional já possui uma longa experiência na área e cobre os assuntos e pautas do Legislativo desde 1990, época da elaboração e implantação da Lei Orgânica do Município.

Biografia

Elson de Jesus Marques, 50 anos, natural da cidade de Iporã (PR), é jornalista, radialista e técnico contábil. Com experiência de 30 anos em jornalismo e radiojornalismo, atuou em emissoras como Rádio Cultura e Rádio Foz e tem mais de 25 anos de serviços prestados aos jornais Gazeta do Iguaçu e Gazeta Diário. Neste período, exerceu atividades de assessoria de imprensa, incluindo serviços para parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná.

Em 2005, integrou o núcleo de assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, período em que participou de cursos de aperfeiçoamento em gestão pública. Em 2008, assumiu o cargo de Secretário Municipal de Comunicação, permanecendo na função por mais de quatro anos. No cargo, comandou uma reformulação e modernização do setor, reduzindo despesas e melhorando os serviços. No período, a gestão realizou diversas campanhas institucionais de sucesso. Também implantou o Diário Oficial Eletrônico do Município.

Uma das características de Elson Marques na comunicação oficial é o diálogo transparente com os meios de imprensa para facilitar o acesso às informações e assim dinamizar a divulgação das ações e posicionamentos dos órgãos públicos sobre os assuntos de interesses da coletividade. Outro aspecto da política de comunicação do jornalista é a criação de mecanismos para aproximação do Poder Público com a comunidade.

Fonte e Foto: Assessoria



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Boca Maldita – 31 de julho de 2018

Link: <http://www.bocamaldita.com/1119862932/elson-marques-assume-a-diretoria-de-comunicacao-da-camara-de-vereadores-de-foz-do-iguacu/>

FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO PARANÁ POLÍTICA SEM CATEGORIA

Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu

Boca Maldita
31 de julho de 2018

⚡ 53 Views

f Share Post

🐦 Tweet on Twitter

+



A partir desta quarta-feira (1º de agosto), o jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da **Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu**. Marques tem longa experiência na área e cobre os assuntos e pautas do **Legislativo** desde 1990, época da elaboração e implantação da Lei Orgânica do Município.

Elson de Jesus Marques, 50 anos, natural da cidade de Iporã (PR), é jornalista, radialista e técnico contábil. Com experiência de 30 anos em jornalismo e radio jornalismo, atuou em emissoras como Rádio Cultura e Rádio Foz e tem mais de 25 anos de serviços prestados aos jornais Gazeta do Iguaçu e Gazeta Diário. Neste período, exerceu atividades de assessoria de imprensa, incluindo serviços para parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Em 2005, integrou o núcleo de assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, período em que participou de cursos de aperfeiçoamento em gestão pública. Em 2008, assumiu o cargo de secretário de Comunicação, permanecendo na função por mais de quatro anos. No cargo, comandou uma reformulação e modernização do setor, reduzindo despesas e melhorando os serviços. No período, a gestão realizou diversas campanhas institucionais de sucesso. Também implantou o Diário Oficial Eletrônico do Município.

Uma das características de Elson Marques na comunicação oficial é o diálogo transparente com os meios de imprensa para facilitar o acesso às informações e assim dinamizar a divulgação das ações e posicionamentos dos órgãos públicos sobre os assuntos de interesses da coletividade. Outro aspecto da política de comunicação do jornalista é a criação de mecanismos para aproximação do Poder Público com a comunidade.

Depenando a Coruja – 31 de julho de 2018

Link: <http://depenandoacoruja.com.br/>

Atendente de creche volta à prefeitura, esperamos que pra creche

O presidente da Câmara de Vereadores **Rogério Quadros** exonerou a servidora **Edineia Cassiana Riquelme**, que estava lotada no gabinete do vereador **Elizeu Liberato**.



A mesma devera voltar para a prefeitura, onde é concursada como **Atendente de Creche**, caso idêntico da **Juliana Penayo** que esta em **DESVIO** de **FUNÇÃO** na secretaria de administração do município.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Não VIU? – 31 de julho de 2018

Link: <http://www.naoviu.com.br/agito-na-imprensa-elson-marques-assume-diretoria-comunicacao-da-camara/>

AGITO NA IMPRENSA: ELSON MARQUES ASSUME DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA CÂMARA

31 Julho, 2018 By [Cláudio Dalla Benetta](#) – [Deixe um comentário](#)



Elson Marques. Foto: Kiko Sierich

O experiente jornalista Elson Marques, com mais de 30 anos de jornalismo e radiojornalismo, é o novo diretor de Comunicação da Câmara de Vereadores de Foz do Iguaçu.

Ele assume o cargo amanhã, dia 1º. O anúncio foi feito hoje à tarde, em reunião da presidência com os vereadores.

De Câmara e de política, Elson entende como poucos. Desde 1990, ele cobre os assuntos e pautas do Legislativo, como informa a própria Câmara.

Currículo forte

Pros poucos que não conhecem, a Câmara informa e a gente transcreve parte de sua biografia. Elson de

Jesus Marques tem 50 anos, é natural de Iporã, no Norte do Paraná, e como jornalista já passou por vários órgãos de imprensa.

Somando o tempo de Gazeta do Iguaçu e Gazeta Diário, são mais de 25 anos em jornal impresso. Mas também atuou nas rádios Cultura e Foz e foi assessor de imprensa, inclusive de deputados estaduais.

Na Prefeitura de Foz, foi secretário de Comunicação por mais de quatro anos, a partir de 2008. No cargo, reformulou e modernizou o setor, reduziu despesas e melhorou os serviços.

Diz a Câmara ainda: "Uma das características de Elson Marques na comunicação oficial é o diálogo transparente com os meios de imprensa para facilitar o acesso às informações e assim dinamizar a divulgação das ações e posicionamentos dos órgãos públicos sobre os assuntos de interesses da coletividade. Outro aspecto da política de comunicação do jornalista é a criação de mecanismos para aproximação do Poder Público com a comunidade".

Contato

O novo diretor colocou o telefone à disposição dos colegas jornalistas para tratar dos assuntos relacionados à Câmara. O telefone pessoal é (45) 99152-8099. Para contato com o setor de imprensa do Legislativo o telefone é (45) 3521-8157.



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Rádio Cultura – 31 de julho de 2018

Link: <https://www.radioculturafoz.com.br/2018/07/31/jornalista-elson-marques-assume-a-diretoria-de-comunicacao-da-camara-municipal/>

Jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal

O profissional tem mais de 30 anos de experiência na área de comunicação



por Josué Calebe — 31 de julho de 2018 em Foz do Iguaçu

0 0 0



0 Compartilhado 72 Visualizadas

Compartilhe no Facebook

Compartilhe no Twitter

Publique no G



A partir desta quarta-feira (01) o jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da **Câmara Municipal de Foz do Iguaçu**. O anúncio foi feito agora à tarde, em reunião da presidência com os vereadores. O profissional já possui uma longa experiência na área e cobre os assuntos e pautas do Legislativo desde 1990, época da elaboração e implantação da Lei Orgânica do Município.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Biografia

Elson de Jesus Marques, 50 anos, natural da cidade de Iporã (PR), é jornalista, radialista e técnico contábil. Com experiência de 30 anos em jornalismo e radiojornalismo, atuou em emissoras como Rádio Cultura e Rádio Foz e tem mais de 25 anos de serviços prestados aos jornais Gazeta do Iguaçu e Gazeta Diário. Neste período, exerceu atividades de assessoria de imprensa, incluindo serviços para parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná.

Em 2005, integrou o núcleo de assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, período em que participou de cursos de aperfeiçoamento em gestão pública. Em 2008, assumiu o cargo de Secretário Municipal de Comunicação, permanecendo na função por mais de quatro anos. No cargo, comandou uma reformulação e modernização do setor, reduzindo despesas e melhorando os serviços. No período, a gestão realizou diversas campanhas institucionais de sucesso. Também implantou o Diário Oficial Eletrônico do Município.

Uma das características de Elson Marques na comunicação oficial é o diálogo transparente com os meios de imprensa para facilitar o acesso às informações e assim dinamizar a divulgação das ações e posicionamentos dos órgãos públicos sobre os assuntos de interesses da coletividade. Outro aspecto da política de comunicação do jornalista é a criação de mecanismos para aproximação do Poder Público com a comunidade.

Assessoria

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Tribuna Popular – 31 de julho de 2018

Link: <http://www.tribunapopular.com.br/artigo/jornalista-elson-marques-assume-a-diretoria-de-comunicacao-da-cmfi#.W2Gvj9UzodU>

JORNALISTA ELSON MARQUES ASSUME A DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO DA CMFI

Data: 31/07/2018 - 15:07 | Categoria: Política

SHARE   



O profissional tem mais de 30 anos de experiência na área de comunicação

A partir desta quarta-feira, 1º de agosto de 2018, o jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. O anúncio foi feito agora à tarde, em reunião da presidência com os vereadores. O profissional já possui uma longa experiência na área e cobre os assuntos e pautas do Legislativo desde 1990, época da

elaboração e implantação da Lei Orgânica do Município.

Biografia

Elson de Jesus Marques, 50 anos, natural da cidade de Iporã (PR), é jornalista, radialista e técnico contábil. Com experiência de 30 anos em jornalismo e radiojornalismo, atuou em emissoras como Rádio Cultura e Rádio Foz e tem mais de 25 anos de serviços prestados aos jornais Gazeta do Iguaçu e Gazeta Diário. Neste período, exerceu atividades de assessoria de imprensa, incluindo serviços para parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná.

Em 2005, integrou o núcleo de assessoria de imprensa da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, período em que participou de cursos de aperfeiçoamento em gestão pública. Em 2008, assumiu o cargo de Secretário Municipal de Comunicação, permanecendo na função por mais de quatro anos. No cargo, comandou uma reformulação e modernização do setor, reduzindo despesas e melhorando os serviços. No período, a gestão realizou diversas campanhas institucionais de sucesso. Também implantou o Diário Oficial Eletrônico do Município.

Uma das características de Elson Marques na comunicação oficial é o diálogo transparente com os meios de imprensa para facilitar o acesso às informações e assim dinamizar a divulgação das ações e posicionamentos dos órgãos públicos sobre os assuntos de interesses da coletividade. Outro aspecto da política de comunicação do jornalista é a criação de mecanismos para aproximação do Poder Público com a comunidade.

Fonte e Foto: Assessoria



CLIPPING DIÁRIO

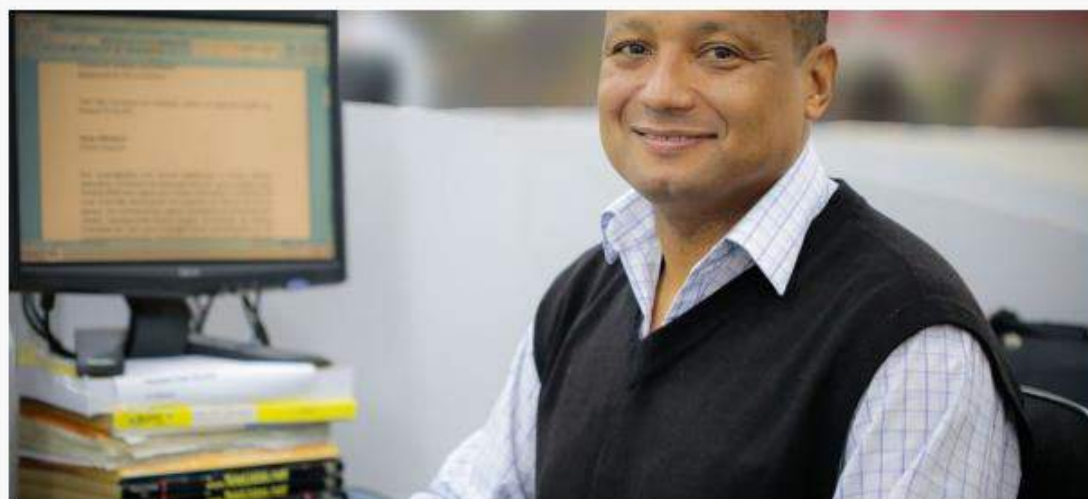
Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 31 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/jornalista-elson-marques-assume-a-diretoria-de-comunicacao-da-camara/30476>

Jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da Câmara de Vereadores



A partir desta quarta-feira (01) o jornalista Elson Marques assume a Diretoria de Comunicação da Câmara Municipal de Foz do Iguaçu. O anúncio foi feito agora à tarde, em reunião da presidência com os vereadores. O profissional já possui uma longa experiência na área e cobre os assuntos e pautas do Legislativo desde 1990, época da elaboração e implantação da Lei Orgânica do Município. Elson de Jesus Marques, 50 anos, natural da cidade de Iporã (PR), é jornalista, radialista e técnico contábil. Com experiência de 30 anos em jornalismo e rádiojornalismo, atuou em emissoras como Rádio Cultura e Rádio Foz e tem mais de 25 anos de serviços prestados aos jornais Gazeta do Iguaçu e Gazeta Diário. Neste período, exerceu atividades de assessoria de imprensa, incluindo serviços para parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná. *(Foto: Roger Meireles/Foto: Divulgação)*



CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

H2FOZ – 31 de julho de 2018

Link: <https://www.h2foz.com.br/noticia/associacao-recorrera-a-justica-contra-regulamentacao-do-transporte-por-aplicativos-em-foz>

Associação recorrerá à Justiça contra regulamentação em Foz



Uber e Garupa já operam em Foz do Iguaçu. Uma terceira empresa pretende iniciar as atividades na cidade (Foto: Reprodução)

H2FOZ - Paulo Bogler

A Associação dos Motoristas de Transporte Remunerado Privado Individual de Passageiros de Foz do Iguaçu (Amtrpiofi) recorrerá à Justiça para questionar a Lei nº 4.641, a regulamentação do transporte por aplicativos no município. A normativa entrou em vigor no último dia 27.

Conforme o presidente da entidade, Elias de Pino Araújo, os advogados da associação estão finalizando a petição judicial, que será protocolada em breve. Ele afirmou que a legislação em vigor restringe a atividade profissional dos motoristas na cidade.

Atualmente operam em Foz do Iguaçu as empresas Uber e Garupa. O H2FOZ apurou que uma terceira prestadora do serviço pretende iniciar as atividades no município. Conforme a Amtrpiofi, há pelo menos 400 motoristas de transporte por aplicativo.

Araújo prefere não adiantar o conteúdo nem a instância à qual se pretende dirigir a intervenção jurídica. O presidente da Amtrpiofi defende a medida como necessária para "assegurar o direito de motoristas" e diz que o poder público não considerou as demandas da categoria no processo de regulamentação do serviço.

"Estamos tomando todas as medidas para garantir o direito dos motoristas por aplicativos de trabalhar em Foz do Iguaçu", frisou Elias de Pino Araújo. "Nosso departamento é qualificado para atuar em qualquer instância quanto à funcionalidade da nossa profissão", disse.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

Para ele, o município de Foz do Iguaçu poderia ter optado por elaborar uma legislação pioneira no Brasil. "A cidade perdeu a oportunidade de fazer história e fazer uma legislação diferente de todas as cidades do país. O poder público preferiu usar padrões velhos para uma profissão e um serviço totalmente novos", refletiu.

Avaliar os efeitos do projeto

O presidente do Foztrans (Instituto de Transportes e Trânsito), Fernando Maraninchi, acredita que a principal reclamação dos motoristas é em relação a um artigo da lei. Essa regra impede o embarque de pessoas em vias públicas sem a solicitação do usuário por meio do aplicativo.

"O que dificulta a atividade do motorista e da própria fiscalização é a proibição que consta do parágrafo único do artigo sétimo da lei", apontou Maraninchi. Ele explicou que o órgão não pretende fazer ajustes na legislação e que observará os efeitos das novas regras.

" Fizemos o projeto [prefeitura], e a **Câmara Municipal** fez alterações. Agora vamos sentir como vai se comportar o mercado, os motoristas e a população", ressaltou. "Depois disso, sim, daqui a alguns meses, poderemos fazer alguma alteração", completou.

Nesta segunda-feira, 30, o Foztrans deu início ao cadastramento das empresas que operam no município com transporte por aplicativos. Elas terão 45 dias para fazer o cadastro e adequar-se à nova legislação. Nesse período não haverá fiscalização, só a normal, de trânsito e transporte", informou.

Histórico

A Lei Municipal nº 4.641 é de autoria do prefeito Chico Brasileiro (PSD), a partir de minuta elaborada pelo Foztrans. O projeto tramitou na **Câmara Municipal**, recebeu sete emendas modificativas apresentadas pelos vereadores e foi debatido em audiência pública.

O Legislativo aprovou o projeto por unanimidade em 10 de julho. A sanção do prefeito ao projeto foi publicada no Diário Oficial do Município no dia 27 deste mês.

CLIPPING DIÁRIO

Junho

16/07/2018 a 31/07/2018

GDIA – 31 de julho de 2018

Link: <http://gdia.com.br/camara-trabalha-em-mais-de-90-projetos-protocolados-neste-ano/30479>

Câmara trabalha em mais de 90 projetos protocolados neste ano



Até o momento, mais de 90 projetos foram protocolados neste ano na Câmara Municipal para análise das comissões e do plenário, dos quais quase 60 votados. No período de seis meses (fevereiro a julho) foram 99 sessões, sendo 69 extraordinárias sem pagamento de qualquer valor adicional ou jeton. No período, os vereadores apresentaram 224 requerimentos e 925 indicações referentes às reivindicações da comunidade e solicitação de informações oficiais da prefeitura sobre os mais variados assuntos de interesse coletivo. O volume de proposições segue a expectativa de recorde já alcançado desde o ano passado. Durante as duas semanas de recesso, o atendimento ao público seguiu normalmente com os gabinetes dos vereadores abertos, bem como o protocolo e setores administrativo, jurídico, financeiro e legislativo funcionando com sistema de rodízio dos servidores. *(AI CMFI /Foto: CMFI)*